

# PAISAGEM AMBIENTE

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo



32

## Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. João Grandino Rodas

Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

### Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretor: Prof. Dr. Marcelo de Andrade Romero

Vice-Diretor: Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Leme

### Paisagem e ambiente: ensaios

ISSN 0104-6098

N. 32 / 2013

Publicação semestral da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), vinculada aos laboratórios Quadro do Paisagismo no Brasil (Quapá), Paisagem, Arte e Cultura (LABPARC), ao Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) do Departamento de Projeto e à Área de Concentração Paisagem e Ambiente do Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP.

#### Editor / Editor

Silvio Soares Macedo (USP, São Paulo, SP, Brasil)

#### Comissão Editorial / Editorial Board

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima (USP, São Paulo, SP, Brasil)

Euler Sandeville Junior (USP, São Paulo, SP, Brasil)

Fany Cutcher Galender (Pesquisadora LabQuapá, USP / PMS, São Paulo, SP, Brasil)

Helena Napoleon Degreas (Pesquisadora LabQuapá USP / FMU, São Paulo, SP, Brasil)

Maria Angela Faggin Pereira Leite (USP, São Paulo, SP, Brasil)

#### Corpo Editorial Científico / Scientific Board

Eugenio Fernandes Queiroga (USP, São Paulo, SP, Brasil)

Jonathas Magalhães Pereira da Silva (PUC-Campinas, Campinas, SP, Brasil)

Henrique Pessoa Pereira Alves (Politecnico di Milano, Milano, Italia)

Rui Florentino (Escola Superior Gallaecia, Viana do Castelo, Portugal)

Sônia Berjman (Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina)

Vera Regina Tôngari (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil)

Vitor Oliveira (ULP, CITTA / FEUP, Porto, Portugal)

#### Consultores Científicos / Scientific Consultants

Alina Gonçalves Santiago (UFSC, Florianópolis, SC, Brasil)

Ana Cecília de Arruda Campos (Pesquisadora LabQuapá USP, São Paulo, SP, Brasil / PUC-Campinas, Campinas, SP, Brasil)

Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro (UFPE, Recife, PE, Brasil)

Angelo Szaniecki Perret Serpa (UFBA, Salvador, BA, Brasil)

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima (USP, São Paulo, SP, Brasil)

Eduardo Barra (UVA, Rio de Janeiro, RJ, Brasil)

Eugenio Fernandes Queiroga (USP, São Paulo, SP, Brasil / PUC-Campinas, Campinas, SP, Brasil)

Euler Sandeville Junior (USP, São Paulo, SP, Brasil)

Eneida Mendonça (UFES, Vitória, ES, Brasil)

Fábio Mariz Gonçalves (USP, São Paulo, SP, Brasil)

Fabio Robba (Senac / UNINOVE, São Paulo, SP, Brasil)

Fany Cutcher Galender (Pesquisadora LabQuapá, USP / PMS, São Paulo, SP, Brasil)

Francine Gramacho Sakata (Arquiteta, paisagista e mestre USP, São Paulo, SP, Brasil)

Gutemberg dos Santos Weingartner (UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Helena Napoleon Degreas (Pesquisadora LabQuapá USP / FMU, São Paulo, SP, Brasil)

Henrique Pessoa Pereira Alves (Politecnico di Milano, Milano, Italia)

Jonathas Magalhães Pereira da Silva (PUC-Campinas, Campinas, SP, Brasil)

Maria Angela Faggin Pereira Leite (USP, São Paulo, SP, Brasil)

Maria de Assunção Ribeiro Franco (USP, São Paulo, SP, Brasil)

Marieta Cardoso Maciel (UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil)

Miranda M. E. Martinelli Magnoli (USP, São Paulo, SP, Brasil)

Paulo Renato Mesquita Pellegrino (USP, São Paulo, SP, Brasil)

Rogério Akamine (Pesquisador LabQuapá USP, UNINOVE, São Paulo, SP, Brasil)

Rui Florentino (Escola Superior Gallaecia, Viana do Castelo, Portugal)

Silvio Soares Macedo (USP, São Paulo, SP, Brasil)

Sônia Afonso (UFSC, Florianópolis, SC, Brasil)

Sônia Berjman (Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina)

Stäel de Alvarenga Pereira Costa (UFMG, Minas Gerais, MG, Brasil)

Vera Regina Tôngari (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil)

Vicente de Paula Quintella Barcellos (UnB, Brasília, DF, Brasil)

Vitor Oliveira (ULP, CITTA / FEUP, Porto, Portugal)

Vladimir Bartolini (USP, São Paulo, SP, Brasil)

#### Secretária

Lilian Aparecida Ducci Bottega

paisagismo@usp.br

Tel.: (11) 3091-4544

Periódico indexado na base Índice de Arquitetura Brasileira / Qualis B2



CREDENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO  
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP  
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

## OBJETIVO / SUBJECT

**Paisagem e ambiente: ensaios.** Periódico acadêmico dedicado à divulgação de pesquisas, projetos e estudos sobre o paisagismo, nos seus diversos campos de atuação: do projeto de paisagismo aos planos de áreas livres, dos estudos históricos às experiências de ensino, das pesquisas acadêmicas – dos mais diversos portes – aos resultados de eventos científicos, trabalhos teóricos e resenhas de livros.

Possui, como focos especiais, os espaços livres urbanos, a questão ambiental, o ensino e o projeto de paisagismo, o desenho da paisagem e o da forma urbana, os fundamentos teóricos e a pesquisa em paisagismo.

Publicação semestral da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), vinculada aos laboratórios Quadro do Paisagismo no Brasil (Quapá), Paisagem, Arte e Cultura (LABPARC), ao Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) do Departamento de Projeto e à Área de Concentração Paisagem e Ambiente do Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP.

**Paisagem e ambiente: ensaios.** *Academic journal dedicated to the dissemination of researches, design and studies on landscape architecture in its several fields of activities, from garden design to plans of open spaces, from studies about history of landscape design to experiences of teaching, from academic researches of several bearings to results of scientific events, from theoretical works to book reviews.*

*It has special focus on the urban open spaces, the environmental issue, the teaching and the landscape design, and the urban form, the theoretical foundations and research on landscape design.*

*Biannual publication of FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – and is linked to the Laboratory Quapá -Quadro do Paisagismo no Brasil –, to the Laboratory LAPPARC - Paisagem, Arte e Cultura –, to GDPA - Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente – of Department of Projeto and to the graduate course in Architecture and Urbanism of FAUUSP, concentration area of Landscape and Environment.*

712

Paisagem e ambiente: ensaios / Universidade de São Paulo, Faculdade de  
Arquitetura e Urbanismo. – n.1 (1986) – São Paulo: FAU, 1986–

Semestral  
n. 32 (2013)  
ISSN 0104-6098

1. Arquitetura Paisagística 2. Planejamento Ambiental. I. Universidade  
de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. II. Título

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

#### Linha Editorial

Publicação semestral da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), vinculada aos laboratórios Quadro do Paisagismo no Brasil (Quapá), Paisagem, Arte e Cultura (LABPARC), ao Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) do Departamento de Projeto e à Área de Concentração Paisagem e Ambiente do Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP.

#### Projeto Gráfico

Sóstenes Costa

#### Capa

Francine Gramacho Sakata  
Capa e contracapa: Vistas aéreas de Suzano (SP).  
Fotos: Acervo Quapá - 2009.

#### Diagramação

Sóstenes Costa

#### Revisão de Texto

Valéria Diniz  
dinizvaleria70@gmail.com

**Tiragem:** 500 exemplares

#### Publicação

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo  
Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente / Departamento de Projeto  
Rua do Lago, 876 - Cidade Universitária  
CEP: 05508-080 São Paulo SP  
Fone: (11) 3091-4544 e-mail: paisagismo@usp.br

#### Projeto gráfico, diagramação e impressão

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo  
Laboratório de Programação Gráfica  
Rua do Lago, 876 - Cidade Universitária  
CEP: 05508-080 São Paulo SP  
Fone: (11) 3091-4528 e-mail: lpgfau@usp.br

#### Distribuição

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo  
Fundação para a Pesquisa Ambiental – FUPAM  
Rua do Lago, 876 - Cidade Universitária  
CEP: 05508-080 São Paulo SP  
Fone: (11) 3819-4999 e-mail: public@fupam.com.br

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo  
Assessoria a Eventos Culturais  
Rua do Lago, 876 - Cidade Universitária  
CEP: 05508-080 São Paulo SP  
Fone: (11) 3091-4801 e-mail: eventfau@usp.br



CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO:  
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP  
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO

# SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
----------------	---

## PAISAGEM URBANA

FORMA URBANA E ESPAÇOS LIVRES NA CIDADE DE UBERLÂNDIA (MG), BRASIL .....	9
--------------------------------------------------------------------------	---

*URBAN FORM AND OPEN SPACES IN UBERLÂNDIA (MG), BRASIL*

*Glauco de Paula Coccozza e Lucas Martins de Oliveira*

PADRÕES E PROCESSOS DE OCUPAÇÃO DAS ENCOSTAS EM CINCO CIDADES BRASILEIRAS: ESTUDO COMPARATIVO DA MORFOLOGIA DA PAISAGEM .....	33
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

*PATTERNS AND PROCESSES OF HILLSLOPE OCCUPATION IN FIVE BRAZILIAN CITIES:  
A COMPARATIVE STUDY OF LANDSCAPE MORPHOLOGY*

*Mônica Bahia Schlee*

## FUNDAMENTOS

A PAISAGEM EM ARQUITETURA E URBANISMO: REMontar ÀS “NASCENTES” COMO OPÇÃO METODOLÓGICA .....	67
-------------------------------------------------------------------------------------------------	----

*LANDSCAPE, ARCHITECTURE AND URBANISM:  
REASSEMBLING TO “SPRINGS” AS A METHODOLOGICAL OPTION*

*Vladimir Bartalini*

O PATRIMÔNIO E AS PAISAGENS: NOVOS CONCEITOS PARA VELHAS CONCEPÇÕES? .....	83
----------------------------------------------------------------------------	----

*THE HERITAGE AND LANDSCAPES: NEW CONCEPTS FOR OLD IDEAS?*

*Vanessa Gayego Bello Figueiredo*

O LUGAR COMO IMATERIALIDADE DA PAISAGEM CULTURAL .....	119
--------------------------------------------------------	-----

*THE PLACE AS CULTURAL LANDSCAPE IMMATERIALITY*

*Soraya Nórr*

## HISTÓRIA

A CONSTRUÇÃO DAS PAISAGENS TURÍSTICAS NO VELHO CAMINHO DOS DIAMANTES .....	129
-------------------------------------------------------------------------------	-----

*THE CONSTRUCTION OF TOURIST LANDSCAPES IN THE DIAMOND PATH*

*Altamiro Sérgio Mol Bessa*

O CARÁTER ÚNICO DE MORRO VERMELHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE.....	151
-------------------------------------------------------------------------------------	-----

*THE UNIQUENESS OF MORRO VERMELHO IN BELO HORIZONTE'S METROPOLITAN REGION*

*Simone Marques de Sousa Safe, Luciane Raposo Faquineli e Staël de Alvarenga Pereira Costa*

## MEIO AMBIENTE

UNIDADES DE PAISAGEM: A CRIAÇÃO DE UM MÉTODO PARA A ANÁLISE DO TERRITÓRIO DE SUZANO .....	167
----------------------------------------------------------------------------------------------	-----

*LANDSCAPE UNITS: THE CREATION OF A METHOD TO ANALYZE SUZANO TERRITORY*

*Michele de Sá Vieira*

*Silvio Soares Macedo*

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO .....	229
------------------------------	-----

# EDITORIAL

A constatação de uma abordagem frequentemente intuitiva, sem o suporte de um arcabouço teórico-conceitual das questões estéticas que envolvem a elaboração de um projeto paisagístico, levou-nos a algumas reflexões, ainda bastante preliminares, que pretendemos compartilhar nesta oportunidade.

Partimos sempre da necessidade do conhecimento e da análise dos aspectos sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais que definem o homem e seu momento histórico ao projetarmos os espaços livres urbanos em suas diferentes escalas, programas e configurações. Mas observamos, com frequência, que a síntese produzida por esta correta e competente avaliação de condicionantes não implica, necessariamente, a elaboração de um produto espacial bem-sucedido (e não meramente bem-feito), cuja expressão formal abarque a contemporaneidade e sensibilize efetivamente o usuário.

Um espaço livre plasticamente bem concebido – entendendo plástica como a capacidade de dar forma a um objeto (no caso ao espaço livre de edificação), de estruturar, remetendo à qualidade expressiva das relações envolvidas – deveria incitar à sua apropriação e fruição, além de configurar a paisagem urbana através do jogo entre os volumes construídos e os espaços livres enfatizados pelas diferentes relações escalares, variações das intensidades de sombra e luz, entre outras surpresas que podem ser obtidas nos infinitos arranjos espaciais.

Como proceder a uma análise não predominantemente subjetiva da forma? Como contribuir para o desenvolvimento da expressão formal de uma proposta espacial? Enfim, é possível um conhecimento específico que trate das questões inerentes à construção da forma? Estas perguntas levam-nos à identificação da necessidade do desenvolvimento de uma percepção plástica da forma na formação dos agentes produtores do espaço, ressaltando as especificidades para o caso da formação dos arquitetos na área da arquitetura da paisagem.

Vemos o conceito de arte – e, conseqüentemente, o de beleza – serem intensamente revistos no âmbito das artes plásticas, sobretudo após as manifestações das vanguardas do início do século XX e a aceitação da *Fonte*, obra icônica de Marcel Duchamp, de 1917, como expressão artística capaz de subverter o que vinha aceito como arte até então. Como um mictório pode subverter as referências artísticas em vigência?

Seguem-se as obras de Pablo Picasso e dos demais cubistas, culminando em *Guernica*, de 1937, cujos horrores do bombardeio sobre a pequena cidade basca é tema de uma obra emblemática que não poderia ser chamada de bela pelos padrões então usuais. Também a obra do irlandês Francis Bacon, com suas figuras disformes expondo o lado mais sombrio da condição humana, onde a angústia e a solidão

prevalecem, não possui atributos estéticos relativos à beleza no sentido tradicional do termo.

Já em um campo mais próximo do nosso, temos a proposta de uma edificação como o Museu Judaico de Berlim, de Daniel Libeskind, inaugurado em 2001, que não apresenta, seguramente, predicados como harmônico, confortável ou prazeroso. A própria história do paisagismo apresenta-nos os Jardins de Bomarzo, passível de visita até os dias atuais, executado pelo duque Pier Francesco Orsini, no século XVI, já em pleno renascimento italiano. O Sacro Bosque de Bomarzo é o bosque das alegorias, dos monstros, onde o objetivo é expor e revelar o excêntrico, o absurdo, o desconcertante, possivelmente um fiel espelho de seu dono, atormentado por sua deformidade física em uma época de intensa admiração pelos cânones da beleza greco-romana. “O meu [parque] que seria o reflexo da minha vida, seria também diferente de todos, inesperado, inquietante.”<sup>1</sup>

Segundo Ferreira Gullar: “Ao longo dos milênios, a arte mudou muito. Claro que, como a vida, a arte também não basta: tem que mudar para nos suscitar novas sensações, novas descobertas, novas alegrias. Por isso ela muda.”<sup>2</sup> Muda a ponto de termos dificuldade, ainda hoje, em lidar com as propostas de dissolução efetiva da figura – como proposta, por exemplo, pelo suprematismo, pelo expressionismo abstrato e pelos movimentos subsequentes – até a impossibilidade de muitos em aceitar obras conceituais, onde a ideia se sobrepõe, de forma incontestável, sobre as formas e cores, conforme já mencionado por Joseph Kosuth, um dos expoentes da arte conceitual norte-americana. Vale ainda mencionar a celeuma causada pelos três urubus engaiolados na 29ª Bienal de São Paulo pelo artista plástico paulista Nuno Ramos. A alegação para a retirada da obra pela direção do evento ateu-se às pressões motivadas pela suspeita de crime ambiental, sem qualquer menção ao eventual questionamento das qualidades artísticas da obra nos bastidores do evento.

A dificuldade de entendimento das manifestações artísticas contemporâneas tem estreito vínculo com a produção arquitetônica e paisagística, mas não deve impedir a reflexão e, principalmente, a discussão sobre a expressão artística. O estudo das contribuições da gestalt à fenomenologia, até as correntes mais atuais da filosofia, da história e sociologia da arte e da estética, pode auxiliar-nos para a compreensão das inúmeras e simultâneas intervenções artísticas com que nos deparamos na pós-modernidade.

Se pensarmos nas três vias da reflexão estética, conforme propostas por Alfredo Bosi, poderemos compreender a arte como construção, conhecimento e expressão, iniciando uma discussão mais abrangente e, talvez, obtendo avanços significativos em relação aos parâmetros até então em pauta. O fazer artístico transforma a matéria fornecida pela natureza sob o viés cultural, criando:

<sup>1</sup> LAINEZ, Manuel Mujica. **Bomarzo**. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 512.

<sup>2</sup> FERREIRA GULLAR. Beleza ainda põe mesa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. E8, 21 jul. 2013.

[...] um momento de invenção que libera as potencialidades da memória, da percepção, da fantasia [...] e como o jogo, a invenção de novos conjuntos requer uma atenção rigorosa às leis particulares da sintaxe que correspondem ao novo imaginário a ser realizado.<sup>3</sup>

É a descoberta, a criação, a técnica, enfim, é o trabalho humano que produz novas formas e linguagens, que rompem os paradigmas estabelecidos em um processo contínuo de reinvenção. Na esfera do conhecimento, a arte surge como mimesis, isto é, como representação da realidade, ou, mais precisamente, de um aspecto dela, seja psíquico, natural, histórico. Esta representação origina-se a partir da percepção ou da memória de um momento ou evento significativo para o seu autor, ou seja, a apreensão do mundo (mimesis) permite ao criador a construção (através da experiência sensível) de seu próprio mundo, que se concretiza na obra. Já a expressão se caracteriza pela relação entre uma necessidade de manifestação que se exprime e uma forma que a exprima, levando a infinitas possibilidades de expressão, surgindo da urgência única de cada autor em comunicar sua visão particular do mundo.

A busca incessante por melhor qualidade estética em nossos espaços livres, tanto públicos como privados, leva-nos a procurar formas condizentes com as expectativas dos habitantes das cidades brasileiras. É propor novas leituras, que conectem o observador à complexidade da sua condição humana e do seu entorno simultaneamente, trazendo à tona sentimentos e sensações, despertando novos questionamentos e maneiras de ver e relacionar-se com as pessoas e os objetos. É abandonar a discussão acerca dos estilos e tendências e relevar o desenho que realmente propicie manifestações significativas e instigantes.

Na presente edição apresentamos na seção **Paisagem Urbana** o texto de Glauco de Paula Coccozza e Lucas Martins de Oliveira – pesquisadores da rede Quapá-SEL na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) –, que caracteriza os espaços livres urbanos deste município do Triângulo Mineiro e seu papel na estruturação da sua forma urbana. Uma análise histórica da inserção destes espaços no tecido urbano, juntamente com a avaliação de suas condicionantes e da atuação dos agentes que os produzem, fornece um ponto de partida para a determinação de seus conflitos e potencialidades, visando à contribuição para a definição de ações futuras de planejamento.

Mônica Bahia Schlee, doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no artigo *Padrões e processos de ocupação das encostas em cinco cidades brasileiras: estudo comparativo da morfologia da paisagem*, analisa a morfologia da paisagem de encostas das cidades do Rio de Janeiro, de Vitória, Belo Horizonte, São Paulo e Florianópolis, expondo o método de trabalho desenvolvido e propondo novas formas de abordagem, que levem à construção de bases consistentes para um urbanismo efetivamente regenerador.

<sup>3</sup> BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a arte**. São Paulo: Ática, 2004, p. 16.

Na seção **Fundamentos** contamos com três artigos que se propõem a rever conceitos e discutir novas formas de análise. O primeiro, de Vladimir Bartalini, professor doutor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), trata de enfatizar a dimensão existencial e estética da paisagem, frequentemente postergada em função de aspectos vistos como mais prementes, como o social, o econômico ou, mais recentemente, os de caráter ambiental. Temos ainda o texto de Vanessa Gayego Bello Figueiredo, que nos traz uma avaliação crítica da evolução do conceito de paisagem no Ocidente para discutir as posturas dos órgãos internacionais de preservação do patrimônio, apontando retrocessos e avanços. Fechando esta temática, o artigo *O lugar como imaterialidade da paisagem cultural*, da professora doutora Soraya Nór, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), discute a noção de paisagem cultural a partir da percepção dos aspectos socioespaciais do lugar, também contribuindo para a orientação dos interessados na preservação histórica e cultural.

Na seção **História**, *A construção das paisagens turísticas no velho Caminho dos Diamantes*, de Altamiro Sérgio Mol Bessa, docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), elege os distritos de Milho Verde e São Gonçalo, dois núcleos históricos produtores de diamantes no norte mineiro, como objetos de estudo. A pesquisa compara a evolução distinta das duas localidades a partir da decadência do ciclo da mineração, tomando a transformação da paisagem como elemento de análise.

Ainda nessa seção, temos o artigo de Simone Marques de Sousa Safe, Luciane Raposo Faquineli e Staël de Alvarenga Pereira Costa, que, aplicando os conceitos das Escolas Italiana e Inglesa de Morfologia Urbana, compara a análise do tecido urbano do Distrito de Morro Vermelho, município de Caeté, com a evolução urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte, na qual está inserido.

Encerrando esta edição, a seção **Meio Ambiente** traz os resultados da dissertação de mestrado de Michele de Sá Vieira, sob orientação do professor doutor Silvio Soares Macedo, apresentada à FAUUSP em 2011, que procurou criar um método de avaliação da situação urbana e paisagística para Suzano, uma das 39 cidades da Região Metropolitana da capital paulista, baseado na divisão da cidade em Unidades de Paisagem. Explorando um amplo espectro de características do território, foram estabelecidas dez Unidades e apontados conflitos e cenários possíveis para o desenvolvimento da área.

**Arq. Fany Galender**



Pátio da ferrovia Mogiana, ainda em uso, em 1970.  
Fonte: Acervo Arquivo Público de Uberlândia – 2012.

# PAISAGEM URBANA



# FORMA URBANA E ESPAÇOS LIVRES NA CIDADE DE UBERLÂNDIA (MG), BRASIL

*URBAN FORM AND OPEN SPACES IN UBERLÂNDIA (MG), BRASIL*

Glauco de Paula Coccozza\*

Lucas Martins de Oliveira\*\*

## RESUMO

Este trabalho apresenta parte da pesquisa **Forma urbana e espaços livres na cidade de Uberlândia, MG**, que visa à compreensão de como os espaços livres se caracterizam na cidade e como são estruturantes da sua forma urbana. Para isto, fez-se necessário um resgate histórico da evolução da forma urbana, através de fontes secundárias e primárias, desde sua aglomeração inicial, relativamente recente, em meados de 1850, até os dias atuais. Sendo assim, foi possível entender os determinantes econômicos, políticos, sociais, físicos e legais que a moldaram, os conflitos sociais e ambientais enfrentados, as influências urbanísticas vigentes em cada período, bem como perceber os desafios e as potencialidades urbanas atualmente existentes. Pretende-se contribuir e aprofundar os conhecimentos sobre como os espaços livres estruturam a forma urbana das cidades médias brasileiras, tendo como objeto de estudo a cidade de Uberlândia, ampliando a discussão do seu papel na conformação de cidades com maior qualidade urbana e ambiental.

Palavras-chave: Forma urbana. Espaços livres. Espaços públicos. Cidade média. Transformação urbana.

## ABSTRACT

*This paper presents part of the research project **Urban form and open spaces in the city of Uberlândia, MG**. The research aims to understand how open spaces are characterized in the city and how they are structuring their urban form. For this, it was necessary a historical evolution of urban form through secondary and primary sources, since it's relatively recent start crowding in mid-1850 to the present day. Therefore, it was possible to understand the economic, political, social, physical and legal determinants that shaped the urban form, the social and environmental conflicts, the urban influences prevailing in each period, as well as understand the challenges and potential urban areas that currently exist. It is intended to contribute and deepen the knowledge about how the open space structure the urban form of medium-sized Brazilian cities, with the object of study Uberlândia, extending the discussion of their role in shaping cities with urban and environmental greatest quality.*

*Keywords: Urban form. Open spaces. Medium-sized city. Urban transformation. Public spaces.*

---

\* Professor adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia (FAUeD/UFU).  
glauco\_coccozza@yahoo.com.br

\*\* Pesquisador - Programa Institucional de Apoio à Iniciação Científica (PIAIC) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia (FAUeD/UFU).  
lmdeoliveira@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

Os estudos da forma urbana revelam diferentes modos de analisar o tecido urbano, convergindo para considerações que focam determinados elementos de investigação, geralmente demonstrando aspectos essenciais para um objetivo específico. Os espaços livres estão distribuídos de diferentes formas pelo tecido urbano, diferenciando-se em categorias, áreas, forma, usos, gestão, significados e apropriação. Analisar as formas urbanas através dos espaços livres significa compreender como a formação das mesmas incorporou esta categoria de espaço em seu desenho, convergindo para diferentes tipos de parcelamentos.

A sua inserção como um dos principais elementos definidores da estrutura morfológica das cidades médias possibilitou uma melhor identificação dos setores urbanos definidos por Amorim e Sena (2005) como estruturantes da forma urbana de uma cidade média: o centro e subcentro, o pericentro e a periferia, além dos parcelamentos dispersos existentes na região periférica. Esta estrutura define não somente como os espaços livres se distribuem, mas como este sistema é capaz de organizar o tecido urbano em diferentes níveis, seja na condição física do espaço como na esfera pública em diferentes tipos de espaços.

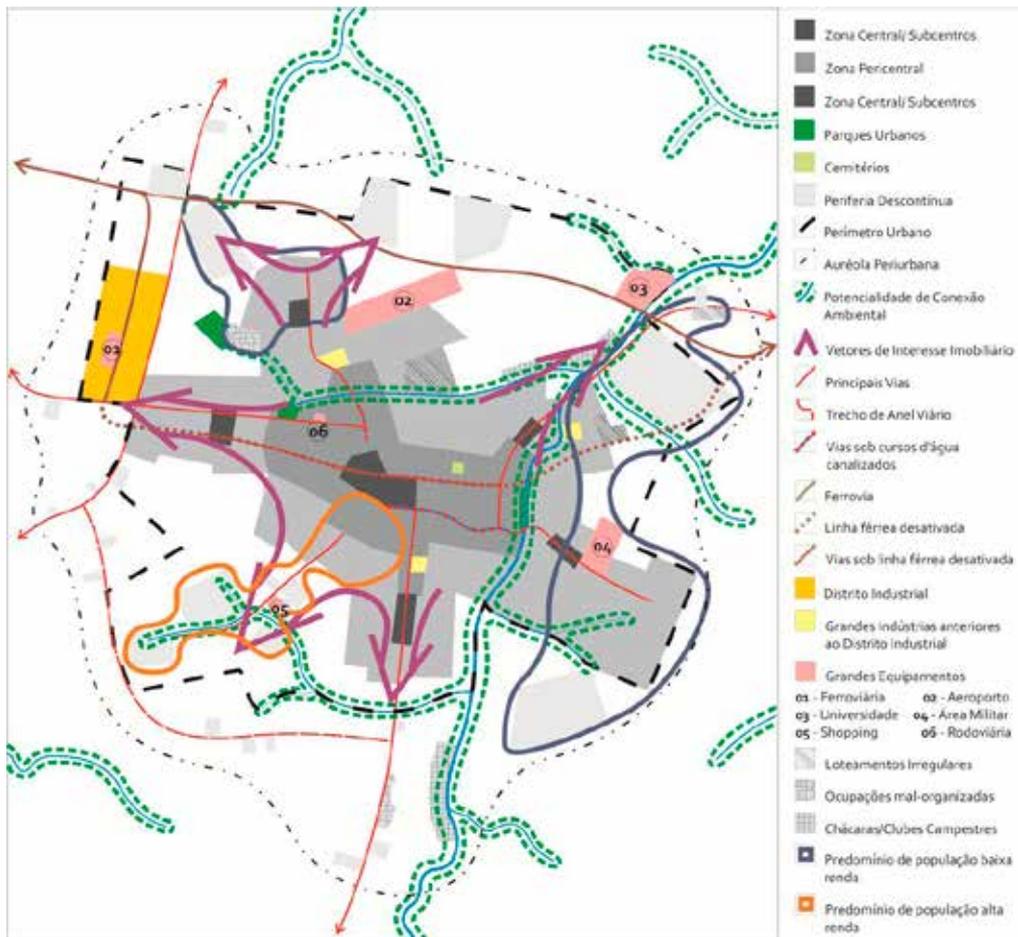
Os espaços livres em cidades médias do interior do Brasil apresentam padrões morfológicos próprios e que se diferenciam conforme a região, a população, as características geográficas e econômicas. Porém, pode-se dizer que um modelo se repete, formado por um conjunto que geralmente se caracteriza por praças centrais originárias do adro religioso, dos espaços cívicos e da prática mercantil; praças, avenidas arborizadas e, em alguns casos, parques em bairros pericentrais que apresentam boa qualidade espacial; e uma região periférica, tomada por loteamentos com baixa qualidade espacial – em contraste com os condomínios fechados pontuais, que simbolizam a perda da urbanidade em muitas cidades brasileiras.

Uberlândia se encaixa no modelo acima descrito, e o que se observa neste artigo sintetiza as transformações que a cidade teve até chegar à sua forma atual, evidenciando como o poder econômico, as decisões políticas e a legislação urbana e ambiental determinaram os padrões urbanísticos de cada época. Assim como as metrópoles e as pequenas cidades, as cidades médias estão redefinindo o seu papel perante a estrutura urbana brasileira, tendo importante papel econômico regional, que transforma cada vez mais o seu espaço e a sua paisagem urbana.

Uberlândia é a segunda maior cidade em população do Estado de Minas Gerais, com 611.903 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e possui alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Tem, na prestação de serviços e na agroindústria sua base econômica, que fez com que se destacasse como uma das principais cidades do interior brasileiro. Nos últimos anos, o grande incentivo do governo brasileiro para a construção civil, como o programa de moradia Minha Casa Minha Vida, acelerou a transformação da paisagem da cidade, intervindo no conjunto

urbano com parcelamentos de pouca qualidade espacial e ambiental, resenhando as áreas periféricas da cidade.

A figura 1 apresenta uma adaptação do modelo de cidade média proposto por Amorim e Sena (2005), na qual identificamos as zonas definidas por eles e que definem a forma urbana de uma cidade média, incorporando alguns elementos do sistema de espaços livres como essenciais no entendimento da configuração morfológica e estrutural das cidades médias brasileiras.



**Figura 1** Revisão do modelo morfológico das cidades médias brasileiras feita por Amorim e Sena (2005), incorporando os espaços livres como elementos estruturais da forma urbana. Fonte: Cocozza e Oliveira (2011, p. 6).

Ao crescer rapidamente, e pautada por uma visão desenvolvimentista do seu espaço, a cidade, por muitos anos, negligenciou parte deste potencial “paisagístico” que poderia determinar um novo contexto urbano-ambiental. Este estudo permite que possamos entender esta configuração ao longo do tempo, e visualizar quais decisões – políticas, técnicas ou econômicas – configuraram o atual conjunto de espaços livres que determinam a sua forma.

## 2 A EXPANSÃO DA FORMA URBANA EM UBERLÂNDIA

Este item apresenta os períodos que caracterizam a transformação da forma urbana em Uberlândia, apresentando os contextos políticos, socioeconômicos, a legislação ambiental e urbana e os padrões urbanísticos que definiram o desenho e o papel dos espaços livres na forma urbana.

### 2.1 DA FUNDAÇÃO A 1920: A ECONOMIA RURAL E A CHEGADA DA FERROVIA

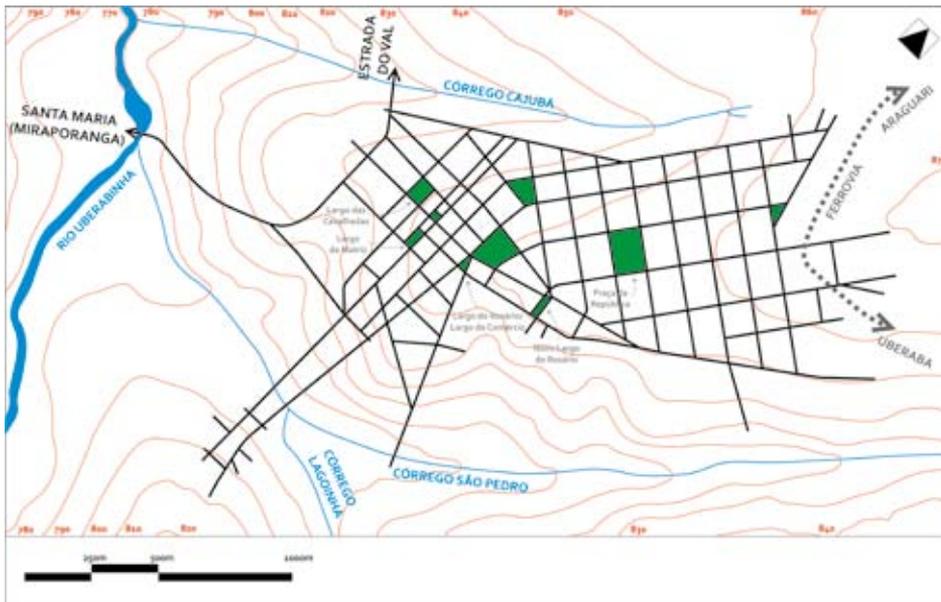
O desenho inicial da cidade de Uberlândia, denominada, em 1852, São Pedro de Uberabinha, seguia os modelos de ocupação da região conhecida como Sertão da Farinha Podre, conhecida atualmente como Triângulo Mineiro. Esta ocupação determinava os novos núcleos urbanos, com a igreja católica sendo a principal construção da cidade próxima a cursos d'água, seguida por adros, na frente e atrás desta construção religiosa, e construções ao redor dos espaços livres que distribuíam pelo tecido urbano.

O espaço livre apresentava importante função na estruturação da cidade, tendo atribuições distintas – adro religioso, comércio, parada de tropas, cemitério – e definindo os modos de vida da população da época. A implantação da cidade deu-se pela orientação da igreja matriz, de frente ao córrego São Pedro, organizando o núcleo urbano inicial. Um primeiro instante de crescimento ocorreu junto aos caminhos para cidades próximas – Uberaba, Araguari – e junto a outros espaços religiosos, como a igreja do Rosário, em setor oposto à igreja principal, destinada à população negra da cidade, com o seu adro definindo outro importante espaço livre deste núcleo.

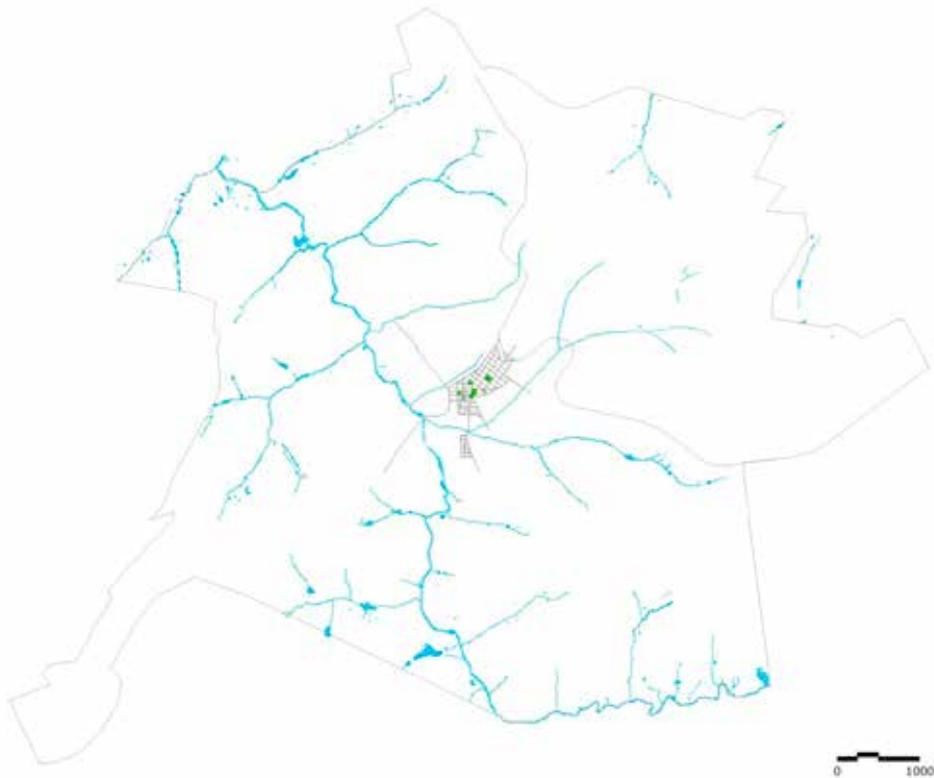
Comparada a outras cidades do Triângulo Mineiro, Uberlândia era uma das menos desenvolvidas, apresentando poucas igrejas e poucas edificações relevantes, porém, este aspecto do seu desenho tornou-se um importante elemento do espaço urbano, e o conjunto de espaços livres desta época é, na atualidade, uma das principais qualidades do bairro Fundinho.

Após este crescimento sem “aparente ordenamento”, até 1895, a cidade expandiu-se em direção à estação ferroviária, em um traçado urbano elaborado pela própria empresa Ferrovia Mogiana – que havia ultrapassado o território paulista, cruzado a região do Triângulo Mineiro e almejava alcançar o Estado de Goiás (figura 2).

Neste período, a cidade consolida-se em duas regiões morfológicas distintas: primeiro núcleo, atual bairro Fundinho, com traçado mais irregular, e a parte alta, atual Centro, com traçado ortogonal. Os limites físicos da cidade nesta época eram os córregos da bacia do rio Uberabinha, ao sul, e a Ferrovia Mogiana ao norte (figura 3). A configuração dos espaços livres, que antes eram originados a partir de espaços de caráter utilitário, configura-se na parte alta do plano, a partir do desenho ortogonal, onde o espaço da praça é uma quadra sem ocupação, sendo o mais significativo dos espaços livres desta época a praça dos Bambus, atual praça Tubal Vilela.

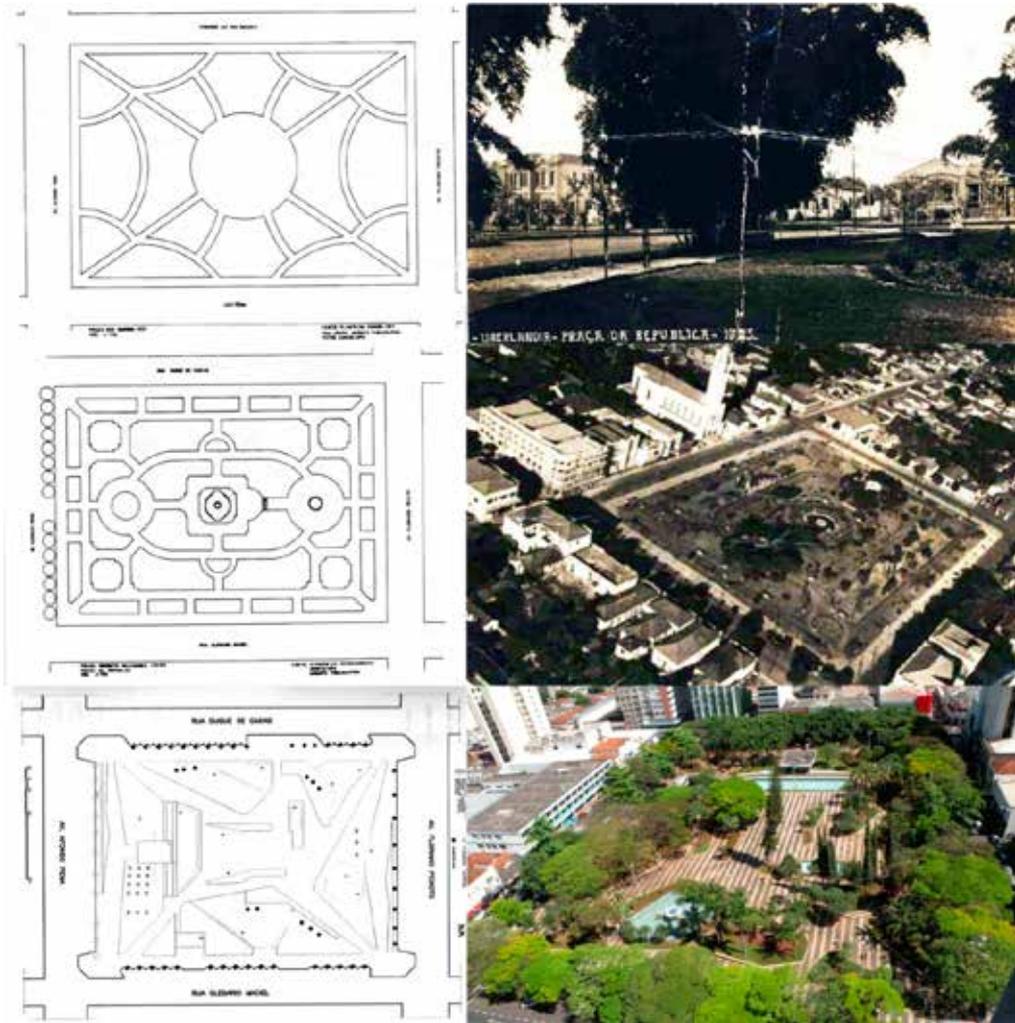


**Figura 2** Trama urbana de Uberlândia em 1920, ressaltando os espaços livres.  
Fonte: Coccoza e Oliveira (2011, p. 10).



**Figura 3** Forma urbana de Uberlândia em 1920.  
Adaptação e elaboração: Glaucio de Paula Coccoza e Lucas Martins de Oliveira.  
Fonte do mapa base: Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Atualmente, ela é a principal centralidade de Uberlândia, ponto de manifestações, festas, ponto de encontro de parte da população. Seu desenho sofreu três importantes transformações, sendo a mais expressiva o projeto do arquiteto Jorge Cury, em 1962<sup>1</sup> (figura 4). A estrutura inicial definiu um sistema de praças no bairro histórico que se conectava com a parte alta, definindo a qualidade da sua estrutura urbana. Essa organização definiu o padrão morfológico da área, caracterizou a região central da cidade e promoveu diferentes tipos de apropriação no espaço público.



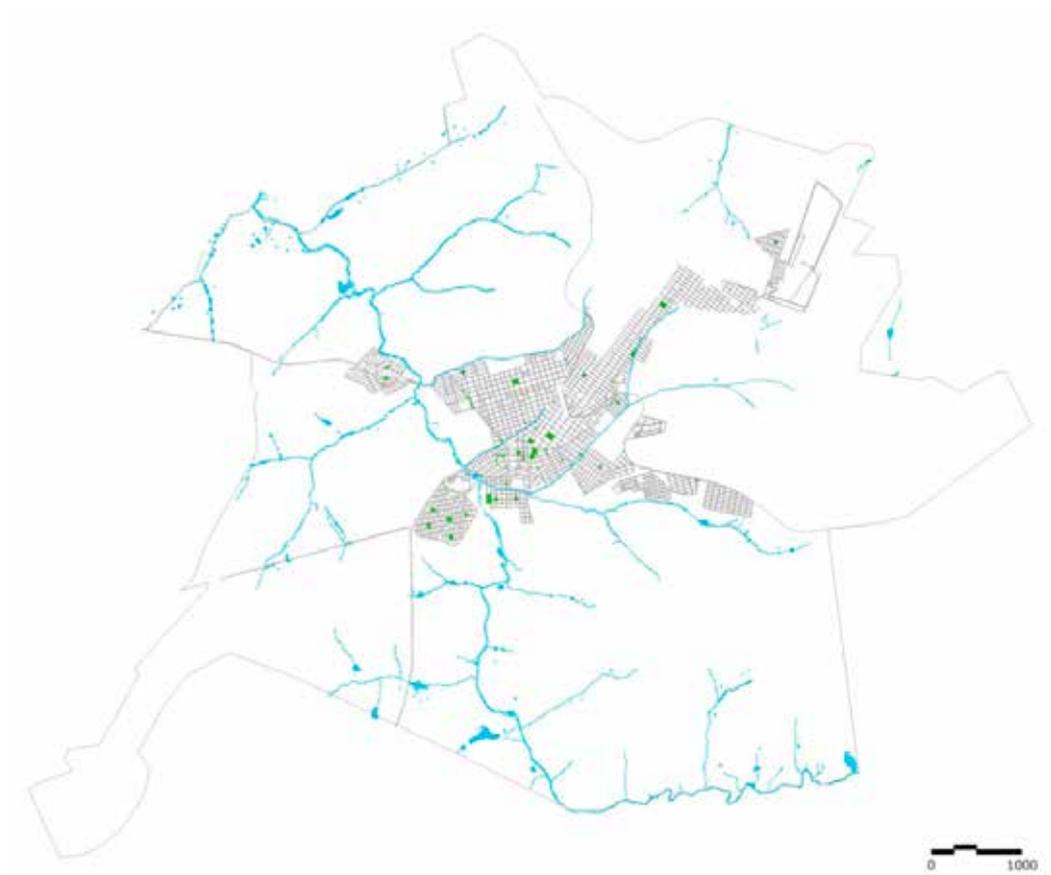
**Figura 4** Praça Tubal Vilela. Até 1938 - Primeiro desenho para a então praça da República (popularmente chamada de praça dos Bambus no início do século XX). De 1938 a 1962 - Segundo projeto para a praça. A partir de 1962, já denominada praça Tubal Vilela, projeto elaborado pelo engenheiro arquiteto João Jorge Coury. Fonte: Elaboração dos autores a partir das plantas dos projetos em Guerra (1998, p. 66, 70, 137). Fotos da praça da República: Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS-UFU). Foto da praça Tubal Vilela atual: Autores.

<sup>1</sup> Os projetos do engenheiro arquiteto para as praças foram estudados na dissertação de mestrado de Maria Eliza Alves Guerra (1998).

## 2.2 1920 A 1950: O AUGES DA FERROVIA

Em meados de 1940, a cidade se expande impulsionada pela ferrovia e pelo crescimento econômico da região. Neste momento, já conta com 40 mil habitantes e novos bairros são implantados para abrigar parte desta nova população. Apesar da proximidade do centro, estes bairros são marcados por características sociais distintas.

A cidade amplia os seus limites e surgem as primeiras ocupações periféricas desconectadas do traçado ortogonal. Pode-se caracterizar a cidade, nesta época, com duas zonas distintas: centro e periferia (atual pericentral). Neste período, ocorrem superações dos primeiros obstáculos físicos para dar continuidade à expansão da malha urbana: os córregos Cajubá e São Pedro (ambos ainda sem canalização) e a linha férrea. Os novos bairros cresceram junto aos principais eixos de transporte da cidade: o eixo ferroviário sentido São Paulo e Goiás; o eixo viário sentido Goiás e Prata; o aeroporto (figura 5).



**Figura 5** Forma urbana de Uberlândia em 1950.

Adaptação e elaboração: Glauco de Paula Coccoza e Lucas Martins de Oliveira.

Fonte do mapa base: Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Embora alguns novos bairros fossem idealizados seguindo alguns conceitos de cidade jardim – com rotatórias e canteiros ajardinados – o padrão da malha ortogonal

xadrez regeu a maioria dos novos parcelamentos, em uma tentativa de costura entre os novos loteamentos e o centro da cidade, entretanto implantados com quadras e lotes de menor dimensão. Porém, o que se percebe é que a preocupação com os espaços livres, sejam eles funcionais ou áreas de lazer, diminuiu. Poucas praças foram implantadas, apenas a praça Nossa Senhora Aparecida e a Nicolau Feres. A cidade, com baixa densidade de ocupação e poucos carros, tinha a rua como principal elemento de estruturação da vida cotidiana.

Os bairros, então periféricos, serviam de conexão entre o centro e o entorno rural, sendo o eixo ferroviário um grande articulador do espaço urbano, através dos pátios de manobra, dos galpões de armazenamento e dos comércios, que fizeram emergir uma importante área comercial da cidade na atualidade.

Outra característica da urbanização neste período é a consolidação de bairros que surgiram para alocar a população de baixa renda, localizados do outro lado do córrego São Pedro – Patrimônio e Saraiva, que impulsionaram a ocupação para a zona sul da cidade. Este modelo de segregação espacial através do suporte geográfico é comum neste período, visto que os rios ainda eram barreiras a serem transpostas. Na época, foi criada a Comissão de Urbanismo, pela Câmara Municipal, com o fim de avaliar os problemas urbanísticos latentes e as péssimas condições de infraestrutura nos bairros.

A leitura desse documento [Atas da Comissão de Urbanismo], além de nos dar uma ideia das condições gerais da cidade – uma grande diferença do grau de infraestrutura existente no centro e na periferia –, mostra também os problemas que já se apresentavam: a necessidade de adoção de uma política de habitação dirigida aos trabalhadores e de coibir o loteamento de área urbana muito além das necessidades de crescimento da população, a canalização de córregos que limitavam a área central e a falta de legislação de controle do crescimento da cidade. (FONSECA, 2007, p. 105).

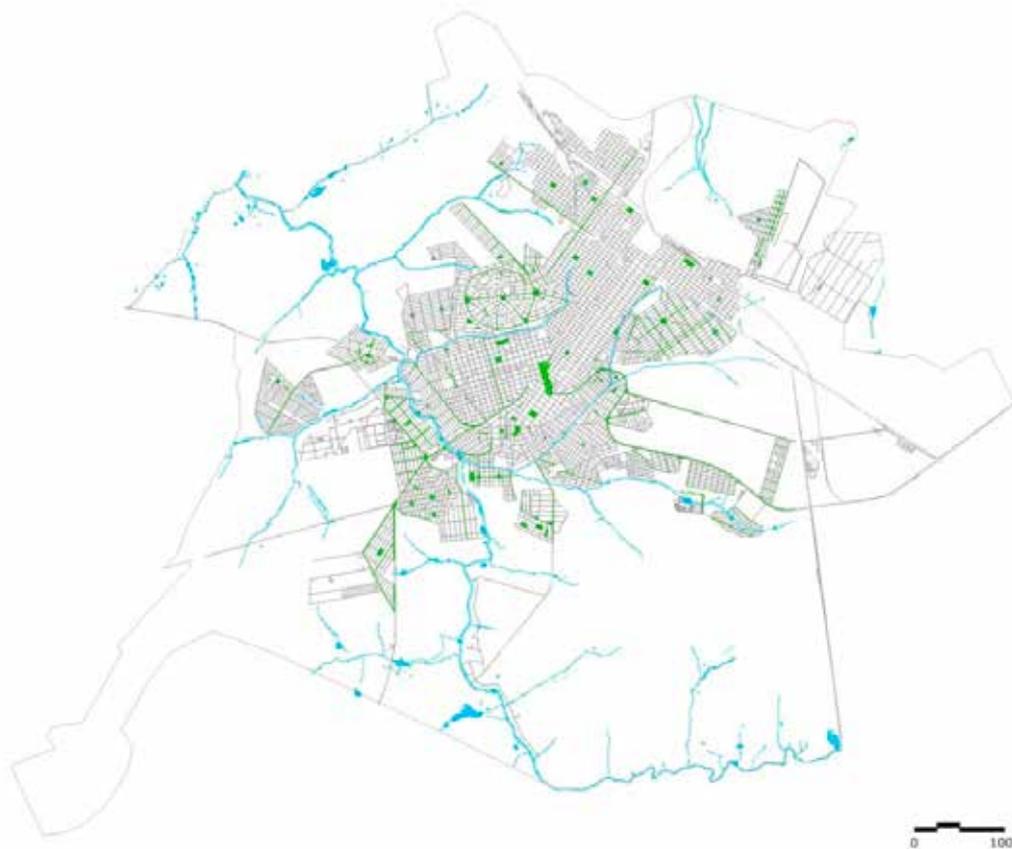
Com a implantação dos novos loteamentos, a cidade expande seus limites e começa a compor uma trama mais heterogênea, que até então era formada apenas pelo traçado ortogonal da região central, agregando novas morfologias e categorias de espaços livres, principalmente a viária.

### **2.3 1950 A 1970: MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E TRANSPOSIÇÃO DA FERROVIA**

A canalização do córrego Cajubá marca o início da transformação dos cursos d'água em infraestrutura viária em Uberlândia. O córrego dá lugar à avenida Rio de Janeiro (atual Getúlio Vargas), e, assim, os fundos de vale deixam de ser barreiras e começam a ser incorporados ao tecido urbano – de forma equivocada, mas transformando definitivamente a paisagem da atual região central (figura 6).

Soma-se a este pensamento o modelo de parcelamento, definido por novas estruturas de espaços livres, largas avenidas arborizadas e praças originadas pelo traçado viário

radial, formando rotatórias e espaços livres nos cantos das quadras. Outro ponto de transformação é a construção dos primeiros edifícios verticais – notadamente voltados à população de alta renda –, o que marca o início do processo de adensamento da região central, alterando o seu padrão morfológico. Edifícios modernos são construídos, substituindo muitas das antigas construções dos dois períodos anteriores, dando uma nova conotação à paisagem urbana.



**Figura 6** Forma urbana de Uberlândia em 1970.  
 Adaptação e elaboração: Glauco de Paula Coccoza e Lucas Martins de Oliveira.  
 Fonte do mapa base: Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Assim como no período anterior, experimentações de traçados urbanos são executadas em novos bairros, sendo o Roosevelt o mais significativo em termos morfológicos, com traçado irregular e sistema viário circular, com vias radiais conectadas por praças. Este modelo é marcante no tecido urbano de Uberlândia, e outros parcelamentos são estruturados com este modelo, onde o sistema viário adquire uma importância maior na organização dos espaços livres.

Tal modelo seguia os princípios urbanísticos que se desenvolviam no interior do Brasil, tendo, como principal expoente, Goiânia, cidade planejada com influência da cidade jardim e que despontava como exemplo de qualidade urbana, com o desenho

se adequando ao suporte físico, com avenidas arborizadas, ruas sinuosas e praças que complementavam o sistema viário, localadas em áreas estratégicas dentro do tecido urbano.

Estes bairros, então periféricos, são marcados na atualidade pela falta de manutenção dos espaços livres, visto que o seu acréscimo foi grande, prejudicando a sua condição no sistema que continuava a se moldar. Neste período, a cidade atingiu uma população de 95 mil habitantes, impulsionada pelo desenvolvimento da região Centro-Oeste do Brasil, principalmente com a construção de Brasília, que consolidaria o eixo de crescimento para o interior do país.

Com o rápido crescimento, houve a necessidade de que novos bairros fossem abertos, aumentando a oferta de lotes, o que ocorreu sem nenhum planejamento prévio, muitas vezes favorecendo apenas o dono da terra em detrimento da qualidade urbana:

A ausência de planos urbanísticos ou normativas que norteassem o crescimento físico da cidade fazia com que projetos de novos loteamentos fossem aprovados sem muito critério técnico ou exigências, o que resultava num tecido urbano descontínuo e na criação de novos bairros totalmente sem infraestrutura. Era frequente a desapropriação de terrenos para a abertura, continuidade, alargamento ou retificação de ruas ao redor do Centro ou dos bairros mais próximos. A falta de terrenos para a implantação de praças, escolas e hospitais era habitual e levava, com frequência, o município a desapropriar áreas ou negociar, diretamente com os loteadores, a doação de áreas para tais fins. Os projetos de novos loteamentos eram aprovados pela própria Câmara Municipal e, visto que muitos loteadores eram os próprios prefeitos ou pessoas diretamente ligadas a eles, poucas exigências eram feitas ou até mesmo se permitia a aprovação de loteamentos fora do perímetro urbano. [...] Na verdade, a cidade sofria as consequências da falta de uma legislação urbanística que impedia o crescimento excessivo do tecido urbano. Uberlândia, nessa época, apresentava uma rede urbana extensa, com baixa densidade de ocupação entrecortada por grandes vazios urbanos. (FONSECA, 2007, p. 106).

A descontinuidade do tecido neste período é determinante para a configuração da forma atual de Uberlândia. A implantação dos loteamentos periféricos afastados marca a expansão urbana em direção às regiões oeste e leste, sendo estes os vetores de crescimento urbano a serem explorados, na época, pelas empresas imobiliárias.

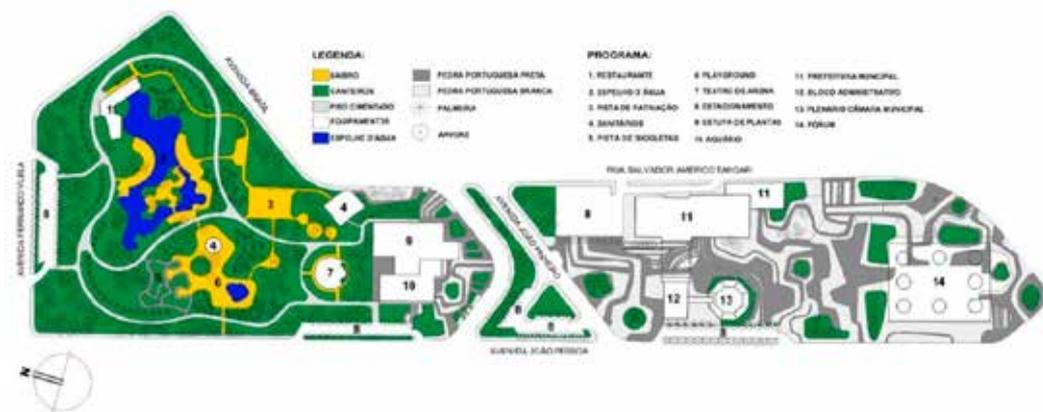
Com a implantação dos loteamentos Altamira e Cidade Jardim, na região sul, inicia-se o processo de saída das classes média e alta da região central da cidade, que optam por bairros mais afastados e com outro contexto urbano. Estes bairros caracterizam-se pela boa condição de espaços livres privados, em função do tamanho dos lotes, em média com 1.000 m<sup>2</sup>.

Uma grande intervenção urbana marca a transição do fim deste período: a mudança dos trilhos para o norte da cidade. A barreira física causada pela presença dos trilhos e da estação ferroviária, na região central, motiva a construção de uma nova linha férrea e de uma nova estação na periferia da cidade. O antigo pátio ferroviário,

motivo de grandes discussões, dá lugar à atual praça Sérgio Pacheco, e um novo sistema viário é construído na antiga linha férrea, atual avenida João Naves de Ávila, hoje eixo estruturador da cidade (figuras 7, 8 e 9).



**Figura 7** Pátio da ferrovia Mogiana, ainda em uso, em 1970.  
 Fonte: Acervo Arquivo Público de Uberlândia – 2012.



**Figura 8** Planta do projeto de Ary Garcia Roza e Roberto Burtle Marx, gerada a partir das fotos da planta do projeto original, para a praça Sérgio Pacheco.  
 Desenho elaborado por Kauê Felipe Paiva para o projeto de pesquisa Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação. Acervo do arquivo do Núcleo de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo – FAUeD/UFU.  
 Fonte: Paiva e Cappello (2011, p. 21).



**Figura 9** Inauguração da praça Sérgio Pacheco na década de 1970.  
Fonte: Acervo Arquivo Público de Uberlândia – 2012.

## 2.4 1970 A 1980: DESENVOLVIMENTO LOGÍSTICO DA REGIÃO

Com o crescimento econômico do interior do Brasil e uma política governamental de incentivo às cidades médias, Uberlândia cresce em importância e torna-se um ponto nodal de ligação entre o Sul e o Norte do Brasil. O intenso movimento de carga nas vias urbanas fez com que se tornasse necessária a construção de vias de escoamento, efetivando política rodoviarista. As estradas fragmentaram parte do tecido urbano e redesenharam o seu crescimento, transferido para a qualificação de outro setor da cidade, a zona sul.

O conseqüente crescimento populacional fez surgir novos loteamentos, construídos nas regiões periféricas da cidade, junto aos novos polos de distribuição, efetivando-se, assim, a ocupação destas áreas pela população de baixa renda (figura 10). Como em muitas cidades brasileiras, tais localidades sofrem com o descaso dos gestores, com a falta de infraestrutura básica e com a falta de espaços livres. Estes, que anteriormente se distribuía de modo mais equilibrado, agora são negligenciados por parcelamentos precários e de pouca qualidade espacial.

Como reflexo destes acontecimentos, a prefeitura iniciou um conjunto de obras de qualificação do sistema viário para o escoamento de mercadorias e da população, sendo o mais marcante a implantação da avenida Rondon Pacheco, marco da trans-

formação da paisagem na cidade, e a avenida Anselmo Alves dos Santos – ambas com canalizações de córregos –, que conecta o centro ao parque do Sabiá, maior e mais importante área verde de Uberlândia.



**Figura 10** Forma urbana de Uberlândia em 1980.

Adaptação e elaboração: Glauco de Paula Coccoza e Lucas Martins de Oliveira.

Fonte do mapa base: Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Ao mesmo tempo, o bairro Santa Mônica é implantado na colina entre a antiga linha do trem e o parque do Sabiá, tendo como base do seu desenho ruas e avenidas largas e extensas áreas de praças em meio ao parcelamento ortogonal – porém não mais com quadras de 100x100, mas retangulares, de 70x180, padrão nos novos loteamentos urbanos. As praças desenhadas neste período ainda estão para ser implantadas, o que mostra o descaso dos gestores com essa categoria de espaço.

No ano de 1979, é aprovada a Lei Federal nº 6766, que regulamenta o parcelamento do solo urbano nas cidades. Entre outros aspectos abordados pela mesma, ela define o papel do espaço livre público nos novos loteamentos. Embora a obrigatoriedade deste tipo de espaço pudesse projetar espaços mais qualitativos, o mesmo começa a ser utilizado apenas como elemento para a aprovação da gleba perante órgãos municipais, perdendo a sua essência como forte estruturador do desenho.

## 2.5 1980 A 2000: INDUSTRIALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO COMO POLO REGIONAL

Com as facilidades de escoamento de mercadorias, a existência de infraestrutura e boa qualidade de vida, diversas indústrias começam a instalar-se na cidade, consolidando o atual Distrito Industrial, na região norte, e, conseqüentemente, o aumento da demanda por habitação em seu entorno. O crescimento econômico, impulsionado também pela modernização do setor agrícola, promove nova transformação do tecido urbano de Uberlândia, tornando-o mais complexo, problemático, carente de novas normativas e planejamento. A cidade precisa de novos bairros, e, novamente, a baixa qualidade espacial marca os novos loteamentos. Os espaços livres, como praças e parques, embora apareçam nos projetos, não são implantados e muitas vezes são ocupados para outro fim.

Em 1980 a população da cidade atinge 230 mil habitantes, e cada vez mais a fragmentação do tecido urbano promove a segregação espacial de suas regiões. Como consequência do rápido crescimento, graves problemas relativos à forma de ocupação do sítio começam a ocorrer: enchentes, poluição dos rios e córregos, desmatamento de matas ciliares e remanescentes de cerrado, congestionamentos nas áreas centrais (figura 11).

Neste cenário, a população de alta renda busca novas possibilidades de moradia, sendo que a mudança é facilitada com a implantação de novos bairros na região sul. Surge assim o loteamento Jardim Karaíba, que transformaria a paisagem da cidade (figura 12). O bairro torna-se o principal ponto de atração e seu parcelamento configura-se em extensos jardins frontais nas casas, que não poderiam ter muros, o que logo se torna a imagem da qualidade urbana que Uberlândia almejava e que se perdera com a construção de bairros populares na região periférica. Os novos empreendimentos precisavam resgatar o papel do espaço livre como elemento de qualidade espacial. Era a Uberlândia ajardinada, moderna e próspera.

Na época, junto a este loteamento, tentou-se construir o primeiro shopping da cidade, porém, por questões de acessibilidade, não vingou. O shopping que iria transformar o contexto urbano foi inaugurado no começo da década de 1990, no cruzamento das duas principais avenidas da cidade, tornando-se marco na paisagem e no contexto urbano local.

## 2.6 2000 ATÉ OS DIAS ATUAIS: DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE SERVIÇOS

Com a chegada do século XXI, a zona sul firma-se como local de moradia e desejo das classes média e alta, emergentes do crescimento econômico da cidade. Próximos ao Jardim Karaíba surgem os primeiros loteamentos fechados, influenciados pelo padrão espacial herdado deste bairro e marcando a transformação do setor imobiliário e produtivo da cidade. Assim como em muitas cidades do interior do Brasil, a construção de condomínios fechados, em áreas estratégicas – no caso, a zona sul –, marca



**Figura 11** Forma urbana de Uberlândia em 1990.  
Adaptação e elaboração: Glauco de Paula Coccoza e Lucas Martins de Oliveira, 2011.  
Fonte do mapa base: Prefeitura Municipal de Uberlândia.



**Figura 12** Bairro Jardim Karáiba.  
Fonte: Acervo do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal de Uberlândia (NEUrb-UFU) – 2012.

a segregação espacial, que ganha força na última década. A elite, que anteriormente vivia no centro, e que passou, depois, por bairros residenciais, instala-se nos diversos loteamentos fechados criados na área de expansão. Isto fez surgir uma nova centralidade, com universidades, shopping e áreas de lazer destinadas a esta população (figura 13).

Se por um lado a região sul cresce como local das classes mais abastadas, nas suas franjas novos bairros populares são implantados. Novamente, são loteamentos urbanos onde o espaço livre é apenas uma taxa, locados no projeto para aprovação, porém, não implantados. Um fator importante que marca a paisagem urbana das novas regiões periféricas é a explosão de novas construções para a população de baixa renda, com subsídio do governo federal, favorecida pelo programa Minha Casa, Minha Vida (figura 14).



**Figura 13** Condomínios voltados para Área de Preservação Permanente (APP) – Região central ao fundo.

Fonte: Acervo do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal de Uberlândia (NEUrb-UFU) – 2012.



**Figura 14** Loteamentos implantados nas franjas da zona sul.

Fonte: Acervo do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal de Uberlândia (NEUrb-UFU) – 2012.

Este modelo de loteamento, que definia a paisagem de outras áreas, agora forma um anel que define o limite entre a área urbana e a periurbana. Muitos fundos de vale são incorporados ao tecido urbano, porém sem ocupação e intervenção do Estado. Tal potencial da cidade descreve uma característica destacada na atualidade, a do grande potencial ambiental sistêmico proporcionado pelos fundos de vale (figura 15).

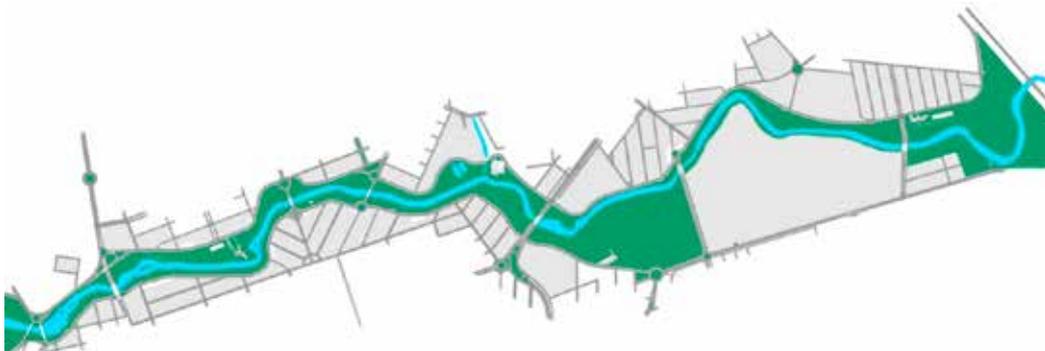


**Figura 15** Forma urbana de Uberlândia em 2000.  
 Adaptação e elaboração: Glauco de Paula Coccoza e Lucas Martins de Oliveira.  
 Fonte do mapa base: Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Assim como ocorreu em outras cidades no Brasil e no mundo, a questão ambiental emergiu como uma das principais bandeiras de políticos e entidades de classes e civis na busca de uma cidade mais sustentável. Como política do meio ambiente local, novos parques urbanos municipais são criados em áreas de proteção ambiental, com destaque para o Parque Linear do rio Uberabinha<sup>2</sup>, que tem como principal objetivo criar um eixo de lazer, cultura e educação ambiental ao longo do trecho mais urbanizado do rio, costurando a área central com os bairros antes segregados (figura 16). Esta tentativa de reencontro com a natureza transformou a paisagem do entorno, porém, o mesmo tratamento dado ao principal curso d'água não é visto em outros córregos da bacia

<sup>2</sup> Concurso público realizado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia em 1999. Foi vencedora a equipe coordenada pelo arquiteto e professor Ricardo Pereira – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia (FAUeD/UFU).

do rio Uberabinha, mantendo o grande potencial ambiental para intervenções futuras, que transformarão ainda mais a forma urbana de Uberlândia. A paisagem das bordas forma um conjunto de áreas que potencializam a criação de um sistema, conectando diferentes áreas do tecido, tanto na área central como nas regiões periféricas.



**Figura 16** Implantação geral do projeto Parque Linear Uberabinha.

Fonte: Núcleo de Memórias e Referências – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia (FAUeD/UFB).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatar as transformações do tecido urbano das cidades significa identificar o processo de produção do seu espaço. Este estudo permitiu compreender a configuração dos espaços livres ao longo do tempo e visualizar com quais decisões e em que contextos o atual sistema se configurou. A análise desta organização não deve ser somente espacial, mas econômica, política e social, indicando as possíveis variáveis que definem o Sistema de Espaços Livres (SELs) pelas cidades brasileiras.

Dois aspectos podem ser apontados quando se abordam os espaços livres urbanos na cidade de Uberlândia. O primeiro refere-se à perda da sua condição qualitativa, seja pela esfera pública e pelo lócus identitário da vida cotidiana, assim como a do seu papel na organização do tecido urbano. Muitas praças só existem no papel e são desenhadas apenas para compor porcentagens, ao invés de servirem a um pensamento urbanístico que as valorize, fato este que ocorre principalmente nas regiões periféricas. Porém, são nestas regiões que a rua se mantém como principal espaço público e de lazer da população.

Um fato que vale ressaltar é a tentativa de aproximar as áreas de fundos de vale com a trama da cidade. Embora sejam áreas destinadas à preservação, protegidas pela legislação federal, contradições ainda permeiam sua gestão municipal: são espaços de conflitos ambientais e territoriais, palcos de tensões urbanas. Muitas são parques somente no papel; outras são usadas para infraestrutura da paisagem, como corredores ecológicos; outras destinadas à implantação de equipamentos sociais. De fato, são espaços que deveriam e poderiam se caracterizar por uma efetiva ação municipal, que garantisse sua territorialidade pública e de usufruto coletivo.

O segundo aspecto é a gestão deste sistema na cidade. O crescimento econômico e populacional faz com que a cidade priorize intervenções no sistema viário para o transporte individual, no sistema de abastecimento de água e energia, porém pouco se faz para o sistema de espaços livres urbanos. Nada diferente de outras cidades, porém percebe-se que o espaço livre público perde seu valor e seu significado – e outros espaços, como clubes e condomínios prevalecem como espaços de lazer e integração, principalmente pela falta de manutenção dos espaços públicos, prejudicando cada vez mais uma efetiva apropriação da população.

Mesmo assim, ainda temos um sistema que se estrutura e se potencializa com o entendimento do papel da natureza na cidade. O quadro abaixo sintetiza os resultados desta pesquisa, comparando os principais aspectos abordados nos levantamentos, caracterizando os períodos e os principais componentes da transformação do espaço livre na forma urbana.

### QUADRO COMPARATIVO DOS ESPAÇOS LIVRES EM CADA PERÍODO

Aspectos Período	CONTEXTO POLÍTICO E SOCIOECONÔMICO	LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E URBANA	PADRÕES URBANÍSTICOS	ESPAÇOS LIVRES
<b>Fundação a 1920</b>	Sociedade rural. Economia rural e extensiva.	Códigos de Posturas Coloniais. Sem legislação municipal bem definida.	Início sem planificação rígida; aglomerado no entorno na Igreja Católica. Primeiro ordenamento territorial promovido pela ferrovia Mogiana em malha ortogonal. O padrão de quadra ortogonal rege os parcelamentos.	Núcleo inicial: espaço livre estruturador da forma urbana. Adro religioso, largo do comércio, parada de tropas, cemitério. Expansão projetada: primeiro espaço livre pensado para fins específicos: praça dos bambus, atual Tubal Vilela (racionalismo). A ausência de legislação específica prejudica a implantação e distribuição de espaços livres.
<b>1920 a 1950</b>	Prolongamento da Ferrovia Mogiana e crescimento para o interior impulsionam a economia.	Criação da Comissão de Urbanismo pela Câmara Municipal.	Novos parcelamentos junto ao centro, com padrão ortogonal. A cidade ultrapassa o limite físico do rio Uberabinha.	Poucas praças projetadas. Prioridade para ruas e calçadas. Papel higienista dos espaços livres. Arborização urbana.

<p><b>1950 a 1970</b></p>	<p>Construção de Brasília. Plano de metas JK: Uberlândia se favorece com a rodoviarização. Modernização agrícola. Início da verticalização da região central. Problemas crônicos de infraestrutura urbana.</p>		<p>Novas experimentações urbanísticas – Jaraguá e Roosevelt. Primeiros loteamentos voltados à população de alta renda. Clara influência dos projetos urbanos de Belo Horizonte e Goiânia.</p>	<p>Transposição da ferrovia dando lugar a um novo eixo estrutural. Espaços livres vinculados ao desenho viário. Grandes avenidas arborizadas.</p>
<p><b>1970 a 1980</b></p>	<p>Desenvolvimento do comércio atacadista. Periferização.</p>	<p>Lei n.º 6766 1979</p>	<p>Novos parcelamentos, com predomínio de tecido urbano em padrão retangular, propiciando a maximização dos lucros em detrimento das dimensões dos lotes. Espaço livre tratado como resíduo das glebas.</p>	<p>Obras de qualificação do sistema viário intraurbano (canalizações, viadutos). Implantação do parque do Sabiá.</p>
<p><b>1980 a 2000</b></p>	<p>Industrialização. Desenvolvimento do setor logístico. Novos conjuntos habitacionais. Primeiros centros comerciais.</p>	<p>Plano Diretor 1994</p>	<p>Bairros jardins, valorizando os espaços livres. Descontinuidade urbana.</p>	<p>Novos bairros para a elite da cidade, com jardins frontais. Loteamentos com praças e áreas verdes não implantados.</p>
<p><b>2000 até os dias atuais</b></p>	<p>Crescimento do setor de serviços. Intensificação da implantação de condomínios horizontais reforçando a segregação espacial.</p>	<p>Plano Diretor 2006 Lei n.º 245/2000</p>	<p>Ocupação de áreas destinadas à especulação imobiliária. Necessidade crescente de frear a expansão urbana horizontal.</p>	<p>Intensificação da qualificação do sistema viário (anel viário, duplicações de rodovias em áreas urbanas). Implantação de um trecho do Parque Linear Rio Uberabinha.</p>

Elaboração: Glauco de Paula Coccozza e Lucas Martins de Oliveira – 2012.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SENA FILHO, Nelson de. **A morfologia das cidades médias**. Goiânia: Editora Vieira, 2005. 116 p.

COCOZZA, Glauco de Paula; OLIVEIRA, Lucas Martins de. **Espaços e espacialidades**: caracterização dos espaços livres de Uberlândia. In: 5º COLÓQUIO QUAPÁ-SEL, 2010, São Paulo.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Urban form and open spaces**: the case of Brazilian medium-sized cities. In: INTERNATIONAL SEMINAR ON URBAN FORM - ISUF, 18, 2011, Montreal. Urban Morphology and the Post-Carbon City, Montreal, 2011.

COCOZZA, Glauco de Paula; OLIVEIRA, Lucas Martins de; LIBERA, Izabela Ilka Medeiros Dalla. **O sistema de espaços livres e a constituição da forma urbana na cidade de Uberlândia, MG**. In: COLÓQUIO QUAPÁ-SEL, 6, 2011, São Paulo. 6º Colóquio QUAPÁ-SEL. São Paulo, 2011.

FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. 2007. 353 f. **Forma urbana e uso do espaço público**: as transformações no centro de Uberlândia, Brasil. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidad Politécnic de Catalunya, Barcelona, 2007.

GUERRA, Maria Eliza Alves. **As praças modernas de João Jorge Coury no Triângulo Mineiro**. 1998. 220 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 1998.

PAIVA, Kauê Felipe; CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. Documentação dos projetos para a praça Sérgio Pacheco em Uberlândia: a proposta de Ary Garcia Roza e Roberto Burtle Marx. In: **Horizonte Científico**, v. 5, n. 5, 2011, Uberlândia, p. 1-35.

UBERLÂNDIA (MG). Câmara Municipal de Uberlândia. Lei complementar nº 432 de 19 de outubro de 2006. Aprova o plano diretor do município de Uberlândia, estabelece os princípios básicos e as diretrizes para sua implantação, revoga a Lei Complementar nº 078 de 27 de abril de 1994 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=leisMunicipais>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

UBERLÂNDIA (MG). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2010. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br>>. Acesso em: 30 ago. 2010.



# PADRÕES E PROCESSOS DE OCUPAÇÃO DAS ENCOSTAS EM CINCO CIDADES BRASILEIRAS: ESTUDO COMPARATIVO DA MORFOLOGIA DA PAISAGEM

*PATTERNS AND PROCESSES OF HILLSIDE OCCUPATION IN FIVE BRAZILIAN CITIES: A COMPARATIVE STUDY OF LANDSCAPE MORPHOLOGY*

Mônica Bahia Schlee\*

## RESUMO

A pressão exercida pela ocupação das encostas urbanas brasileiras tem gerado impactos cumulativos na paisagem. O presente artigo analisa os processos da ocupação de encostas em cinco cidades brasileiras – Rio de Janeiro, Vitória, Belo Horizonte, São Paulo e Florianópolis, localizadas nas regiões Sudeste e Sul do país – com o objetivo de analisar a morfologia da paisagem nas encostas destas cidades e contextualizar conflitos e desafios gerados pelas condições urbanísticas encontradas na resiliência da paisagem. As investigações biofísicas, paisagísticas e urbanísticas foram elaboradas a partir de uma leitura da paisagem apoiada em matrizes e mapas temáticos que possibilitaram o cruzamento e a correlação de diversas categorias de análise, englobando características do suporte físico-ambiental e do suporte sociocultural. O quadro abrangente de fatores que influenciam a capacidade de suporte e de resiliência da paisagem nas encostas urbanas brasileiras exposto neste artigo indica a necessidade do desenvolvimento e da aplicação de um urbanismo regenerador, apontando a interface encosta-floresta-água-comunidade-cidade e o foco nos espaços livres como a base física fundamental para a formação de uma rede de regeneração, um contraponto essencial à forma construída, e uma fonte de suporte, convívio, inspiração e inclusão em direção à justiça socioambiental nas cidades brasileiras.

Palavras-chave: Paisagem urbana. Ocupação de encostas. Morfologia da paisagem. Resiliência. Sustentabilidade.

## ABSTRACT

*The pressure exerted by the occupation of Brazilian urban hillsides have generated cumulative impacts on the landscape. This paper analyses the processes of hillside settlements in five Brazilian cities Rio de Janeiro, Vitória, Belo Horizonte, São Paulo and Florianópolis located in the Southeastern and Southern regions of the country, in order to analyse hillsides landscape morphology and contextualize conflicts and challenges generated by their urban conditions in landscape resilience.*

*The biophysical, landscape and urban planning investigations were drawn from a systemic landscape approach, based on thematic matrices and maps that enabled the correlation of various categories of analysis, encompassing bio-physical and socio-cultural characteristics of the environment. The comprehensive picture of the various factors that influence the carrying capacity and resilience of Brazilian urban slopes*

---

\* Arquiteta-paisagista e urbanista. Doutora em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Arquitetura da Paisagem – PSU e mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Atua na Coordenadoria de Macro Planejamento, Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – CMP/SMU/PCRJ. monbasch@gmail.com

*exposed in this article indicates the need for the development and implementation of a restorative urbanism, pointing the interface hill-forest-water-community-city and the focus on the open spaces as the fundamental basis for the formation of a network of regeneration, an essential counterpoint to the built form, and a source of support, fellowship, inspiration and inclusion aiming at socio-environmental justice in Brazilian cities.*

*Keywords: Urban landscape. Hillslope settlement. Landscape morphology. Resilience. Sustainability.*

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo enfoca a morfologia da paisagem em cinco cidades brasileiras, Rio de Janeiro, Vitória, Belo Horizonte, São Paulo e Florianópolis, localizadas nas regiões Sudeste e Sul do país (figura 1), e argumenta que sua análise é um passo fundamental na avaliação da resiliência da paisagem. Como argumentado por Forman (1995), o entendimento da estrutura, das funções, da dinâmica e do comportamento transitório dos sistemas paisagísticos, bem como da interação e interdependência entre estes e as atividades humanas são fundamentais para o planejamento de cidades sustentáveis.



**Figura 1** Cidades brasileiras analisadas.

Fonte: Schlee (2011, p.1). A partir de mapeamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A interação entre a resiliência e a sustentabilidade das paisagens tem sido sublinhada por diversos autores (HOLLING, 2001; LEITÃO e AHERN, 2002; FOLKE, 2006; AHERN, 2010, 2011). Segundo Folke (2006) e Ehrlich et al. (2012), resiliência é a capacidade

de um sistema para absorver e adaptar-se em face a transformações, mudanças de regime e perturbações, e a capacidade de recuperar-se ou reorganizar-se a fim de manter sua estrutura, função e identidade. Como argumentado por Arrow et al. (1995) e Holling (2001), a compreensão das condições e funções dos sistemas de paisagem e de seus desempenhos, suas dinâmicas e seus limites são determinantes na avaliação da resiliência. Em outras palavras, a caracterização de um sistema paisagístico é um passo importante na compreensão das condições ambientais e socioculturais e na determinação dos limites de resiliência da paisagem. A compreensão do comportamento e das interações de um sistema paisagístico e de como este responde a transformações e perturbações é fundamental para a construção de estratégias adequadas de gestão e manutenção da capacidade regenerativa da paisagem e do desenvolvimento urbano sustentável em territórios urbanos montanhosos.

As investigações biofísicas, paisagísticas e urbanísticas realizadas neste trabalho foram elaboradas a partir de uma leitura sistêmica e matricial apoiada em quadros-síntese, matrizes temáticas e mapas que possibilitaram o cruzamento e a correlação de diversas categorias de análise, com o objetivo de explicitar as convergências e as diferenças encontradas entre as cidades, compondo uma base referencial de análise para o estudo de caso mais aprofundado, realizado no Rio de Janeiro (SCHLEE, 2011), a ser detalhado em futura publicação. As categorias de análise foram subdivididas em: características do suporte físico-ambiental, compreendendo domínios paisagísticos (morfoclimáticos), aspectos da geomorfologia regional, biomas, geomorfologia local, altimetria do território municipal (máxima e mínima), relação e percentual entre domínio montanhoso e mancha urbana e extrato predominante de vegetação; características do suporte sociocultural, incluindo dinâmica populacional (número de habitantes), composição dos estratos sociais nas encostas, população nas encostas, densidade bruta (habitantes/km<sup>2</sup>) e incidência de pobreza e características do suporte construído, abrangendo área territorial, característica da urbanização, início da ocupação formal e informal nas encostas, vetores de ocupação, estrutura da ocupação, usos pretéritos e atuais predominantes e grandes manchas de espaços livres.

Quanto à legislação, foram analisados instrumentos de regulação do uso e ocupação do solo e de proteção ambiental, dispositivos de proteção e regulação na legislação ambiental municipal e no zoneamento urbanístico, usos permitidos pela legislação municipal e parâmetros urbanísticos da área informal. O papel da legislação como instrumento de transformação e proteção da paisagem das encostas nas cidades analisadas foi discutido em outra publicação (SCHLEE, 2013).

## **2 CONDICIONANTES DO SUPORTE NATURAL NA FORMAÇÃO DA ESTRUTURA DA PAISAGEM**

As cidades analisadas são muito heterogêneas entre si, tanto em termos de escala e atributos geobiofísicos, quanto em relação aos processos históricos e culturais que orientaram sua ocupação e a transformação de sua paisagem. No entanto, a análise

se elaborada distinguiu semelhanças e especificidades no modo como estas cidades tratam, ocupam e protegem suas encostas. Os processos de ocupação das encostas, nestas cidades, guardam aspectos comuns quanto às origens e motivações, aos usos e funções que as encostas desempenharam ao longo do tempo, e ainda desempenham, às relações entre estes processos de ocupação e a vegetação e os corpos d'água, e ao modo como são regulados e viabilizados.

As encostas do Rio de Janeiro, de Vitória, São Paulo, Belo Horizonte e Florianópolis apresentam usos, padrões e relações espaciais e sociais diferenciados internamente e entre si. Em relação aos grandes domínios paisagísticos brasileiros, denominados por AB' Saber (2003) como domínios morfoclimáticos<sup>1</sup> (figura 2), quase todas as cidades analisadas localizam-se no domínio dos "mares de morros", que se estende ao longo do litoral do oceano Atlântico, do Rio Grande do Sul à Paraíba. Este domínio paisagístico caracteriza-se pela topografia acidentada, composta de escarpas íngremes que compõem o conjunto de serras que integram a serra do Mar; uma área intermediária, quase contínua, de morros arredondados, maciços e morros costeiros isolados; pontões rochosos na linha de costa; planícies costeiras e planaltos interiores (figuras 3 e 4). Apresenta uma rede de drenagem extensiva, perene e ramificada, rios com leitos e vales estreitos, lençol d'água subterrâneo permanente, altos índices de precipitação e umidade e a presença de vegetação remanescente de floresta Atlântica, atualmente bastante fragmentada. A partir do Espírito Santo, em direção ao nordeste, estas formações assumem características diferenciadas, com a presença de tabuleiros, depressões e grotas (ROSS, 2001).

Belo Horizonte é a única cidade (dentre as analisadas neste trabalho) localizada na faixa de transição entre o domínio dos mares de morros e o domínio do cerrado. O domínio do cerrado, como indicou AB' Saber (2003), ocorre no planalto Atlântico, no interior do Brasil, e é caracterizado por uma mescla de feições de relevo suavemente ondulada, chapadões e depressões, drenagem perene, com rios principais caudalosos, em leitos e vales largos, e densidade hidrográfica menos extensiva e ramificada do que no domínio dos mares de morros, formada por córregos intermitentes e lençol d'água subterrâneo permanente. Apresenta cobertura vegetal bastante diversificada e adaptada ao fogo e enclaves de florestas em áreas localizadas em nascentes ou olhos d'água. A faixa de transição onde se localiza Belo Horizonte está assentada sob uma extensa depressão, com feições de relevo arredondadas e emoldurada por um contínuo de serras ricas em quartzo e ferros, do qual faz parte a serra do Curral. Dentre todas as cidades analisadas, Belo Horizonte se destaca pela natureza da pressão que é exercida nas encostas. Enquanto nas demais cidades a pressão pela ocupação urbana prevalece, em Belo Horizonte ela é fortemente exercida, também pelas atividades de exploração mineral.

---

<sup>1</sup> Conforme definiu AB' Saber (2003), domínios morfoclimáticos são grandes extensões territoriais onde predomina um determinado arranjo integrado de feições paisagísticas e ecológicas, incluindo formas de relevo, tipos de solo e de vegetação, e condições climáticas e hidrológicas. As fronteiras entre as áreas nucleares, isto é, entre as áreas que apresentam características mais definidas e contínuas, são chamadas de faixas de transição ou de contato, mesclando características dos domínios vizinhos.

As três cidades litorâneas analisadas – Rio de Janeiro (figuras 5 e 6), Florianópolis (figuras 7 e 8) e Vitória (figuras 9 e 10) – situam-se junto a baías oceânicas e apresentam traços comuns em sua geomorfologia local: foram implantadas em sítios dominados por maciços costeiros e morros isolados, em meio a planícies costeiras (fotos 1, 2, 3, 4). No Rio de Janeiro, em especial, o gradiente de amplitude entre as áreas montanhosas e planas é bastante elevado, e a rede de canais naturais atinge a planície costeira com muita velocidade.



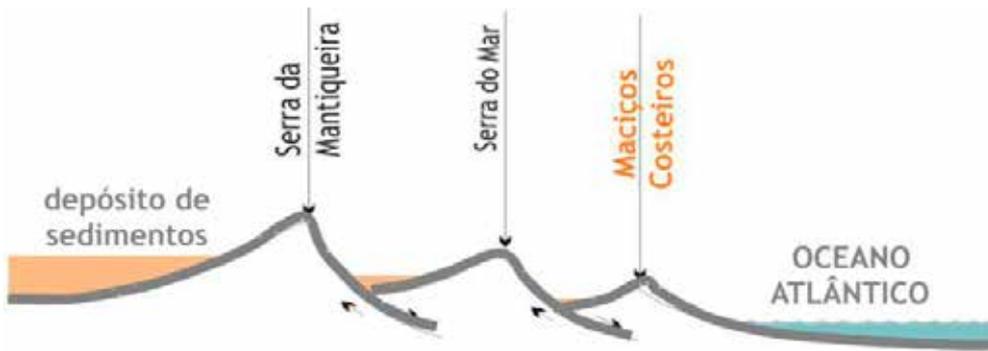
**Figura 2** Domínios morfoclimáticos onde se localizam as cidades analisadas.

Fonte: Schlee (2011, p. 52). A partir de AB'SABER, Aziz (2003, p. 17).



**Figura 3** Três conjuntos montanhosos, que apresentam graduação altimétrica, caracterizam a região Sudeste do Brasil.

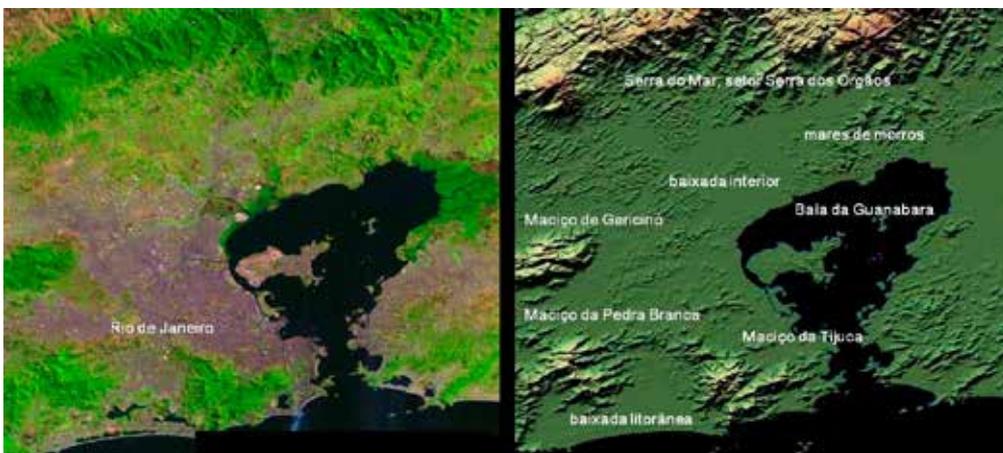
Fonte: Schlee (2011, p. 51). A partir do aplicativo Google Earth.



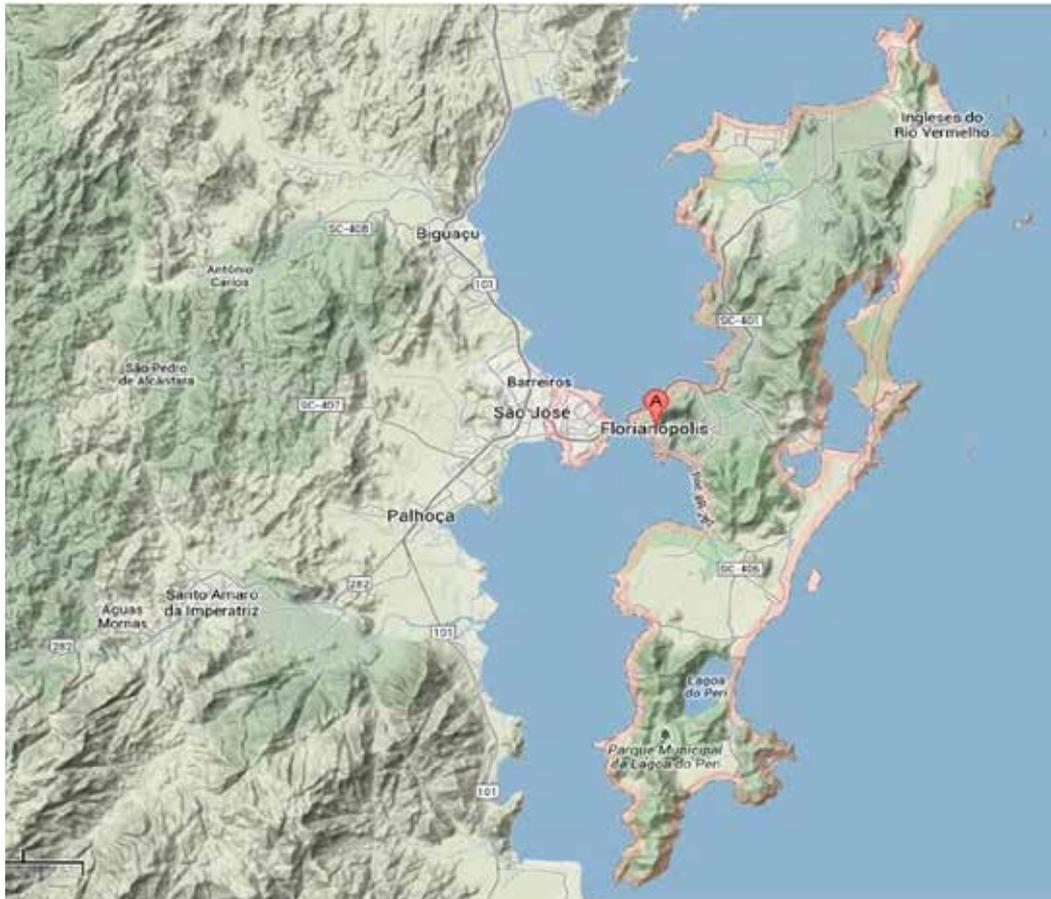
**Figura 4** Os três conjuntos montanhosos apresentam em comum maiores declividades nas vertentes voltadas para o sul, em contraste com as vertentes menos íngremes, voltadas para o norte, decorrentes do processo gradativo de deposição de sedimentos nas últimas.  
Fonte: Schlee (2002, p. 51). A partir de Asmus e Ferrari (1978, p. 82).



**Figura 5** Rio de Janeiro. Localização dos maciços costeiros no território da cidade.  
Fonte: Google Maps. Disponível em: <<https://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

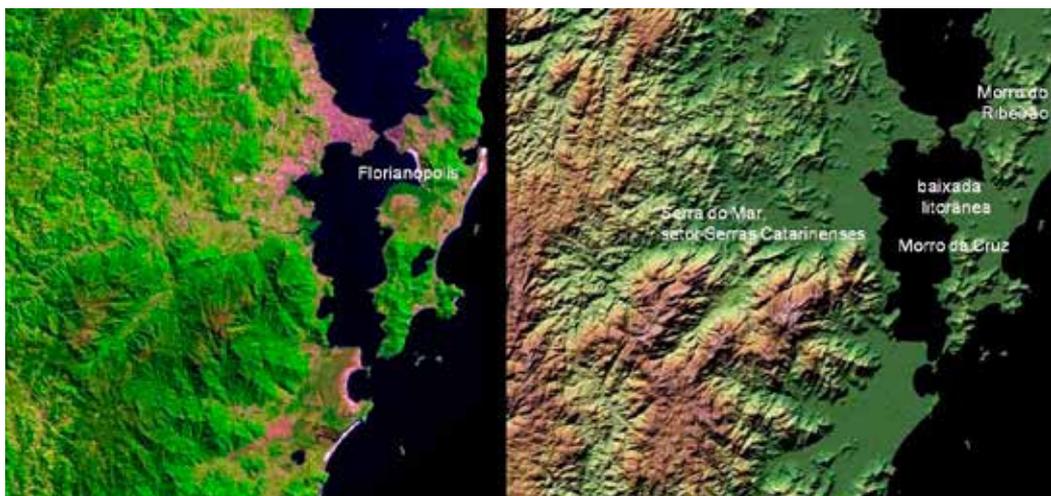


**Figura 6** Rio de Janeiro. Domínios montanhosos e mancha urbana na região.  
Fonte: Miranda (2005). Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 10 jul. 2010.



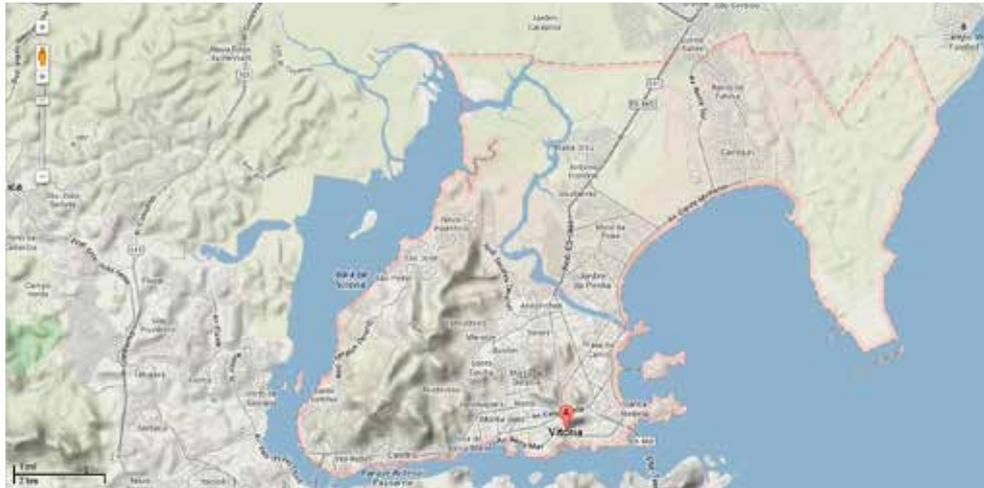
**Figura 7** Florianópolis. Localização dos maciços costeiros no território da cidade.

Fonte: Google Maps. Disponível em: <<https://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 5 ago. 2013.



**Figura 8** Florianópolis. Domínios montanhosos e mancha urbana na região.

Fonte: Miranda (2005). Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2010.



**Figura 9** Vitória. Localização dos maciços costeiros no território da cidade.

Fonte: Google Maps. Disponível em: <<https://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 5 ago. 2013.



**Figura 10** Vitória. Domínios montanhosos e mancha urbana na região.

Fonte: Miranda (2005). Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 10 jul. 2010.



**Fotos 1 e 2** A cidade do Rio de Janeiro apresenta relevo montanhoso característico, formado por três maciços costeiros: Tijuca, Pedra Branca e Gericinó-Mendanha, que alcançam 1.024 m de altitude (no maciço da Pedra Branca), envolvidos pela planície costeira, pelas planícies interiores e pelos mares de morros que se estendem até a serra dos Órgãos, que integra a serra do Mar. Aproximadamente 35% do território do município do Rio de Janeiro é formado por áreas montanhosas.

Autora: Mônica Bahia Schlee – 2010.

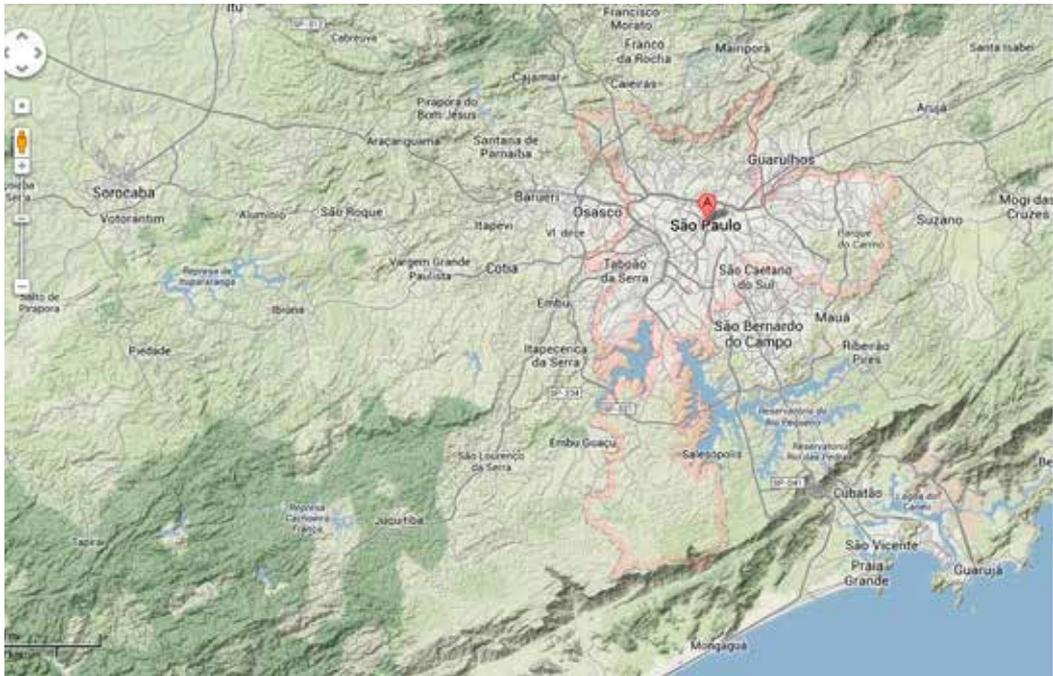


**Foto 3** A geomorfologia da ilha onde se localiza a cidade de Florianópolis é formada por dois maciços descontínuos, alinhados longitudinalmente, que atingem 532 m de altitude, e morros isolados, como o Morro da Cruz. Aproximadamente 60% de seu território é formado por áreas montanhosas.  
Autor: Eugenio Fernandes Queiroga – 2008. Acervo QUAPÁ-SEL/SP.



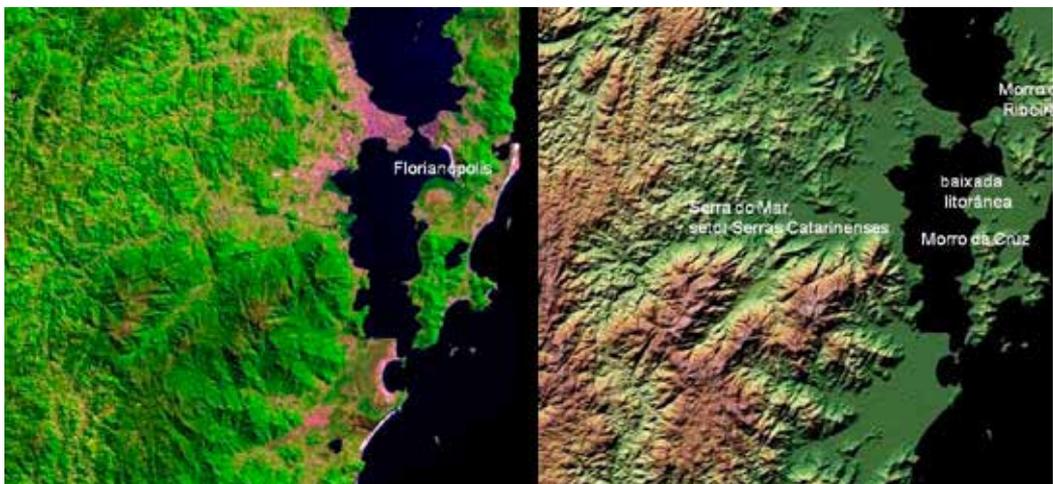
**Foto 4** O relevo da ilha onde foi fundada a cidade de Vitória é composto por um maciço único a oeste da ilha com 309 m de altitude, denominado Morro da Fonte Grande, e por alguns pequenos morros isolados, circundados por uma extensa planície costeira. Aproximadamente 40% do território municipal de Vitória situa-se em domínio montanhoso.  
Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL/SP – 2008.

As duas cidades interiores – São Paulo (figuras 11 e 12) e Belo Horizonte (figuras 13 e 14) – localizam-se no planalto Atlântico, em sítios onde prevalecem colinas suaves e vales amplos. As serras da Cantareira e de Cubatão, em São Paulo, e a do Curral, em Belo Horizonte, apresentam gradientes de amplitude significativos em relação ao restante dos sítios onde as cidades foram implantadas (fotos 5 e 6).



**Figura 11** São Paulo. As serras da Cantareira e de Cubatão delimitam a cidade ao norte e ao sul, respectivamente.

Fonte: Google Maps. Disponível em: <<https://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

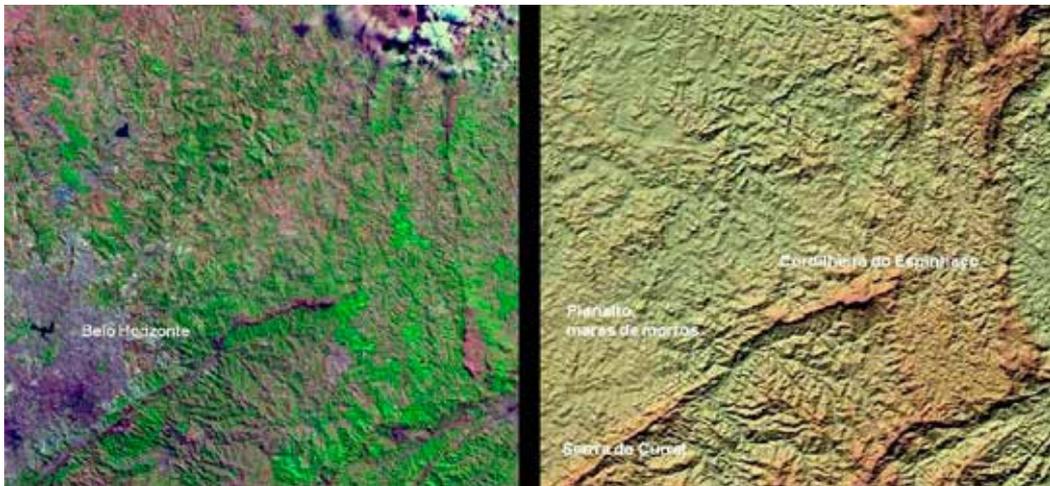


**Figura 12** São Paulo. Domínios montanhosos e mancha urbana na região.

Fonte: Miranda (2005). Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2010.



**Figura 13** Belo Horizonte. A serra do Curral delimita a cidade a sudeste.  
Fonte: Google Maps. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 5 ago.2013.



**Figura 14** Belo Horizonte. Domínios montanhosos e mancha urbana na região.  
Fonte: Miranda (2005). Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

O conjunto vegetal característico da floresta Atlântica ainda predomina nas encostas de quatro das cidades analisadas, com exceção de Belo Horizonte, onde predominam as formações vegetais características do cerrado, gramíneas e matas de galeria. Nas encostas da serra do Curral, em Belo Horizonte, são encontradas diversas dolinas

– formações características de ambientes de cerrado, semelhantes a depressões ou cavidades subterrâneas, que se configuram como restrições de caráter geológico à ocupação urbana na região (RODRIGUES, 2002).



**Foto 5** Vista da cidade de São Paulo na interface com a serra da Cantareira. O sítio onde São Paulo se desenvolveu apresenta relevo ondulado, formado por três largos vales fluviais, e forma um berço bastante amplo, emoldurado, ao norte, pela serra da Cantareira e, no extremo sul, pela serra de Cubatão.  
Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL/SP – 2008.

Devido às suas características físicas, toda esta região está sujeita a processos intensos de erosão, movimentos de massa e deposição de sedimentos, especialmente junto ao litoral, pela sua natureza inerentemente instável (AB' SABER, 2003). A ocorrência de chuvas torrenciais, deslizamentos periódicos e a recorrente elevação do nível da água dos rios e riachos são processos naturais inerentes ao domínio montanhoso junto ao litoral, principalmente nas regiões sudeste e sul. Entretanto, a forte pressão exercida pela ocupação urbana nestes domínios montanhosos potencializou esta instabilidade a partir da segunda metade do século XX. Levantamentos realizados por Macedo e Santoro (2002) e Nogueira, Carvalho e Galvão (2005) indicam que a região dos mares de morros é a que apresenta os maiores índices de ocorrências de deslizamentos em áreas urbanas, em termos de número de casos e gravidade das situações (figura 15). Indicam também que Rio de Janeiro e Salvador são as capitais brasileiras com o maior índice de ocorrência de deslizamentos com vítimas fatais.



**Foto 6** Vista da cidade de Belo Horizonte, emoldurada pela serra do Curral, que alcança 1.390 m de altitude. Cerca de 70% do território urbano de Belo Horizonte se insere na unidade geomorfológica classificada por Ross (2001) como depressão relativa, conhecida como depressão de Belo Horizonte. A cidade desenvolveu-se em um vale bastante amplo, emoldurada a sudoeste pela serra do Curral, que alcança 1.390 m de altitude.

Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL/SP – 2008.



**Figura 15** Estados brasileiros com maiores índices de ocorrências de deslizamentos em áreas urbanas – em termos de número de casos e gravidade das situações.

Fonte: Schlee (2011, p. 60). A partir de Cerri (1993); Macedo; Santoro (2002) e Nogueira; Carvalho; Galvão (2005).

### 3 CONDICIONANTES CULTURAIS, PREEXISTÊNCIAS E SEUS EFEITOS NA DINÂMICA DA OCUPAÇÃO URBANA NAS ENCOSTAS

O processo de apropriação e ocupação das encostas no Brasil, inicialmente atrelado à função utilitarista, a serviço da exploração ou do uso produtivo dos recursos naturais, ancorou-se no desenvolvimento da política, da gestão e do estabelecimento da estrutura fundiária urbanas levadas a cabo desde o período colonial. As montanhas, serras e morros desempenharam funções diversas nos processos de urbanização das cidades brasileiras ao longo do tempo: defesa e controle do território, abastecimento de água, lenha e carvão, atividades agrícolas e pecuárias, exploração mineral e alternativa de moradia como forma de evitar as áreas alagáveis foram algumas delas.

Diversos autores, dentre os quais Marx (1991), Delson (1997), Guerreiro (2002) e Teixeira (2009) destacaram a longa experiência portuguesa na criação sistemática de cidades, tanto em Portugal quanto nas colônias portuguesas, adaptadas às condições físicas e ambientais, em especial à topografia e à hidrografia dos seus locais de implantação, onde a forma urbana produzida apresenta relação direta com os elementos naturais do território. De acordo com Delson (1997) e Marx (1991), a planificação urbana aplicada no Brasil recomendava a implantação de povoações em sítios saudáveis, passíveis de evoluir para aglomerações permanentes – adaptadas ao relevo, próximas a rios e fontes de água potável – e para o estabelecimento de igrejas e atalaias em elevações na topografia.

A partir da análise de Afonso (1999) é possível distinguir três processos iniciais de assentamentos nas encostas brasileiras, que guardam semelhanças com os processos ocorridos nas cidades portuguesas: a implantação de cidades litorâneas em forma de cidade alta e cidade baixa; as cidades interiores localizadas no planalto, sobre morros e serras, e os núcleos iniciais situados em elevações e promontórios ao longo da costa, que desempenharam funções de vigilância e defesa do território. De acordo com Teixeira (2009), nos assentamentos inicialmente estruturados em dois níveis, as principais funções defensivas, regionais e administrativas da cidade e os estratos sociais mais abastados localizavam-se na cidade alta, enquanto as funções comerciais e portuárias e o restante da população situavam-se na cidade baixa. Feições características das cidades portuguesas implantadas em domínios montanhosos, como demonstrou Guerreiro (2002, p. 16):

[...] eram, por exemplo, a localização sistemática do povoamento à meia encosta, virado a sul, ou no final de um promontório, situado na confluência de duas linhas de água; o estabelecimento de ruas segundo as curvas de nível, evitando as zonas de forte pendente; a localização de igrejas em pontos proeminentes do território e um padrão específico de espaço público não linear, como é o caso dos largos triangulares em zonas de encosta.

Tanto o traçado dos caminhos como a localização dos primeiros núcleos de ocupação decorreram de motivações econômicas – para a exploração dos recursos naturais – e

religiosas (GUERREIRO, 2002). As cidades de origem portuguesa localizadas na costa brasileira situavam-se habitualmente:

[...] junto a uma baía abrigada, de águas profundas, protegida por acidentes geográficos situados em ambos os lados da baía: promontórios, cabos, por vezes ilhas perto da costa [...] onde se construía os fortes e outros dispositivos para defesa do porto e da cidade, como no Rio de Janeiro. (TEIXEIRA, 2009, p. 2).

No Rio de Janeiro, os topos dos morros isolados de menor porte, ou aqueles próximos às suas áreas centrais ou junto à Baía da Guanabara, foram inicialmente ocupados por igrejas e fortificações (fotos 7 e 8). Estes primeiros núcleos ligavam-se entre si e aos outros polos da cidade por caminhos abertos nos terrenos secos situados nas franjas dos morros ou à meia encosta, desviando-se das áreas alagáveis na orla da baía (ABREU, 1987; SCHLEE, 1999).

Conforme destacou Marx (1991, p. 11-13), a união Estado-Igreja foi decisiva para viabilizar a política de urbanização e a gestão urbana nas colônias. A imbricada relação entre as recomendações civis e as recomendações eclesiásticas interferiu significativamente na paisagem das cidades brasileiras, desde a posição geográfica privilegiada das igrejas no tecido urbano, sua influência nos processos de surgimento dos primeiros assentamentos, na estruturação fundiária dos núcleos urbanos, no parcelamento e na transmissão das parcelas, na consolidação e no adensamento urbano, bem como no papel significativo de seus adros na estrutura urbana. Às igrejas das várias ordens religiosas correspondiam paróquias ou freguesias, unidades territoriais sob sua jurisdição, e as encostas, onde se localizavam, passaram a constituir pontos de referência destes domínios.



**Fotos 7 e 8** Igreja da Glória e Forte do Leme, localizados em promontórios e topos de morros junto à Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro.

Autores: Mônica Bahia Schlee – 2002. Silvio Soares Macedo – 2008.

### 3.1 VETORES E PADRÕES DE OCUPAÇÃO

A partir das análises de Cataldi (1977) e de Caniggia e Maffei (1995) em povoações europeias, Guerreiro (2002, p. 74) indicou:

[...] três tipos básicos de caminhos que se estabelecem de acordo com a estrutura natural do território e seguem o princípio da utilização da menor pendente. São eles os percursos cumeada, meia encosta e fundo de vale.

As linhas de cumeadas (divisores) e de talvegues (fundos de vale), segundo estes autores, constituem eixos de deslocamento e circulação privilegiados devido à maior facilidade de deslocamento que proporcionam. Os tipos de vetores identificados são úteis para explicar a estrutura da ocupação das encostas nas cidades analisadas.

Na região Sudeste do Brasil, os percursos de cumeada foram os precursores nas cidades situadas no interior (Belo Horizonte e São Paulo), onde o relevo montanhoso dominante apresenta declividades mais baixas – enquanto nas cidades litorâneas (Rio de Janeiro, Florianópolis e Vitória), onde as vertentes são mais íngremes e as declividades são mais expressivas, os percursos ao longo dos talvegues e fundos de vale foram os pioneiros. Esta predominância decorre do fato de que a ocupação nas cidades litorâneas analisadas, ainda que possa ter-se iniciado em elevações e promontórios, espalhou-se inicialmente ao longo da costa, onde se situavam as funções comerciais e portuárias, seguindo posteriormente em direção à montante dos maciços pelos fundos de vale e talvegues, guiada pela presença da água e pela maior facilidade de acesso e locomoção.

Deste modo, nas cidades litorâneas a ocupação urbana nas encostas tendeu a iniciar-se a partir dos fundos de vale, ao passo que nas cidades localizadas no interior houve uma tendência de ocupação a partir dos divisores e linhas de cumeada. O padrão descrito não se configura como regra geral, aplicável indistintamente a todas as cidades brasileiras, mas é útil na análise do processo de ocupação das cinco cidades mencionadas. Em Salvador e Maceió, por exemplo, cidades localizadas na região Nordeste do Brasil, a ocupação espalhou-se em suas partes altas, inicialmente ao longo dos percursos de cumeada, em detrimento dos vales e grotões, ocupados posteriormente.

### 3.2 PROCESSOS DE POLARIZAÇÃO SOCIAL E SEGREGAÇÃO ESPACIAL

Os períodos compreendidos entre meados do século XIX e a virada do século XX, e entre o final das décadas de 1920 e 1930, foram épocas de transições significativas em relação à organização da sociedade e em relação à produção, organização e estratificação social do espaço urbano nas maiores cidades brasileiras (VILLAÇA, 1998). No Rio de Janeiro, a ocupação urbana nas bordas dos maciços costeiros, iniciada no final do século XIX, cristalizou-se a partir das décadas de 1930 e 1940, com a implantação dos primeiros loteamentos registrados oficialmente. A ocupação urbana nas serras da Cantareira, em São Paulo, e do Curral, em Belo Horizonte, iniciou-se entre as décadas de 1940 e 1960 e, no Morro da Fonte Grande, em Vitória, na década de 1960.

A influência inicial das classes abastadas na valorização das montanhas como local de moradia no século XIX é um traço comum às cidades analisadas, ainda que, ao longo do processo de desenvolvimento das cidades litorâneas, por exemplo, estas

tenham sido posteriormente preteridas como destinação de moradia pela beleza cênica da orla marítima. O papel de atração exercido pelas classes dominantes no direcionamento da ocupação nas encostas pode ser inferido a partir da análise de Villaça (1998). Ao explicar a lógica da estruturação interna de algumas das mais importantes metrópoles brasileiras, o autor apontou o papel preponderante da espacialização das elites no direcionamento da ocupação do território intraurbano, na estruturação do mercado imobiliário, na formação de novas centralidades e na segregação espacial nestas cidades. Conforme demonstraram Villaça (1998) e Rodrigues (2002), em São Paulo e Belo Horizonte a ocupação pela burguesia desenvolveu-se nas áreas de relevo colinoso, mais próximas aos centros, enquanto a ocupação destinada a camadas mais populares estabeleceu-se nas regiões planas e sem maiores atrativos paisagísticos. No Rio de Janeiro, segundo Abreu (1987) e Pereira (1996), a ocupação de chácaras destinadas inicialmente a atividades agrícolas e sítios de recreio da aristocracia e, posteriormente, a segundas residências, gradativamente direcionou a expansão da ocupação dos extratos sociais mais elevados às serras e vales do maciço da Tijuca.

As companhias de transporte urbano e as companhias imobiliárias exerceram papel preponderante neste processo, facilitando o acesso a estas áreas e possibilitando novas formas de organização social e a progressiva reconfiguração da área urbana, como aconteceu no caso do Rio de Janeiro (ABREU, 1987; PEREIRA, 1996; SOARES, 2006). Por outro lado, especialmente nas cidades não litorâneas, a existência de infraestrutura (de transporte, de energia e de saneamento), a valorização da paisagem montanhosa e a distribuição de equipamentos públicos configuraram-se como fatores de atração locacional e, portanto, de valorização da terra urbana (VILLAÇA, 1998; CARVALHO, 2011). A gradativa valorização dos espaços livres a partir da década de 1980 tornou-se outro fator a influenciar a valorização imobiliária residencial nas encostas.

Em todas as cidades estudadas, os primeiros núcleos de baixa renda assentaram-se inicialmente nas elevações próximas às áreas centrais, junto aos caminhos que os circundavam. De modo geral, as camadas populares acompanharam a expansão da ocupação formal nestas cidades em direção às serras e maciços, instalando-se em suas franjas – inicialmente abaixo dos bairros residenciais, destinados aos extratos sociais mais altos.

Enquanto as primeiras favelas do Rio de Janeiro instalaram-se, também no final do século XIX, nos morros isolados, próximos da área central, as de São Paulo surgiram na primeira metade da década de 1940, localizadas em próprios municipais, junto às várzeas dos rios Tietê e Tamanduateí (Bonduki, 1998). No caso de Belo Horizonte, os assentamentos populares, para onde se dirigiu parte da massa de trabalhadores que construiu o núcleo planejado de Belo Horizonte, fixaram-se na serra do Curral e em elevações próximas, anteriormente à chegada dos loteamentos destinados à população abastada, sendo por eles, posteriormente, envolvidos. Vale lembrar que, na época, predominavam as atividades associadas à exploração mineral nas encostas.

Villaça (1998, p. 141-142) ressaltou a tendência à diferenciação e à organização hierárquica do espaço urbano brasileiro, chamando atenção para as formas peculiares de configuração da segregação espacial intraurbana como: “[...] um processo segundo

o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar [...]” espacialmente, sem que esta configuração impeça “[...] a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço.” Este processo é igualmente válido para as encostas urbanas brasileiras. Com a aceleração do crescimento urbano, as áreas montanhosas das principais cidades brasileiras passaram gradativamente a ser destinadas ao uso residencial de estratos sociais diferenciados.

Em relação ao padrão atual de estratificação social da ocupação nas encostas, três cidades distinguem-se pela forte polarização social entre ricos e pobres: Rio de Janeiro (onde o fenômeno é mais expressivo), Belo Horizonte e São Paulo. São Paulo e Belo Horizonte apresentam padrão de urbanização médio-alto a alto e ocorrência de favelas e loteamentos irregulares (OBSERVATÓRIO..., 2010). Em Belo Horizonte, convivem nas encostas um bairro de alto padrão e favelas conurbadas, formando um contínuo extenso. Em Florianópolis, os estratos sociais alto, médio e baixo encontram-se representados, mas o padrão difere das demais pela disposição linear da ocupação, perpendicularmente às curvas de nível, e pela localização predominante das favelas na base das encostas.

Ao esclarecer as estratégias de apropriação do espaço intraurbano pelas diferentes camadas sociais, cristalizadas nos anos 1990, Villaça (1998, p. 152) identificou estratégias de convivência e segregação “[...] forjadas no contexto de maior proximidade dos diferentes grupos sociais [...]”, das sucessivas crises econômicas e da escalada da violência urbana, que induziram o (re)aparecimento de novas “muralhas urbanas” – como os condomínios fechados com muros altos, muitas vezes, sem permeabilidade visual.

A partir da década de 1990, proliferaram loteamentos fechados por sobre as encostas da maioria das cidades analisadas: no Rio de Janeiro, sobre o maciço da Tijuca; em São Paulo, na serra da Cantareira; em Belo Horizonte, na serra do Curral, em direção ao município vizinho de Nova Lima<sup>2</sup>.

Em São Paulo, conforme indicam Reis Filho (2006) e Carvalho (2011), este processo convive com o da periferização da riqueza, nos moldes do processo de suburbanização, típico dos Estados Unidos. Na região da serra da Cantareira, explica Carvalho (2011), núcleos destinados a estratos sociais mais abastados dispersam-se em loteamentos propositalmente não contíguos, em meio à concentração de núcleos de ocupação de baixa renda. A ocupação desta região de São Paulo assemelha-se às ocupações encontradas nas encostas do maciço da Tijuca, no Rio de Janeiro, e da serra do Curral, em Belo Horizonte – onde apesar da diferenciação nos padrões espaciais e das formas específicas de segregação, os dois tipos de ocupação, de alta e baixa renda, convivem em relação de contiguidade espacial e complementaridade.

Como explicaram Bonduki (1998), Silva (2002), Valladares (2005) e Pereira da Silva (2005), as favelas firmaram-se na paisagem das cidades brasileiras a partir de

<sup>2</sup> A face sul da serra do Curral volta-se para o município de Nova Lima, onde, ainda na década de 1990, mais de 90% do território pertencia a companhias mineradoras, que desde 1958 exploram o minério de ferro na região. Desde então, este estoque de terras tem dado lugar a vários loteamentos destinados às elites de Belo Horizonte. (RODRIGUES, 2002).

processos complexos e multifacetados, associadas historicamente a uma imagem mitificada e generalizante, marcada pela ausência, carência e diferenciação na paisagem. Esta representação reforça a hierarquização territorial polarizada entre áreas formais e informais, orientada por dicotomias comparativas – normal/subnormal, legalizado/não legalizado, ordem/caos, perene/transitório –, norteando os sucessivos modelos de políticas públicas nas favelas, como o assistencialismo, a remoção e o clientelismo. Internamente, as favelas emulam o processo de periferização verificado nas cidades brasileiras, como demonstrado por Villaça (1998) e Maricato (2001, 2003). No caso do maciço da Tijuca, no Rio de Janeiro, este processo se dá pelo gradativo afastamento das camadas mais empobrecidas das áreas centrais das favelas, mais valorizadas e dotadas de alguma infraestrutura, que se localizam, via de regra, nos fundos de vale, em direção às áreas periféricas mais altas, íngremes e de difícil acesso, onde a ocupação é esgarçada e, muitas vezes, sem nenhuma infraestrutura (LEITÃO, 2009; SCHLEE, 2011).

#### 4 CONFIGURAÇÃO, COMPOSIÇÃO E DISPERSÃO DA OCUPAÇÃO NA PAISAGEM

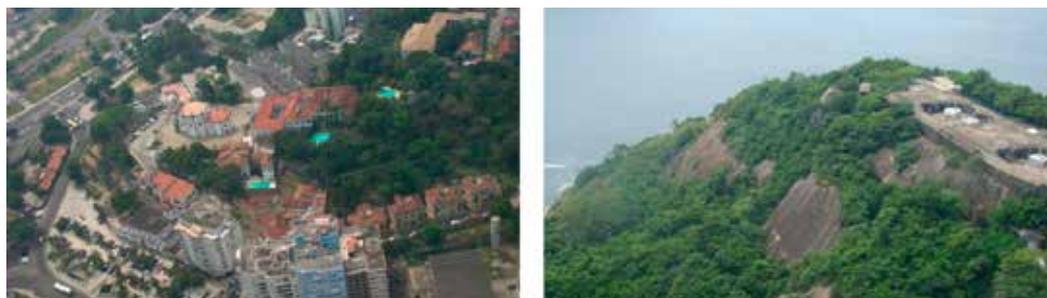
A noção de aglomeração, dispersão e esgarçamento do tecido das áreas periféricas às áreas de urbanização contínua, proposta por Reis Filho (2006), contribui para explicar os processos e características de configuração e disseminação da ocupação nas encostas das cinco cidades analisadas. As áreas montanhosas nestas cidades caracterizam-se pela urbanização polinuclear, ora dispersa e rarefeita, como no modelo formal, ora compacta, como nas favelas. Em todas as encostas urbanas analisadas, a ocupação, tanto formal quanto informal, assume padrão ao mesmo tempo tentacular e polinuclear ao longo das vias de penetração e de ligação que atravessam os maciços e serras. Estes eixos de circulação se estabelecem, dependendo das características do suporte físico-ambiental, ao longo dos fundos de vale e dos divisores e linhas de cumeada.

Os núcleos ou polos, entremeados pela vegetação arbórea remanescente ou por gramíneas introduzidas, localizam-se, em geral, no prolongamento da malha urbana. Via de regra, a ocupação avança a partir das áreas centrais da cidade em direção às encostas. Verifica-se uma redução gradativa de densidade em relação à ocupação das áreas planas, à medida que a topografia se torna mais acentuada. Os focos de ocupação urbana se estabelecem a partir das ruas e caminhos que penetram a área montanhosa no sentido inverso ao do caminho das águas, em prosseguimento ao tecido urbano que cerca as elevações. A paisagem é composta por uma mescla de vegetação, usos urbanos rarefeitos e dispersos, com predomínio do uso residencial e, secundariamente, do uso institucional, e atividades agrícolas e de extração mineral<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Cabe ressaltar que as diversas pedreiras exploradas e abandonadas dentro da malha urbana, principalmente em cidades cujo clima induz a grandes variações de temperatura, constituem preocupante passivo ambiental. Trata-se de áreas sujeitas a descolamento de lascas e blocos, ou, dependendo da forma como a pedreira foi explorada, de áreas com risco de colapso, como aconteceu em 2009, em Vila Isabel, na zona norte do Rio de Janeiro, onde toda a frente da pedreira descolou-se e atingiu a área de lazer de um condomínio de casas implantado em sua base.

No Rio de Janeiro, em Florianópolis e em Vitória, tanto a ocupação formal quanto a ocupação informal se localizaram de forma imbricada nas bordas dos maciços e vias de ligação que os atravessam e nos morros isolados. Em São Paulo e Belo Horizonte, enquanto a ocupação formal instalou-se nos contrafortes das serras da Cantareira e do Curral, predominantemente a partir das vias sobre os divisores, a ocupação informal se estabeleceu no sopé das respectivas serras, à jusante das áreas ocupadas pelas classes abastadas.



**Fotos 9 e 10** Rio de Janeiro. Contiguidade espacial entre a ocupação formal e a informal. Notar a cicatriz deixada pela atividade de extração mineral nas encostas.  
 Autora: Mônica Bahia Schlee – 2010, 2002.

Os grandes empreendimentos imobiliários da iniciativa privada implantados em São Paulo e no Rio de Janeiro, como os executados pela Companhia City nas primeiras décadas do século XX, influenciaram a disseminação de padrões formais, inspirados nas cidades-jardim inglesas, na implantação dos loteamentos destinados à elite nas encostas de várias cidades brasileiras. A preferência por edificações isoladas, com recuos laterais e frontais, reflete ainda a influência higienista, preconizada no Brasil a partir da segunda metade do século XIX (REIS FILHO, 1983; PECHMAN, 1996). Traçados viários sinuosos, parcelamentos com lotes de dimensões maiores do que os encontrados na cidade plana, afastamentos frontais mais largos, alto percentual de arborização intralote, implantação de pequenas praças, mirantes, *culs de sacs*, e de traçados viários ramificados, de modo geral, em árvore ou espinha de peixe, são elementos característicos na urbanização das encostas do Rio de Janeiro e de São Paulo (foto 11). Em contraponto, é também comum, na urbanização das encostas destas cidades, a ocupação urbana, tanto formal quanto informal, às margens dos rios e córregos que, em sua maioria, vão sendo retificados, ou mesmo submersos à medida que a ocupação se consolida e adensa.

No Rio de Janeiro, a urbanização de padrão elevado, de modo geral bastante rarefeita, prevalece em termos de área territorial<sup>4</sup>, entremeada por favelas, com a

<sup>4</sup> Estudo realizado pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (PCRJ/IPP), divulgado em reportagem do Jornal O Globo (DAFLON; BRANDÃO, 2009), indicou que aproximadamente 17 km<sup>2</sup> acima da cota 100 no Rio de Janeiro encontravam-se ocupados por algum tipo de construção. Deste montante, 70% (equivalente a aproximadamente 12 km<sup>2</sup>) encontravam-se ocupados por construções de padrão médio e alto e 30% (equivalente a 5 km<sup>2</sup>) correspondiam a assentamentos aglomerados, como favelas, os quais, entretanto, concentravam 73% da população instalada a partir da cota 100.

ocorrência de algumas poucas localidades mais adensadas, como Santa Teresa, ou enclaves pontuais verticalizados, como ocorre nos morros isolados junto à orla da zona sul (SCHLEE, 2011). Em Florianópolis, a urbanização rarefeita de alto, médio e baixo padrão predomina, com exceção do Morro da Cruz, onde a ocupação é mais antiga e adensada, com a ocorrência de verticalização esparsa em alguns trechos de suas bordas. O padrão linear da ocupação urbana de Florianópolis, perpendicular às curvas de nível, destaca-se em relação às demais cidades analisadas (foto 12).



**Foto 11** São Paulo. Exemplo de ocupação de alto padrão na serra da Cantareira. Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL/SP – 2008.



**Foto 12** Padrão linear da ocupação formal nas bordas dos maciços costeiros em Florianópolis em perpendicular às curvas de nível. Notar processo de supressão da vegetação arbórea. Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL/SP – 2008.

Em Vitória, a urbanização nas encostas do Morro da Fonte Grande é ainda bastante rarefeita. Suas encostas são ocupadas principalmente por estratos sociais médios e baixos da população (foto 13). Com o passar do tempo, a estratificação espacial nas encostas localizou as camadas de melhor poder aquisitivo em suas áreas mais baixas, atendidas por infraestrutura, e as camadas menos favorecidas nas áreas mais altas, de difícil acesso e menos infraestruturadas. Segundo Eneida Mendonça (informação verbal, 2010), gradativamente, os estratos de mais alta renda buscaram as praias; as camadas sociais mais baixas da população, que inicialmente ocuparam os manguezais entre o continente e a ilha de Vitória, a oeste do Morro da Fonte Grande, foram gradativamente expulsas para fora da ilha. Segundo Mendonça, assiste-se, mais recentemente, a uma transformação dos padrões construtivos das áreas residenciais destinadas à baixa renda no sopé das encostas de Vitória. O padrão tipológico associado às favelas (unidades unifamiliares sobrepostas) vem sendo substituído por conjuntos de edifícios de quatro pavimentos, implantados pela Caixa Econômica Federal, que atendem a uma faixa salarial de seis a dez salários mínimos. A implicação destas transformações na resiliência ou na vulnerabilidade das encostas em relação a deslizamentos não tem sido acompanhada.



**Foto 13** Um dos padrões de ocupação do Morro da Fonte Grande, na vertente voltada para a área central da cidade de Vitória: ocupação urbana de padrão médio, disposta em patamares ao longo das curvas de nível sobre estrutura de contenção; ocorrência dispersa de verticalização. Autor: Sílvio Soares Macedo – 2008.

A contraposição entre os usos ainda praticados e a proteção ambiental e cultural das encostas nas cinco cidades estudadas reflete as contradições existentes entre os interesses público e coletivo e os interesses privados. Dentre os usos e funções exercidos atualmente pelas áreas montanhosas das cidades analisadas, a conservação ambiental vem assumindo papel cada vez mais relevante. Contudo, o uso residencial exerce a mais forte pressão sobre as áreas preservadas, principalmente nas cidades litorâneas. As atividades relacionadas à extração mineral ainda persistem dentro do perímetro urbano em diversas cidades brasileiras (fotos 15 e 16). Destaca-se, dentre as cidades estudadas, o caso de Belo Horizonte e, principalmente, do município vizinho,

Nova Lima, onde a pressão exercida pelas atividades de extração mineral é tão forte quanto a pressão exercida pelo uso residencial, ocasionando uma curiosa relação de contiguidade espacial entre usos que deveriam se repelir. Na cidade do Rio de Janeiro, o uso agrícola supera, em área ocupada, o de extração mineral (Schlee, 2011).



**Foto 14** Serra do Curral, em Belo Horizonte. Exemplo de padrão de ocupação ao longo das curvas de nível, com lotes de pequenas dimensões, delimitados por muros, com alto percentual de ocupação. Presença esparsa de fragmentos de vegetação arbórea nos escassos espaços livres remanescentes. Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL/SP – 2008.



**Fotos 15 e 16** Contiguidade espacial entre o uso residencial destinado a camadas médias e altas, as atividades de mineração em Belo Horizonte/Nova Lima e as cicatrizes deixadas pela exploração mineral nas encostas de Florianópolis. Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL/SP – 2008.

Em Florianópolis (no Morro da Cruz), São Paulo (na serra da Cantareira) e Belo Horizonte (na serra do Curral) – e também no Rio de Janeiro e em Vitória – existem enclaves de verticalização no sopé e em torno dos morros, das serras e dos maciços. No maciço da Tijuca, no Rio de Janeiro, e na serra da Cantareira, em São Paulo, prevalece o uso residencial unifamiliar – com a predominância de loteamentos de alto padrão, transformados em condomínios fechados – e favelas. Na serra da Cantareira,

segundo Carvalho (2001), além das favelas e dos condomínios fechados, encontram-se loteamentos clandestinos e irregulares, e enclaves de verticalização no sopé da serra, formados pelos conjuntos residenciais multifamiliares – construídos pelo poder público e destinados às camadas populares – e por torres isoladas, construídas pela iniciativa privada e destinadas aos estratos médio e alto da população. Estes tipos arquitetônicos e afins (conjuntos residenciais multifamiliares construídos pelo poder público, edifícios verticalizados dispersos e torres isoladas construídas pela iniciativa privada) também ocorrem no sopé das encostas nas outras cidades estudadas (fotos 17 e 18).



**Foto 17** Belo Horizonte. Contiguidade espacial entre a ocupação formal e a informal. Ocorrência de verticalização no sopé das encostas.

Autor: Alexandre Villalon – 2008.

## 5 O PAPEL DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES NAS ENCOSTAS URBANAS

A caracterização dos espaços livres aplicada neste trabalho fundamenta-se nas definições propostas por Magnoli (1982) e nos conceitos levantados e discutidos pelo Grupo Sistemas de Espaços Livres – SEL-RJ, coordenado pela professora Vera Tângari. A partir destes conceitos e definições, os espaços livres foram classificados para fins de análise em três categorias principais: espaços livres com caráter ambiental, espaços livres com caráter de urbanização e espaços livres relacionados à produção de matéria-prima. Estas categorias foram desmembradas em tipos e subtipos e relacionadas à legislação de criação, situação fundiária, nível hierárquico, função e gestão. Convém

salientar, no entanto, que esta categorização é meramente analítica, uma vez que, conforme demonstrado em Schlee (2011), os espaços livres localizados nas encostas exercem funções múltiplas e, de modo geral, concomitantes.



**Foto 18** São Paulo. Alguns enclaves de verticalização no sopé da serra da Cantareira.  
Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL/SP – 2008.

No âmbito deste trabalho, consideram-se espaços livres com caráter ambiental os espaços livres de edificação, destituídos de ocupação ou urbanização, cuja função primordial é a proteção ambiental; espaços livres de edificação com caráter de urbanização, os espaços livres de edificação que exercem funções urbanas vinculadas à permanência, à circulação viária e de pedestres, ao lazer e à recreação; espaços livres relacionados à produção de matéria prima, aqueles relacionados à extração mineral ou vegetal e ao abastecimento, ainda que desativados. (SCHLEE, 2001).

É bem marcada a distinção entre os espaços livres com caráter ambiental, destinados à proteção, e os espaços livres com caráter de urbanização, destinados à permanência, ao lazer e à recreação, em termos de alcance, acessibilidade, área ocupada e distribuição. Os espaços livres com caráter ambiental ocupam a maior parte das áreas montanhosas nas cidades analisadas. Envolvem e permeiam os núcleos de ocupação e tendem a concentrar-se nas áreas mais altas dos domínios montanhosos ou nos fundos de vale ainda não urbanizados. As cinco cidades analisadas apresentam, como padrão em comum, parques públicos urbanos, ou outras unidades de conservação da natureza, e espaços livres com caráter de urbanização, pulverizados, com poucas

áreas destinadas aos espaços livres de permanência (praças e áreas de lazer), muitas das quais privatizadas. Estes últimos apresentam distribuição pontual e irregular, associada aos espaços livres de circulação, e tendem a localizar-se no sopé das encostas ou entremeados à malha – quando relacionados a usos institucionais, como escolas, reservatórios de água, átrios de igrejas. Os espaços livres nas encostas das cidades analisadas desempenham múltiplas funções, dentre as quais se ressalta a manutenção da capacidade de suporte e resiliência da paisagem, desempenhada pela vegetação arbórea nativa nos domínios montanhosos, e a circulação de fluxos (rios, vias, trilhas) (fotos 19, 20, 21).

Em relação à circulação viária, é comum nas encostas do Rio de Janeiro, por exemplo, os trajetos das vias de penetração seguirem pelos fundos de vale em traçados sinuosos, com calçadas estreitas e lotes com dimensões muito variáveis (foto 22). No maciço da Tijuca, as diversas vias panorâmicas que cruzam as encostas funcionam como vias de ligação entre diferentes regiões da cidade. Estas não são comuns no maciço da Pedra Branca e no maciço de Gericinó/Mendanha. Não há um anel viário contínuo que contorne os maciços cariocas, como em Florianópolis e em Vitória. Nestas cidades, os eixos viários que atravessam os maciços não favorecem a ligação entre os bairros, ou não estimulam a sua utilização para recreação<sup>5</sup>. Por outro lado, a ausência de vias de ligação sobre os maciços, do ponto de vista ecológico, favorece a preservação da cobertura florestal de forma mais contínua.



Foto 19

<sup>5</sup> Em Vitória, conforme relato pessoal de Eneida Mendonça em 2010, este anel foi destinado, quando da sua concepção, ao escoamento da produção agrícola, mas não foi conectado por vias de ligação por sobre o maciço central através de um traçado contínuo e estruturado, situação que, ao longo do tempo, acabou por favorecer a preservação da cobertura vegetal nativa.



Foto 20

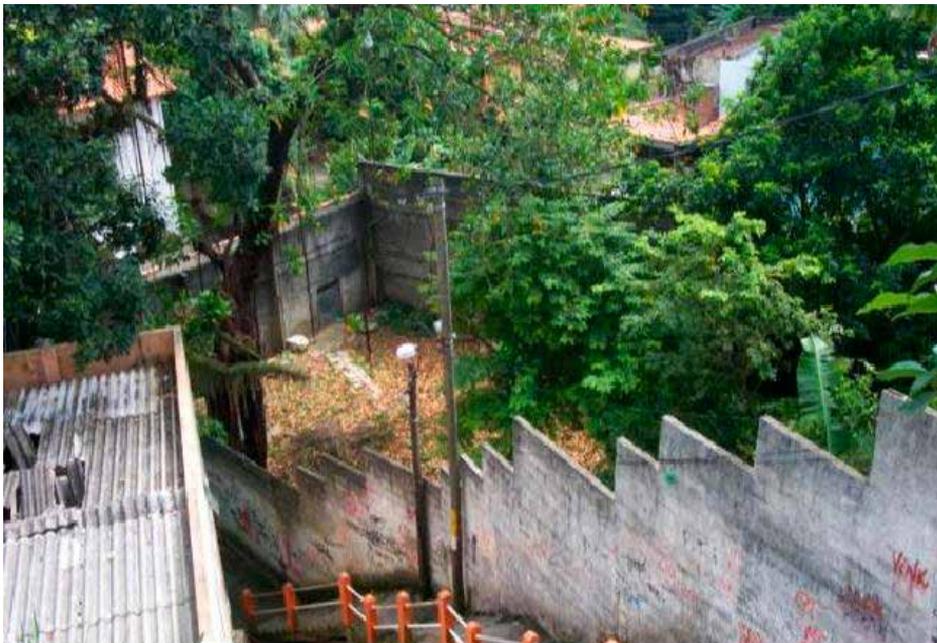


Foto 21

**Fotos 19, 20 e 21** Rio de Janeiro. Vista das reservas florestais, fundos arborizados dos lotes residenciais e lotes ainda não ocupados no Cosme Velho. Os espaços livres nas encostas da cidade desempenham múltiplas funções. Compostos por reservas florestais, fundos arborizados dos lotes residenciais, espaços florestados localizados ao longo das bordas das favelas e lotes vazios, ainda não ocupados, atuam como corredores vegetados que penetram e percorrem as áreas efetivamente ocupadas, favorecendo a manutenção da capacidade de suporte e a resiliência da paisagem nos domínios montanhosos.

Autora: Mônica Bahia Schlee – 2010.



Foto 22 Verticalização no eixo do fundo de vale do Rio Carioca, no Rio de Janeiro.  
Autor: Rogerio Cardeman – 2008.

Em Florianópolis, por sua vez, as vias de ligação circundam os maciços em traçados sinuosos e a maioria das vias locais (de penetração), perpendiculares às curvas de nível, com lotes de pequenas dimensões, partem destas em direção às encostas (fotos 23 e 24). Segundo Afonso (1999), estas formas de ocupação são características da tradição açoriana (em Florianópolis). Em São Paulo e Belo Horizonte as primeiras vias de ligação e penetração desenvolveram-se a partir das linhas de cumeada, ou à meia encosta, e com o desenvolvimento da urbanização passaram a ocupar os fundos de vale.

Os fundos de vale, em especial no Rio de Janeiro, são áreas especialmente suscetíveis a deslizamentos. Segundo Schaffer et. al (2011), os deslizamentos ocorridos na região serrana do Estado do Rio de Janeiro em 2011, por exemplo, foram fortemente potencializados pela ocupação antrópica. Tanto nas regiões urbanas quanto nas rurais, as áreas mais severamente atingidas pelos efeitos das chuvas de 2011 foram:

- a) margens de rios, córregos e nascentes;
- b) domínios montanhosos com declividade acima de 25°;
- c) áreas na base dos morros, montanhas ou serras;
- d) áreas localizadas nos fundos de vale, em especial junto a curvas, obstruções e desvios dos cursos d'água.

Desta forma, torna-se fundamental preservar os espaços livres existentes ao longo dos fundos de vale.

Os padrões atuais e processos de desenvolvimento urbano que produziram e moldaram a paisagem montanhosa nas encostas das cinco cidades analisadas levaram à fragmentação gradativa da vegetação arbórea nativa neste sistema paisagístico. No Rio de Janeiro, em especial, a associação da ocorrência de deslizamentos com a supressão da vegetação arbórea nativa e com a execução de cortes, aterros, escavações e fugas d'água (vazamentos nas redes de abastecimento e drenagem) para

implantação de estradas e edificações, foi extensivamente demonstrada por Amaral (1996), Coelho Netto (1985, 1999, 2000, 2007), Coelho Netto et. al (2007). Como demonstram os estudos do Laboratório de Geo-hidroecologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COELHO NETTO et. al, 2000) as políticas de proteção ambiental implementadas a partir de meados da década de 1980 ainda não foram suficientes para ajustar as difíceis relações entre a cidade e a floresta Atlântica nas encostas dos maciços, em especial do maciço da Tijuca<sup>6</sup>.



**Fotos 23 e 24** Florianópolis. Anel viário em torno dos maciços e núcleos de ocupação dispersa que penetram as encostas perpendicularmente às curvas de nível. Fotos: Eugenio Queiroga – 2008.

<sup>6</sup> Com base em fotos aéreas de 1972, 1984 e 1996, e suas atualizações, reconhecimentos de campo e mapeamentos a partir da cota 40 m em escala 1:10.000, Coelho Netto e colaboradores (COELHO NETTO et. al, 2000) indicaram que a cobertura vegetal nativa do maciço da Tijuca vem sofrendo uma contínua retração nas últimas décadas, não obstante a existência de instrumentos legais para a proteção das formações vegetais remanescentes da floresta Atlântica.

Além da supressão da vegetação existente nos lotes, os vazamentos constantes nas redes de abastecimento que atravessam as encostas, e as falhas na execução das redes de drenagem implantadas pelo poder público – bem como redes informais de abastecimento de água implantadas por associações ou pelos próprios moradores, compostas por um emaranhado de mangueiras de plástico com vazamentos permanentes – ou ainda o despejo direto de efluentes sanitários nas encostas, ocasionam a infiltração pontual e direcionada de líquidos no solo, gerando a concentração de fluxos subterrâneos e a saturação do solo, contribuindo para a desestabilização das encostas no Rio de Janeiro. Além disso, os cortes e aterros indiscriminados, o despejo de lixo e entulho, que armazenam grande quantidade de água nos eventos de chuva, com o aumento de carga sobre as encostas, e a supressão da vegetação arbórea ou sua substituição por bananeiras e gramíneas, potencializam a instabilidade e a ocorrência de deslizamentos.

Por todas as razões expostas anteriormente, os espaços livres localizados nas encostas urbanas brasileiras desempenham papel fundamental para fortalecer a proteção das florestas, a capacidade de suporte, de adaptação e de amortecimento de impactos, contribuindo para a manutenção da resiliência e para a sustentabilidade destes sistemas paisagísticos. Deste modo, o foco do planejamento sustentável em áreas montanhosas urbanas deve ser direcionado aos seus espaços livres, assegurando a heterogeneidade, a multifuncionalidade, a flexibilidade e a conectividade entre os espaços livres.

## 6 CONCLUSÕES

As análises revelaram os efeitos dos padrões atuais e dos processos de desenvolvimento urbano pretéritos, e ainda em curso, na resiliência e na sustentabilidade da paisagem urbana de encostas, e indicaram interdependências, interações e dissociações entre o ambiente natural e o ambiente construído. Os imbricados processos de formação e transformação da paisagem das encostas do Rio de Janeiro, de Florianópolis, Vitória, Belo Horizonte e São Paulo foram guiados por fatores e agentes aparentemente antagônicos, que atuaram, ao longo do tempo, como elementos-chave da estrutura urbana. Destacam-se, dentre estes: o suporte geobiofísico, os padrões de ocupação gerados pelo modelo econômico excludente – englobando o mercado de terras, os mercados imobiliário e da construção civil e o mercado de trabalho em geral –, o patrimônio de terras da Igreja Católica, a legislação urbanística e ambiental e a falta de política habitacional. As relações de interdependência entre os processos, o poder político e os demais agentes envolvidos, condicionadas pela distribuição espacial não equilibrada do mercado de trabalho e de terras, e pela limitada mobilidade intraurbana, perpetuada pela inexistência de uma rede de transportes públicos de massa, moldaram a morfologia da paisagem ao longo do processo de desenvolvimento das cidades.

O cruzamento de parâmetros biofísicos, ecológicos e urbanísticos avaliados revelou os efeitos dos padrões e processos de desenvolvimento urbano em curso nas encostas das cinco cidades brasileiras analisadas, e apontou algumas das causas da fragmenta-

ção ecológica e da vulnerabilidade a deslizamentos nas fronteiras das áreas protegidas localizadas em encostas urbanas, fatores que ameaçam a resiliência da paisagem nas encostas urbanas.

As análises realizadas ajudaram a esclarecer processos de formação e transformação da paisagem, que condicionaram – e continuam a influenciar – as atuais condições ambientais locais, a capacidade adaptativa e a sustentabilidade da paisagem das encostas urbanas brasileiras. Neste artigo, destacamos alguns padrões que ajudam a explicar o processo de transformação da paisagem nas encostas urbanas do Rio de Janeiro, de Vitória, Belo Horizonte, São Paulo e Florianópolis, a partir de seus processos de urbanização, e que podem contribuir para caracterizar a natureza dos desafios relativos à mensuração da capacidade de adaptação da paisagem de encostas e auxiliar na formulação de estratégias de recuperação destes sistemas paisagísticos.

O quadro apresentado indica a necessidade do desenvolvimento e da aplicação de um urbanismo regenerador, apontando a interface encosta-floresta-água-comunidade-cidade (SCHLEE et. al, 2012) e o foco nos espaços livres como a base física fundamental para a formação de uma rede de regeneração – contraponto essencial à forma construída e fonte de suporte, convívio, inspiração e inclusão para a justiça socioambiental nas cidades brasileiras.

Os padrões de ocupação encontrados nas encostas urbanas brasileiras precisam ser reorganizados de modo a promover uma transição gradual e bem definida entre as áreas urbanizadas e as áreas protegidas, assim como adequados às especificidades do suporte físico ambiental e às características socioculturais de cada região. A diminuição das iniquidades econômicas, sociais e espaciais e o enfrentamento dos obstáculos institucionais, tais como falta de bens definidos e socialmente pactuados e direitos de propriedade, são também essenciais para aumentar a capacidade de regeneração paisagística e ambiental nos domínios montanhosos urbanos no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB' SABER, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 159 p.
- ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ Zahar, 1987. 147 p.
- AFONSO, Sonia. **Urbanização de encostas**: crises e possibilidades – o Morro da Cruz como um referencial de projeto de arquitetura da paisagem. 1999. 645 f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- \_\_\_\_\_. Planning and design for sustainable and resilient cities: theories, strategies and best practices for green infrastructure. In: Novotny, V.; Ahern, J.; Brown, P. (Eds.). **Water-Centric sustainable communities**; John Wiley and Sons: Hoboken, NJ, USA, 2010, p. 135-176.
- AHERN, Jack F. From fail-safe to safe-to-fail: sustainability and resilience in the new urban world. In: **Landscape and Urban Planning**, v. 100, 2011. Co-Editors-in-Chief: W.N. Xiang, Paul Gobster. Imprint: ELSEVIER, ISSN: 0169-2046. p. 341-343.
- AMARAL, Claudio Palmeiro do. **Escorregamentos no Rio de Janeiro**: inventário, condicionantes geológicas e redução de risco. 1996. 269 f. Tese (Doutorado em Geotécnica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

ARROW, Kenneth J.; BOLIN, B.; COSTANZA, R.; DASGUPTA, P.; FOLKE, C.; HOLLING, C. S.; JANSSON, B.-O.; LEVIN, S.; MDLER K.-G.; PERRINGS C.; PIMENTEL D. Economic growth, carrying capacity, and the environment. In: **Science** **268**, 1995, p. 520-521.

ASMUS, H. E; FERRARI, A. L. Hipótese sobre a causa do tectonismo Cenozoico na região Sudeste do Brasil. In: **Aspectos estruturais da margem continental leste e sudeste do Brasil**. Petrobrás-CENPES/DINTER. Projeto REMAC, 1978. p. 75-88.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. 344 p.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi Maffei. **Tipologia de la edificación**: estructura del espacio antrópico. Madrid: Celeste Ediciones S.A. 1995. 192 p.

CARVALHO, Sidney Vieira. **Entre o rio e a serra**: forma urbana e sistema de espaços livres na região Norte do município de São Paulo. 2011. 208 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CATALDI, Giancarlo. **Per una scienza del territorio**: studi e note. Saggi e documenti 6, Biblioteca di architettura, Firenze, 1977. 165 p.

CERRI, Leandro Eugênio da Silva. **Riscos geológicos associados a escorregamentos**: uma proposta para a prevenção de acidentes. 1993. 197 f. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1993.

COELHO NETTO, Ana Luiza. Catastrophic landscape evolution in a humid region (SE Brasil): inheritances from tectonic, climatic and land use induced changes. FOURTH INTERNATIONAL CONFERENCE ON GEOMORPHOLOGY. Plenary Lecture. Italy 1997. In: **Supl. Geogr. Fis. Dinam. Quat. III T3**, 1999, p. 21-48.

\_\_\_\_\_. A interface florestal-urbana e os desastres naturais relacionados à água no maciço da Tijuca: desafios ao planejamento urbano numa perspectiva socioambiental. In: **RDG - Revista do Departamento de Geografia – FFLCH**, 16, 2005, Universidade de São Paulo, São Paulo. ISSN 2236-2878, p. 46-60.

COELHO NETTO, Ana Luiza; MACHADO, Lia Osório; CASTRO, Murilo Cardoso de; OLIVEIRA, R. R; LACERDA, Willy Alvarenga; AVELAR, André de Souza; FERNANDES, Manoel Do Couto; LEÃO, Otávio Miguez da Rocha. SMAC-Secretaria Municipal do Meio Ambiente/RJ (Processo 14/000.831/99): **Estudos de qualidade ambiental do geocossistema do maciço da Tijuca** - subsídios à regulamentação da APARU do Alto da Boa Vista. 2000.

\_\_\_\_\_; AVELAR, André de Souza; FERNANDES, Manoel do Couto; LACERDA, Wilson. Landslide susceptibility in a mountainous geoccosystem, Tijuca Massif, Rio de Janeiro: the role of morphometric subdivision of the terrain. In: **Geomorphology**, 7, 2007, Editors-in-Chief: R.A. Marston, T. Oguchi, Imprint: Elsevier, ISSN: 0169-555X, p. 120-131.

DAFLON, Rogério; BRANDÃO, Tulio. O morro não é só dos pobres: ricos ocupam 70% das encostas acima de 100 m, mas favelas concentram 73% da população. **O Globo**, Reportagem, Primeiro Caderno, Seção Rio, 22 mar. 2009, p. 17.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: ALVA-CIORD, 1997. Edição original: 1979. 124 p.

EHRlich, Paul R., KAREIVA, Peter M.; Daily, Gretchen. C. Securing natural capital and expanding equity to rescale civilization. In: **Nature** – International weekly journal of science, 486, 2012, Editor-in-Chief Philip Campbell, ISSN 0028-0836, p. 68-73.

FERNANDES, Edésio. Legislação ambiental brasileira: panorama geral e breve avaliação. In: FERNANDES, Edésio; RUGANI, Jurema M. (Orgs.). **Cidade, memória e legislação**: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002, p. 51-67.

FOLKE, Carl. Resilience: the emergence of a perspective for social-ecological systems analyses. In: **Global Environmental Change** 16, 2006, J. Barnett, M. Betsill, D. Conway, L. Lebel, K. Setop (Ed.). Imprint Elsevier, ISSN: 0959-3780, p. 253-267.

FORMAN, Richard T. **Land mosaics**: the ecology of landscapes and regions. Cambridge: Cambridge, University Press, 1995. 632 p.

GEOHECO-UFRJ/SMAC-PCRJ. Estudos de Qualidade Ambiental do Geocossistema do maciço da Tijuca: **Subsídios à regulamentação da APARU do Alto da Boa Vista**, Rio de Janeiro: PCRJ/SMAC, 2000.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <<https://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 1 out. 2012.

GUERREIRO, Maria Rosália da Palma. **O território e a edificação**: o papel do suporte físico natural na gênese e formação da cidade portuguesa. 2002. 226 f. Dissertação (Mestrado em Desenho Urbano) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa, 2002.

HOLLING, C. S. Understanding the complexity of economic, ecological, and social systems. In: **Ecosystems** 4, 2001, p. 390-405.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geociências – Produtos**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/default\\_prod.shtm#MAPAS](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/default_prod.shtm#MAPAS)>. Acesso em: 6 ago. 2010.

LEITAO, A. B.; AHERN, J. Applying landscape ecological concepts and metrics in sustainable landscape planning. In: **Landscape and Urban Planning** 59, 2002. Co-Editors-in-Chief: W.N. Xiang, Paul Gobster. Imprint: ELSEVIER, ISSN: 0169-20, p. 65-73.

LEITÃO, Gerônimo. **Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes**: uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha, ao longo de cinquenta anos. Niterói: EdUFF, 2009. 207 p.

MACEDO, Eduardo Soares de; SANTORO, J. Avaliação dos resultados do Plano Preventivo de Defesa Civil para escorregamentos no Litoral Paulista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA DE ENGENHARIA E AMBIENTAL (ABGE), 10, 2002, Ouro Preto: **Anais...** Ouro Preto, 2002.

MACEDO, Silvio Soares/Laboratório QUAPÁ/FAU-USP. Fotos aéreas das oficinas do **Projeto temático**: sistema de espaços livres e a substituição da esfera pública contemporânea: estudos de caso em metrópoles-cidades e novas territorialidades urbanas brasileiras.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001. 204 p.

\_\_\_\_\_. Metrôpole, legislação e desigualdade. In: **Revista de Estudos Avançados**, 17 (48), São Paulo: USP, 2003, p. 151-167.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil**: terra de quem? Coleção Cidade Aberta. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991. 143 p.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. **Espaços livres e urbanização**: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. Tese de Livre-Docência, São Paulo: FAUUSP, 1982.

MIRANDA, E. E. de. (Coord.). **Brasil em relevo**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpem.embrapa.br>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

NOGUEIRA, F. R.; CARVALHO, C. S. e GALVÃO, T. Diagnóstico Expedito da Gestão de Riscos em Encostas nos Municípios Brasileiros. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA DE ENGENHARIA E AMBIENTAL (ABGE), 11, 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2005.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES/IPPUR/FASE. **Análise das regiões metropolitanas do Brasil**: como andam as metrópoles brasileiras. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/como\\_anda/](http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/como_anda/)>. Acesso em: 7 ago. 2010.

PECHMAN, Robert Moses. O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das ideias urbanísticas nos anos 20. In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz. **Cidade, povo e nação**: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 448 p.

PEREIRA DA SILVA, Maria Laís. **Favelas cariocas**: 1930-1964. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 255 p.

PEREIRA, Sonia Gomes. **A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca**. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, Série Dissertações e Teses, v. 2, 1996, Pós-Graduação EBA/CLA/UFRJ, 274 p.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983. 211 p.

\_\_\_\_\_. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006. 201 p.

RIO DE JANEIRO (CIDADE) Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (PCRJ/IPP/Armazém de Dados). Mapa de Uso do Solo da Cidade do Rio de Janeiro 2009. **Mapoteca**: Mapa 3183, 2009. Disponível em: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 1 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Mapa de Uso do Solo da Cidade do Rio de Janeiro 2004. **Mapoteca**: Mapa 3182, 2004. Disponível em: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 1 out. 2012.

RODRIGUES, Maysa Gomes. Zona de fronteira: a expansão urbana recente na zona sul de Belo Horizonte In: FERNANDES, Edésio e RUGANI, Jurema M. (Orgs.). **Cidade, memória e legislação**: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002, p. 181-193.

ROSS, Jurandy Luciano Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2001. 549 p.

SCHÄFFER, W. B.; AQUINO, L. C. S.; ROSA, M. R.; MEDEIROS, J. D. Área atingida pela tragédia das chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro. **Relatório de Inspeção**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Fevereiro, 2011. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/182/\\_arquivos/relatoriotragediarij\\_182.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/relatoriotragediarij_182.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2011.

SCHLEE, Mônica Bahia. **Cenografia urbana e qualidade ambiental no Rio de Janeiro**. 1999. 238 f.

Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SCHLEE, Mônica Bahia. **Landscape change along the Carioca River, Rio de Janeiro, Brazil**. Master in Landscape Architecture Thesis. University Park: The Pennsylvania State University – PSU, 2002.

\_\_\_\_\_. **A ocupação das encostas do Rio de Janeiro**: morfologia, legislação e processos socioambientais. 2011. 397 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. Ambiguidades entrelaçadas: a influência da legislação na transformação e na resiliência da paisagem das encostas brasileiras. Artigo aprovado para apresentação e publicação nos **Anais** do XV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – XV, ENANPUR, 2013.

\_\_\_\_\_; TAMMINGA, Kenneth R; TÂNGARI, Vera Regina. A method for gauging landscape change as a prelude to urban watershed regeneration: the case of the Carioca river, Rio de Janeiro. In: **Sustainability**, 2012, 4, 2054-2098; doi: 10.3390/su4092054.

SILVA, J. Souza. Um espaço em busca do seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo-UFF/AGB. **Território territórios**. Niterói: PPGeo-UFF/AGB, 2002.

SOARES, Maria Luíza Gomes. **Floresta carioca**: a interface urbano-florestal do Parque Nacional da Tijuca. 2006. 226 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2006.

TEIXEIRA, Manuel C. Patrimônio urbano dos países de língua portuguesa: raízes e manifestações de um patrimônio comum. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3, 2009, Ouro Preto, **Anais...** Ouro Preto, 2009, p. 1-13.

VALLADARES, L. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 204 p.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998. 373 p.

## AGRADECIMENTOS

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Secretaria Municipal de Urbanismo e Sub-Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural, pelo apoio e pelo acesso às bases cadastrais, aos ortofotos e ao cadastro de loteamentos utilizados nesta pesquisa.

Antonio Bernardo de Carvalho, Vera Regina Tângari, Ana Luisa Coelho Netto, Jonathas Magalhães Pereira da Silva, Maria Paula Albernaz, Silvio Soares Macedo, Sonia Afonso, Stael de Alvarenga Costa, Marieta Maciel, Eneida Mendonça, Aruane Garzedin, André Avelar, Henri Acselrad, Maria Rosália Guerreiro, Marco Zambelli, Murilo Santos de Medeiros, Gustavo Peres Lopes, Alice Amaral dos Reis, Claudia Muricy, Daniel Mancebo, Antonio Barboza Correia, Carla Cabral, Fernando Cavallieri e Paula Serrano.

Ao editor Silvio Soares Macedo e ao(à) parecerista anônimo(a) da revista **Paisagem e ambiente**: ensaios pelas sugestões e comentários, que contribuíram para aprimorar este trabalho e indicar possíveis desdobramentos.



Brasília. Parque Sarah Kubitschek.  
Foto: Acervo Quapá - 2009.

# FUNDAMENTOS



# A PAISAGEM EM ARQUITETURA E URBANISMO: REMONTAR ÀS “NASCENTES” COMO OPÇÃO METODOLÓGICA

*LANDSCAPE, ARCHITECTURE AND URBANISM: REASSEMBLING TO “SPRINGS”  
AS A METHODOLOGICAL OPTION*

Vladimir Bartalini\*

## RESUMO

A revisão ou contestação dos preceitos da arquitetura e do urbanismo modernos trouxe, como contrapartida, no que diz respeito à profissão, ao ensino e à pesquisa em paisagismo, um incremento da atenção para aspectos sociais, ambientais ou culturais em sentido amplo. No entanto, não ensejou um impacto proporcional na abordagem da dimensão existencial e estética da paisagem. Procura-se, aqui, despertar a atenção para esta lacuna, apelando para textos de referência sobre esta dimensão, na suposição de que isto proporcione novas perspectivas para o ensino, a pesquisa e a atividade projetual em paisagismo.

Palavras-chave: Paisagem. Paisagismo. Ensino de paisagismo. Origens da paisagem.

## ABSTRACT

*The review of the precepts of modern architecture and urbanism brought, in return, with respect to the profession, teaching and research in landscaping, an increased attention to its social, environmental or cultural aspects in the broadest sense. However, it has not resulted in a proportionate impact in addressing the existential and aesthetic dimension of the landscape. What is sought here is to awake attention to this gap, appealing to reference texts about that overlooked dimension, in the assumption that this could provide new perspectives to teaching, research and design activity in landscaping.*

*Keywords: Landscape. Landscape architecture. Landscape architecture teaching. Origins of landscape.*

## 1 INTRODUÇÃO

Mesmo que sem nome específico, ou sob o simples título “paisagismo”, ou ainda sob as expressões “arquitetura da paisagem”, “arquitetura paisagística”, “desenho ambiental” ou tantas outras disseminadas mais recentemente, os assuntos referentes à paisagem têm sido objeto de ensino em arquitetura e urbanismo no Brasil desde a criação das primeiras escolas. Não custa lembrar que Grandjean de Montigny (1776-1850), responsável pelo primeiro curso regular de arquitetura na Academia Imperial, no Rio de Janeiro, também se dedicava, embora esporadicamente, à atividade paisagística (DOURADO, 2011).

---

\* Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Mestre e doutor em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAUUSP. Professor do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) e da Área de Concentração Paisagem e Ambiente do Curso de Pós-Graduação da FAUUSP.  
bartalini@usp.br

É também significativo que Lucio Costa – cuja passagem pela direção do Curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, no início da década de 1930, foi marcada por radical inflexão modernista nos seus rumos – tenha apoiado com entusiasmo a carreira do jovem Burle Marx, que se tornaria o nome mais proeminente do paisagismo brasileiro. Costa, de influência incontestável nos rumos da prática, do ensino e da pesquisa em arquitetura e urbanismo no Brasil, estava, como se sabe, sintonizado com os princípios condensados na **Carta de Atenas** – síntese das resoluções do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), em 1933 – o que justifica visitar tal documento, ainda que de modo sucinto, na versão que lhe foi dada por Le Corbusier em 1941, com o intuito de apontar as referências ali contidas sobre a paisagem, para em seguida tratar das primeiras manifestações de ruptura com suas prescrições.

A revisão das posturas da **Carta de Atenas**, que se deu no bojo da própria revisão do movimento moderno, atingiu o modo de abordar a paisagem, com reflexos na profissão e no ensino do paisagismo. Resumidamente, pode-se identificar como pontos característicos desta mudança a atenção para as particularidades, não só dos lugares e das paisagens, como também dos diferentes valores e percepções dos que os usufruem. À maior importância atribuída aos aspectos de uso e às chamadas funções sociais dos espaços livres correspondeu a preterição, ou indiferença, ou, ainda, certo desconforto no lidar com a natureza estética da paisagem.

A ampliação que a noção de paisagem conheceu por conta da diversidade de contribuições disciplinares que chegaram em seguida à arquitetura e ao urbanismo, vindas notadamente da ecologia, da biologia, das ciências da natureza de modo geral, mas também da geografia humana, conduziu à diluição, se assim se pode dizer, da própria acepção do termo “paisagem”. Evidentemente, estas mudanças tiveram implicações no ensino do paisagismo sem que, mais uma vez, levassem com igual vigor à indagação a respeito de uma das características mais fundamentais da paisagem, ou seja, sua origem estética, de modo a trazer novos ares ao ensino e à atividade projetual.

A justificativa para este voltar os olhos às “nascentes” da paisagem vem do próprio esquecimento, ou, em hipótese mais favorável, do seu esmaecimento nas abordagens normalmente adotadas em nossas escolas. A busca de alento para o ensino e a pesquisa é o principal objetivo destas páginas, e o procedimento utilizado para tanto é o de expor uma trajetória dos enfoques mais influentes no que diz respeito ao entendimento da paisagem, trazendo à tona alguns textos fundamentais que prospectam a paisagem em seu nascedouro.

Entende-se que a retomada de textos como **Filosofia da paisagem**, de Georg Simmel, **Paisagem: função do estético na sociedade moderna**, de Joachim Ritter, e **O homem e a Terra**, de Eric Dardel, escritos em diferentes momentos, possa contribuir metodologicamente para o ensino e a pesquisa em paisagismo.

## 2 CERTA HEGEMONIA

Não é de se estranhar a consideração da paisagem em Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, dominados que eram pelos franceses. De fato, era forte o pres-

tígio da geografia de Vidal de La Blache, firmemente fundada na paisagem e divulgada através de vários livros, dentre os quais, **Tableau de la géographie de la France**, publicado em 1908, no qual estão descritas as principais feições do território francês, sínteses distintivas produzidas pelas ações humanas impressas em determinado suporte físico. Compreende-se, assim, por que os delegados do IV CIAM, na análise que realizaram de várias cidades de diversos continentes, dispunham de “[...] um mapa em escala 1:50.000 assinalando a cidade com seu entorno imediato, as ligações suburbanas e as características do relevo e da paisagem.” (SCHERER, 1993).

Em outro domínio e em outra escala, mas também conhecendo ampla difusão, há as propostas de Jean Claude Nicolas Forestier, que, em seu **Grandes villes et systèmes de parcs**, de 1908, movido pela intenção de continuar a obra iniciada por Haussmann e Alphand, incluiu “[...] as grandes reservas e as paisagens [...]” como primeiras categorias do sistema de parques por ele idealizado. (FORESTIER, [1908]1997).

Estas notas sobre a paisagem corroboram a afirmação de que na **Carta de Atenas**:

[...] excetuados os tópicos relativos ao patrimônio histórico – introduzidos nas constatações por solicitação dos delegados italianos ao IV Congresso – não trazia nada de novo [...] (SCHERER, 1993).

Eram antes uma sinopse do urbanismo racionalista e o resultado de “[...] contribuições de mais de um século de arquitetura, incluindo desde as propostas do socialismo utópico até as da Bauhaus, passando por Morris, Howard, Tony Garnier.” (SCHERER, 1993).

Há também reflexos, na **Carta...**, de uma antropogeografia oitocentista atenta às influências da natureza na constituição das sociedades e da própria psicologia humana presente nas “[...] generalidades [...]” que precedem as “[...] críticas e remédios [...]” ao estado atual das cidades, tratado na segunda parte da **Carta...**, como se pode constatar nestas passagens:

A geografia e a topografia desempenham um papel considerável no destino dos homens [...]. Se o montanhês desce voluntariamente para a planície, o homem da planície raramente sobe os vales e dificilmente transpõe os desfiladeiros [...]. A proporção dos elementos água e terra [...] conforma, ela também, atitudes mentais que se inscreverão nos empreendimentos e encontrarão sua expressão na casa, na aldeia ou na cidade. (LE CORBUSIER, 1993).

No item 14, referente à habitação, na seção Críticas e remédios, Le Corbusier (1993) conclui: “[...] as aspirações instintivas do homem o induzem, sempre que seus recursos lhe permitem, a procurar condições de vida e uma qualidade de bem-estar cujas raízes se encontram na própria natureza.”

Não é simples resumir a posição de Le Corbusier com relação à paisagem. Em que pese a sua sensibilidade paisagística (portanto, acolhedora da diversidade) – já evidente nas descrições de **A viagem do Oriente**, de 1911 – preconizou no seu **Urbanisme**, de 1925, naquilo que concerne à paisagem urbana, a pureza decorrente da ordem geomé-

trica. Deu, sim, importância à paisagem natural, aos relevados, às massas arbóreas na cidade, mas como presenças dispersas ou mesmo como pano de fundo para o destaque da “[...] geometria transcendente [...]” das intervenções arquitetônicas. (LE CORBUSIER, 1925, p. 166). Admitiu alternativas à precisão da linha reta, mas com condições:

Em terreno acidentado, a curva tem direitos *a priori*, uma vez que se trata, serpenteando, de obter rampas regulares; o pitoresco torna-se inevitável, e o problema arquitetônico consiste então em disciplinar a desordem imanente em favor de uma unidade sempre indispensável a todo sentimento de bem-estar e a toda intenção estética. (LE CORBUSIER, 1925, p. 201).

Por mais que se o associe à impessoalidade, Le Corbusier considerou a emoção, que nos tocaria:

[...] se esta linha que perfila a cidade sobre o céu fosse pura e se experimentássemos por ela a presença de uma potência ordenadora [...] Por ela é-nos permitido ordenar com amplitude a paisagem urbana. E isto é capital. Repito que esta linha sobre o céu é determinante da sensação. (LE CORBUSIER, 1925, p. 220).

Tal pureza se atingiria se os edifícios com coberturas planas fossem dispostos de forma a estender o horizonte ora à direita, ora à esquerda, formando reentrâncias e saliências, com o que se criaria, também, “[...] uma viva e monumental paisagem urbana.” Assim procedendo, as árvores poderiam ser introduzidas na cidade:

[...] No momento, deixando de lado os fatores de higiene, pode-se admitir que, esteticamente falando, o encontro dos elementos geométricos dos edifícios com os elementos pitorescos da vegetação constitui um conjunto suficiente e necessário à paisagem urbana. (LE CORBUSIER, 1925, p. 224).

Pode-se dizer que a paisagem idealizada por Le Corbusier implicava o contraste entre a ordem geométrica presente na arquitetura e o caráter menos controlável dos elementos naturais. Em outras passagens, ele deixa transparecer suas referências formais em relação aos vastos espaços que entremeiam os edifícios:

Entramos pelo jardim inglês [...] de repente estamos aos pés dos primeiros arranha-céus. Entre eles não há a estreita fresta de luz de uma New York angustiante, mas o espaço verde. (LE CORBUSIER, 1925, p. 168).

O “jardim inglês” ao qual o autor se refere é, decerto, o jardim “paisagístico”, fruto de uma lenta depuração do gosto no decorrer dos setecentos. É curiosa esta remissão a um modelo ancestral da parte de um inovador tão radical, como também chama atenção o fato da Bauhaus, atuante em tantos aspectos que envolviam o desenho do espaço humano – e tão influente, mundialmente, na direção do ensino da arquitetura

– não ter se pronunciado quanto às questões da paisagem ou dos jardins.

A investigação de novos valores perceptivos associados à experiência da paisagem deveu-se, em grande parte, no período em que a hegemonia dos princípios da **Carta de Atenas** era inabalável, à produção de paisagistas não europeus – notadamente os americanos James Rose, Thomas Church e Garrett Eckbo, o mexicano Luis Barragán e o brasileiro Burle Marx – ainda assim voltada predominantemente aos domínios privados ou a fragmentos isolados no ambiente público urbano.

Sabe-se que, por mais influentes que tenham sido as propostas corbusianas nos rumos do pensamento urbanístico, a sua realização na prática foi limitada, resumindo-se a algumas experiências parciais de reconstrução urbana no pós-guerra e à construção de poucas cidades, com destaque para Brasília. É como se, em vista das dificuldades de concretização dos preceitos em sua totalidade, o urbanismo só os aplicasse na medida do possível, e sempre setorialmente. Assim, no que se refere às áreas verdes urbanas, assiste-se à formulação e implantação de sistemas de parques, mas, pode-se afirmar, sobretudo como resposta a um programa, o que encontrará ressonância na proliferação de propostas de índices de verde por habitante e de “sistemas” de áreas verdes ou de espaços livres urbanos ou regionais.

### 3 MUDANÇAS DE RUMO

Foi nas fissuras do bloco modernista, expostas no IX CIAM, em 1953, que a preocupação com as singularidades sociais e culturais dos lugares – nas quais se incluem as paisagens – encontrou condições para firmar-se, desembocando na publicação, já nos anos 1960, de títulos que contemplavam parâmetros para a abordagem dos aspectos perceptivos da paisagem no meio urbano. Faz-se aqui referência às obras **The image of the city**, de Kevin Lynch (1960 [1997]), e **Townscape**, de Gordon Cullen (1961) – que ganhou o revelador subtítulo de “tratado de estética urbanística” na tradução para o espanhol – e à divulgação mais ampla das ideias de Camillo Sitte contidas em **Der Städtebau nach seinen Künstlerische Grundsätzen**, de 1889, sobre a construção das cidades segundo “princípios artísticos”, graças à sua tradução para o inglês (1965).

Longe da pretensão de esgotar o assunto, não poderia deixar de mencionar, neste rápido painel, o artigo *The social function of open spaces*, de Lewis Mumford, publicado em 1960. O próprio título revela o teor das ideias de Mumford a respeito destes espaços. O autor, depois de reconhecer o papel dos grandes parques paisagísticos, “[...] mais ou menos no estilo promovido pela aristocracia nas suas propriedades rurais [...]” no combate ao “[...] congestionamento e à desordem crescentes da cidade [industrial] [...]” observa que a maior parte das cidades é tão deficitária em espaços livres:

[...] que estes passaram a ser tratados como se seu valor fosse diretamente proporcional à sua área – sem muita atenção à sua beleza formal, sua acessibilidade, sua frequência de uso, seu efeito alterador da experiência de viver o urbano. (MUMFORD, 1960, p. 1).

Sem deixar de afirmar a importância da “[...] função higiênica [...]” dos espaços livres, Munford (1960, p. 2-3) exorta a considerar o seu “papel social” e antevê no horizonte uma “[...] civilização do jardim [...]”, passível de ser atingida se nos dedicarmos a “[...] retomar (*re-posses*) e reorganizar toda a paisagem.” Reconhece que:

[...] chegou a hora do *landscape design* conceber alternativas aos clichês clássicos e românticos do passado, e aos clichês ainda mais estereis dos “devoradores de espaço” que acabariam por aniquilar todos os recursos estéticos da paisagem [...] (MUNFORD, 1960, p. 2-3).

A solução de Munford passa pelo estabelecimento de uma matriz verde (que abarca o urbano e o regional, o público e o privado) formada por espaços abertos destinados ao lazer, porém não mais realizado em um ou outro parque paisagístico ou reserva selvagem, e sim em espaços voltados “[...] à agricultura, à horticultura e às respectivas indústrias rurais [...]”, de modo que, “[...] para os lazes de fim de semana, toda a paisagem se torne, de fato, o parque paisagístico.” (MUNFORD, 1960, p. 4). O autor deixa em aberto as qualidades estéticas desta nova paisagem (embora pareçam persistir, pressupostas, as qualidades que o senso comum atribui aos parques paisagísticos e às paisagens rurais), atendo-se a anunciar possibilidades:

[...] há lugar para toda uma experimentação nova e para projetos audaciosos, que se afastam tanto dos modelos tradicionais como dos que se tornaram clichês formais contemporâneos. Nesse campo, cada cidade, com base em sua própria paisagem e cultura, deve oferecer uma resposta diferente [...] (MUNFORD, 1960, p. 4).

Esta breve e incompleta retrospectiva de ideias divulgadas sob a égide do urbanismo, ainda que originadas de reflexões e experimentos anteriores à constituição do urbanismo enquanto disciplina, tem sua justificativa na forte ascendência que, direta ou indiretamente, exerceu no ensino e na pesquisa relacionados ao paisagismo em nossas escolas de arquitetura.

Ainda dentre os autores que escreveram neste período do pós-guerra, mas já assumidamente situado no campo do paisagismo, destaca-se o nome de Garrett Eckbo, um dos pioneiros do paisagismo moderno norte-americano (sua atuação profissional remonta à década de 1930) e, também, professor do Departamento de Landscape Architecture da Universidade de Berkeley, na Califórnia. Por meio dos livros de sua autoria, Eckbo divulgou não só os conhecimentos empíricos decorrentes de décadas de exercício profissional como *landscape architect*, mas também as orientações gerais que julgava fundamentais para a área profissional correspondente cumprir seu papel.

Com o intuito de definir o que é *landscape design*, Eckbo faz em seu primeiro livro, **Landscape for living**, de 1950, uma breve incursão pela história para situar as bases do projeto paisagístico no século XVIII, justamente quando os jardins saltam os muros e ganham a paisagem, ou melhor, quando a paisagem, enquanto natureza idealiza-

da, invade os jardins. Não se trata mais, portanto, de atuar exclusivamente nos limites estabelecidos pela encomenda: “[...] mesmo que sempre trabalhemos em quintais, temos que estar conscientes do mundo ao qual estes quintais pertencem [...]”, ou seja, “[...] o mundo em que vivemos [...]”, por sinal um dos títulos da seção Background, que abre o livro. Assim sendo: “[...] o paisagismo (*landscape design*), como a arte que dá expressão física direta às relações entre o homem [...] e a paisagem do mundo em que ele vive, não tem limites, exceto onde o homem deixa de transformar a paisagem.” (ECKBO, 1950, p. 31-32).

Às declarações mais básicas e de ordem geral que integram a primeira seção do livro, sucedem-se considerações que Eckbo enfeixa sob o nome de “Teoria”. Na verdade, são abordados os elementos em que houve por bem decompor a paisagem – o espaço (físico) e as pessoas, os materiais, o solo, as rochas, a água, as plantas, as construções – com uma intenção pragmática, visando à sua aplicação no projeto de paisagismo. Coerentemente, a seção seguinte, que recebe o nome de “Prática”, é dedicada aos jardins, parques, espaços associados a edifícios públicos, conjuntos de casas.

O livro seguinte de Eckbo vem a público em 1956 com o título **The art of home landscaping**. Como o próprio nome indica, é um livro especialmente voltado ao tratamento paisagístico do espaço residencial, o que não impede Eckbo de reafirmar, no prefácio, a abrangência de seu entendimento da função e do objeto do paisagismo:

A primeira função social do arquiteto paisagista é sua habilidade em juntar todos os complexos e desconectados elementos do espaço exterior em unidades reconhecíveis de uma paisagem útil e agradável. (ECKBO, 1956. Não paginado.)

Em **Urban landscape design**, de 1964, Eckbo segue um esquema semelhante ao do livro precedente: uma preleção geral acompanhada de exemplos práticos, só que, agora, referentes ao meio urbano, levando em conta, portanto, as vias, as infraestruturas, as áreas de recreação, além de escadas, muros, plantas, água, rochas, abrigos. Volta às afirmações já presentes nas obras anteriores de que o *landscape design* deve “[...] considerar toda a paisagem [...]”, aplicando os processos gerais de projeto aos projetos específicos, sejam eles de jardins residenciais, de parques públicos, de praças ou de qualquer outro espaço na escala da cidade ou mesmo da região. A paisagem, reassevera Eckbo, é:

[...] o complexo total de elementos físicos em uma dada área [...] é o mundo que nos envolve. É tudo o que vemos ou sentimos onde quer que estejamos [...] seus limites são o da visão humana e do movimento humano [...] se estende de oceano a oceano [...] Ela não só é fisicamente indivisível, mas [...] é de fato inseparável da paisagem social – pessoas em relações. (ECKBO, 1964, p. 17).

Cabe aqui ressaltar, de passagem, a diferença que separa esta afirmação de Eckbo quanto à indivisibilidade da paisagem, daquela de Georg Simmel (1988), que vê na emergência da paisagem justamente o contrário: a subtração de um “pedaço” ao *continuum* indivisível da natureza, conducente ao problema de como resolver a sua *re-união*.

Em 1969, Eckbo lançou o livro **The landscape we see**, com estrutura semelhante à dos anteriores, na medida em que nele se intercalam declarações de princípios, definições e considerações de ordem prática. O autor volta a afirmar que o espaço aberto – ruas, áreas entre edificações e áreas desocupadas em geral – é “[...] o domínio normal da *landscape architecture*, e que o seu objetivo é: [...] estabelecer continuidade, conexões ou relações entre as edificações, o terreno e a paisagem circundante [...]” (ECKBO, 1969, p. 97).

Não só mantém suas posições prévias, mas também investe no sentido de ampliar o âmbito de atuação do arquiteto paisagista ao declarar que o *landscape design*:

[...] tende a se tornar o traço de união entre as outras artes do espaço e o mundo em geral, a continuidade da paisagem total [...] a *landscape architecture* é o processo de projeto que torna possível controlar completamente a qualidade dos nossos jardins, parques, bairros, comunidades e regiões. (ECKBO, 1969, p. 97-98).

A atenção aqui dispensada a Eckbo é proporcional à força dos preceitos por ele divulgados na orientação profissional de alguns dos mais expressivos nomes do paisagismo no Brasil e à sua incidência nas atividades práticas relacionadas às disciplinas de paisagismo em nossas escolas de arquitetura, particularmente em São Paulo.

É importante, por isso, observar como a paisagem comparece nos escritos de Eckbo. O seu objeto de reflexão não parece ser propriamente a paisagem, e sim o *landscape design*. A paisagem é, antes, o campo sobre o qual atua; ela é um dado de fundo. Assim sendo, basta-lhe defini-la, num primeiro momento, como “[...] o complexo total de elementos físicos em uma dada área.” (ECKBO, 1964, p. 3). No entanto, neste “complexo total” estão implícitos alguns valores, pois, quando toca na questão da “destruição da paisagem”, refere-se à “esterilização” provocada pela degradação do ambiente natural ou rural anterior à urbanização. Mais tarde, porém, expande o conceito, formulando a paisagem como possibilidade de unir sociedade e natureza (o que é retomado, aliás, em seu último livro, **People in a landscape**, que veio a público em 1998):

[...] Por *paisagem* entendo tudo o que nos envolve, onde quer que estejamos. Isto inclui não só todos os elementos físicos – terra, água, atmosfera, edifícios, árvores, ruas, carros – mas também os costumes, leis, tradições, permissões, proibições, e atitudes que os antropólogos e os sociólogos denominam cultura. A paisagem física é um produto dos processos da natureza e da cultura humana, combinados em proporções variadas [...] (ECKBO, 1969, p. 3).

#### 4 DILUIÇÃO DOS SENTIDOS

A tal expansão da ideia de paisagem corresponde também à sua diluição. Resta, desta maneira, aplicar-se aos modos de operar sobre ela nas mais variadas escalas e com os mais variados escopos; eventualmente, protegê-la, mas não mais interrogá-la. De fato, toda uma produção recente e significativa, resultante de pesquisas na área do

paisagismo no Brasil – voltadas a projetos e à história do paisagismo, ao planejamento paisagístico ou, ainda, a sistemas de espaços livres (aliás, dotada de grande diversidade de enfoques, do morfológico ao antropológico, do sociológico ao ecológico) usa o termo paisagem numa acepção genérica, difusa, permitindo, a depender do caso, sua substituição por ambiente, espaço ou natureza.

O mesmo ano de 1969, no qual Eckbo publicou **The landscape we see**, foi também o da primeira edição de **Design with nature**, de Ian McHarg. Como observou Lewis Mumford na apresentação do livro, estava-se ali não mais diante da obra de um *town planner* ou de um *landscape architect*, mas de um *ecological planner*. Vivia-se o início das preocupações ambientais que ocupariam as atenções de planejadores, arquitetos, paisagistas, artistas e políticos daí em diante.

O livro de McHarg abriu uma perspectiva na área do paisagismo que refletiu no seu ensino e na sua pesquisa, ensejando o contato com tantas outras disciplinas, como a ecologia e a geografia, em suas respectivas ramificações e, mais tarde, com a engenharia e as ciências ditas ambientais. É notável que a palavra paisagem esteja praticamente ausente em **Design with nature**, e, quando ela comparece na área de arquitetura e urbanismo nos anos subsequentes, já vem carregada dos sentidos emprestados da ecologia e de um setor da geografia, quando não utilizada no sentido genérico já apontado. Os objetivos e procedimentos adotados entre nós nesta linha parecem guardar certo parentesco com aqueles do funcionalismo, ainda que, a rigor, a proeminência da função tenha sido transferida ao processo.

Há, então, justamente, que se considerar toda a contribuição proveniente de outras áreas (interessa aqui, sobretudo, a geografia) quando se trata de reconhecer o modo como as questões da paisagem foram (e são) tratadas nas escolas de arquitetura. Faz sentido afirmar que muito da afinidade entre a arquitetura, o urbanismo e a geografia reside no lugar privilegiado atribuído ao olhar. De fato, desde Alexandre von Humboldt, passando por Paul Vidal de La Blache, Jean Brunhes e chegando mesmo a Pierre George, formou-se uma tradição, com firme incidência no ensino brasileiro, que fez da paisagem o objeto por excelência da geografia, ao qual correspondeu um conceito de fisionomia e um método de observação e leitura envolvendo dois momentos: o olhar analítico, que distingue “[...] os diferentes elementos particulares, naturais e humanos que compõem uma paisagem dada [...]”, como numa “[...] dissecação [...]”, e o olhar sintético, que restitui o conjunto da paisagem. (BESSE, 2006, p. 74).

A trajetória do pensamento geográfico registra inflexões importantes nesta tradição baseada no contato direto com a paisagem sob o comando da visão. Numa determinada tendência da chamada geografia pragmática, o empirismo da observação visual é substituído pelo das estatísticas, dos modelos, dos sistemas. Nela, a paisagem é abstraída. Mas, ainda dentro do pragmatismo, abriram-se outras perspectivas, como a da geografia da percepção ou comportamental, que se interessa pela “[...] valorização subjetiva do território, a consciência do espaço vivenciado, o comportamento em relação ao meio [...]” (MORAES, 1982, p. 100-106). É possível reconhecer traços desta abordagem em várias pesquisas desenvolvidas na área de paisagem em escolas

de arquitetura, cabendo observar, como já dito, que nestes casos é muito comum os conceitos de espaço, de meio ambiente e de paisagem se confundirem.

O movimento de renovação do pensamento geográfico recebeu também um significativo aporte advindo de uma ala da geografia que, pelo posicionamento teórico de seus principais representantes, adquiriu o adjetivo de “crítica” (MORAES, 1982). Milton Santos é o nome mais notável desta vertente no Brasil e sua ascendência manifesta-se claramente em trabalhos de pesquisa abrigados nas áreas vinculadas à paisagem, em escolas de arquitetura, desde o final dos anos 1970. Para atender a uma “[...] necessidade epistemológica [...]”, Santos opera a distinção entre paisagem e espaço:

A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão [...] se dá como um conjunto de objetos reais-concretos [...] a paisagem existe através de suas formas [...] (SANTOS, 2008, p. 103-104).

Ainda que reconheça a importância das formas, ressalva que “[...] só por sua presença, os objetos técnicos não têm outro significado senão o paisagístico.” (SANTOS, 2008, p. 105). É preciso um conteúdo social que os anime. No esforço analítico de distinguir paisagem e espaço, cabe àquela o papel de matéria inerte, destituída de vida.

Já na ótica fenomenológica, esta distinção não faz sentido. Deve-se, no entanto, assinalar as diferenças que subsistem na vertente da geografia que assume a paisagem não como pura objetividade, mas, antes, “[...] introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio.” (RIBEIRO, 2007, p. 24).

A simples comparação entre **Topofilia**, de 1974, talvez o livro mais divulgado do geógrafo Y-fu Tuan aqui no Brasil, e **O homem e a Terra**, do também geógrafo Eric Dardel, publicado em 1952, deixará clara a diferença de objetivos e abordagens. Jean-Marc Besse ressalta com propriedade o que especifica o enfoque de Dardel:

Esta relação com a Terra não significa um sombrio e, afinal, insignificante enraizamento num lugar (não é assim que as coisas se apresentam para Dardel). Ela exprime antes a possibilidade de inscrever a liberdade humana em lugares que se tornarão como que sua marca, e da qual a paisagem será a manifestação. (BESSE, 2006, p. 93).

Não se pode deixar de observar, por fim, o ofuscamento das questões ligadas à arte ao tratar-se de paisagem nas escolas de arquitetura e urbanismo. Se num primeiro momento podia-se falar em “arte dos jardins”, em apreciar o “sentimento de uma paisagem” – ou atentar, de um modo geral, para sua dimensão estética –, a partir da emergência das questões sociais e ambientais, com impacto suficiente para ensejar o neologismo *socioambiental*, o assunto perdeu interesse. Nos casos mais favoráveis passou a ocupar posição secundária, quando não, convencional. Em boa parte da produção bibliográfica concernente ao paisagismo, ele é limitado a uma seção, ou a um ou outro parágrafo. Foi acolhido, no entanto, em sua atual complexidade, na área das artes, seja na reflexão teórica, seja na produção artística propriamente dita.

A menção aos artistas da *land art* e também aos anteriores e posteriores a ela, “teóricos” e “práticos” ao mesmo tempo, que se abriram para a paisagem, é obrigatória aqui – com repercussões que ainda ressoam.

Pode-se dizer que, ao espraiamento das acepções de paisagem, seguiu-se o enfraquecimento do seu significado. Enfim, a que nos referimos quando, no âmbito da arquitetura e urbanismo, dizemos paisagem?

## 5 UM REMONTAR ÀS “NASCENTES”

O que foi exposto até aqui teve a intenção de apontar a importância de prospectar as “fontes” da paisagem não com o objetivo de empreender uma retrospectiva histórica para chegar à origem de um conceito, mas antes de facear a sua natureza e apontar para o seu papel social. Quando se pressente o risco de automatizar julgamentos, de calcificar conceitos e os modos de operá-los, convém voltar-se às nascentes. Neste sentido, ganham proeminência os ensaios de Georg Simmel, **Filosofia da paisagem**, de 1913, e de Joachim Ritter, *Paisagem: função da estética na sociedade moderna*, de 1963, que buscam a paisagem justamente no seu nascedouro.

Simmel (1988, p. 231) parte da constatação de que observar os mais diversos objetos que se apresentam à visão – árvores, água, colinas, casas, nuvens, ruas –, bem como as mais sutis variações de luz, “[...] não basta para termos a consciência de ver uma ‘paisagem’.” Para que haja efetivamente paisagem, continua ele: “[...] a consciência deve apreender, além dos elementos, um novo conjunto, uma nova unidade, não ligados aos significados particulares de cada elemento, nem compostos mecanicamente da sua soma.”

O seu ensaio é justamente uma tentativa de interpretar o processo que engendra esta unidade à que se dá o nome de paisagem. Para tanto, Simmel (1998, p. 238) propõe uma analogia com o nascimento de uma obra de arte: “[...] ali onde vemos realmente uma paisagem e não mais um aglomerado de objetos naturais, vemos uma obra de arte *in statu nascendi*.” Nesta circunstância, “[...] um certo conceito unificador [...]” envolve a matéria para imprimir-lhe uma forma. O fator essencial para esta unificação é identificado por Simmel como a *Stimmung*, palavra que pode ser aproximadamente traduzida por “atmosfera”, ou “estado de alma”.

Uma dificuldade que Simmel levanta é a da “localização” da *Stimmung*:

[...] em que medida a *Stimmung* se funda objetivamente na paisagem, uma vez que ela é um estado psíquico e reside no reflexo afetivo do espectador e não nas coisas exteriores, desprovidas de consciência? (SIMMEL, 1988, p. 241).

E mais: sendo a *Stimmung* o fator essencial para que elementos até então dispersos se reúnam para formar uma paisagem, e, por outro lado, sendo que a paisagem só possui *Stimmung* a partir do momento em que os elementos já estão reunidos de modo a formar uma paisagem, o que vem primeiro, a *Stimmung* ou a unidade perceptível? A resposta, para Simmel (1988), é que não há entre estes dois termos nenhuma relação

de causa e efeito, ou seja, eles ocorrem simultaneamente. As consequências metodológicas desta conclusão são significativas, pois dela derivam abordagens recentes que veem a paisagem a meio caminho entre sujeito e objeto: “[...] a paisagem não reside nem somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa destes dois termos.” (BERQUE, 1994, p. 5).

Ritter (1997, p. 61), por sua vez, associa a criação da paisagem à “[...] necessidade de uma verdade mediada pela estética [...]” para vencer a separação que uma nova ideia de natureza, uma “[...] natureza ‘objetiva’ separada do contexto da existência e da intuição [...]” provocou a partir da modernidade. O progresso das ciências, particularmente daquelas voltadas ao conhecimento da natureza, só foi possível com a transformação da natureza em objeto e o conseqüente divórcio entre ela e o homem. No entanto, deste estágio em diante, nem a ciência e nem o conceito racional podiam mais propiciar a “[...] presença da natureza em sua totalidade [...]” (RITTER, 1997, p. 61). A paisagem, como experiência estética, vem preencher esta lacuna:

Opondo-se assim ao mundo objetual que as ciências naturais subtraíram ao conceito metafísico, a natureza estética, a paisagem, fica encarregada de comunicar ao homem, por meio de imagens “vivas” e saídas da interioridade, o todo natural, “a harmonia reinante no cosmos” e de lhes conferir uma presença estética. (RITTER, 1997, p. 65).

Referindo-se a Humboldt, continua Ritter:

Para pintar a natureza em toda sua grandeza não se deverá então ficar simplesmente nos fenômenos exteriores; será preciso também representar a natureza tal como ela se reflete na interioridade dos homens [...] (HUMBOLDT, 1845-1862 apud RITTER, 1997, p. 65).

Novamente, aqui, o interior e o exterior, o sujeito e o objeto, se fundem para gerar a paisagem.

Por fim, outro texto que traz contribuições fundamentais nesta direção é **O homem e a Terra**, escrito por Eric Dardel em 1952. Dardel, que trata antes de tudo da experiência primordial e imediata de existir na Terra, nem sempre usará a palavra paisagem (tampouco estética), embora a ela dedique o título de um dos tópicos que compõem o capítulo primeiro do livro. Para ele, “[...] a paisagem não é, em sua essência, feita para ser vista, mas inserção do homem no mundo [...]” (DARDEL, 1990, p. 44). No entanto, é interessante observar como Dardel (1990, p. 41), sem citá-la, remete à *Stimmung* de Simmel (1998), ao afirmar que numa paisagem “[...] um vínculo interno, uma ‘impressão’ une todos os elementos.” Para Dardel (1990, p. 44), “[...] há, na paisagem, um rosto, um olhar, uma escuta [...]”. A mesma matéria deste tópico – os sentimentos, os afetos, as vivências, a indispensável presença humana, “[...] mesmo onde ela toma a forma da ausência [...]” – é instilada por todo o livro. Assim, mesmo quando não profere a palavra, é também da paisagem que ele fala.

Escritos em momentos diferentes, com tônicas distintas, pode-se dizer, em resumo, que estes três textos, sumariamente expostos, têm em comum o voltar-se à experiência estética (em sentido amplo) da paisagem e às suas “tonalidades afetivas”, existenciais. Os comentários sobre eles poderiam e mereceriam ser estendidos, mas não é este o objetivo destas páginas, e sim o de convidar a uma leitura que poderá dar um novo alento ao ensino, à pesquisa e às intervenções paisagísticas. Os seus rebatimentos, com certeza, não são diretos, imediatos, mas pode-se aventar que sua consideração nos métodos de ensino e no próprio ato projetual redunde em ganhos substanciais nos sentidos atribuídos ao fazer paisagístico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERQUE, Augustin (Dir.). **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Seyssel: Editions Champ Vallon, 1994.
- BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Tradução de Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- CULLEN, Gordon. **Townscape**. London: The Architectural Press, 1961.
- DARDEL, Eric. **L’homme et la Terre**: nature de la réalité géographique. Paris: Éditions du CTHS, 1990.
- DOURADO, Guilherme Mazza. **Belle époque dos jardins**. São Paulo: Editora Senac, 2011. 252 p.
- ECKBO, Garrett. **Landscape for living**. New York: F. W. Dodge Corporation, 1950.
- \_\_\_\_\_. **The art of home landscaping**. New York: McGraw Hill, 1956.
- \_\_\_\_\_. **Urban landscape design**. New York: McGraw Hill, 1964.
- \_\_\_\_\_. **The landscape we see**. New York: McGraw Hill, 1969.
- FORESTIER, Jean Claude Nicolas. **Grandes villes et systems de parcs**. Paris: Éditions Norma, 1997.
- LE CORBUSIER. **Urbanisme**. Paris: Les Éditions G. Crés & Cie, 1925.
- \_\_\_\_\_. **A Carta de Atenas**. Tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: Edusp-Hucitec, 1993. Não paginado.
- \_\_\_\_\_. **A viagem do Oriente**. São Paulo, Cosac Naify, 2011, (1ª reimpressão).
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- McHARG, Ian L. **Design with nature**. New York: Natural History Press, 1969.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Geografia**: pequena história crítica. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MUNFORD, Lewis. The social function of open spaces. In: **Landscape**, v. 10, n. 2, 1960-1961.
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.
- RITTER, Joachim. **Paysage**: fonction de l’esthétique dans la société moderne. Besançon: Les Éditions de l’Imprimeur, 1997.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2002.
- SCHERER, Rebeca. Introdução. In: LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas**. Tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1993. Não paginado.
- SIMMEL, Georg. Philosophie du paysage. In: **La tragedie de la culture**. Paris: Editions Rivages, 1988.
- SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1994.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.
- VIDAL DE LA BLACHE, Paul de. **Tableau de la géographie de la France**. Paris: Librairie Hachette, 1908.



# O PATRIMÔNIO E AS PAISAGENS: NOVOS CONCEITOS PARA VELHAS CONCEPÇÕES?<sup>1</sup>

*THE HERITAGE AND LANDSCAPES: NEW CONCEPTS FOR OLD IDEAS?*

Vanessa Gayego Bello Figueiredo\*

## RESUMO

Este artigo investiga a relação paisagem e patrimônio e traz uma rápida análise crítica da prática da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desde a institucionalização da categoria “paisagem cultural”, criada na Lista do Patrimônio Mundial, em 1992, até 2012. O texto estrutura-se em quatro partes. A primeira apresenta uma breve consideração histórico-conceitual acerca da noção ocidental de paisagem. A segunda apresenta as recentes formulações sobre a paisagem cultural baseadas em convenções internacionais, como a do Conselho de Ministros da União da Europa Ocidental (UEO), de 1995, e a Convenção Europeia da Paisagem, de 2000. A terceira parte concentra-se na análise do trabalho do Comitê do Patrimônio Mundial, compreendendo as principais características e os principais valores das paisagens culturais listadas. Por fim, o estudo revela como o emprego deste novo conceito vem refletindo ainda velhas concepções de paisagem e de preservação, embora aponte perspectivas de avanço nas políticas de patrimônio, sobretudo no tocante à própria ampliação da noção de patrimônio e à aproximação entre as dimensões cultural/natural e material/imaterial.

Palavras-chave: Paisagem cultural. Patrimônio mundial. Paisagem histórica urbana. Preservação do Patrimônio cultural. Cartas Patrimoniais.

## ABSTRACT

*This article investigates the relationship between landscape and heritage and brings a brief critical analysis of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) practice since the institutionalization of cultural landscape category, created on the World Heritage list in 1992, until 2012. The text is structured in three parts. The first presents a brief historical approach about the concept of Western landscape. The second presents recent formulations on the cultural landscape based on international conventions, such as the Council of Europe (1995) and the Landscape European Convention (2000). The third part focuses on the analysis of the World Heritage Committee work, comprising the main characteristics and values of cultural landscapes listed. Finally, the study reveals how the employment of this new concept is still reflecting old conceptions of landscape and preservation, although points towards perspective in the heritage policies, especially as regards the own expansion of the heritage concept and the approximation between the natural and cultural, material and immaterial dimensions.*

*Keywords: Cultural landscape. World heritage. Historic urban landscape. Cultural heritage preservation. Heritage charters.*

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto da pesquisa de doutorado na FAUUSP, ainda em desenvolvimento, sob orientação do professor doutor Eduardo Alberto Cusce Nobre e financiamento da Capes.

---

\* Arquiteta e urbanista, doutoranda e mestre em planejamento urbano e regional pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) – bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Membro do Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH-Brasil), docente na FAU PUC-Campinas Centro Educacional Nossa Senhora do Patrocínio (CEUNSP/Salto). Ex-subprefeita de Paranapiacaba e do Parque Andreense, em Santo André (SP).  
vanbello@usp.br

## 1 REVISITANDO A NOÇÃO DE PAISAGEM

Alguns autores e instituições nacionais e internacionais têm se dedicado recentemente à investigação das origens, do desenvolvimento e das polêmicas em torno do conceito de paisagem e da relação entre paisagem e patrimônio.

Para nossa surpresa, a francesa Anne Cauquelin destaca que o termo “paisagem” está ausente do vocabulário ocidental. Há somente o termo *topio*, utilizado mais para designar um pequeno lugar que uma paisagem. Já a natureza, designada por *phusis*, foi objeto de numerosas definições entre filósofos. Frequentemente compreendida como recurso divino à vida e à sobrevivência dos seres, suas manifestações são visíveis e, portanto, mais concretas. “A natureza, sua compreensão, pertence à ordem do intelecto, não da sensibilidade.” (CAUQUELIN, 1998, p. 25). Esta noção de natureza contrapõe-se à ideia mais corrente de paisagem – a imagem processada, interpretada, representada, construída, inventada, metafórica, simbólica e retórica da natureza ou do ambiente<sup>2</sup>.

Na literatura o Livro dos Salmos traz o primeiro registro da palavra “paisagem”, escrito em hebraico por volta de 1.000 a.C. Voltada à noção visual e estética, descreve a paisagem como “[...] a bela vista que se tem do conjunto de Jerusalém, com os templos, castelos e palacetes do Rei Salomão. (METZGER, 2001, p. 2).

Mas foi com a arte da pintura, a partir da composição da perspectiva, no renascimento, que se conformou definitivamente a transformação da visão mais concreta da natureza em percepção sensível ou em processo seletivo de apreensão da realidade (SANTOS, 1999). Nesse sentido, Cauquelin (1998) destaca a importância da perspectiva na invenção e consolidação da forma simbólica de paisagem, persistente até hoje, seguindo suas regras de construção: distância, pontos de fuga, horizonte, sequência de planos, progressão, proporção e enquadramento. Daí a noção comum de que a paisagem é um “panorama” ou algo que se vê de longe e com profundidade, permitindo a distância necessária da linha do horizonte, ou *skyline*, espinha dorsal de sua construção morfológica em que os primeiros planos e detalhes se fazem menos importantes, embora constitutivos. É neste quadro pictórico como base mental, uma montagem construindo a imagem artificial, que os diversos elementos são organizados. É isto que Cauquelin (1988, p. 26) chama de regras implícitas ou inconscientes da paisagem:

[...] a harmonia necessária para o equilíbrio das massas fazem referência às leis plásticas estabelecidas pela perspectiva legítima e só há paisagem para nós, em nossa cultura ocidental, se ela responder a essa demanda.

---

<sup>2</sup> Ver Santos (1999), Cauquelin (1998), Lynch (1985), Cullen (1986) e Ribeiro (2007).

Esta invenção mental, a paisagem perspectiva, é responsável por unir e compor os diversos signos no campo pictórico, inclusive, e sobretudo, a própria natureza, que figura como pano de fundo, contexto, ligação, meio, condição. Portanto, a natureza processada com a construção da paisagem passa a ser produto, embora sempre inacabado (SANTOS, 1999), ao passo que naturaliza a própria ideia de paisagem, tornando-a elemento inseparável de sua forma simbólica.

Iñaki Ábalos (2004, p.1) também identifica este tipo de leitura da paisagem na modernidade. Ancorada numa concepção de objeto, a paisagem é algo “[...] que se olha, se usa e se explora, porém com o qual jamais se estabelece uma relação de igualdade.” Diante dela, e sempre de fora, o sujeito adota “[...] uma posição asséptica, estática e contemplativa, que materializa um domínio sem possessão.” (ÁBALOS, 2004, p.1). Por outro lado, lembra que os tempos modernos, com o processo acelerado de industrialização e desenvolvimento do capitalismo, representaram um período de intensa violência, sem precedentes, em relação aos recursos naturais. O sujeito moderno, ao toque do consumo descartável, passa a ter uma relação ainda mais fugaz com a natureza, transformando-a em artefato não reciclável, modificando intensamente os ciclos naturais, o clima, os ecossistemas e, conseqüentemente, as paisagens. Ressaltando a necessidade da sobreposição da agenda da sustentabilidade à necessidade estética, defende:

A paisagem não é mais esse bonito fundo sobre o qual se destacam belos objetos escultóricos chamados de arquitetura, mas o lugar no qual pode instalar-se uma nova relação entre os não-humanos e os humanos: um fórum cósmico onde devemos reescrever toda a herança recebida; a democracia estendida às coisas, em novo pacto. (ÁBALOS, 2004, p. 2).

Todavia, foram estes dois elementos, a construção pictórica perspectiva e a natureza, essenciais na composição morfológica da visão ocidental de paisagem, que constituíram e ainda constituem, embora de maneira mais intuitiva, os objetos de salvaguarda no campo da preservação do patrimônio. O que se busca preservar “[...] é a perenidade dessa forma, único objeto de transmissão [...]” (CAUQUELIN, 1998, p. 27). Os demais elementos e seus conteúdos, inevitavelmente, transformam-se ou são manipulados ao longo do tempo, acompanhando a dinâmica social – e isto tem sido relativamente aceito, ou imposto, às políticas de preservação. A questão da sustentabilidade é também recentemente incorporada, no entanto, como forma de recuperação ou manutenção da natureza, a mesma que deve ser preservada a fim de compor o cenário ideal de paisagem.

Embora desde o final do século XIX a paisagem tenha sido objeto de reflexão dos geógrafos<sup>3</sup>, que trouxeram uma abordagem mais sociológica, cultural e humanista, como a ideia de “paisagem cultural”, Cauquelin (1998) conclui que a noção pictórica

---

<sup>3</sup> Sobretudo os da geografia humana, como La Blanche e Carl Sauer (A Morfologia da Paisagem, 1925). Ver revisão bibliográfica em Ribeiro (2007).

de paisagem tem embasado a construção de uma retórica geral e dominante sobre o tema no campo do patrimônio cultural, a qual poderemos identificar na atuação de diversas instituições responsáveis pela preservação do patrimônio, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), apresentada adiante.

## 2 PAISAGEM E PATRIMÔNIO NO ÂMBITO INTERNACIONAL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA IDEIA DE PAISAGEM CULTURAL

Apesar da anterioridade das discussões acerca da noção de paisagem e sítio histórico como patrimônio, ou da paisagem como associações entre aspectos culturais e naturais<sup>4</sup>, foi na década de 1990 que se iniciou um processo de institucionalização de uma nova abordagem de preservação, enfocando a paisagem “cultural”. Em 1992, o Comitê do Patrimônio Mundial, em sua 16ª sessão, realizada nos Estados Unidos, inclui a categoria “paisagem cultural” na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Em 1995, o Comitê de Ministros do Conselho da Europa, por meio da Recomendação R(95) 9 – Sobre a conservação integrada de áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas – recomenda a adoção desta abordagem nas políticas de preservação do patrimônio. Logo após, em 2000, é aprovada a Convenção Europeia da Paisagem, introduzindo um conjunto de regras para a proteção, gerenciamento e planejamento das paisagens.

O conceito de paisagem cultural, sistematizado na Recomendação R(95), congrega os vários aspectos e as várias abordagens correntes no campo da preservação do patrimônio<sup>5</sup>, considerando sua interdisciplinaridade e a necessidade de superação da fragmentação ainda praticada. Partindo-se de uma concepção mais alargada e integradora entre a ação do homem e a natureza e entre os patrimônios material e imaterial, adotar a paisagem como patrimônio pressupõe, ao passo que admite, o constante movimento e as relações intrínsecas e inseparáveis entre conceitos e

---

<sup>4</sup> Além das colocadas inicialmente, é importante lembrar os documentos e cartas patrimoniais internacionais que abordam a questão da paisagem: 1931 - **Carta de Atenas** (CIAM): ressalta a visibilidade dos monumentos; 1940 - **Convenção de Washington**: sobre paisagem natural e o belo; 1962 - **Recomendação de Paris** (UNESCO): preservação ambiental, salvaguarda da beleza e caráter das paisagens e sítios; 1964 - **Carta de Veneza** (ICOMOS): amplia a noção de monumento histórico de uma criação arquitetônica isolada para um sítio urbano ou rural, com arquitetura modesta, e enfoca a noção de entorno e visibilidade dos monumentos; 1967 - **Normas de Quito** – Organização dos Estados Americanos (OEA): a paisagem como portadora de marcas e expressões do passado, *testemunhos de uma tradição histórica de inestimável valor* e o turismo como finalidade pragmática; 1976 - **Recomendação de Nairobi** (UNESCO): amplia a noção de entorno para ambiência dos conjuntos históricos (natural, construído, rural e urbano) percebendo-o em seus vínculos sociais, econômicos e culturais, mas ainda mantendo a visibilidade como predominante; 1981 - **Carta de Florença** (ICOMOS), trata de jardins históricos que, por seus valores históricos e artísticos, devem ser considerados monumentos; 1986 - **Carta de Washington** (ICOMOS): a paisagem dando sentido a um bem mais importante (como pano de fundo, hierarquia). As cartas na íntegra estão disponíveis em IPHAN, 2004.

<sup>5</sup> Sobre conceitos como monumento, monumento histórico, monumento natural, patrimônio histórico e artístico, patrimônio arqueológico, patrimônio arquitetônico, patrimônio natural, patrimônio urbano, patrimônio rural, patrimônio paisagístico, patrimônio industrial, patrimônio cultural, patrimônio ambiental urbano, patrimônio imaterial – ver CHOAY, 2001; MENESES, 2006; SCIFONI, 2008; GOMES; CORRÊA, 2011, IPHAN, 2004, dentre outros.

abordagens da história, da sociologia, da antropologia, da memória, da arte, da cultura, da ecologia e suas correspondências no meio físico, seja na edificação, nos objetos ou nos territórios – urbano, rural ou natural. Pressupõe a ação integrada do planejamento e da gestão territoriais com as políticas ambientais e sociais, sobretudo em suas dimensões culturais e econômicas. Busca conjugar a política de preservação ao processo dinâmico de desenvolvimento das cidades, o que implica, necessariamente, não impedir as mudanças, mas direcioná-las e, portanto, trabalhar na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

A Recomendação vê a paisagem como bem cultural, destacando três aspectos: a percepção do território; os testemunhos do passado e do relacionamento entre os indivíduos e seu meio; as especificidades das culturas locais, práticas, crenças e tradições. Por outro lado, diferencia “paisagem”, algo múltiplo, complexo e mais geral, de “áreas de paisagem cultural”, unidades de paisagens mais homogêneas, onde se pode identificar e justificar as especificidades e os valores reconhecidos como patrimônio cultural:

As áreas de paisagem cultural são partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representações em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos. Recomendação R(95) 9. (IPHAN, 2004, p. 332).

Embora a Recomendação se aplique às áreas de paisagem cultural, conforme expõe o artigo segundo, foi dada especial atenção ao planejamento integral e integrado do território, incluindo as políticas de uso da terra e políticas mais abrangentes, contemplando interesses diversos: culturais, históricos, estéticos, arqueológicos, etnológicos, ecológicos, simbólicos, econômicos e sociais.

A Convenção Europeia da Paisagem, sistematizada em 2000, em Florença, também compreende a relação entre aspectos naturais e culturais da paisagem, mas enfoca a visão cultural da natureza, com destaque para as questões de biodiversidade e ecossistemas, refletindo a agenda ambiental da década de 1970. Entra em vigor em 2004, no contexto da Unificação Europeia, e acaba configurando-se como uma tentativa de estabelecer políticas públicas comuns, que tenham a paisagem como recurso ao estabelecimento e à manutenção de uma identidade europeia, evidenciando seu objetivo e abrangência regional. Mais alinhada ao ideário do desenvolvimento sustentável que à agenda do patrimônio cultural, a Convenção estabelece princípios legais para áreas urbanas, periurbanas, rurais, naturais (em terra ou na água), e define paisagem como: “[...] uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores

naturais e ou humanos.” Classifica-a em três tipos: a) de considerável importância ou extraordinárias; b) ordinárias; c) degradadas:

Os 46 países europeus signatários comprometeram-se a: reconhecer legalmente as paisagens; estabelecer e implementar políticas de proteção, gerenciamento e planejamento; criar procedimentos de participação e integrar a questão da paisagem nas políticas de planejamento regional e urbano. (RIBEIRO, 2007).

Assim, a possibilidade de concretização de uma política de preservação de paisagens qualificadas como culturais viria a ampliar a própria noção de patrimônio e as medidas de salvaguarda e valorização. Por outro lado, certamente implicará na criação de novas formas de gestão, nas quais o patrimônio seja tomado efetivamente como um dos elementos estruturadores do planejamento territorial. Ademais, a interdisciplinaridade proposta pelo novo conceito vem exigindo a abertura dos canais de comunicação entre as diversas áreas, buscando, além da integração, a ampliação dos mecanismos de participação, democratizando a gestão do patrimônio e tornando imprescindível a inclusão das comunidades locais e demais interessados.

### 3 A PAISAGEM E O PATRIMÔNIO MUNDIAL

Embora a UNESCO tenha sido a primeira instituição internacional a adotar formalmente o reconhecimento e a proteção da paisagem como patrimônio (UNESCO/ ICOMOS, 2009), sua atuação e seus documentos técnicos ainda suscitam dúvidas e revelam incoerências típicas de um processo ainda em construção, mas também reflexos da excessiva categorização dos bens e dos processos políticos inerentes à diplomacia internacional.

Se por um lado o reconhecimento mundial do valor da paisagem enquanto patrimônio, por meio da nova categoria “paisagem cultural”, aponta para o estreitamento dos antagonismos entre patrimônios natural/cultural e material/imaterial – ainda praticados pela UNESCO<sup>6</sup> – de bens na Lista do Patrimônio Mundial, a nova categoria ainda não tem se revelado como a pretensa via alternativa de conexão, conforme preconizam as principais diretrizes conceituais do termo, embora haja avanços. A partir da compreensão das classificações da UNESCO e da análise dos bens já incluídos (e retirados) na Lista do Patrimônio Mundial, poderemos identificar as características que comporão o argumento.

A Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 distingue claramente os patrimônios naturais e culturais, cuja avaliação e julgamento são realizados por grupos distintos de especialistas<sup>7</sup>. Os patrimônios

---

<sup>6</sup> Reflexo das concepções e políticas ocidentais de patrimônio, sobretudo das eurocêntricas.

<sup>7</sup> Para o patrimônio natural, a International Union for Conservation of Nature (IUCN); para o patrimônio cultural, o International Council on Monuments and Sites (ICOMOS).

culturais podem ser alocados em três grandes categorias: monumentos, conjuntos e sítios. Já os naturais, em outras três: monumentos naturais, formações geológicas e fisiográficas e sítios naturais. Os sítios considerados mistos devem atender aos critérios e categorias de ambos concomitantemente.

A priori, é preciso ressaltar que a “paisagem cultural” não substituiu a categoria “patrimônio misto”, tampouco ganhou assento ao seu lado. Foi criada como uma subcategoria ou tipologia do “patrimônio cultural”. Quando do lançamento da nova seção, em 1992, diversos técnicos e acadêmicos haviam compreendido que não haveria mais a possibilidade de inscrição na “categoria misto”. Entretanto, a mesma não foi extinta e, desde lá, alguns bens vêm sendo a ela incorporados, a exemplo das Lagoas Meridionais das Ilhas Calcáreas, na República de Palau, declarada em 2012, totalizando 29 representações.<sup>8</sup> Em 2012 as paisagens culturais somavam 85 bens dentre os 745 inscritos como patrimônio cultural. Os patrimônios naturais estavam representados por 188 bens, compondo um total de 962 bens na Lista do Patrimônio Mundial.<sup>9</sup> Para as “Paisagens Culturais” a UNESCO trabalha com a seguinte definição:

As paisagens culturais são bens culturais e representam as “obras conjugadas do homem e da natureza” a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas. (UNESCO, 2008a, p. 22-23. Tradução de Vanessa Gayego Bello Figueiredo).

Esta definição referenda o conteúdo elaborado na Convenção de 1972, dialoga com a Recomendação R(95) 9 e reforça o conceito clássico de Sauer, presente em vários documentos da UNESCO:

The cultural landscape is fashioned from a natural landscape by a culture group. Culture is the agent, the natural area the medium, the cultural landscape the result. (SAUER, 1925, apud UNESCO, 2009, p.16).

Dentro desta categoria, foram criadas três subcategorias, que buscam encampar três diferentes concepções de paisagem: a) *Clearly Defined Landscape* ou Paisagens Claramente Definidas; b) *Organically Evolved Landscape* ou Paisagens Evoluídas Organicamente, com duas subdivisões, Paisagem Relíquia (ou Fóssil) e Paisagem

---

<sup>8</sup> “A existência de uma categoria de ‘paisagem cultural’, incluída na Lista do Patrimônio Mundial, com base no critério definido no parágrafo 77, das orientações, não exclui a possibilidade de continuar a inscrever bens de importância excepcional, segundo critérios naturais e culturais (ver também a definição de bens mistos, descritos no parágrafo 46). Em tais casos, seu valor universal excepcional deve ser justificado nas duas categorias de critérios.” (UNESCO/ICOMOS, 2009, p.10. Tradução de Vanessa Gayego Bello Figueiredo.).

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/culturallandscape>> e <<http://whc.unesco.org/en/list>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

Contínua; c) *Associative Cultural Landscape* ou Paisagem Cultural Associativa. (RIBEIRO, 2007).



**Figura 1** Sintra, Muralhas no entorno do Castelo dos Mouros, Portugal (1995). Disponível em: <<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sintrazamek.jpg>>. Acesso em: 27 set. 2011. Autor: Tlumaczeniowa.<sup>10</sup>



**Figura 2** Sintra, Palácio Nacional, Portugal (1995). Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sintra\\_vila\\_4.JPG](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sintra_vila_4.JPG)>. Acesso em: 4 dez. 2011. Autor: Husond.

---

<sup>10</sup> As imagens utilizadas neste artigo possuem licença Creative Commons, disponíveis em: <<http://commons.wikimedia.org/wiki/>>. Acessos entre: ago. 2011 e set. de 2012. As imagens 11 e 28 estão disponíveis em <<http://www.flickr.com/>>.

As Paisagens Claramente Definidas (figuras 1 e 2) são aquelas criadas intencionalmente pelo homem, por motivação estética, religiosa ou política, a partir de um plano ou projeto, podendo associar espaços livres a conjuntos edificados. É a paisagem com autoria de desenho, ligada às práticas do paisagismo, como parques, jardins, praças, quintas – a exemplo de Sintra, em Portugal, e Lednice-Valtice, na República Tcheca.

As Paisagens Evoluídas Organicamente são aquelas construídas coletivamente por um grupo social ou uma sociedade. Apresentam a evolução de algum ciclo social, econômico, administrativo ou religioso. Podem ser uma cidade inteira, parte dela ou um grupo de cidades, adquirindo escala regional, e podem apresentar-se de duas formas: a Paisagem Relíquia ou Fóssil (figura 3) é a paisagem-produto, resultante de um processo evolutivo que já teve um fim, com marcas materiais ainda visíveis, como sítios arqueológicos com vestígios materiais de cidades cuja civilização foi extinta ou, simplesmente, conjuntos edificados não utilizados. A Paisagem Contínua (figura 4) é a paisagem em processo, que ainda mantém viva na contemporaneidade culturas, tradições e grupos sociais de diversos ciclos, de um ciclo específico ou predominante, com evidências materiais de suas manifestações e de sua evolução. Na Lista do Patrimônio Mundial, representam as paisagens relíquias as Cidades da Rota do Incenso, no Deserto de Negev, em Israel; o Parque Nacional de Cilento e Vale Diano, na Itália; Blaenavon, no Reino Unido; as Aldeias Antigas do Norte Sírio, dentre outras.



**Figura 3** Paisagem Relíquia: Rota do Incenso, Cidades do Deserto de Negev, Israel (2005).

Disponível em: <<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/fd/Avdat-v.jpg/1280px-Avdat-v.jpg>>.

Acesso em: 17 nov. 2011.

Autor: Etan J. Tal.



**Figura 4** Paisagem Contínua: Cinque Terre, Itália (1997).

Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Riomaggiore01\\_2007-03-31.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Riomaggiore01_2007-03-31.jpg)>. Acesso em: 27 set. 2011.

Autor: KLAUS.

As Paisagens Culturais Associativas (figuras 5, 6 e 7) surgem da forte associação cultural, religiosa, artística ou mística, geralmente ancorada ao espaço natural e a seus elementos. As evidências materiais das práticas culturais nem sempre são visíveis, mas o espaço físico é imprescindível para a manutenção e suporte dessas práticas imateriais, como rituais religiosos ou sagrados em florestas, rituais indígenas, dentre outros.



**Figura 5** Montanha Sagrada do Parque Nacional Uluru-KataTjuta, Austrália (2002).

Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Paul\\_Mannix\\_-\\_Uluru\\_\(Ayers\\_Rock\)\\_at\\_sunset,\\_Uluru-Kata\\_Tjuta\\_National\\_Park,\\_Australia\\_\(by-sa\).jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Paul_Mannix_-_Uluru_(Ayers_Rock)_at_sunset,_Uluru-Kata_Tjuta_National_Park,_Australia_(by-sa).jpg)>. Acesso em: 27 set. 2011.

Autor: Paul Mannix.



**Figura 6** Floresta Sagrada de Osun-Osogbo, Nigéria (2005). Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rio\\_Osun.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rio_Osun.jpg)>. Acesso em: 17 nov. 2011. Autor: Alex Mazzeto.



**Figura 7** Floresta Sagrada de Osun-Osogbo, Nigéria (2005). Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Templo\\_Osun3.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Templo_Osun3.jpg)>. Acesso em: 17 nov. 2011. Autor: Jurema Oliveira.

Fowler (2003) fez uma análise detalhada das paisagens culturais nos dez primeiros anos de vigência da categoria. Das 30 oficialmente inscritas até 2002, conforme esperado pelos técnicos ligados a UNESCO, 60% eram paisagens evoluídas organicamente e contínuas, totalizando 18 representações. No entanto, contrariando expectativas iniciais, apenas três representavam paisagens claramente definidas; outras três, paisagens-reliquia e seis associativas. Por outro lado, analisando os demais bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, Fowler (2003) concluiu que mais 70 bens possuíam características passíveis de enquadramento como “paisagem

cultural”. Dentre elas pode-se destacar o Palácio e Jardins de Versailles, como paisagens definidas, e Tebas Antiga, no Egito, como paisagem relíquia, ambos inscritos em 1979. Surpreendentemente, Fowler (2003) destaca que mesmo após a vigência da nova categoria, a partir de 1992, algumas paisagens culturais foram classificadas em outras categorias, como foi o caso de oito bens na China.<sup>11</sup>

Outra análise elaborada por Fowler (2003, p. 21), de especial interesse para este estudo, refere-se à questão temática ou tipológica. Foram identificados os principais temas e valores culturais e naturais das 30 paisagens listadas. Vale destacar, primeiramente, que há predominância de paisagens rurais (60%), sobretudo daquelas ligadas à prática da agricultura tradicional (figuras 8 e 9).



**Figura 8** Paisagem rural agrícola: Terraços de Arroz, Filipinas (1995).

Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rice\\_Terraces\\_Banaue.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rice_Terraces_Banaue.jpg)>. Acesso em: 19 nov. 2011.

Autor: Magalhães.

Embora a classificação de Fowler identifique 23 paisagens culturais com presença de vilas ou cidades, analisando cada uma delas pode-se perceber que, em geral, não são ambientes urbanos de grande escala, típicos dos processos de urbanização industrial do século XX, onde habita a maior parte das populações urbanas. São ambientes urbanos de pequeno porte e muito singulares, vilarejos com arquitetura vernacular (figuras 10 e 11), dentro de ambientes rurais ou periurbanos, como é o caso dos Terraços de Arroz, nas Filipinas, e dos Viñales em Cuba; ou cidadelas com presença de arquitetura monumental, como as do Vale do Loire (figura 12) Saint Emilión, na França, Hallstatt-Dachstein Salzkammergut, na Áustria (figura 13) e Aranjuez, na Espanha; ou, ainda, com arquitetura monumental e vernacular ao mesmo tempo, em região pouco urbanizada, como a Paisagem do Lago Fertő/ Neusiedlersee, situada entre a Hungria e a Áustria.

---

<sup>11</sup> Bens e ano de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial: Mountain Resort, 1994; Wudang, 1994; Lushan, 1996; Emeishan, 1996; Suzhou, 1997; Summer Palace, 1998; Wuyishan, 1999; Qingchen, 2000. (FOWLER, 2003).



**Figura 9** Paisagem rural agrícola: Viñales (núcleo urbano), Cuba (1999). Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cuba\\_Vinales\\_Centro.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cuba_Vinales_Centro.jpg)>. Acesso em: 4 dez. 2011. Autor: AxelF.



**Figura 10** Paisagem urbana e rural, com arquitetura vernacular: Paisagem do Núcleo Urbano do Lago Fertö/Neusiedlersee, Áustria e Hungria (2001). Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Podersdorf\\_von\\_Westen\\_2010.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Podersdorf_von_Westen_2010.jpg)>. Acesso em: 21 nov. 2011. Autor: Aisano/ RICOH R10 User.



**Figura 11** Paisagem urbana e rural, com arquitetura vernacular: Arquitetura vernacular das aldeias ribeirinhas na Paisagem do Lago Fertö/Neusiedlersee, Áustria e Hungria (2007). Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/perledivetro/468607112/in/photostream>>. Acesso em: 4 nov. 2011. Autor: Eva Bittermann.



**Figura 12** Paisagem urbana com arquitetura monumental: Vale do Loire – Chinon, França (2000). Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ch%C3%A2teau\\_Chinon.JPG](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ch%C3%A2teau_Chinon.JPG)>. Acesso em: 19 nov. 2011.  
Autor: Touriste.



**Figura 13** Paisagem urbana com arquitetura monumental: Hallstatt-Dachstein Salzkammergut, Áustria (1997). Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ch%C3%A2teau\\_Chinon.JPG](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ch%C3%A2teau_Chinon.JPG)>. Acesso em: 19 nov. 2011.  
Autor: Pipimaru.



**Figura 14** Paisagem e patrimônio natural: Pirineus – Mont Perdu, França e Espanha (1999). Disponível em: <<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pic-du-midi-dossau.jpg?uselang=pt-br>>. Acesso em 4 dez. 2011  
Autor: Ian Grant.

Quanto aos valores naturais, destacam-se a presença de elementos importantes, como as montanhas e a água (rios, lagos, mares) em 13 e 19 paisagens, respectivamente, como ilustram o Mont Perdu, entre a França e a Espanha, e o Istmo de Curonian, entre a Lituânia e a Rússia. Também há destaque para a preservação de ecossistemas e da biodiversidade, por meio de Parques Nacionais com dez representações, como o Tongariro National Park, na Nova Zelândia. Todavia, os critérios de valores naturais para a justificativa do Valor Excepcional Universal foram atribuídos à apenas três dos bens inscritos no primeiro decênio.



**Figura 15** Paisagem e patrimônio natural: Curonian Spit, Lituânia/Rússia (2000). Disponível em: <<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pilkopis1.JPG>>. Acesso em: 4 dez. 2011.  
Autor: Rimantas Lazdynas.

Segundo o autor, dentre os aspectos imateriais, 17 paisagens são ou contêm elementos que constituem significados importantes para a identidade nacional ou de um grupo social local, como Uluru-Kata Tjuta National Park, na Austrália, e 12 apresentam forte dimensão religiosa ou sagrada, a exemplo do Vat Phou na República Democrática do Lao (figura 16), que, embora seja um patrimônio arqueológico, foi inscrito como paisagem cultural devido também à intensa apropriação religiosa do lugar. Acrescenta ainda que, em 14 dos 30 bens listados, a população residente local é parte importante da paisagem cultural e, portanto, de sua gestão. Embora o autor destaque a qualidade estética como um valor relevante em apenas 19 paisagens, esta qualidade está certamente presente em todas elas.



**Figura 16** Paisagens com forte dimensão imaterial: Vat Phou, Lao (2001). Disponível em: <<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:ViewFromWatPhu.JPG?uselang=pt-br>>. Acesso em: 4 dez. 2011. Autor: Mattun0211.

Ao estender esta análise às paisagens culturais inscritas no segundo decênio<sup>12</sup>, entre 2003 e 2012, verifica-se ainda a predominância das paisagens evoluídas organicamente e contínuas, com 57,6% do total, seguidas das paisagens-relíquia e das associativas. Já as paisagens claramente definidas não chegam a representar 10% dos bens inscritos.

**Tabela 1** Classificação das Paisagens Culturais (1992-2012)

Subcategoria	Número de bens listados	%
Paisagem claramente definida	7	8,3
Paisagem evoluída organicamente		
Relíquia	15	17,6
Contínua	49	57,6
Paisagem associativa	14	16,5
Total	85	100

Fonte: Análise e categorização elaborada por Vanessa Gayego Bello Figueiredo, com base em documentos da UNESCO (vide bibliografia) e na lista de paisagens culturais disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/culturallandscape>>. Acessos em: 27 jul. 2011, 28 ago. 2012 e 3 jul. 2013.

Foram analisados também os elementos ou atributos naturais presentes e valorados, assim identificados: montanha, rio, mar, lago, vegetação, biodiversidade, vulcão, deserto, duna, caverna e cachoeira. A primeira constatação é que a natureza está de fato onipresente nas paisagens culturais inscritas, com destaque para as formações montanhosas, em 73% dos bens; a vegetação, em 58%; os rios, em 32%; o mar, em 21%; lagos, em 15%. Embora as paisagens revelem aspectos de grande beleza cênica, como é possível notar nas imagens apresentadas neste artigo, e relevância

<sup>12</sup> Análise da autora.

quanto aos atributos ambientais de biodiversidade e ecossistemas (15%), menos de 10% dos bens obtiveram os critérios de valor natural estabelecidos pela UNESCO. Já os vulcões, desertos, as dunas e cachoeiras aparecem em minoria (cerca de 3% cada), e as cavernas estão presentes em 7% dos bens.



**Figura17** Formações montanhosas em destaque na paisagem: paisagem com formações montanhosas de grande expressão: Le Morne, nas Ilhas Maurítius, 2008.

Fonte: Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mauritius\\_PeterBoth.JPG?uselang=pt-br](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mauritius_PeterBoth.JPG?uselang=pt-br)>. Acesso em: 04 dez. 2011.

Autor: B. Navez.

O estudo contemplou, ademais, a análise dos principais atributos do patrimônio cultural reconhecidos, identificados como: arqueológico, arquitetura monumental, arquitetura vernacular, urbano, industrial, rural (agrícola e pastagens), paisagístico (projetado) e imaterial (dentre os quais estão inclusos os valores religiosos ou sagrados). Embora os ambientes rurais ainda representem a maior parcela dos bens listados, com 43,5%, os valores arqueológicos despontaram no segundo decênio, somando 41%, presentes em 35 dos 85 bens listados, a exemplo do Vale de Bamiyan (figura 18), com remanescentes arqueológicos de estátuas monumentais de Buda, no Afeganistão, e dos Refúgios Rupestres de Bhimbetka, na Índia (figura 19).



**Figura18** Paisagens com valores arqueológicos: Vale de Bamiyan, Afeganistão, 2003. Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sunrise\\_of\\_Bamyan\\_Valley.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sunrise_of_Bamyan_Valley.jpg)>. Acesso em: 4 dez. 2011.

Autor: Afghanistan Matters/ Eric Sutphin.

Dentre as paisagens rurais, prevalecem ainda os ambientes de cultura agrícola (35%), com destaque para as paisagens vinícolas europeias, como Saint Emilion (1999) e o Vale do Loire (2000), na França (figuras 20 e 12); a Região do Alto Douro (2001) e Pico Island (2004), em Portugal (figuras 21 e 22); Wachau (2000), na Áustria (figura 23); a Região de Fertő/Neusiedlersee (2001), situada na fronteira entre a Hungria e a Áustria (figura 10); a Região de Tokaj (2002), na Hungria; Lavaux (2007), na Suíça (figura 24).



**Figura 19** Paisagens com valores arqueológicos: Refúgios Rupestres de Bhimbetka, Índia, 2003. Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bhimbetka\\_Cave\\_Paintings.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bhimbetka_Cave_Paintings.jpg)>. Acesso em: 6 dez. 2011. Autor: Raveesh Vyas.



**Figura 20** Paisagens vinícolas europeias: Paisagem Cultural de Saint Emilion, França (1999). Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Saint\\_%C3%89milion\\_Wine\\_Country.jpg?uselang=pt-br](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Saint_%C3%89milion_Wine_Country.jpg?uselang=pt-br)>. Acesso em: 4 dez. 2011. Autor: Marrovi.



**Figura 21** Paisagens vinícolas europeias: Ilha do Pico, paisagem com o vulcão ao fundo, Portugal (2004). Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:PIC\\_LAJ\\_Lajes\\_do\\_Pico.JPG?uselang=pt-br](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:PIC_LAJ_Lajes_do_Pico.JPG?uselang=pt-br)>. Acesso em: 4 dez. 2011.  
Autor: Ruben JC Furtado.



**Figura 22** Paisagens vinícolas europeias: cultura vinícola na Ilha do Pico, Portugal (2004). Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Landscape\\_of\\_the\\_Pico\\_Island\\_Vineyard\\_Culture.jpg?uselang=pt-br](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Landscape_of_the_Pico_Island_Vineyard_Culture.jpg?uselang=pt-br)>. Acesso em: 4 dez. 2011.  
Autor: Ulrich Thumult.



**Figura 23** Paisagens vinícolas europeias: Wachau, Áustria (2000). Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Wachau\\_east.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Wachau_east.jpg)>. Acesso em: 19 nov 2011.  
Autor: Xell.



**Figura 24** Paisagens vinícolas europeias: Lavaux Vineyard Terraces, Suíça (2007). Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lavaux\\_-\\_Rivaz.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lavaux_-_Rivaz.jpg)>. Acesso em: 19 nov. 2011.  
Autor: Attila Terbócs, User Pasztilla.

Outras culturas agrícolas tradicionais também estão presentes, como a Paisagem Cultural do Agave (figura 25), para a produção de tequila, no México (2006); os sistemas de captação de água para o cultivo em terraços na serra de Tramuntana, na Ilha de Mallorca, Espanha (2011); Bali, na Indonésia (2012) (figura 26) e Bassari, Fula e Bedik, no Senegal (2012).



**Figura 25** Paisagem rural agrícola: Paisagem Cultural do Agave, México (2006). Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Atotonilco\\_Jalisco\\_\(Agaves\).JPG](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Atotonilco_Jalisco_(Agaves).JPG)>. Acesso em 4 dez. 2011.  
Autor: Marrovi.



**Figura 26** Paisagem rural agrícola: Paisagem Cultural de Bali, Indonésia (2012). Terraços de cultivo de arroz e sistema subak de irrigação. Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bali\\_panorama.jpg?uselang=pt-br](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bali_panorama.jpg?uselang=pt-br)>. Acesso em: 3 set. 2012.  
Autor: Não identificado.

Entretanto, ao contrário do que se esperava para esta categoria, a arquitetura monumental (figura 27), recorrente na Lista do Patrimônio Mundial, ainda garante grande presença nas paisagens culturais (mesmo em áreas rurais ou periurbanas), somando 36,5%, contra apenas 13% da arquitetura vernacular (figura 28).



**Figura 27** Arquitetura Monumental na Paisagem Cultural de Bali, Indonésia (2012). Disponível em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/File:1\\_pura\\_taman\\_ayun\\_bali\\_2011.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:1_pura_taman_ayun_bali_2011.jpg)>. Acesso em: 3 set. 2012.  
Autor: Chensiyuan.



**Figura 28** Arquitetura Vernacular na Paisagem Cultural de Koutammakou, Togo (2004). Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/erikkristensen/197025831/sizes/o/in/set-72157594209978345/>>. Acesso em: 3 set.2012.  
Autor: Erik Cleves Kristensen.

Embora o valor imaterial das paisagens tenha reconhecimento em apenas 26% dos bens, como o Monte Kii, no Japão (figura 30), o caso do parque de Lushan, na China (figura 29), ilustra uma questão de extrema relevância para a discussão do conceito de paisagem cultural. Inscrito em 1996, como conjunto de bens culturais, e protegido, sobretudo, pelos valores estéticos de sua arquitetura e natureza monumentais e pelo significado religioso, teve, em 2010, reconhecido também o seu ambiente natural como meio para a prática espiritual – por isto migrou para a categoria paisagem cultural, evidenciando o alargamento e a simbiose de valores característicos desta categoria.

O mesmo ocorreu com o parque Uluru-Kata Tjuta, na Austrália (figura 5), que foi reconhecido em 1987 como patrimônio natural exclusivamente em seus valores ecológicos e para a proteção da biodiversidade. Em 1994, migrou para a categoria paisagem cultural em função do reconhecimento dos valores imateriais atribuídos ao sítio pelas comunidades locais – que, entre outras questões, não poderiam ser proibidas do acesso à área protegida e de suas práticas místicas no lugar.



**Figura 29** Paisagem com valores imateriais: Parque Nacional de Lushan, China (2010). Disponível em: <<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:%E5%BA%90%E5%B1%B1%E6%97%A5%E5%87%BA.JPG#filelinks>>. Acesso em: 3 set. 2012.

Autor: Chenyun.



**Figura 30** Paisagem com valores imateriais: Sítios sagrados e rotas de peregrinação do Monte Kii, Japão (2004). Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mt\\_Koya\\_monks.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mt_Koya_monks.jpg)>. Acesso em: 6 dez. 2011.

Autor: Ultratomio.

Vale apontar, ainda, que as paisagens industriais, representadas apenas por Blaenavon (figura 29), no primeiro decênio tiveram um aumento considerável, com a inclusão de mais seis bens. Dentre elas destacam-se as paisagens da mineração de Cornwall (Reino Unido); as Minas de Prata de Iwani Ginzan (Japão); Nord-Pas-de Calais (França) e o patrimônio ferroviário da Rhaetian Railway, com magníficas obras de engenharia, pontes e túneis na belíssima paisagem entre os Alpes Suíços e a Itália (figuras 30 e 31). Contraditoriamente, algumas paisagens culturais industriais foram incorporadas à Lista do Patrimônio Mundial em outras categorias, como é o caso das Minas e do Centro Histórico de Goslar (Alemanha) e da Vila de Sewell (Chile), nomeadas em 1992 e 2006, respectivamente.



**Figura 31** Paisagens Industriais: Paisagem Industrial de Blaenavon (valor arqueológico), Reino Unido (2000). Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Blaenavon\\_Ironworks-Wales-3Nov2006.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Blaenavon_Ironworks-Wales-3Nov2006.jpg)>. Acesso em: 28 set. 2011.  
Autor: Cedwyn Davies.



**Figura 32** Paisagens Industriais: Paisagem Ferroviária da Rhaetian Railway, (Itália e Suíça, 2008). Lago Bianco e Rhaetian. Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:RhB\\_ABe\\_4-4\\_III\\_mit\\_Bernina\\_Express\\_am\\_Lago\\_Bianco.jpg?uselang=pt-br](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:RhB_ABe_4-4_III_mit_Bernina_Express_am_Lago_Bianco.jpg?uselang=pt-br)>. Acesso em: 21 nov. 2011.  
Autor: Kabelleger



**Figura 33** Paisagens industriais: Túneis e pontes da Rhaetian. Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:RhB\\_Ge\\_4-4\\_III\\_UNESCO\\_Weltkulturerbe\\_auf\\_Landwasserviadukt.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:RhB_Ge_4-4_III_UNESCO_Weltkulturerbe_auf_Landwasserviadukt.jpg)>. Acesso em: 21 nov. 2011. Autor: David Gubler.

Já o valor paisagístico, aquele criado pelo homem, com uma intenção de projeto da paisagem – ou “claramente definido”, como designa a UNESCO – está presente em apenas nove das 85 paisagens listadas.

Outra referência sobre as principais questões temáticas abordadas pode ser encontrada na análise dos encontros mundiais de especialistas. Até 2007, foram promovidos pela UNESCO 26 encontros ou reuniões sobre “paisagem cultural”. Alguns deles foram dedicados à discussão sobre critérios e metodologias de classificação, avaliação, conservação e gestão, mas no tocante às discussões de temas específicos, a grande maioria abordou as paisagens rurais ou periurbanas e atividades agrícolas (UNESCO, 2009).

#### **4 REFLEXÕES FINAIS: AVANÇOS, INCOERÊNCIAS E NOVAS PERSPECTIVAS**

Dentre os avanços proporcionados pela existência da nova categoria “paisagem cultural”, pode-se elencar, certamente, a sua importância na ampliação do conceito e tipologias de patrimônio, sobretudo por meio da atribuição de valor às paisagens rurais com técnicas de agricultura tradicional e aos valores imateriais associados. Inclusive, é relevante destacar que a referida categoria deu um passo significativo no reconhecimento dos valores imateriais, sobretudo daqueles associados ao meio ou à paisagem, antecipando o reconhecimento formal da UNESCO<sup>13</sup>.

Ademais, a análise aqui apresentada coaduna-se à definição reiterada pela UNESCO em 2009, quando a instituição ressaltou o valor da relação espiritual com a natureza e das culturas tradicionais para o uso sustentável da terra e a manutenção da biodiversidade, incorporando definitivamente, neste último caso, o ideário de sustentabilidade da Convenção Europeia da Paisagem:

---

<sup>13</sup> Em 1997 a UNESCO criou a chancela do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade e, em 2003, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

O termo “paisagem cultural” abrange uma grande variedade de manifestações interativas entre o homem e seu ambiente natural. As paisagens culturais, muitas vezes, refletem técnicas específicas de utilização sustentável das terras, tendo em conta as características e os limites do ambiente natural em que estão estabelecidas assim como uma específica relação espiritual com a natureza. A proteção de paisagens culturais pode contribuir para técnicas modernas de uso sustentável e o desenvolvimento da terra, ao mesmo tempo conservando ou melhorando os valores naturais da paisagem. A existência permanente de formas tradicionais de utilização de terras sustenta a diversidade biológica em muitas partes do mundo. A proteção da paisagem cultural tradicional, portanto, é útil para a manutenção da biodiversidade. (UNESCO/ICOMOS, 2009, p. 9, tradução de Vanessa Gayego Bello Figueiredo).

Esta busca por compreender, de forma associada, as dimensões materiais, imateriais, culturais e naturais dos patrimônios, mesmo focada nos ambientes rurais ou periurbanos, tem exigido uma abordagem integrada de gestão e a participação das comunidades locais, tornando-as agentes imprescindíveis à preservação. Estas, portanto, passam a ser exigências primordiais do Comitê do Patrimônio Mundial nos últimos anos, constituindo-se como os principais desafios a serem enfrentados no campo das políticas de patrimônio.

Tal ampliação conceitual e tipológica representa ainda um importante passo para o reconhecimento da diversidade cultural mundial, significando uma nova porta de entrada para as manifestações culturais de países menos representados, como os da África e Ásia, embora 51% dos bens classificados até 2009 ainda estejam na Europa. Entre 2010 e 2012, são classificados mais 16 bens, sendo apenas três europeus, alterando substancialmente esta distribuição.

Por outro lado, se voltarmos aos apontamentos de Cauquelin (1998) sobre a noção ocidental da paisagem pictórica perspectiva e sua forte relação com a natureza, constatamos que todas as paisagens culturais inscritas respondem a estes atributos. Talvez por isto exista forte presença dos ambientes pouco modificados pelo homem, como os rurais e periurbanos com culturas tradicionais e sustentáveis (43,5%), ou de paisagens com vestígios arqueológicos (41%), onde esta construção pictórica é mais evidente – e sua relativa estabilidade, integridade e autenticidade constituem fatores relevantes para a nomeação e o desenvolvimento das políticas de preservação.

As paisagens urbanas de cidades consideradas de grande porte, de fato não tiveram espaço nesta categoria. Não por não serem “culturais”, como preconizava Sauer desde 1925 (RIBEIRO, 2007), mas por serem de difícil percepção, tanto do ponto de vista óptico e material, quanto social e imaterial. Nestas paisagens urbanas, geralmente densas de conjuntos edificadas heterogêneas e verticalizadas, a linha do horizonte, a profundidade e a relação mais explícita com os elementos naturais se perdem, desconstruindo aquela ideia dominante de paisagem. Além disto, a multiplicidade cultural presente nos lugares urbanos expõe uma complexidade bastante difícil de compreender e, sobretudo, de preservar e gerenciar; enquanto nos ambientes

rurais e arqueológicos há predominância de uma cultura, uma técnica, uma tradição e uma nítida, bela e ideal paisagem a preservar. Outros fatores importantes quanto aos requisitos para o reconhecimento como patrimônio mundial são a excepcionalidade, a integridade e a autenticidade, bastante complicados de identificação e justificativa nas paisagens urbanas, que são, em sua maioria, ordinárias e dinâmicas, juxtapondo vários períodos da urbanização e múltiplas culturas, além dos problemas urbanos típicos dos processos de segregação espacial, especulação imobiliária e degradação ambiental.

Outrossim, fazer a gestão do conflito entre preservação e desenvolvimento em ambientes dinâmicos e complexos, como os urbanizados, é algo muito mais difícil. Embora o conceito de paisagem cultural traga como uma de suas premissas a preservação com sustentabilidade (no sentido de não impedir as mudanças, mas direcioná-las a favor do patrimônio), ao observar as práticas mais correntes das instituições responsáveis pelo patrimônio, constata-se que a toada dominante ainda é a da intocabilidade dos bens.

Foram estas questões, aliadas à condução política e diplomática desastrosa, que levaram a UNESCO a retirar da Lista do Patrimônio Mundial, em 2009, a Paisagem Cultural do Vale do Elba, em Dresden, na Alemanha. Nomeado em 2004, foi retirado em virtude de uma polêmica quanto à construção de mais uma ponte transpondo o rio para desafogar o intenso tráfego da área central. Segundo a UNESCO, a ponte causaria grande interferência na paisagem, desconstruindo alguns ângulos de visão daquele ideal ocidental de paisagem (UNESCO, 2013). Embora haja justificativa técnica, a decisão do Comitê, tomada em votação fechada, teve forte motivação política.

Há alguns anos, a UNESCO vem ameaçando a retirada de bens da Lista do Patrimônio Mundial em virtude de problemas de preservação e gestão. O caso de Dresden foi tomado como exemplar, visto que o governo local desafiou a UNESCO quando resolveu consultar a população, através de um plebiscito, questionando sua preferência em construir a ponte e desafogar o tráfego ou permanecer com o título de Patrimônio Mundial. A população preferiu a ponte. Até hoje foram retirados apenas dois bens da Lista – o outro, um patrimônio natural.

A partir daí, começam a ocorrer fatos atípicos, inusitados até, na prática do Comitê do Patrimônio Mundial – não por acaso, nesta categoria. Em agosto de 2012, a lista de paisagens culturais foi atualizada no site da UNESCO, incluindo os bens inscritos em 2010 e 2011. Além dos novos bens, foram migrados 15 bens listados em outras categorias nos anos 1980 e 1990. Embora a mudança de categoria não seja algo incomum, o que chamou atenção foi a grande quantidade e sua breve permanência, pois em 2013 já não constavam mais 14 deles<sup>14</sup>, restando apenas o Parque Nacional de Lushan (China), já mencionado (figura 27).

---

<sup>14</sup> São eles: oito bens no México (os centros históricos de Zacatecas, Morelia, Puebla, Guanajuato e suas minas, da Cidade do México e Xochimilco, de Oaxaca e zona arqueológica do Monte Albán, a Zona de monumentos históricos de Querétaro e Tlacotalpán); dois em Mali (Cidades Antigas de Djenné e Timbuktu); a Cidade de Vallette em Malta; Antigos ksurs de Uadane, Chingueti, Tichit y Ualata na Mauritania e a Cidade Mineira de Røros na Noruega. A coordenadora de Paisagem Cultural da UNESCO, Mechtilid Rössler, respondeu à autora via e-mail, em junho de 2013, que muitos países discordaram da mudança de categoria e solicitaram o retorno.

Deste episódio vale destacar dois casos. A Cidade Mineira de Røros (Noruega), inscrita em 1980 como sítio histórico (figura 32), teve sua nomeação estendida em 2010, durante a 34ª Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, em Brasília, para além do núcleo urbano, “englobando uma série de paisagens culturais de caráter industrial e rural, como a fundição Femndsytta e a Rota de Transporte de Inverno”<sup>15</sup>. Além do uso do termo constar na própria justificativa, a extensão envolve a ampliação de perímetro, incorporando outros bens e valores culturais plenamente identificáveis como paisagem cultural, tornando a retirada deste bem um ato incompreensível.



**Figura 34** Bens transferidos e retirados da categoria paisagem cultural: Cidade Mineira de Røros, Noruega (2010). Disponível em: <<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:RorosViewFromSlagHeaps.jpg?uselang=pt-br>>. Acesso em: 28 ago. 2012. Autor: China Crisis.



**Figura 35** Bens transferidos e retirados da categoria paisagem cultural: ruínas Astecas na Cidade do México, 2008. Foto: Vanessa Gayego Bello Figueiredo.

O Centro Histórico da Cidade do México, numa das cidades mais populosas do planeta, embora tivesse desde sua nomeação, em 1987, o reconhecimento da sobreposição da cultura espanhola sobre a asteca e sua influência, teve sua

<sup>15</sup> Disponível em: <[whc.unesco.org/em/news/643](http://whc.unesco.org/em/news/643)>. Acesso em: 3 jul. 2013.

valoração ancorada, principalmente, nos aspectos urbanísticos e arquitetônicos da cultura espanhola<sup>16</sup>. As numerosas descobertas arqueológicas de ruínas astecas (figura 33) sob a cidade espanhola, sua integridade e autenticidade, o esforço dos governos locais na elaboração de planos de gestão participativos, bem como a melhor compreensão desta simbiose cultural e sua forte dimensão imaterial na atual sociedade mexicana, poderiam ter ancorado a justificativa do seu enquadramento como paisagem cultural. Isto, ainda associado aos únicos remanescentes da paisagem lacustre da antiga capital asteca, no sítio de Xochimilco (à distância de 28 quilômetros do centro histórico), com seus pequenos canais, ilhotas e jardins flutuantes, construindo uma belíssima paisagem “nem natural, nem artificial”, que hoje abriga uma reserva ecológica, ilustrando outra vez a relação harmoniosa entre o homem, a natureza e a sustentabilidade.

De qualquer maneira, a intenção de transferência de bens anteriormente inscritos como “centros, cidades ou sítios históricos” para a categoria paisagem cultural aponta uma relevante ampliação de valores e bens a serem preservados. Esta medida, como já dito, implicaria novas formas de gestão, integradas, participativas e mais complexas, exigindo mais dos Estados-parte. Provavelmente, este seja o principal receio destes em migrar para a nova categoria.

Como visto, o debate e os diversos conflitos de compreensão do conceito de paisagem cultural, enquadramento, valoração e gestão dos bens têm gerado fortes atritos entre técnicos e governos. Por isto, a UNESCO vem esboçando uma nova recomendação, endossando o termo “paisagem histórica urbana”. Um primeiro conjunto de princípios foi traçado na conferência internacional *Patrimoine mondial et architecture contemporaine – Gestion du paysage urbain historique* (UNESCO, 2008b), realizada em Viena, Áustria, em 2005. Do chamado “Memorandum de Vienne” destaca-se, como principal desafio, responder à dinâmica do desenvolvimento socioeconômico, respeitando a herança histórica urbana, bem como sua configuração espacial, exigindo uma política de gestão urbana que tenha como ponto de partida a conservação, sobretudo dos aspectos de integridade e autenticidade das cidades históricas.<sup>17</sup>

Em maio de 2011, durante uma Reunião Intergovernamental de Especialistas, foi anunciado o projeto final do texto da recomendação, aprovado por 55 países membros. O documento foi ratificado na 36ª Sessão da Conferência Geral, realizada

---

<sup>16</sup> “A capital da Nova Espanha, caracterizada pelo seu plano em xadrez, seus espaços e ruas regulares e o esplendor de sua arquitetura, é um exemplo fundamental de um sítio tipicamente espanhol do novo mundo.” Disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/412/>. Acesso em: 3 set. 2012. Tradução da autora.

<sup>17</sup> “O principal desafio da arquitetura contemporânea diante da paisagem histórica urbana é responder a uma dinâmica de desenvolvimento para facilitar, por um lado, as reformas socioeconômicas e o crescimento, respeitando a paisagem urbana e seu legado, e, por outro, sua configuração. As cidades históricas vivas, incluindo as do Patrimônio Mundial, exigem uma política de planejamento urbano e gestão que tome a conservação como ponto de partida. Neste processo, a autenticidade e a integridade das cidades históricas, que são determinadas por vários fatores, não devem ser comprometidas.” (UNESCO, 2005, p. 3. Tradução da autora).

no mesmo ano. Assim, o novo termo, que ainda não se constitui como categoria<sup>18</sup> poderá ser incluído no texto das Diretrizes Operacionais da Convenção do Patrimônio Mundial, instituídas em 1972. O documento adotado acrescenta apenas um glossário de terminologias e define:

A paisagem histórica urbana é o território urbano compreendido como resultado de uma estratificação histórica de valores e atributos naturais e culturais, ultrapassando os conceitos de “centro histórico” ou “conjunto histórico” para incluir o contexto urbano mais abrangente e seu ambiente geográfico. Este contexto mais amplo compreende notadamente a topografia, a hidrologia, a geomorfologia e as características naturais do sítio, seu ambiente construído, tanto histórico quanto contemporâneo, suas infraestruturas na superfície e nos subterrâneos, seus espaços verdes e jardins, a ocupação do solo e a organização do espaço, as percepções e relações visuais, assim como todos os outros elementos constitutivos da estrutura urbana. Engloba também as práticas e os valores sociais e culturais, os processos econômicos e as dimensões intangíveis do patrimônio como um vetor de diversidade e identidade. (UNESCO, 2011a, p. 6. Tradução da autora).

Como é possível perceber, o conceito de “paisagem histórica urbana” não se forjou apenas para dar o devido lugar aos ambientes urbanos complexos e de grande escala, complementando a concepção mais particular de paisagem cultural praticada pela UNESCO, mas também para ajustar a compreensão dos termos “centro histórico” e “conjunto histórico” – observados apenas em sua morfologia urbana e tratados, frequentemente, como objetos físicos desconectados, conjuntos arquitetônicos de valor artístico excepcional, ou “distritos especiais”<sup>19</sup> desconsiderando suas relações urbanas, sociais, geográficas, ambientais e imateriais mais amplas e interdisciplinares. Visão esta que resulta, no âmbito da gestão, em geral, apenas no tratamento fachadístico do casco histórico. Lembrando ainda que os centros, bairros e cidades históricas constituem uma categoria muito representada na Lista do Patrimônio Mundial, com mais de 250 bens.

O Brasil, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), não ratificou a proposta por considerar inócua a conceituação de uma tipologia que parta de uma terminologia menos abrangente do que *cultural*, por maior que seja a abertura dada ao termo *histórico*. Advoga que não se faz necessária a criação de um novo conceito, mas sim a revisão de orientações metodológicas e da prática institucional, considerando as especificidades atuais da vida e da dinâmica urbana:

---

<sup>18</sup> Ainda não consta na atualização mais recente do Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention da UNESCO de 2012.

<sup>19</sup> “[...] les processus de gestion urbaine doivent dépasser la notion traditionnelle qui fait des centres historiques et de leurs alentours des ‘districts spéciaux’ et élargir le contexte en termes à la fois de paysages et de valeurs à préserver.” (UNESCO, 2008b, p. 3).

O conceito paisagem histórica urbana, assim, parece um subterfúgio para evitar valorizar o conceito de paisagem cultural aplicado a contextos urbanos, esse sim capaz de abarcar a somatória de realizações e imbricações entre natureza e cultura, em todas as suas dimensões.<sup>20</sup>

Concordando com o posicionamento do IPHAN, o próprio adjetivo “cultural” enamorado ao patrimônio já contribui para alargar o conceito e as tipologias de patrimônio, tal como estabelece nossa Constituição Federal de 1988. Ademais, a noção de paisagem cultural delineada na Recomendação R(95)9 é suficiente para abarcar os ambientes urbanos de grande porte, sem excluir os demais (rurais, periurbanos, naturais, paisagens associativas e projetadas, etc). Neste sentido, certamente o termo paisagem histórica urbana significa uma redução. Por outro lado, se analisado no contexto de construção dos conceitos e categorias de patrimônio da UNESCO, representa um relativo alargamento que complementa a noção de centro e cidade histórica, tão imprecisos e restritivos, bem como a de paisagem cultural praticada até o momento.

Inobstante, cabe apontar que o debate técnico sobre a paisagem histórica urbana no âmbito do Centro do Patrimônio Mundial e do International Council on Monuments and Sites – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) ainda tem gerado demasiada polêmica. Embora a terminologia venha se clarificando, não há consenso se permanecerá apenas como um conceito ou se será efetivada como categoria – ou como subcategoria dentro da paisagem cultural ou dentro da categoria cidade histórica<sup>21</sup>. Mas, se como conceito já suscita intensos embates, como categoria de patrimônio, em que pese sua intenção complementar, gerará ainda mais problemas de enquadramento e reconhecimento de valores, tendo em vista a excessiva categorização já existente. Estes embates ajudam a compreender a ocorrência da migração e do retorno dos 14 centros e sítios históricos. Sem descartar estes conflitos, o que importa perceber é que uma compreensão mais alargada, mais complexa, integrada e interdisciplinar está em gestação, também para a abordagem das grandes cidades.

Neste contexto, traz especial contribuição ao presente debate o processo que levou à recente nomeação do Rio de Janeiro (figura 34) como paisagem cultural, em torno de uma discussão que levou mais de dez anos. Em 1996 o Brasil apresentou à Lista indicativa da UNESCO monumentos arquitetônicos isolados, como a Igreja e Monastério de São Bento e a obra modernista do Palácio da Cultura, antiga sede

---

<sup>20</sup> Documento do IPHAN: Posicionamento do Brasil sobre o documento Recomendações referentes à Paisagem Histórica Urbana-UNESCO, 2011.

<sup>21</sup> Em 2013, a UNESCO publicou o paper *Une nouvelle vie pour les Villes anciennes: Petit guide d'utilisation de l'approche centrée sur le paysage urbain historique* na seção que trata da categoria cidade histórica. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/fr/actualites/1026/>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

do Ministério da Educação e Saúde<sup>22</sup>. Em 2001, foi enviado outro dossiê, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, com enquadramento na categoria misto, mas focando os valores naturais. De fato, tal inscrição causou um nó conceitual e de enquadramento na UNESCO. Primeiramente, porque a justificativa dos valores naturais diante da pressão do ambiente urbano não convenceu. Por outro lado, alocar esta candidatura na categoria centro ou cidade histórica não sustentaria os critérios de valor excepcional universal, tampouco os de autenticidade e integridade, ainda prejudicados pelos processos de abandono e transformação urbana das áreas antigas (ademais, estas não representariam a totalidade da cidade em sua expressão cultural). Por outro lado, também não se adequaria à noção de paisagem cultural, tal como praticada pela UNESCO nos dos últimos anos, devido à grande escala urbana.

Em 2003, a International Union for Conservation of Nature (IUCN) e o ICOMOS não acataram a inscrição, mas acabaram sugerindo o enquadramento na categoria paisagem cultural. Foi então elaborado um novo documento, apresentando a paisagem carioca. Todavia, o mesmo voltou inúmeras vezes para reelaboração, exatamente para “resolver” ou, mais precisamente, evitar a inclusão de áreas urbanas e da “problemática do desenvolvimento”. Desta maneira, na aprovação de 2012, o centro histórico foi retirado e os elementos da paisagem carioca valorados e nomeados contemplam elementos naturais de grande expressão, aliados a monumentos e paisagens criadas intencionalmente pelo homem, além de sua importância imaterial.

As montanhas, a vegetação e o mar são elementos estruturais presentes no Parque Nacional, na Floresta da Tijuca, Pedra da Gávea, Pedra Bonita, Serra da Carioca, nas colinas que rodeiam a Baía de Guanabara e na “ampla paisagem da praia de Copacabana”. Alguns monumentos marcam esta paisagem, como o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar e os fortes de Niterói. Foram incluídas paisagens projetadas pelo homem, como o Jardim Botânico, o Passeio Público, Parque do Flamengo e Copacabana, os dois últimos concebidos pelo conhecido paisagista brasileiro Roberto Burle Marx (1909-1994). Embora dentro do perímetro nomeado, estas paisagens projetadas não foram reconhecidas em seu valor artístico, expresso no critério primeiro, recusado pela UNESCO<sup>23</sup>. Destaca-se também o valor imaterial destas paisagens no imaginário social, expresso em diversas representações literárias, pictóricas, televisivas e musicais que projetaram a cidade e a cultura carioca ao mundo. Por outro lado, a área urbana entre o mar e a montanha, nos arredores da lagoa Rodrigo de Freitas, não foi nomeada e consta apenas como “entorno”. A praia de Ipanema, *locus* de uma das mais famosas músicas brasileiras, não consta nem como entorno, pois a UNESCO entendeu que a “praia” já estaria “representada” por Copacabana.

---

<sup>22</sup> Ainda constante da atual Lista apresentada à UNESCO em 2004. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/tentativelists/state=br>>. Acesso em: 3 set. 2012.

<sup>23</sup> “Representar uma obra-prima do gênio criador humano.” (UNESCO, 1972).



**Figura 36** Paisagem com fortes atributos naturais, paisagísticos, imateriais e monumentos: Paisagem Cultural do Rio de Janeiro, Brasil, 2012. Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Christ\\_on\\_Corcovado\\_mountain.JPG](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Christ_on_Corcovado_mountain.JPG)>. Acesso em: 3 set. 2012. Autor: Artyominc e Piisamson./Artyom Sharbatyan.

Neste sentido, o IPHAN logrou uma vitória histórica ao defender e aprovar esta candidatura, embora tenha, para isto, precisado reduzir a paisagem cultural do Rio de Janeiro àquilo que fosse mais aceitável ao olhar eurocêntrico, ainda balizador da longa construção que é a noção de patrimônio. Embora esta seja efetivamente a primeira paisagem cultural em ambiente urbano de grande escala, visto que a Cidade do México foi retirada, corrobora aqui com a argumentação de Anne Cauquelin (1998) a máxima atribuída ao músico e poeta carioca Vinícius de Moraes: “as feias que me desculpem, mas beleza é fundamental.”<sup>24</sup> Outra vez a valoração do patrimônio ancora-se na forte relação entre elementos naturais e a construção pictórica da paisagem, somada ao valor dos monumentos que marcam esta paisagem. Os elementos não conformes são excluídos, resolvendo também o embate entre preservação e desenvolvimento, tão caro a UNESCO. Por outro lado, o IPHAN faz um debate mais ampliado, incluindo as áreas urbanas, o centro histórico e até favelas na discussão, ainda em curso, sobre a Chancela Brasileira da Paisagem Cultural do Rio de Janeiro. Destacando, além disso, a arte da cartaria em gnaisse facoidal, a arquitetura moderna, a musicalidade, o futebol, o samba, a celebração do carnaval, sua importância histórica e econômica como capital do Brasil, a atividade portuária. De qualquer forma, o renascimento da discussão do caráter e das especificidades das áreas urbanas dinâmicas quanto aos seus patrimônios e paisagens, além de evidenciar a multiplicidade de acepções e os conflitos de abordagem, acende ainda mais a expectativa de enfrentamento do embate entre preservação e desenvolvimento.

<sup>24</sup> Neste sentido, Buenos Aires, que também está na Lista indicativa, na categoria paisagem cultural, não tem as mesmas vantagens

No âmbito da gestão, deverá basear-se na articulação entre políticas públicas e instrumentos de diversas áreas, visando à superação das dicotomias e concepções clássicas ainda praticadas. Este, sim, o grande desafio que certamente abrirá novos caminhos à preservação do patrimônio cultural e das paisagens.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁBALOS, Iñaki. O que é a paisagem? In: **Arquitextos**, ano 05, maio/2004. Disponível em: <[http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq049/arq049\\_00.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq049/arq049_00.asp)>. Acesso em: 5 jul 2011.
- CAUQUELIN, Anne. Paisagem, retórica e patrimônio. In: JEUDY, Henri-Pierre (Org.). **Patrimoines en folie**. Paris: Éditions de la Maison de Science de L'Homme, 1998, p. 24-28.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001. 288 p.
- COUNCIL OF EUROPE. Convención Europea del Paisaje. Council of Europe, France. Sevilla, IAPH, 2000, p. 6-9. (**Boletín Del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico: PH. 33, 2000 december**) (spa).
- CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1986. 202 p.
- FOWLER, Peter J. **World heritage cultural landscapes 1992-2002**. Paris: UNESCO, 2003. 133 p. (Word heritage papers, n. 6). Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/series/6/>>. Acesso em: 3 jul. 2011.
- GOMES, Marco Aurélio Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins. (Orgs.). **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**, v. 01. Salvador: EDUFBA, 2011. (Coleção ArquiMemória). 254 p.
- ICOMOS. **The world heritage list: filling the gap: an action plan for the future**. Munich: UNESCO, 2004. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-590-1.pdf>>. Acesso em: 28 jun 2011.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Cartas patrimoniais**. 3 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408 p.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1985. 227 p.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcances na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: 9ª. SR/IPHAN, 2006, p. 33-76.
- METZGER, Jean Paul. O que é ecologia da paisagem? São Paulo: **Biota Neotropica**, v.1, 2001. Disponível em: <<http://www.biotaneotropica.org.br>>. Acesso em: 5 jul. 2011.
- MITCHELL Nora; RÖSSLER Mechtild, TRICAUD, Pierre-Marie (Authors/Ed.). World heritage cultural landscapes: a handbook for conservation and management. In: **World Heritage Papers**, n. 26. Paris: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://whc.unesco.org>>. Acesso em: 6 jul. 2011.
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007. 114 p.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.
- SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. São Paulo: FFLCH, 2008. 199 p.
- UNESCO. **Déclaration sur la conservation des paysages urbains historiques**. 15AG/WHC-05/15.GA/7. Paris: UNESCO, 2005. Disponível em: <<http://whc.unesco.org>>. Acesso em: 5 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Opportunité d'une recommandation sur la conservation des paysages urbains historiques**. Paris: UNESCO, 2008b. Disponível em: <<http://whc.unesco.org>>. Acesso em: 5 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Managing Historic Cities World Heritage Papers**, n. 27. Paris: UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://whc.unesco.org>>. Acesso em: 5 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Propositions concernant l'opportunité d'un instrument normatif sur les paysages urbains historiques**. 36 C/23 Rev. Paris: UNESCO, 2011a. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002110/211094f.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Recommandation sur le paysage urbain historique - Projet de texte revise**. Paris: UNESCO, 2011b. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/fr/activites/638/>>. Acesso em: 25 jun. 2011.
- \_\_\_\_\_. **International World Heritage Expert Meeting On Visual Integrity**. Agra: UNESCO, 2013. Disponível em: <<http://whc.unesco.org>>. Acesso em: 15 jul. 2013.
- UNESCO; ICOMOS. **Word Heritage Cultural Landscape**. Tradução de Vanessa Gayego Bello Figueiredo. Paris: UNESCO, 2009, p. 9.
- UNESCO; World Heritage Committee (WHC). **Operational guidelines for the implementation of the world heritage convention**. Paris: UNESCO, 2008a. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/opguide08-pt.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

UNESCO; University of Ferrara (orgs). Cultural landscapes: the challenges of conservation. Workshops. In: **World Heritage Papers**, n.7, 11-12 nov. 2002. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <<http://whc.unesco.org>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

**Anexo.** Paisagens Culturais Inscritas na Lista do Patrimônio Mundial de 1992 a 2012.

Data	País	Nome do Bem Inscrito
1993	Nova Zelândia	Parque Nacional Tongariro (inscrito em 1990)*
1994	Austrália	Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta (inscrito em 1987)*
1995	Filipinas	Terraços de arroz das cordilheiras das Filipinas
1995	Portugal	Paisagem cultural de Sintra
1996	República Tcheca	Paisagem Cultural de Lednice-Valtice
1997	Áustria	Hallstatt-Dachstein Salzkammergut
1997	Itália	Portovenere, Cinque Terre e Ilhas (Palmaria, Tino e Tinetto)
1997	Itália	Costa Amalfitana
1997/99	França/Espanha	Pyrénées - Mont Perdu
1998	Itália	Cilento e Vallo di Diano National Park com os sítios arqueológicos de Paestum e Velia e a Certosa di Padula
1998	Líbano	Ouadi Qadisha (o Vale Santo) e a floresta dos Cedros de Deus (Horsh Arz el-Rab)
1999	Cuba	Vale dos Viñales
1999	França	Saint-Emilion
1999	Hungria	Parque Nacional de Hortobágy - Puszta
1999	Nigéria	Paisagem Cultural de Sukur
1999	Polônia	Kalwaria Zebrzydowska: o maneirismo arquitetônico e a paisagem do Parque de peregrinação
2000	Alemanha	Jardins Reais de Dessau-Wörlitz
2000	Áustria	Paisagem Cultural de Wachau
2000	Cuba	Paisagem Arqueológica das primeiras plantações de café no sudeste de Cuba
2000	França	Vale do Loire entre Sully-sur-Loire e Chalonnes
2000	Lituânia /Rússia	Istmo de Curonian
2000	Suécia	Paisagem agrícola do Sul de Öland
2000	Reino Unido	Paisagem Industrial de Blaenavon
2001	Áustria / Hungary	Paisagem Cultural de Fertő/Neusiedlersee
2001	República Democrática do Lao	Vat Phou e assentamentos antigos associados à paisagem Cultural de Champassak
2001	Madagascar	Colina real de Ambohimanga
2001	Portugal	Região vinícola do Alto Douro
2001	Espanha	Paisagem Cultural de Aranjuez
2002	Alemanha	Vale do Reno
2002	Hungria	Região vinícola de Tokaj, Paisagem Cultural histórica
2003	Afeganistão	Paisagem cultural e ruínas arqueológicas do Vale de Bamiyan
2003	Argentina	Quebrada de Humahuaca
2003	Índia	Refúgios Rupestres de Bhimbetka

2003	Itália	Monte Sagrado de Piemonte e Lombardia
2003	África do Sul	Paisagem Cultural de Mapungubwe
2003	Reino Unido	Jardins Botânicos Reais de Kew
2003	Zimbábue	Colinas de Matobo
2004	Andorra	Vale do Madriu-Perafita-Claror
2004	Alemanha / Polônia	Muskauer Park / Parque Muzakowski
2004/2009	Alemanha	Vale do Elba em Dresden (retirado em 2009)
2004	Lituânia	Sítio arqueológico Kernave
2004	Mongólia	Paisagem Cultural do Vale de Orkhon
2004	Portugal	Paisagem cultural de vinhedos na Ilha do Pico
2004	Togo	Koutammakou, terra dos Batammariba
2004	Noruega	Vegaaayan - O arquipélago Vega
2004	Islândia	Parque Nacional de Thingvellir
2004	Irã	Bam e sua Paisagem Cultural
2004	Itália	Val d'Orcia
2004	Japão	Sítios Sagrados e Rota de Pilgrimage no Monte Kii
2004	Cazaquistão	Petróglifos dentro da paisagem arqueológica de Tamgaly
2005	Israel	Rota do Incenso - cidades do deserto de Negev
2005	Nigéria	Bosque Sagrado de Osun-Osogbo
2005	Reino Unido	St Kilda (inscrito em 1986)*
2006	México	Paisagem do Agave e as antigas instalações industriais de Tequila
2006	Reino Unido	Paisagem da mineração em Cornwall e Devon ocidental
2007	Japão	Minas de Prata de Iwami Ginzan Silver Mine e sua Paisagem Cultural
2007	Gabão	Ecossistema e Paisagem cultural relíquia de Lopé-Okanda
2007	África do Sul	Paisagem Cultural e botânica de Richtersveld
2007	Suíça	Lavaux, Terraços de Vinhedos
2007	Azerbaijão	Paisagem cultural da Arte rupestre em Gobustan
2007	Turkmenistão	Parthian Fortresses de Nisa
2008	Quênia	Florestas Sagradas de Mijikenda Kaya
2008	Ilhas Maurícios (Mauritius)	Paisagem cultural Le Morne
2008	Papua Nova Guiné	Sítio Agrícola Kuk Early
2008	Vanuatu	Chief Roi Mata's Domain
2008	Itália/Suíça	Ferrovia Rhaetian em Albula / Bernina
2008	Croácia	Stari Grad Plain
2009	Quirguistão	Montanha Sagrada Sulaiman-Too
2009	China	Monte Wutai
2010	Estados Unidos	Papahānaumokuākea
2010	México	Cavernas pré-históricas de Yagul y Mitla nos Vales Centrais de Oaxaca
2010	China	Parque Nacional de Lushan (inscrito em 1996)*
2011	Colômbia	Paisagem Cultural do Café (rota com seis paisagens agrícolas e 18 centros urbanos)

2011	China	Lago do Oeste de Hanzhu
2011	Síria	Aldeias Antigas do Norte Sírio (vestígios arqueológicos de 40 aldeias)
2011	Espanha	Paisagem Cultural da Serra de Tramuntana-Mallorca
2011	Etiópia	Paisagem cultural de Konso
2011	França	Paisagem Cultural Agropastoral Mediterrânea de Causses e Cévennes
2011	Senegal	Delta Saloum
2011	Iran	Os Jardins Persas (nove jardins em várias províncias)
2012	Indonésia	Paisagem Cultural de Bali: o sistema subak como expressão da filosofia Tri Hita Karana
2012	França	Bacia de Mineração de Nord-Pas de Calais
2012	Canadá	Paisagem de Grand-Pré
2012	Senegal	Paisagens culturais de Bassari, Fula e Bedik
2012	Brasil	Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar
Total		85

Fonte: UNESCO. WHP. 26. 2009. Cultural Landscapes. Appendix 3. Complementada com informações do site: <<http://whc.unesco.org/en/culturallandscape>> (acessos em julho e novembro de 2011; agosto e dezembro de 2012; atualizada em 03 de julho de 2013) e reorganizada por data. \* Bens inscritos anteriormente em outras categorias e migrados para paisagem cultural.

# O LUGAR COMO IMATERIALIDADE DA PAISAGEM CULTURAL

THE PLACE AS CULTURAL LANDSCAPE IMMATERIALITY

Soraya Nórr\*

## RESUMO

O presente artigo procura apresentar a noção de paisagem cultural, compreendida de acordo com as novas perspectivas no âmbito da ampliação do campo do patrimônio, que se fundamentam nas interações entre os aspectos ambiental e cultural, material e imaterial. Para melhor compreensão da paisagem cultural, recorreu-se ao desenvolvimento das noções de lugar e de *genius loci* na esfera dos organismos internacionais e nacionais de patrimônio. Empreendeu-se uma reflexão sobre como identificar a imaterialidade das relações socioespaciais que se manifestam no lugar e na paisagem, com o intuito de contribuir para salvaguardar estas referências culturais.

Palavras-chave: Cultura. Lugar. Paisagem. Patrimônio.

## ABSTRACT

*This article aims to present the notion of cultural landscape according to the new perspectives related to the heritage expansion domain. Those perspectives are mainly based on the interactions among environmental and cultural aspects, as well among material and immaterial. For a better comprehension of cultural landscape, was examined the development of the notions of place and genius loci, in the scope of international and national establishments. Thus, a reflection was done about how to identify the immateriality of socio-spatial relations that manifest in place and landscape, with the intention of contribute to safeguard these cultural references.*

Keywords: Culture. Place. Landscape. Heritage.

## 1 INTRODUÇÃO

O modo como representamos o espaço e o tempo na teoria importa, visto afetar a maneira como nós e os outros interpretamos e depois agimos com relação ao mundo. (HARVEY, 1992, p. 190).

Tempo e espaço são, para Kant (1999), formas puras de toda intuição sensível<sup>1</sup>. Jamais é possível fazer uma representação de que não haja espaço algum, embora se possa pensar que não se encontre nenhum objeto nele. Sendo, então, o espaço

---

<sup>1</sup> Para Kant (1999), diversos tempos não são simultâneos, mas sucessivos; em contrapartida, diversos espaços não são sucessivos, mas simultâneos. Tempos diferentes são apenas partes do mesmo tempo; do mesmo modo, só se pode representar um espaço uno, que tudo compreende.

---

\* Arquiteta e urbanista graduada pela Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC.  
soraya@arq.ufsc.br

considerado a condição da possibilidade dos fenômenos e não uma determinação dependente destes.

Santos (1999, p. 51) explica a dinâmica e a transformação do espaço por meio do sistema de objetos e do sistema de ações:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá.

Se considerarmos como objetos (geográficos) tudo o que há sobre a superfície da Terra, tanto os naturais, como os criados pela ação transformadora do homem, estaremos diante do *sistema de objetos*. “Os objetos são tudo que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida.” (SANTOS, 1999, p. 59).

Por sua vez, as necessidades humanas, as quais podem ser materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais ou afetivas, levam o homem a agir estabelecendo um *sistema de ações*, por meio da criação e do uso dos objetos geográficos (naturais ou sociais). O *sistema de objetos* condiciona a maneira como se dão as ações, e o *sistema de ações* realiza-se sobre os objetos existentes ou leva à criação de novos objetos.

Para o enfoque da presente reflexão, que busca maior compreensão do significado da paisagem cultural, com o intuito de colaborar com sua conservação<sup>2</sup>, é particularmente elucidador ter em mente a interação entre os sistemas de objetos e de ações.

Ao procurar demarcações para compreender a sua complexidade, recorreu-se à ideia de que os aspectos materiais da paisagem cultural estão vinculados ao *sistema de objetos* – e que os aspectos imateriais, por sua vez, são advindos do *sistema de ações*, e podem ser apreendidos na manifestação do lugar, mais especificamente, do “espírito do lugar” (NÓRR, 2010).

## 2 PAISAGEM CULTURAL

Paisagem cultural é um termo relativamente recente<sup>3</sup>, que tem comparecido com frequência crescente nas discussões de âmbito patrimonial. Buscou-se, neste artigo, empreender uma reflexão acerca de seus sentidos, associados também ao conceito espacial de lugar, considerado pertinente para a compreensão de sua abrangência. Destacam-se, a seguir, as sucessivas definições de paisagem cultural que constam das **Cartas Patrimoniais**<sup>4</sup>.

Em 1995, o documento Recomendação da Europa aborda a paisagem cultural como:

Caracterizada pela maneira pela qual é percebida por um indivíduo, ou por uma comunidade, testemunhando, do passado ao presente, o relacionamento entre o

<sup>2</sup> O termo conservação utilizado ao longo deste artigo aponta para uma dimensão mais abrangente, que o expressa pela ideia de preservação. A conservação considera a inevitabilidade da mudança com enfoque nas características que apresentam maior significação cultural (CASTRIOTA, 2009).

<sup>3</sup> A categoria de paisagem cultural foi consolidada pelo Comitê do Patrimônio Mundial, em Santa Fé (EUA), em 1992. (CASTRIOTA, 2009).

<sup>4</sup> Disponíveis em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

homem e seu meio ambiente. Possibilitando, a partir de sua observação, especificar culturas e locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições. (UNESCO. Recomendação da Europa, 1995).

Em 1999, a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)<sup>5</sup> definiu paisagem cultural da seguinte maneira:

Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem [...] são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões. (UNESCO. Convenção do Patrimônio Mundial, 1999).

Em 2009, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) considerou como paisagem cultural brasileira “[...] a porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas, ou atribuíram valores.” (IPHAN, 2009)<sup>6</sup>.

A partir destas definições, podemos verificar que houve uma ampliação no campo do patrimônio, na qual a paisagem cultural se fundamenta nas interações entre o homem e a natureza, na medida em que considera formas tradicionais de vida e de relação com o meio ambiente. (CASTRIOTA, 2009).

Além disto, os aspectos materiais e imateriais do patrimônio estão entrelaçados na concepção das paisagens culturais que congregam a vitalidade da cultura nas formas de produção da vida, que se expressam historicamente no lugar. A paisagem reúne formas criadas em momentos históricos diferentes, que coexistem no momento atual. Os testemunhos de um tempo passado incrustam-se na paisagem como uma rugosidade. (SANTOS, 1985).

No espaço, as formas-objeto que compõem a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades da sociedade:

A paisagem nos permite apenas supor um passado. Se quisermos interpretar cada etapa da evolução social, cumpre-nos retomar a história que esses fragmentos de diferentes idades representam juntamente com a história tal como a sociedade a escreveu de momento em momento. (SANTOS, 1999, p. 86).

Deste modo, em sua concretude material, a paisagem revela a importância de seu conteúdo histórico. A dualidade material e imaterial da paisagem cultural merece uma análise capaz de elucidar aspectos relevantes no esforço para sua conservação como referência cultural ou bem patrimonial.

<sup>5</sup> UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

<sup>6</sup> Portaria IPHAN n. 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira.

A apreensão, a percepção e a interpretação das paisagens são permeadas de subjetividade. Entretanto, nesta análise, pontuamos que a porção material da paisagem, em seus arranjos naturais ou produzidos pelo engenho humano, pode ser compreendida por sua configuração espacial, ou pelo “[...] conjunto de formas possível de abarcar com a visão.” (SANTOS, 1999, p. 61). Sua porção imaterial, complementar, seria conferida pela dimensão social.

Para melhor compreender os aspectos subjetivos inerentes à paisagem cultural consideramos pertinente recorrer a outro conceito espacial, o de lugar e, em especial, no que tange à sua imaterialidade.

### 3 PATRIMÔNIO IMATERIAL

Entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimento e técnicas, junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhe são associados, que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, 2003).

Na definição de patrimônio imaterial, além destas características, destaca-se também seu caráter dinâmico, que, ao ser transmitido de geração a geração, é constantemente recriado, gerando um sentimento de identidade e de continuidade. A incorporação de valores simbólicos e imateriais trouxe para o âmbito patrimonial um caráter abrangente, que engloba ideias relativas a concepções de desenvolvimento e democratização da cultura. Quando são atribuídos valores culturais ao que transcende a matéria, depara-se com uma rede subjetiva de significados, que demanda critérios para elucidar sua articulação. Neste sentido insere-se nossa intenção de associar as categorias espaciais de paisagem cultural e de lugar.

O lugar passou a integrar a categoria de patrimônio imaterial<sup>7</sup> por meio do reconhecimento de locais onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas referentes a grupos que, nestes espaços, efetuam trocas materiais e simbólicas. O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) instituiu, para o registro destes bens, o Livro dos Lugares. (FONSECA, 2003).

Na nova concepção de lugar estão implícitos os laços sociais intangíveis que o conformam. Para eleger um lugar como bem cultural é preciso considerar a dimensão física e a social, associar os elementos tangíveis com os intangíveis. No campo do patrimônio, utilizava-se, tradicionalmente, a classificação de *sítio histórico* para identificar conjuntos de edificações, ruas e marcos físicos significativos.

Assim, a categoria de lugar como patrimônio imaterial significa a superação desta visão. Portanto, para constituir o patrimônio imaterial há que se considerar as pessoas

<sup>7</sup> O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu as formas de registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível no Brasil. A Resolução IPHAN n. 1, de agosto de 2006, complementa o Decreto. As categorias de bens culturais passaram a incluir: saberes; celebrações; linguagens e espaços. (IPHAN, 2000).

e os seus modos de vida. O lugar e a paisagem – como categorias do patrimônio cultural – constituem-se da mistura indissociável entre o material e o imaterial, posto que a conformação física estabelece uma relação dialética com o componente social. As práticas sociais dão sentido ao lugar, e o lugar é fundador de tais práticas. As vivências e as relações sociais manifestam-se na paisagem dos lugares. Estas relações se dão, também, por meio de uma sobreposição de ideias, crenças, valores e sentimentos vinculados à dimensão imaterial.

As discussões a respeito do patrimônio permeiam a questão da conservação, que se apresentava, até recentemente, mais afeita à dimensão física. Assim, surge um novo desafio, que consiste em como identificar e criar mecanismos de conservação para o que não é material. No âmbito da paisagem cultural, entendemos ser pertinente identificar e compreender o lugar e seu “espírito” por meio do reconhecimento dos componentes materiais e imateriais que os caracterizam. Estes podem ser essenciais para a preservação da identidade das comunidades que tenham produzido espaços e práticas culturais transmitidos através de gerações.

#### 4 A ESCALA DO LUGAR

A sociedade produz uma hierarquia de escalas espaciais – como nações, Estados, comunidades, lugares, lares – com a qual organiza suas atividades e compreende seu mundo. O lugar configura-se, portanto, como uma escala espacial, em constante inter-relação com as demais escalas, na qual os seres humanos buscam a realização de suas metas e organizam seus comportamentos coletivos.

Podemos considerar o lugar como o espaço diferenciado (dos outros lugares) pela combinação específica de variáveis, representadas por seu meio ecológico, pelas possibilidades técnicas disponíveis e desenvolvidas, pelas relações sociais estabelecidas e pelos padrões culturais próprios. A peculiaridade de um lugar é constituída pela constelação de relações entre as variáveis, as quais se encontram e se entrelaçam num locus particular. (SANTOS, 1997; MASSEY, 2000).

Além deste aspecto, o lugar está intimamente associado ao mundo dos valores, mesmo que imaginários e simbólicos, sendo um elemento constitutivo dos grupos sociais, desempenhando um papel na estrutura dos indivíduos. Guardamos os lugares em nossas lembranças e emoções, podemos identificá-los com afetos e experiências de vida, o que faz com que os lugares compareçam na formação complexa das personalidades humanas. O lugar não pode, portanto, ser interpretado como um suporte neutro da vida social. (SANTOS, 1985; CLAVAL, 2007). O lugar pode ser apreendido por seu caráter identificador, que permite que seus habitantes se reconheçam e se definam por meio dele. O caráter relacional do lugar possibilita a percepção dos laços sociais que os habitantes mantém entre si. (AUGÉ, 1994).

Ao apresentar o sistema de ações, Santos (1999) considera três tipos de agir: o técnico, o formal e o simbólico. O agir simbólico compreende as formas afetivas, emo-

tivas e rituais<sup>8</sup>. A força de transformação, de mudança, ou a recusa do passado vêm do agir simbólico, dos modelos de significação e representação. A importância do lugar na formação da consciência (dos indivíduos) vem do fato de que essas formas do agir são inseparáveis. Na construção do lugar observam-se variações locais de modos de vida, de estruturas de sentimentos, de formas de relacionamento social e de produção, de estruturas sociológicas e de valores e crenças. (HARVEY, 2004).

Deste modo, o conceito de lugar expressa uma clara identificação com grupos sociais definidos, contextualizando suas atividades. Entretanto, não se trata de uma visão idealizada ou estereotipada de comunidade, vista como um grupo coerente, homogêneo e isolado. Os lugares são constituídos por diferentes atores sociais, tanto por aqueles que os criam e habitam, como por aqueles que os visitam, todos participando ativamente da construção de seu sentido.

O lugar pode ser compreendido como a espacialização das relações sociais, sendo que todas elas interagem com a história acumulada do lugar e com o que lhe é externo. A relação do sujeito, ou do grupo social, com seu espaço de vida, passa por construções de sentido e de significado que se baseiam não somente na experiência direta e na prática funcional, mas também no valor simbólico conferido ao ambiente, construído pela cultura e pelas relações sociais.

A identidade dos lugares remete a dois aspectos importantes. Por um lado, está vinculada ao sujeito, às suas memórias, concepções, interpretações, às suas ideias e a seus afetos, sendo capaz de trazer sentimentos de segurança e bem-estar ao indivíduo. Por outro lado, a identidade pode emanar do próprio lugar, que se manifesta como seu “espírito”, sendo possível reconhecê-lo e vivenciá-lo. Esta possibilidade nos auxilia sobremaneira na senda de compreender a categoria de paisagem cultural.

## 5 O “ESPÍRITO DO LUGAR”

No âmbito do lugar, identificar e compreender seu “espírito” facilita o reconhecimento dos componentes materiais e imateriais que o caracterizam. Essa abordagem nos remete à ideia histórica do *genius loci*, ou “espírito do lugar”, divindade romana que presidia e identificava o centro de um lugar, ao mesmo tempo em que se desenvolvia e se fortalecia nesse local.

Na expansão do Império Romano, um sacerdote era encarregado de identificar o suposto local de permanência do “deus” no território recém-conquistado. Depois de encontrado, este passava a ser o ponto central de cruzamento dos eixos perpendiculares *cardus* e *decumanus*, que configuravam o traçado de um novo assentamento humano, passando a ser também um local sagrado, dedicado às oferendas. (ROSSI, 2001). Acreditava-se que o comportamento dos homens interferia nos poderes da divindade: se o “espírito do lugar” fosse negligenciado, seus moradores poderiam sofrer infortúnios, e, quando devidamente cultuado e reverenciado, ampliava-se sua capacidade de proteção.

<sup>8</sup> O agir técnico é relativo às técnicas, e o agir formal refere-se aos formalismos jurídicos e econômicos. (SANTOS, 1999).

Quando nos referimos, hoje, ao “espírito do lugar”, tratamos do elemento vital que expressa a singular identidade de um local, resultado da relação entre uma determinada cultura e o sítio em que se desenvolve. Esta noção de “espírito do lugar” está intimamente vinculada à interação de componentes materiais e imateriais presentes nos ambientes naturais e nos espaços construídos.

No âmbito dos organismos internacionais de patrimônio, tem havido uma constante preocupação com a salvaguarda e promoção do “espírito dos lugares”, sobretudo do seu caráter vivo e social, em especial, na esfera do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)<sup>9</sup>:

O “espírito do lugar” consiste no conjunto de bens materiais (sítios, paisagens, edificações, objetos) e imateriais (memórias, depoimentos orais, documentos escritos, rituais, festivais, ofícios, técnicas, valores, odores), físicos e espirituais, que dão sentido, valor, emoção e mistério ao lugar, de tal modo que o espírito constrói o lugar e, ao mesmo tempo, o lugar constrói e estrutura o espírito. (ICOMOS. Declaração de Quebec, 2008).

Na sua dinâmica relacional com os demais planos escalares, o “espírito do lugar” incorpora, assim, um caráter plural e polivalente, com diferentes significações e singularidades, podendo mudar de sentido com o tempo e ser compartilhado por diferentes grupos.

Os componentes capazes de identificar o “espírito do lugar” estão presentes nos cenários da vida social e em suas manifestações simbólicas, bem como nos espaços apropriados ou construídos pelo homem, que expressam um modo particular de resolver as necessidades para o desenvolvimento da vida, através da história, conforme elucidada Cozen (2009, p. 50):

Ao longo do tempo, a paisagem constituída por uma extensa região, como um país, ou por uma pequena localidade como um núcleo urbano adquire um específico “genius loci”, que é a caracterização da sua cultura e da condição histórica que refletem igualmente não somente o trabalho e as aspirações da sociedade atual, mas, também, os que a precederam.

O “espírito do lugar” deve ser compreendido como a essência de seus valores imateriais, que revela a relação dialógica entre passado e presente por meio das permanências. Desta forma, pode-se depreender que um lugar com “espírito” seja passível de ser considerado como bem cultural e possa vir a tornar-se parte do patrimônio imaterial de uma sociedade – e, também, que a noção de “espírito do lugar” confere o caráter ao mesmo tempo vivo e permanente às paisagens culturais.

<sup>9</sup> O ICOMOS é uma organização de voluntários com atuação internacional, voltada para aperfeiçoar e aprofundar as questões relativas à defesa e valorização do patrimônio cultural. A cada três anos, a organização promove um simpósio científico, colocando determinado tema em debate. Em 2008, o tema foi o “espírito dos lugares”. A Declaração de Foz do Iguaçu (encontro latino-americano preparatório para o Simpósio no Canadá) e a Declaração de Quebec inscrevem-se numa série de medidas e ações adotadas para sua preservação.

## 6 A CONSERVAÇÃO DAS PAISAGENS CULTURAIS

A significação e a autenticidade das paisagens culturais envolvem o meio ambiente natural e também elementos que se relacionam com a dimensão imaterial do patrimônio, especialmente o sentido de lugar. Em lugares e paisagens, a materialidade e a imaterialidade são indissolúveis. A constituição dos lugares e paisagens é determinada pelo processo histórico e permeada pelos sentidos humanos a eles dados, os quais emanam de vivências e convivências (NÓR, 2010).

Assim, o lugar e a paisagem apresentam-se como categorias espaciais reveladoras dos modos de viver e conceber a vida, ancorados no processo histórico de produção e interação com o meio natural. Eles contribuem para a complexa construção das identidades culturais e, também, para a maneira de apreendê-las, relacionando-as a outras dimensões da vida social, com as quais estão direta ou indiretamente conectados.

Na evolução das noções de patrimônio no âmbito dos organismos internacionais e nacionais tem-se buscado instrumentos para promover a proteção e a preservação cultural, ampliando o leque do que se consideram bens culturais, assim como as referências para sua identificação.

Quando se vinculam às categorias espaciais com a noção de patrimônio emerge a preocupação com a salvaguarda da cultura por meio dos novos mecanismos e instrumentos para a preservação, a conservação e a gestão dos bens culturais, dentre os quais se destacam o lugar como patrimônio imaterial e a paisagem como *cultural*.

Considerou-se pertinente, apesar de se constatar amplas sobreposições em relação aos conceitos espaciais de lugar e paisagem, demarcar nuances mais apropriadas de análise.

No exame que nos propusemos realizar, o sentido de lugar parece ser mais adequado para compreender os grupos sociais e suas interações, ou o *sistema de ações* de Santos (1999). Já a paisagem, na qual está implícita a possibilidade de visualização, está mais identificada com o *sistema de objetos*, que é espacializado de acordo com o processo histórico.

Desta forma, a paisagem possibilita uma leitura do lugar e uma interpretação cultural, enquanto o lugar permite compreender a geografização de relações sociais específicas e diferenciadas, materializadas na paisagem.

Espera-se que esta demarcação conceitual possa auxiliar na identificação das especificidades do patrimônio imaterial, contribuindo para a sua valorização e conservação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994. 111 p.
- BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Patrimônio imaterial**: o registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial. Brasília: IPHAN, 2000. 208 p.
- \_\_\_\_\_. Patrimônio imaterial. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 23 jul. 2008.
- \_\_\_\_\_. Portaria n. 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira. In: **Diário Oficial da União**, 5 de maio de 2009, nº 83, p.17.
- CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume. Belo Horizonte: IEDS, 2009. 380 p.
- CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. 453 p.
- COZEN, Michael. As paisagens urbanas históricas na Inglaterra: um problema de geografia aplicada. In: CASTRIOTA, Leonardo. (Org.). **Paisagem cultural e sustentabilidade**. Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009. p. 46-67. Coleção Arquitetura e Cidade - Coedição com a Editora UFMG. p. 46-67.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56-76.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.
- \_\_\_\_\_. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004. 382 p.
- ICOMOS Brasil – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Disponível em: <<http://www.icomos.org.br>>. Acesso em: 23 jul. 2008.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. 511 p. (Coleção Os Pensadores).
- ICOMOS Brasil – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Disponível em: <<http://www.icomos.org.br>>. Acesso em: 23 jul. 2008.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio Augusto. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000, p. 177-185.
- NÓR, Soraya. **Paisagem e lugar como referências culturais**: Ribeirão da Ilha - Florianópolis. 2010. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 306 p.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. 88 p.
- \_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997. 124 p.
- \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.
- UNESCO. Recomendação da Europa, 1995. IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.
- \_\_\_\_\_. Convenção do Patrimônio Mundial, 1999. IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.
- \_\_\_\_\_. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, 2003. IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.





São Gonçalo (MG). Muro de embasamento de pedras e parede de alvenaria rebocada e caiada.  
Foto: Altamiro Sérgio Mol Bessa – 2010.

# HISTÓRIA



# A CONSTRUÇÃO DAS PAISAGENS TURÍSTICAS NO VELHO CAMINHO DOS DIAMANTES<sup>1</sup>

THE CONSTRUCTION OF TOURIST LANDSCAPES IN THE DIAMOND PATH

Altamiro Sérgio Mol Bessa\*

## RESUMO

Ao tentar retomar ocupações e traçados do passado, o turismo pode retomar, simultaneamente, (in)capacidades e conflitos presentes desde sempre nos lugares. Esta é a tese proposta neste trabalho. Para demonstrá-la, como objetos de estudo foram tomados dois núcleos históricos situados no antigo Caminho dos Diamantes, uma das três rotas que formavam as Estradas Reais: os distritos de Milho Verde e São Gonçalo. Estas localidades, grandes produtoras de diamantes nos séculos XVII e XVIII, ao final do período da mineração apresentavam paisagens distintas. Mantidas abandonadas por mais de um século, em função do esvaziamento econômico a que foi submetido todo o norte mineiro, estas localidades foram descobertas pelo turismo nas décadas finais do século XX. Os resultados desta pesquisa mostraram que o turismo em Milho Verde retomou o antigo Caminho dos Diamantes como condutor dos novos processos insustentáveis que se estabeleceram sobre a localidade. Em São Gonçalo, o tipo de turismo que se estabeleceu retomou o antigo Caminho como atrativo turístico, recuperando as capacidades que historicamente fizeram da localidade um lugar paisagisticamente qualificado. A construção metodológica desta pesquisa centrou-se na paisagem como principal categoria de percepção e análise dos fenômenos.

Palavras-chave: Paisagens turísticas. Construção de paisagens turísticas. História. Turismo. Caminho dos Diamantes.

## ABSTRACT

When retaking occupations and traces of the past, tourism can simultaneously retrieve (in)capacities and conflicts ever-present in the places. In order to demonstrate this thesis, was taken as objects of study two historical centers situated in the old Caminho dos Diamantes (Diamond Path), the districts of Milho Verde and São Gonçalo. The Caminho dos Diamantes is one of three routes that formed the Estrada Real (Royal Road). These localities, great producers of diamonds in the XVIIth and XVIIIth centuries, by the end of the mining period, presented distinct landscapes. These localities, forsaken for over a century as a result of the economic exhaustion forced upon the North of Minas Gerais, were rediscovered by tourism in the last decades of the XXth Century. The results of the research show that tourism in Milho Verde regained the old Diamond Path as a conductor of new unsustainable processes that had been established there. In São

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado da tese de doutorado **A construção das paisagens turísticas nos descaminhos da Estrada Real**, defendida em 2011, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – Área de Concentração Paisagem e Ambiente –, orientada pela professora doutora Maria Angela Faggin Pereira Leite, e de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

---

\* Arquiteto e urbanista formado pelo Instituto Metodista Izabela Hendrix, mestre em Turismo e Meio Ambiente pelo Centro Universitário Una, doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Professor adjunto do Departamento de Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). altamirobessa@gmail.com

*Gonçalo, the type of tourism established regained the old Path as a tourist attraction, restoring the potentialities that historically made the locality a place of qualified landscape. The methodological framework of this research has been centered on the landscape as the main category of perception and analysis of the phenomena.*

*Keywords: Tourist landscapes. Construction of tourist landscapes. History. Tourism. Diamond Path.*

## 1 INTRODUÇÃO

O homem, ao longo da sua história, vem construindo sobre a natureza e com a natureza objetos que junto com as ações humanas acumulam-se ao longo do tempo, constituindo o patrimônio cultural da humanidade. Estas realizações culturais estão representadas nos assentamentos humanos, cuja qualidade ambiental diversa é uma medida de sustentabilidade que transcende a simples utilização racional dos recursos naturais. Muitos destes assentamentos são hoje apropriados pelo turismo, que termina por interferir na (in)sustentabilidade existente destes lugares quando busca torná-los mais sedutores para turistas, empresas e eventos. Às paisagens cabe o papel de revelar não só os ambientes resultantes como também as ideologias, os valores e as ações que presidiram suas construções e transformações em cada tempo histórico.

O estudo das paisagens primeiras do Brasil colônia mostra que a empresa mercantil portuguesa ocupou por mais de dois séculos as áreas litorâneas e só descobriu o interior do território brasileiro quando ali foram encontradas as primeiras minas de ouro. Entre os núcleos mineradores que surgiram foram construídos caminhos que, no final do século XVII, tornaram-se oficiais: as chamadas Estradas Reais.

Estas Estradas passavam por dois importantes núcleos mineradores incrustados nas terras altas da serra do Espinhaço e nas proximidades do rio Jequitinhonha, no norte do atual Estado de Minas Gerais: a Vila do Príncipe, hoje cidade do Serro, e o Arraial do Tejuco, agora Diamantina. Foi no caminho entre estas duas localidades que, em 1720, foram descobertos os diamantes, que provocaram a vinda de levas de aventureiros. Para controlar esta ocupação e a produção de diamantes, Portugal demarcou a região, criando, em 1734, o distrito Diamantino. Toda a área demarcada, a partir de então, tornou-se um enclave rigidamente controlado, permanecendo isolado até a sua extinção em 1882.

No distrito Diamantino, duas localidades tiveram importância estratégica. A primeira, Milho Verde, por ocupar posição bem no meio do Caminho dos Diamantes, no alto de um platô, era entreposto tropeiro e sede do quartel, detendo as poucas terras férteis do distrito. Por esta razão tornou-se fornecedora de gêneros alimentícios para toda uma região. A segunda, São Gonçalo do Rio das Pedras, ocupando um fundo de vale cheio de regatos mineríferos, chegou a ser sede da Intendência, órgão responsável pela administração do distrito.

As duas localidades passaram pelo período diamantino de formas marcadamente diferenciadas. Embora muito próximas, distando aproximadamente 5 quilômetros uma da outra, Milho Verde e São Gonçalo, ao fim do ciclo da mineração, tinham

paisagens bem distintas. As paisagens de Milho Verde revelavam um núcleo urbano degradado, economia enfraquecida, baixos indicadores de qualidade de vida, concentração de terras, pecuária extensiva e a maioria dos habitantes ocupada em atividades de subsistência. Já São Gonçalo emergiu do período diamantino com paisagens predominantemente mais qualificadas, caracterizadas pela ocupação urbana, pela boa qualidade ambiental<sup>2</sup>, com a população sobrevivendo de outras atividades produtivas, pelos cursos d'água preservados e pelo ambiente rural, que mantinha quase intactos os campos de cerrado e os fetos de mata atlântica, dentre outros aspectos positivos.

Ambas as localidades permaneceram por mais de um século com poucas modificações no quadro de suas paisagens, quando foram redescobertas, no final dos anos 1970, pelo turismo. Este foi impondo, paulatinamente, suas forças àqueles territórios, sequioso de atender a demanda cada dia mais crescente dos turistas pela exploração do patrimônio natural e cultural das localidades. O turismo foi se apropriando da natureza, da arquitetura, das festas, das tradições, dos costumes locais, de tudo o que poderia transformar-se em mercadorias colocadas para consumo. Em Milho Verde, os turistas e adventícios<sup>3</sup> que chegavam buscavam usufruir do patrimônio natural – cachoeiras, piscinas naturais, a bela vista que de lá se tem de um vasto planalto – e da possibilidade de vivenciar experiências de uma vida alternativa, mais livre, bem ao estilo dos movimentos da contracultura que surgiram a partir da segunda metade do século XX. Os que chegavam a São Gonçalo, por sua vez, buscavam a tranquilidade e as possibilidades de experimentar o cotidiano e a qualidade dos espaços livres e edificados que o “grupo romântico de um conjunto de casas”, nas palavras do viajante inglês John Mawe (1944), oferecia.

Na década de 1990, um projeto turístico soma-se ao turismo que vinha se instalando nas duas localidades. Trata-se de um projeto do governo do Estado de Minas Gerais e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), denominado Projeto Estrada Real. Desta maneira, as forças já incidentes do turismo em Milho Verde e São Gonçalo são acrescidas de novas, impostas por este projeto, ou, ao menos, pelos seus discursos.

A aparente percepção de que o turismo estava produzindo em Milho Verde, a exemplo do passado, novos processos insustentáveis – e, em São Gonçalo, paisagens como as antigas, tendendo à sustentabilidade – forneceu a este pesquisador, estudioso do fenômeno turístico e de suas manifestações nos territórios, o argumento central da tese: **o turismo, ao tentar retomar ocupações e traçados do passado,**

---

<sup>2</sup> O conceito de qualidade ambiental foi desenvolvido pelo autor em capítulo específico da tese da qual se origina este artigo, e refere-se ao conjunto de indicadores que avaliam se na localidade há um uso racional e equilibrado dos recursos naturais, se as infraestruturas urbanas são funcionais e implantadas sem impactos ambientais negativos, se os equipamentos públicos são eficientes e se o sistema de espaços livres se constitui em espaço privilegiado para a constituição da esfera da vida pública.

<sup>3</sup> Termo utilizado pela literatura do turismo para designar aqueles que não nasceram no lugar e para ele se mudaram, passando a viver ali.



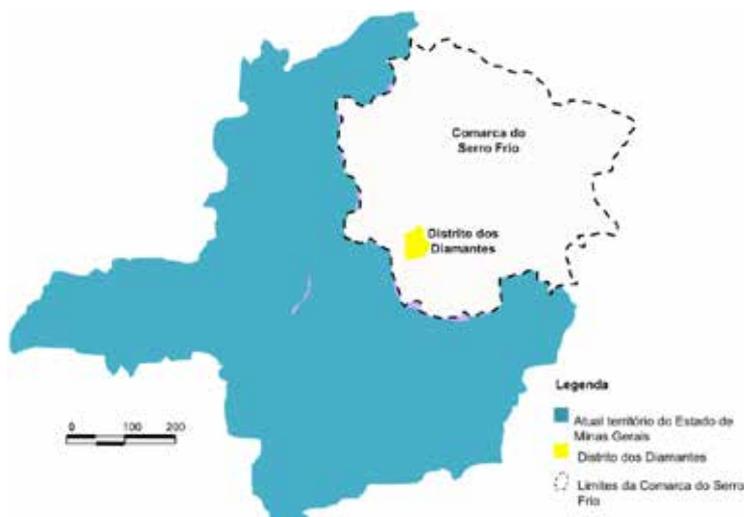
Os núcleos mineradores que vão surgindo se formam em torno das explorações do centro de Minas Gerais, numa faixa que se estende de sul a norte, da bacia do rio Grande às nascentes do Jequitinhonha, local onde se situam nossos objetos de estudo. Esta ocupação das minas provocou um processo de urbanização que logo deixou de ser a “coisa provisória”, que caracterizou os primeiros assentamentos fundados pelos aventureiros, estimulando:

[...] o desenvolvimento de atividades mercantis necessárias ao abastecimento das áreas mineradoras, favorecendo a articulação não só entre regiões da capitania, como também com outras capitanias e com a própria metrópole. (MORAES, 2007, p. 64).

À medida que o processo de ocupação das áreas mineradoras se intensificava, surgia a necessidade da instalação de unidades político-administrativas ainda menores, mais próximas aos locais e aos acontecimentos: são criadas as comarcas. A comarca do Serro Frio, criada em 1720, desenha e define aquilo que hoje é a fronteira nordeste de Minas Gerais. A sede desta comarca foi estabelecida na Vila do Príncipe, criada em 1714, que atualmente é a cidade do Serro.

Antes de tornar-se conhecida pela produção de diamantes, a região do Serro Frio, tradução da palavra indígena “Ivituruí”, que quer dizer “montanhas frias”, já tinha ganhado fama pelas suas riquezas auríferas, descobertas nos últimos anos do século XVII. Com a descoberta dos diamantes, que data de pouco antes de 1720, a região do Serro Frio experimentou um aumento muito maior do fluxo migratório e do processo de ocupação do seu território.

Os diamantes eram facilmente encontrados nos rios e regatos da região e a produção cresceu tanto que o valor da pedra chegou a perder valor no mercado internacional. Para controlar e diminuir a produção, a metrópole demarca a região criando o Distrito Diamantino (1734).



**Figura 2** Localização da comarca do Serro Frio e do Distrito dos Diamantes no Estado de Minas Gerais. Elaborada por Sérgio Mol Bessa. Baseada em Moraes (2007, p. 69).

A extração de diamantes no Brasil só era permitida dentro dos limites do Distrito Diamantino. No seu interior, estabeleceu-se uma série de postos e destacamentos militares – Milho Verde foi um deles – que permaneceram até a Independência. Exerciam controle sobre entrada e saída de víveres, ouro, diamantes, pessoas, animais ou qualquer outra coisa. Para escoar a produção do Distrito Diamantino, a metrópole portuguesa criou o Caminho dos Diamantes, uma das três rotas que formavam as Estradas Reais. É neste Caminho que ficavam os núcleos originais dos dois objetos de estudo deste trabalho: Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras.

## 2.1 AS PAISAGENS DE MILHO VERDE

Já nas primeiras décadas do século XVIII, a Coroa instala em Milho Verde um quartel e um posto fiscal, citados nos relatos dos viajantes John Mawe e Auguste de Saint-Hilaire, com o objetivo de controlar todas as entradas e saídas de víveres, diamantes e pessoas. Milho Verde torna-se, desta forma, o portão por onde entravam e saíam todas as coisas no Distrito dos Diamantes. “A posição, bem no meio da estrada que liga o Serro a Diamantina, no alto de um platô com vasta vista, era motivo de sobra para a escolha do lugar.” (SANTIAGO, 2006, p.106).



**Figura 3** Vista do Distrito de Milho Verde.  
Foto: Altamiro Sérgio Mol Bessa – 2010.

Esta posição geográfica privilegiada no Caminho dos Diamantes, a meio caminho das duas mais importantes localidades do Distrito dos Diamantes, permitiu que

Milho Verde atuasse como entreposto tropeiro, polarizando o movimento de tropas das localidades do entorno de diversas regiões do país.

Outra característica que diferenciou Milho Verde das demais localidades do Distrito dos Diamantes foi a sua produção agrícola. A localidade era fornecedora de gêneros alimentícios para toda a região mineradora. As poucas terras férteis do Distrito situavam-se ali, e a população local, proibida de minerar, passou a ocupar-se da agricultura.

A necessidade de aumentar cada vez mais o tamanho das terras gerava um processo particular de estrutura agrária, próprio das regiões mineradoras, em que a acumulação de capital gerada pelos lucros da mineração propiciava a aquisição de grandes glebas. Em Milho Verde, este fato gerou a concentração de terras nas mãos daqueles que lucravam com a atividade mineradora. Além disto, os mesmos recursos que permitiam a aquisição de grandes propriedades rurais financiavam a formação da infraestrutura para a atividade comercial, que também ficava sob o domínio dos mesmos latifundiários e empreendedores da mineração.

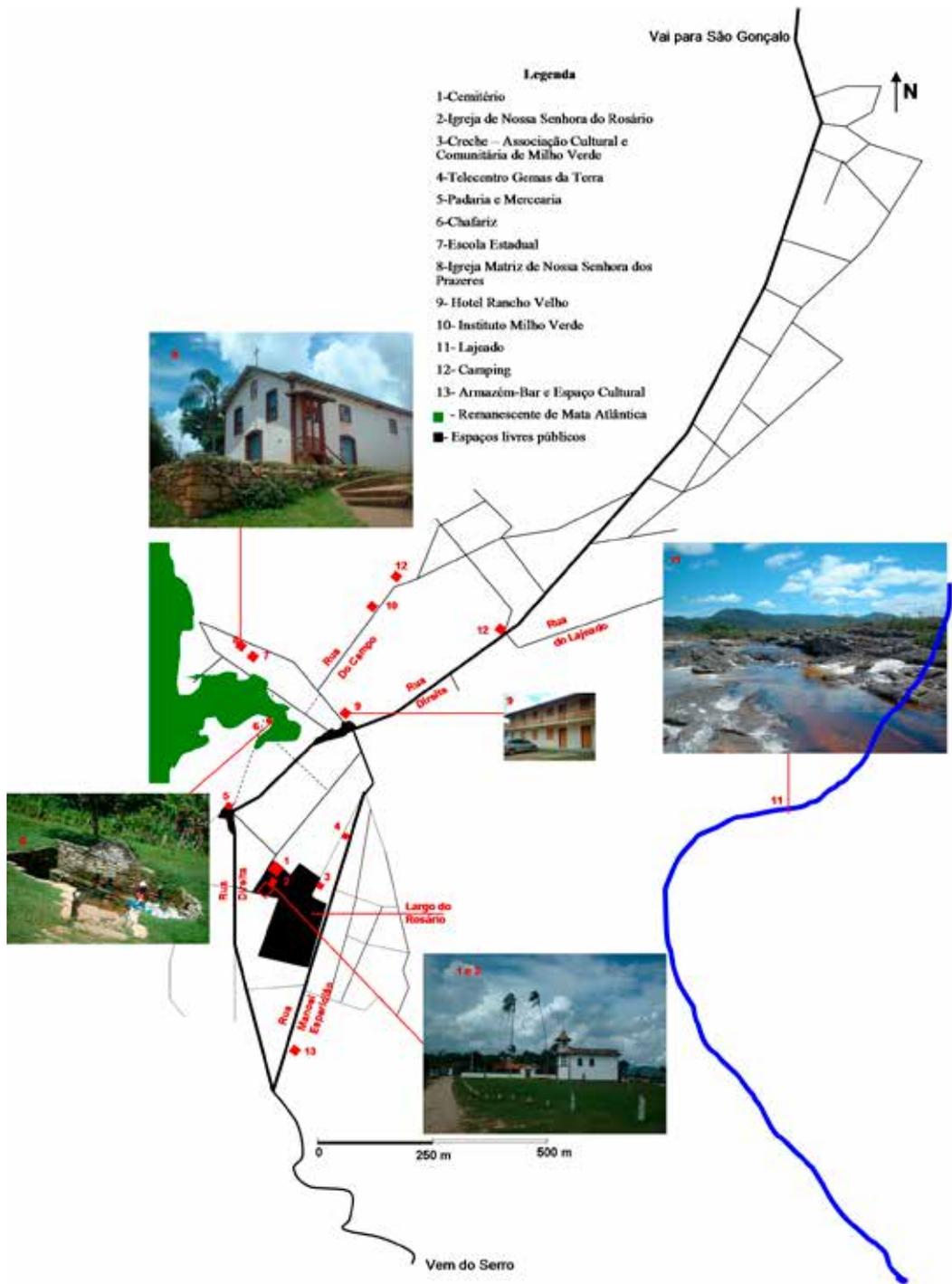
Com o fim do ciclo do ouro e dos diamantes, a agricultura de subsistência, a criação de gado e a colheita de sempre-vivas, utilizadas no artesanato, passaram a ser a base da economia de Milho Verde durante quase todo o século XX (ARNDT, 2007). Porém, no final deste século, o turismo começa a surgir no Distrito.

“A efervescência turística hoje experimentada em Milho Verde tem talvez dez anos, embora certo turismo, digamos *cult*, existia desde os anos setenta.” (SANTIAGO, 2006, p. 114). No princípio, este movimento turístico assustou os moradores locais que “[...] venderam suas casas em Milho Verde e se mudaram para o Povoado de Capivari, aos pés do gigante Itambé, em busca de sossego.” (SANTIAGO, 2006, p. 114).

Atualmente, a situação turística que se estabeleceu em Milho Verde, a pretexto de garantir maior liberdade ao turista na exploração das riquezas naturais do lugar, é resistente a qualquer controle. Atrai, com isto, muitos adventícios, que, seduzidos por esta “liberdade” de atuação, não só se aproveitam dela para viver uma vida alternativa, mas, também, para lucrar. Compram os melhores terrenos e casas das áreas centrais para nelas instalarem seus negócios, terminando por produzir uma excessiva valorização destas áreas. Os nativos, antigos residentes, vendem suas propriedades aproveitando-se do aumento do preço dos imóveis, que por muito tempo ficaram desvalorizados em função da estagnação econômica que perdurou desde a extinção do Distrito Diamantino. Depois de vendê-las, alguns migram para a periferia de Milho Verde, provocando ali um processo de expansão territorial não planejado. Outros abandonam o Distrito, indo morar em outras localidades.

A figura 4 mostra a planta da localidade, com destaque para os espaços livres urbanos de uso público, nos quais acontecem as principais manifestações festivas e a concentração de turistas – e onde a população se reúne para conversar e para o lazer. Também são mostrados os principais logradouros, com destaque para a rua Direita, que atravessa longitudinalmente toda a localidade, os pontos de referência

para a comunidade local e os turistas, e as manchas de mata atlântica que ainda permanecem na sede do Distrito.



**Figura 4** Planta de Milho Verde com seus principais atrativos turísticos. Elaborada por Altamiro Sérgio Mol Bessa. Baseada em pesquisas bibliográficas e de campo – 2010.

Na Milho Verde contemporânea, submetida ao turismo, há ausência de articulação comunitária e predomina a inoperância do Estado em questões fundamentais, tais como saúde, saneamento e segurança pública. Na divisão social do trabalho prevalecem moradores sem qualificação, ocupados, nos períodos sem a presença do turismo, com a agricultura de subsistência, a construção civil e a prestação sazonal de serviços não especializados para o turismo nos feriados e férias escolares. Estas atividades, extremamente dependentes do movimento turístico, não geram capital suficiente para as pessoas estabelecerem o próprio negócio, melhorarem as próprias edificações e cuidarem adequadamente dos espaços livres do Distrito. As forças locais não conseguem se articular num sistema que reivindique ou promova melhorias nas infraestruturas urbanas e nas questões sociais.

Ausente, o poder público municipal não controla os processos de expansão da mancha urbana de Milho Verde, que têm se dado sobre áreas ambientalmente frágeis (figura 5), ignora a situação de abandono de parte do rico patrimônio histórico, como se pode notar pela figura 6, e não controla o uso e a ocupação do solo, o que tem resultado no fracionamento, na verticalização das edificações e diminuição dos quintais no núcleo colonial para ampliar a oferta de pousadas, casas de veraneio e de aluguel por temporada.



**Figura 5** Ocupação de encostas em Milho Verde.  
Foto: Altamiro Sérgio Mol Bessa – 2010.



**Figura 6** Ruínas de casarão em Milho Verde.  
Foto: Altamiro Sérgio Mol Bessa – 2010.

## 2.2 AS PAISAGENS DE SÃO GONÇALO DO RIO DAS PEDRAS

Como a vizinha, Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras teve origens nos trabalhos de exploração do ouro no início do século XVIII. Em 1810, em visita ao local, Mawe (1944, p. 210-211) assim descreve São Gonçalo:

Ao fim do dia alcancei uma eminência, da qual avistei **um grupo romântico de casas**<sup>4</sup>, semelhantes a um labirinto ou a uma cidade negra da África. Descemos a colina, e nos aproximamos do lugar, já noite fechada. Conduziram-me à casa maior que as outras; soube que estava em São Gonçalo, a primeira exploração de diamantes que se encontra no Serro Frio. Encontra-se, há algum tempo, em declínio e emprega cerca de duzentos negros. No dia seguinte, antes de deixar este local romântico, consagrei algum tempo ao exame de montões de detritos contíguos à exploração de diamantes. Tendo-me despedido do administrador, avancei por uma região montanhosa, estéril e fracamente habitada.

No século XIX, São Gonçalo chegou a ser a sede da intendência dos diamantes. Apesar de Mawe dizer que a mineração encontrava-se em declínio, ela duraria muito tempo ainda.

Os maiores vínculos da localidade sempre foram com Diamantina, acompanhando, inclusive, a reação das elites daquela cidade em relação ao declínio da mineração. Assim, instalaram-se no Distrito pequenas lapidações e oficinas de ourives, seguidas pela indústria do vinho (SANTIAGO, 2006).

Ainda hoje são produzidos na localidade vinhos de uvas, de jabuticaba, de laranja – produtos comercializados nas mercearias, nos bares, restaurantes e nas sedes de organizações comunitárias locais.

Além da lapidação e da viticultura, São Gonçalo encontrou no artesanato com capim, na tapeçaria e na fabricação de doces de frutas (plantadas nos quintais das casas), alternativas ao declínio da mineração. Tais atividades, à época desta pesquisa, ocupavam considerável parcela da população local.

A menor vinculação das atividades econômicas com a agricultura, pela ausência de terras férteis, aliada à presença constante de estrangeiros ao longo de sua história e pela maior concentração da população na área urbana, fizeram com que em São Gonçalo não se consolidasse um poder oligárquico e tampouco um monopólio das atividades comerciais, como ocorreu em Milho Verde (ARDNT, 2007).

O Distrito de São Gonçalo “[...] não sofreu grandes mudanças nos últimos cento e cinquenta anos [...]”, preservando seu casario e a beleza de seu meio ecológico (SANTIAGO, 2006, p. 115). Estes atributos passaram a atrair, em meados de 1960, um restrito e seletivo grupo de intelectuais, que começaram a frequentar a localidade a partir de sua divulgação pelo cinema. Em 1965, Joaquim Pedro de Andrade filma em São Gonçalo o clássico do cinema novo, *O padre e a moça*, baseado no poema homônimo de Carlos Drummond de Andrade.

---

<sup>4</sup> Grifo nosso.

Estes primeiros visitantes de São Gonçalo buscavam o descanso e o usufruto de uma arquitetura preservada “[...] da aparência de uma cidade feita de casas de bonecas. Ruas limpas, jardins e fachadas bem cuidados.” (SANTIAGO, 2006, p.116).

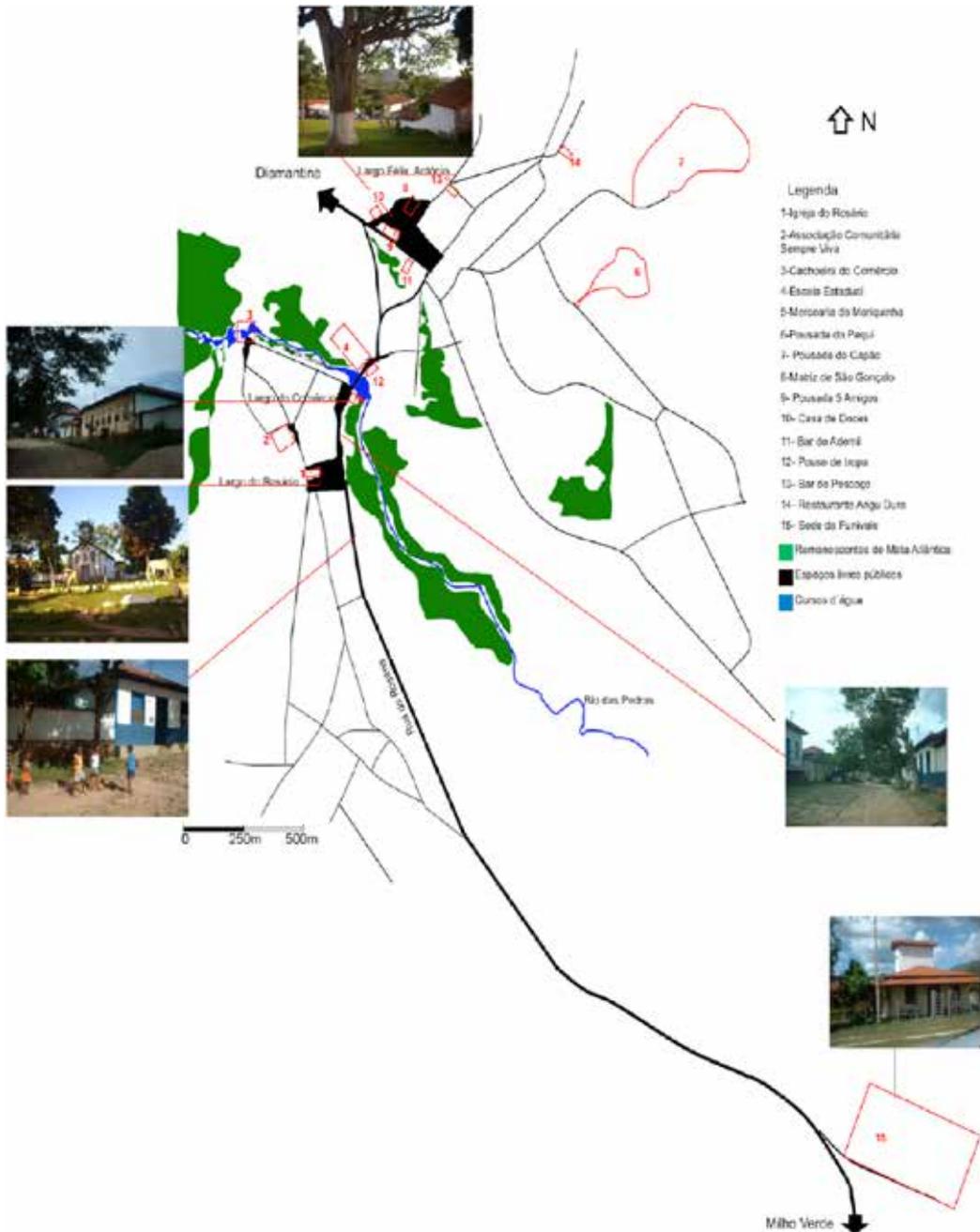
Na década de 1980, o alemão Martin Kuhne e sua esposa, alguns intelectuais, como o escritor Osvaldo França Júnior, e um grupo de moradores de São Gonçalo, iniciaram um processo de organização comunitária e de empoderar-se da comunidade local. Aos poucos, com apoio e recursos externos, principalmente de organizações não governamentais, como a alemã Amntena, trabalharam para a melhoria das condições de vida no local. Logo o Distrito passou a contar com posto de saúde e abastecimento de água proveniente de poço artesiano. A escola local, pequena e com apenas as quatro séries iniciais do ensino fundamental, foi ampliada, passando a oferecer todas as séries até o final do ensino médio. Fundaram também associações e organizações que ainda hoje têm forte presença nas paisagens locais.

A ação transformadora iniciada e conduzida por Martin é reconhecida por parte dos moradores entrevistados na pesquisa de campo: 36% citam espontaneamente o alemão como o iniciador da transformação da comunidade. Atribuem a ele, também, a capacidade que os moradores hoje revelam de controlar e organizar as atividades turísticas, que começaram a se intensificar nos anos 1990.

Em São Gonçalo, ocorre um tipo de turismo bem diferente do que o existente em Milho Verde, mais adequado a pequenos núcleos coloniais, em que o turista, mais educado e informado, reconhece e valoriza o patrimônio cultural e utiliza-o preocupando-se com a sua preservação. Este tipo de turismo tem produzido nas paisagens de São Gonçalo mais resultados positivos do que negativos. O sistema de objetos das suas paisagens contemporâneas tende à sustentabilidade: a expansão urbana se dá sem a ocupação de áreas ambientalmente frágeis; não se viram desmembramentos de lotes em outros, menores; as edificações mantêm gabarito térreo, quintais e áreas livres, e as novas edificações acompanham este modelo; os nativos continuam a ocupar residências e possuir lojas em áreas centrais; as novas edificações, sejam de turismo de segunda residência, sejam para pousadas e outras infraestruturas do turismo, são implantadas em sua maioria a partir de projetos que respeitam a topografia e os recursos naturais e incorporam nos seus projetos paisagísticos as espécies nativas; os espaços livres recebem da própria comunidade cuidados que os conservam com boa qualidade paisagística; o rio que corta a localidade não recebe esgotos, e os remanescentes da mata atlântica mantêm-se aparentemente preservados. A figura 7 mostra a planta da localidade, com destaque para os espaços livres urbanos de uso público, os remanescentes de mata atlântica, o rio das Pedras, a cachoeira do Comércio e os principais edifícios e pontos de referência para a comunidade local e os turistas.

Na figura 8 vê-se um arruamento gramado, que leva ao largo da matriz de São Gonçalo, com destaque para os muros de pedras e as cercas-vivas que abrigam os quintais. A figura 9 mostra uma vista do largo da matriz com seu extenso gramado. A

figura 10, um arruamento típico de São Gonçalo.



**Figura 7** Planta de São Gonçalo do Rio das Pedras. Elaborada por Altamiro Sérgio Mol Bessa. Baseada em pesquisas bibliográficas e de campo – 2010.



**Figura 8** Muro de pedras e cercas-vivas em São Gonçalo.  
Foto: Altamiro Sérgio Mol Bessa – 2010.



**Figura 9** Vista do Largo da Matriz de São Gonçalo.  
Foto: Altamiro Sérgio Mol Bessa – 2010.



**Figura 10** Muro de embasamento de pedras e parede de alvenaria rebocada e caiada.  
Foto: Altamiro Sérgio Mol Bessa – 2010.

### 3 AS FORÇAS QUE CONSTROEM AS PAISAGENS TURÍSTICAS

As forças verticais<sup>5</sup> resultam de projetos e/ou ações comandados de fora dos territórios e são capazes de determinar ações internas, que se processarão nas paisagens, resultando em sua alteração. Impõem-se, através de ações planejadas, intenções de organização dos territórios. Em Milho Verde e São Gonçalo, estas verticalidades impuseram-se, com muita força, em dois momentos: no primeiro, através da Demarcação Diamantina; no segundo, iniciado no final do século XX, dura até os dias atuais, imposto pelo turismo.

Nas paisagens de Milho Verde, as forças verticais incidentes do período da dominação portuguesa até meados da década de 1980 encontraram pouca resistência das forças locais, por duas razões principais:

- a) no período da dominação portuguesa, qualquer tentativa de organização de reações locais era duramente reprimida;
- b) depois, a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, a existência de um poder político local conservador e oligárquico, o baixo nível de

<sup>5</sup> As forças verticais são aquelas impostas aos lugares por processos econômicos, empresas ou organizações, tais como a Federação Internacional de Football Association (FIFA) e o Comitê Olímpico Internacional (COI), que passam a ditar as regras àqueles territórios. Para Santos (2004, p. 106), nas verticalidades, “[...] decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes.” Segundo o autor, ao contrário das verticalidades, as horizontalidades constituem o conjunto das forças locais, nascidas da organização comunitária e que têm no seu próprio espaço geográfico a origem das atividades produtivas.

instrução da população e sua dispersão nas zonas rurais, a falta de intercâmbio cultural e a dependência das atividades econômicas agropastoris não possibilitaram a constituição de forças locais articuladas e coesas que pudessem oferecer algum tipo de reação organizada às verticalidades.

Em São Gonçalo, as forças verticais incidentes do período colonial às décadas finais do século XX, embora da mesma natureza das incidentes em Milho Verde, encontraram maiores resistências das forças locais. Estas resistências puderam constituir-se:

- a) pela maior presença de estrangeiros nos seus territórios, principalmente de europeus que traziam não só a sua cultura, mas também inovações tecnológicas e novas ideias políticas;
- b) pela existência de um poder político liberal, contrário ao poder político conservador dominado pelas elites do Serro, o que criou uma força opositora aos conservadores valores monarquistas;
- c) pelo fato de a localidade ter se transformado num entreposto comercial, aberta, portanto, a trocas econômicas e culturais mais frequentes;
- d) pelo desenvolvimento de alternativas produtivas à mineração, tais como a indústria vinícola, as lapidações e a fabricação de doces, o que fez com que a localidade, após o declínio da mineração, ainda mantivesse sua economia em algum funcionamento;
- e) pela maior presença da população na área urbana, favorecendo a constituição de grupos sociais e trocas cotidianas;
- f) pela proximidade política e cultural de Diamantina, cidade vanguardista que capitaneou o processo de industrialização mineiro; esta proximidade fazia chegar a São Gonçalo novos valores e ideias.

Por pouco mais de um século, de 1860 a 1980, as forças verticais incidentes sobre os Distritos de Milho Verde e São Gonçalo diminuíram muito de intensidade, uma vez que, com o declínio da mineração de ouro e diamantes, desapareceu o interesse das firmas, que se retiraram daquelas paisagens, em explorar aquelas áreas. Ao se retirarem, deixaram heranças não só nos sistemas de objetos, como edificações, caminhos, equipamentos, mas também nos de ações, expressas por técnicas, fazeres, hábitos e tradições. Muitas destas heranças são hoje apropriadas pelo turismo.

Os discursos do projeto Estrada Real somaram-se às forças verticais, que passaram a incidir nos territórios estudados, trazidas pelo turismo a partir das últimas décadas do século XX, explorando os recursos naturais e o patrimônio cultural, que se manteve relativamente preservado pelo abandono que tomou conta de todo o norte mineiro. Em Milho Verde, as novas forças verticais incidentes produziram paisagens tendendo para a insustentabilidade e, em São Gonçalo, à sustentabilidade.

Das experiências de Milho Verde e São Gonçalo verifica-se que as mesmas forças verticais incidentes podem produzir resultados negativos e/ou positivos sobre as paisagens, e que não basta apenas a incidência destas forças nas paisagens para que

estes resultados ocorram. Será sempre necessário que as forças verticais se confrontem com as forças locais.

Ao descrever as forças verticais incidentes em Milho Verde e São Gonçalo, sempre apareciam forças locais, movimentos associados aos próprios lugares. Estes movimentos, organizados ou não, constituem uma forma de resistência à chegada de forças externas. A cada nova verticalidade incidente, novas forças locais posicionam-se.

Forças locais existem em qualquer território onde haja pessoas. Cada indivíduo, em sua relação com os outros e com o meio, é uma força local, aqui chamada horizontal. Em dado momento, estes indivíduos, organizados para interesses comuns, podem reagir coletivamente, constituindo um conjunto de forças locais: as horizontalidades. Assim, horizontalidades são um conjunto de forças horizontais agindo da mesma maneira com um ou mais objetivos comuns.

Mudando os interesses envolvidos, as forças reagrupam-se e antigas horizontalidades se desfazem ou mudam e/ou novas se constituem. Assim, horizontalidades são organizações de forças provisórias, contingentes.

As horizontalidades podem tender para fortes a fracas. O que dá intensidade às horizontalidades é a sua coesão, o grau de articulação e envolvimento das forças que as compõem. Em Milho Verde, por exemplo, as horizontalidades são fracas, por um conjunto de razões. Dentre as principais destacam-se:

- a) muitos moradores parecem ter uma relação provisória com aquele território; só pensam em ir embora;
- b) o baixo nível de escolaridade e informação de grande parte da população, que não consegue ter o entendimento da importância da sua participação na decisão dos destinos da sua comunidade;
- c) a omissão, incapacidade ou falta de interesse dos adventícios em operar no sentido de construir horizontalidades mais coesas, como o fez Martin em São Gonçalo;
- d) a ação oportunista de outros adventícios, pessoas de fora de Milho Verde ou moradores que se aproveitam da ausência de coesão das horizontalidades locais e da omissão estatal, construindo onde querem e como querem, apropriando-se das melhores vistas e localizações;
- e) a ausência do poder municipal, que não cumpre suas funções constitucionais de planejar, gerir e controlar o uso e a ocupação do solo e outros serviços públicos.

Na interpretação dos dados desta pesquisa, observou-se que, além das verticalidades incidentes e das horizontalidades, outro grupo de forças atua nos territórios. A estas forças denomino “forças de filtro”. Defino as forças de filtro como sendo aquelas que, não sendo verticais (que só podem ser comandadas de fora dos territórios) nem horizontais (que só podem ser comandadas dos territórios), são criadas por instâncias externas, valem para diversos territórios e podem ser controladas de fora ou de den-

tro deles. Estas forças filtram a incidência das forças verticais ou horizontais, que, ao passarem por elas, diminuem ou aumentam a sua intensidade, materializando-se de outra maneira nas paisagens.

Assim, forças de filtro são legislações e ordenamentos públicos criados de fora dos territórios, que disciplinam ações e comportamentos que valem para diversas localidades. Elas podem modificar a ação das forças verticais e/ou horizontais, podendo ser acionadas tanto pelos macroatores, que comandam as verticalidades, quanto pelos atores, que comandam as forças horizontais.

Quando as forças de filtro são muito fortes, ou seja, existem legislações rigorosas, que disciplinam vários aspectos da vida dos territórios, e quando elas são mobilizadas por forças também coesas, verticais e/ou horizontais, tendem a funcionar como barreiras fortes, conformando o que aqui se denomina “filtro fechado”, como acontece em São Gonçalo. Quando as forças de filtro são fracas, ou seja, as legislações são permissivas e pouco rigorosas, mesmo que mobilizadas por forças verticais e/ou horizontais coesas, tendem a produzir poucas alterações nas forças incidentes, tendendo a constituir o que aqui se denomina “filtro aberto”, caso de Milho Verde.

#### 4 CONCLUSÃO

A construção de paisagens turísticas passou a ocorrer com mais intensidade a partir dos anos 1970, na Europa e nos Estados Unidos, quando grandes cidades com rico patrimônio cultural, rotas históricas e pequenos núcleos medievais tornaram-se alvo da atividade turística. Estas primeiras experiências, europeias e americanas, somaram-se a outras, constituindo um conjunto de técnicas e processos de construção de paisagens turísticas que se espalharam por todo o mundo.

Nesta ação, os projetos turísticos escolhem formas, objetos e ações preexistentes, reorganizando-os de modo a satisfazer o imaginário de potenciais visitantes. Algumas das formas e dos objetos originais hoje apropriados pelo turismo foram construídos sobre um meio frágil, que não poderia recebê-los, e sofreram a incidência de atividades produtivas resultantes de práticas e ideologias que afirmavam a supremacia do lucro, do particular sobre o coletivo, e que terminaram por produzir muitas inadequações. Este é o caso de vários núcleos e rotas históricas brasileiras nascidas como resultado dos empreendimentos mercantis criados pela Coroa Portuguesa a partir do descobrimento das terras brasileiras, e que hoje estão sendo submetidas às verticalidades do turismo.

As primeiras verticalidades incidentes em Milho Verde resultaram de uma exploração mineral estatal que negava as paisagens locais: rios, matas, campos de cerrado, nada importava – apenas o ouro e os diamantes, que, extraídos com precárias técnicas, produziram extraordinária devastação. Neste enclave da destruição, forças de filtro autoritárias ajudaram a garantir a supremacia dos processos insustentáveis. Os aventureiros, atraídos por estas verticalidades, estabeleceram com o território uma relação primeira de sobrevivência imediata, e construíram ocupações que foram se espalhando em direção ao frágil ambiente circundante. Nestas paisagens, onde tudo

parecia provisório, prevaleciam sobre os aspectos estéticos os aspectos técnicos da ação humana predatória.

O histórico de Milho Verde revela que os processos produtivos sempre foram incompatíveis com as potencialidades do seu meio ecológico, contribuindo muito para a insustentabilidade das suas paisagens atuais. Estes tão violentos processos históricos de construção de incapacidades deixaram marcas na forma como as sociedades locais que se seguiram relacionavam-se com o espaço geográfico e seus recursos. Estas sociedades aprenderam a priorizar o que é instantaneamente necessário: escavar leitos de rios e encostas para encontrar pedras preciosas; retirar a vegetação, através de queimadas, para plantar; cortar inadequadamente o terreno para construir; encaminhar as águas servidas para os córregos; ocupar divisores de água, fundos de vale e áreas de preservação. O homem comum de Milho Verde não aprendeu e, portanto, não sabe conciliar técnica e estética. Esta atitude de desprezo para com a natureza e tudo o que ela pode oferecer, aliada à omissão estatal, refletiu-se nos espaços livres, que desde a fundação da localidade até os dias atuais são descuidados e abandonados, pois estiveram sempre na conta de áreas de reserva para a expansão do modelo predatório de exploração econômica.

Por outro lado, há lugares que, se não nasceram compatíveis com os recursos dos seus territórios, aprenderam a empregar técnicas adequadas às suas fragilidades. Em São Gonçalo, desde o início os habitantes conheceram, devido a estrangeiros e funcionários qualificados da Coroa que ali passaram a residir, técnicas que possibilitaram uma relação menos agressiva com a natureza. As paisagens da localidade, ao fim da mineração, já exprimiam os cuidados com o ordenamento territorial, a qualidade das edificações e a preservação ambiental, prestados por uma comunidade, já àquela época, organizada. Não tendo terras férteis no seu entorno, os quintais das casas foram transformados em pequenas chácaras. Os quintais, para além da função utilitária, criaram um conjunto paisagístico cujo resultado foi um todo harmônico, com as edificações, as áreas livres, as encostas e o rio, que se manteve limpo. Nas paisagens diamantinas, o aspecto estético prevalecia sobre o técnico. As atividades que seguiram ao declínio da mineração basearam-se na exploração racional de antigos recursos, já instalados no território: doces de frutas dos quintais – como a uva, que também produziu vinhos –, artesanato de capim e tapetes. Esta nova sobreposição de processos de estruturação econômica de bases sustentáveis apoiou-se em unidades territoriais de alta qualidade paisagística. Há, até a chegada do turismo, processos compatíveis com os recursos do lugar, refletidos em paisagens côncavas que tendiam à sustentabilidade, como previa uma das hipóteses deste trabalho.

O turismo que se implantou em Milho Verde retoma o antigo Caminho dos Diamantes não como atrativo turístico, mas como estrutura espacial que guia a maior parte dos processos insustentáveis em curso na localidade. Neste processo, novas degradações ambientais acrescentam-se às antigas, tais como a ocupação de encostas, a destruição dos quintais e do patrimônio histórico, a construção em áreas de preservação, a poluição visual e sonora e dos cursos d'água. Novamente, nas paisagens

contemporâneas de Milho Verde, predominam aspectos técnicos degradantes sobre os qualificadores dos territórios e sobre os aspectos estéticos. As estruturas do passado serviam às verticalidades da mineração, e as de hoje, novas ou reapropriadas, ao turismo. Atualmente em Milho Verde as forças de filtro não conseguem ser acionadas pelas horizontalidades.

O tipo de turismo que se estabeleceu em São Gonçalo recupera as capacidades que deram ao lugar boa qualidade paisagística no passado, reorganizando-as e/ou modernizando-as. Este turismo não só conserva o aprazível conjunto paisagístico e arquitetônico, mas produz outros, inserindo novas estruturas em harmonia com o ambiente. O turismo em São Gonçalo insere mudanças sobre as paisagens que continuam a garantir-lhes a qualidade. A atividade retoma, assim, a capacidade sempre presente no lugar de relacionar-se com a natureza de forma sustentável. O mesmo turismo atrai estrangeiros, mobilizadores e criadores de horizontalidades positivas, como no passado, o que reedita e potencializa a ação dos atores locais de organizar e gerir os espaços públicos. Incapacidades também são retomadas em São Gonçalo, mas são superadas pelas capacidades recuperadas.

As evidências encontradas nesta pesquisa apontam para o fato de que o novo, ao ajustar-se ao existente, faz aflorar aquilo que ao longo dos tempos foi dando forma e sentido às paisagens e que nelas permanecem presentes. A construção das paisagens turísticas, ao tomar objetos e ações preexistentes que interessam aos turistas, dá aos mesmos novos arranjos, introduzindo elementos de fora do lugar. Os conflitos decorrentes desta superposição de novidades sobre o antigo, do embate entre verticalidades e horizontalidades, somam-se aos conflitos antigos, que ali permanecem presentes, fazendo reviver muitos deles.

Dependendo do tipo de turismo que se implanta nos lugares, pode haver supressão de direitos, principalmente quando se destina o melhor dos espaços coletivos aos turistas ou quando se faz uma ordenação excessiva destes espaços, levando a vida cotidiana para o interior dos espaços privados. Esta supressão dar-se-á com mais força nos lugares onde isto já acontecia no passado. Por outro lado, determinado tipo de turismo, mais qualificado, pode encorajar novas formas de superação de injustiças, de reestruturação econômica e resolução de conflitos, principalmente quando incidir em lugares com tradição de participação dos atores locais no trabalho coletivo de construção social.

Em síntese, os resultados encontrados são a favor do argumento central deste trabalho: que o turismo, ao tentar retomar ocupações e traçados do passado, pode retomar, simultaneamente, (in)capacidades e conflitos presentes desde sempre nos lugares.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARDNT, Jorge Renato Lacerda. **Entre tradição e modernidade**: sustentabilidade do desenvolvimento pelo turismo em uma comunidade tradicional de Minas Gerais. 2007. 332 f. Tese (Mestrado em Administração) – Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais, Centro de Gestão Empreendedora, Belo Horizonte, 2007.

MAWE, John. **Viagem ao interior do Brasil principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes** [1812]. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944. 347 p.

MORAES, Fernanda Borges. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Orgs.). **História de Minas Gerais**: as Minas setecentistas, v. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 55-85.

SANTIAGO, Luis. **Serro**: política, geografia e cultura, v. 3. Belo Horizonte: Edições Morada Santiago, 2006. 204 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004. 174 p.

# O CARÁTER ÚNICO DE MORRO VERMELHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

*THE UNIQUENESS OF MORRO VERMELHO IN BELO HORIZONTE'S METROPOLITAN REGION*

**Simone Marques de Sousa Safe\***

**Luciane Raposo Faquineli\*\***

**Staël de Alvarenga Pereira Costa\*\*\***

## RESUMO

A expressão histórica e cultural de uma sociedade no ambiente físico permite a contemplação da vivência da comunidade em diversos períodos morfológicos, conferindo ao habitat uma identidade própria. O presente artigo tem como objetivo contrapor a ausência de tecido urbano em Morro Vermelho, distrito do município de Caeté, Minas Gerais, à evolução urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte, na qual está inserido, buscando compreender os motivos pelos quais essa ocupação territorial estagnou. Além disso, o trabalho visa aplicar os conceitos da Escola Italiana e da Escola Inglesa de Morfologia Urbana, comparando a análise feita no Distrito de Morro Vermelho em 2013 com a formação de Belo Horizonte, quando ainda era Arraial Curral Del Rei. Para o desenvolvimento deste artigo foi realizado um trabalho de campo no distrito de Morro Vermelho e posterior análise dos dados coletados utilizando os conceitos de Morfologia Urbana.

Palavras-chave: Morfologia urbana. Região Metropolitana de Belo Horizonte. Protonúcleo. Morro Vermelho.

## ABSTRACT

*The expression of a historical and cultural society in the physical environment, allows an approach with the community experience in various morphological periods, granting to the habitat a distinct identity. The article's objective is to understand the absence of urban fabric in Morro Vermelho, district of Caeté, in Minas Gerais, in contradistinction with the evolution of the urban Metropolitan Region of Belo Horizonte, in which it is inserted, seeking to understand the reasons for which this territorial occupation has stagnated. In addition, the work aims to apply the concepts of the Italian and the English Schools of Urban Morphology, comparing the analysis of Morro Vermelho's District, done in 2013, with the formation of Belo Horizonte, when it was still a country site named Curral Del Rei. For this article's development it was necessary a site visit in Morro Vermelho and a later analysis of the data collected using the concepts of Urban Morphology.*

*Keywords: Urban Morphology. Belo Horizonte's Metropolitan Region. Proto Nucleus. Morro Vermelho.*

---

\* Graduada em Arquitetura pela Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestranda em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).  
simonesafe@globocom

\*\* Graduada em Arquitetura pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).  
lufaquineli@gmail.com

\*\*\* Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Master of Arts em Design Urbano pela Oxford Brookes University. Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Professora do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG. Coordenadora do Laboratório da Paisagem da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFMG).  
staelalvarenga@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A identificação de um tecido urbano considera as características gerais de seus elementos construídos, o modelo de assentamento no solo e o número de pavimentos resultantes deste modelo. Segundo Levy (1999), há “tipos” que reúnem as principais características formais e podem ser reconhecidos como os que melhor representam os produtos naquele determinado período de tempo.

O presente artigo tem como objetivo compreender as características morfológicas de Morro Vermelho, distrito do município de Caeté, Minas Gerais, visando à contraposição da sua forma urbana com a Região Metropolitana de Belo Horizonte, na qual está inserido, na busca do entendimento dos motivos pelos quais essa ocupação territorial estagnou.

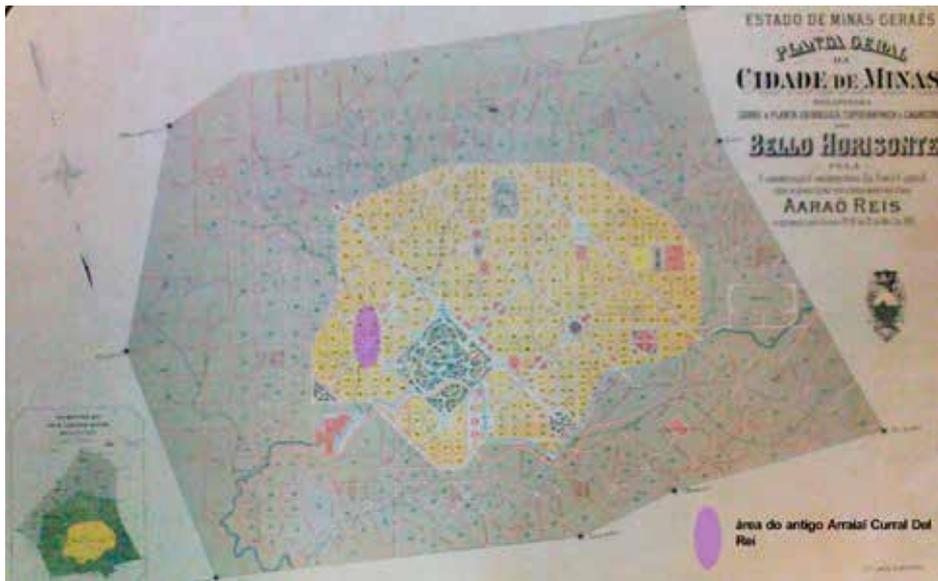
Anne Vernez Mouldon (1997) alega que os atributos das formas urbanas e de seus elementos refletem não somente um período na história, como também as condições socioeconômicas existentes na época da sua formação, que seriam compostas por tecidos urbanos.

Além disso, o trabalho visa à aplicação dos conceitos da Escola Italiana e da Escola Inglesa de Morfologia Urbana comparando o Distrito Morro Vermelho, nos dias de hoje, com a formação de Belo Horizonte, quando ainda era Arraial Curral Del Rei. Esse procedimento metodológico auxilia a análise da paisagem como “[...] expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e consequente transformação do ambiente em um determinado tempo”. (MACEDO, 1999).

## 2 CAETÉ E A REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH)

A criação de Belo Horizonte teve como intenção construir uma cidade moderna, capaz de absorver uma estrutura administrativa, já que a antiga capital, Ouro Preto, não tinha possibilidade de expansão devido ao relevo acidentado. O local escolhido foi o Arraial Curral Del Rei, totalmente demolido para possibilitar a criação de uma cidade planejada em uma malha ortogonal estruturada em três zonas de ocupação: a Zona Urbana, a Zona Suburbana e a Zona Rural (figura 1).

O objetivo inicial era uma ocupação no eixo norte-sul, entretanto “[...] a implantação de um ramal ferroviário no sentido oeste, paralelo ao Ribeirão Arrudas, induziu nova tendência de ocupação urbana, que referenciava a antiga ocupação do arraial do Curral Del Rei”. (PEREIRA COSTA, 2004, p. 42).



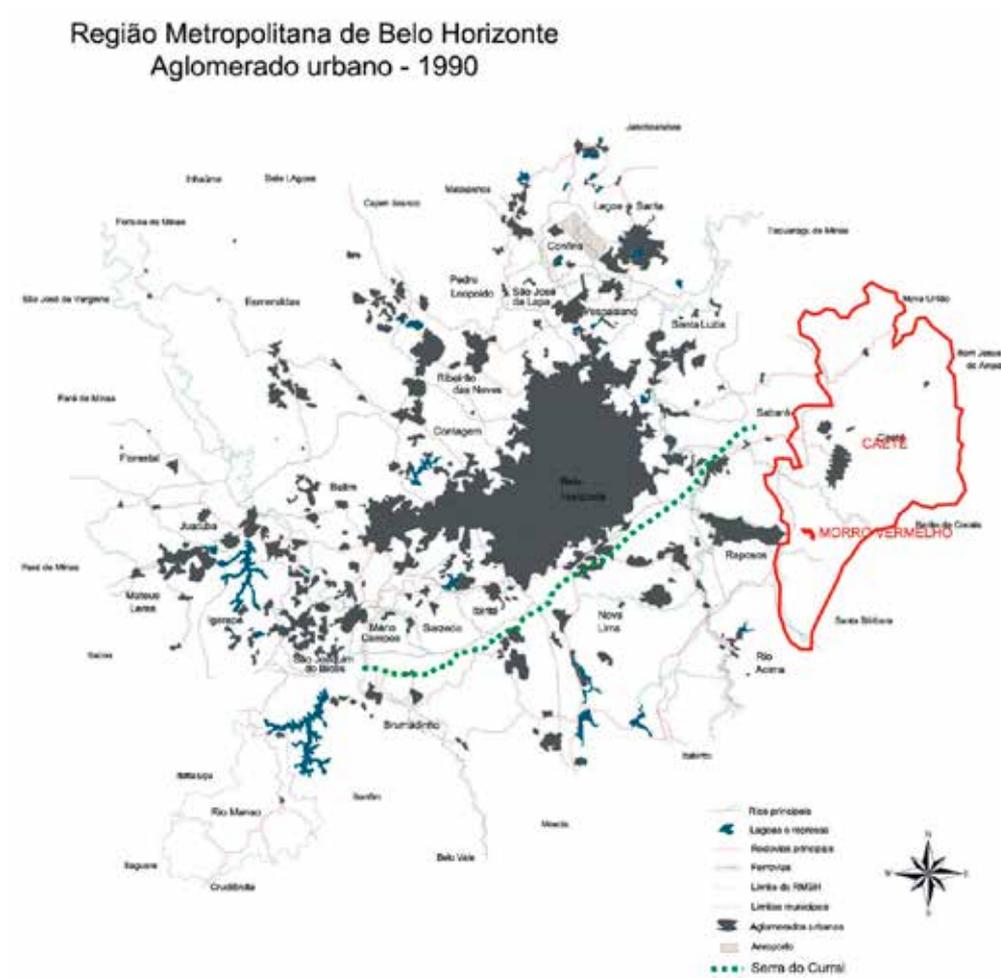
**Figura 1** Planta da cidade de Belo Horizonte, delimitando área do antigo Arraial Curral Del Rei. Araão Reis - 1897. Fonte: **Panorama de Belo Horizonte**: atlas histórico. Sistema Estadual de Planejamento. Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais. Coleção Centenário. Belo Horizonte - 1997.

A metropolização de Belo Horizonte, em 1973, ocorreu em resposta à necessidade de desenvolvimento planejado da região, devido às elevadas taxas de crescimento demográfico estimuladas pela industrialização. Na época de sua criação, a RMBH era composta pelos municípios de Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano. Em 2013, a Região Metropolitana conta com 34 municípios, apresentando expansão significativa no vetor oeste, com a implantação de centros industriais, e no vetor norte/sul, com as siderúrgicas, fábricas de cimento e calcário, e do aeroporto.<sup>1</sup>

No vetor leste há pequenas expansões fragmentadas, devido, principalmente, à barreira natural constituída pela serra do Curral. Nesse vetor, encontra-se a cidade de Caeté, a aproximadamente 35 km de Belo Horizonte, elevada à categoria de cidade em 1865. Em 2013, além da sede, Caeté possui quatro distritos: Morro Vermelho, Antônio Santos, Penedia e Roças Novas.

De acordo com o último CENSO (IBGE, 2010), o município conta com aproximadamente 40 mil habitantes, sendo que a maioria da população vive na zona urbana.

<sup>1</sup> TEIXEIRA, Maria Cristina Villefort et al. Os elementos tipomorfológicos das bordas metropolitanas de Belo Horizonte. **Relatório final** do projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2012.



**Figura 2** Ocupação nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - 1990.  
Fonte: Produzida pelas autoras em 2013, com base em Pereira Costa (2004, p. 50).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento deste artigo foi realizado um trabalho de campo no distrito de Morro Vermelho e posterior análise da forma urbana – utilizando os conceitos das Escolas Inglesa e Italiana de Morfologia Urbana.

A Escola Inglesa de Morfologia Urbana, desenvolvida pelo geógrafo Michael R. G. Cozen<sup>2</sup>, consiste na análise de três elementos: plano urbano; tecido urbano; uso do solo. O plano urbano, elemento analisado neste artigo, é o traçado original da cidade, cuja análise se baseia na inter-relação entre o lugar, o sistema viário, o padrão de parcelamento dos lotes e a implantação das edificações nos mesmos.

<sup>2</sup> O geógrafo alemão M.R.G. Cozen, um dos primeiros investigadores interessados no estudo da forma urbana, imigrou para a Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial, tendo como principal contribuição o estudo sobre Alnwick (1960).

O plano urbano de Morro Vermelho corresponde a um caminho tronco, que liga a Igreja do Rosário, a Igreja Matriz e o chafariz (figura 4).

A Escola Italiana de Morfologia Urbana, criada pelo arquiteto Muratori<sup>3</sup> e, posteriormente desenvolvida por seguidores como Caniggia e Maffei<sup>4</sup>, visa à compreensão da realidade atual como síntese da história coletiva, que pode ser examinada criticamente, através da unidade habitacional mais recorrente, denominada pelo autor como “tipo” – uma espécie de arquétipo inerente à mente do indivíduo de uma época, no qual a forma é a síntese expressiva das realidades estrutural, funcional e ambiental, que embasam a análise tipológica e o seu processo evolutivo no tempo, conhecido como “processo tipológico”.

Esse processo evolutivo é o reconhecimento da existência do tipo e das suas mudanças consequentes ao longo do tempo. É um suceder-se de mutação e distinção temporal com relativa influência espacial mútua. As principais mudanças ocorrem na implantação, e/ou na ocupação e/ou na fachada. Os processos tipológicos de mutação recebem as conceituações de diatópicos, sincrônicos e diacrônicos.

A diversificação sincrônica refere-se à aplicação do mesmo tipo repetidamente. A diversificação diatópica, à aplicação de um tipo que corresponde à consciência espontânea<sup>5</sup> de determinada área cultural, em outra região geográfica, cuja consciência espontânea difere da primeira, provocando, assim, uma variação regional geográfica. A diversificação diacrônica, que atua a partir da observação sobre a diversificação cronológica dos tipos numa mesma área, pode comparar-se a algumas variáveis apresentadas por diferenciações encontradas nos tipos contemporâneos que se seguiram.

Em Morro Vermelho, o “tipo básico” mais recorrente é o que apresenta largura de fachada em torno de 10 a 12 metros. Foram encontrados, também, tipos edilícios, com variação de fachada de 6 a 8 metros e 13 a 15 metros. As variações são do tipo diacrônica e caracterizam-se, também, pelo uso de novos materiais – janelas, portas, telhados e revestimentos fachada.

<sup>3</sup> O arquiteto Saverio Muratori, nascido em Modena (Itália), em 1910, é reconhecido como um dos primeiros investigadores da Morfologia Urbana. Sua vida pública pode ser reunida em dois períodos. O primeiro iniciou-se após sua formatura na Scuola Superiore di Architettura di Roma, no período situado entre 1933 a 1946, cuja prática profissional se desenvolveu de acordo com o conteúdo correspondente ao âmbito cultural arquitetônico da Itália, antes da Segunda Guerra Mundial. No segundo período, de 1947 a 1963 (pós-guerra), Muratori emergiu, progressivamente, como teórico e docente de arquitetura, buscando a superação do “Moderno”.

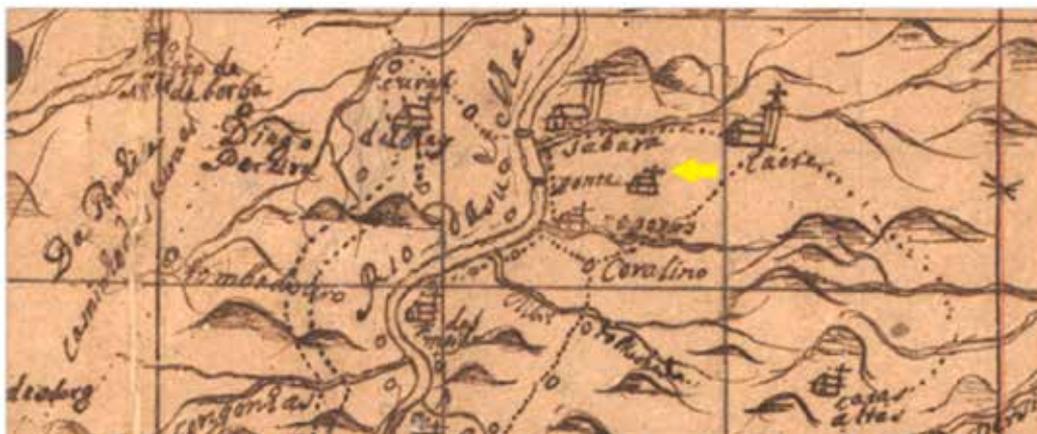
<sup>4</sup> Gianfranco Caniggia e Gian Luigi Maffei foram assistentes de Muratori, que, depois da sua morte, viram-se obrigados a se deslocarem para outras faculdades, onde continuaram a desenvolver as ideias de seu mentor – porém com base nas próprias experiências pessoais. A principal obra estudada pelas autoras é **Architectural composition and building typology**: interpreting basic building. Firenze: Alinea editrice srl.1979.

<sup>5</sup> A consciência espontânea descreve atitudes de decisão tomadas pelos seres humanos que não pensam duas vezes e decidem por si só suas escolhas. Se pensarmos em edificações espontâneas, estas corresponderão aos fazeres imediatos, feitos pelos próprios usuários, sem interpretação de profissionais ou de técnicas. Esses fazeres são consequentes de uma cultura edilícia, espontaneamente adquiridos e repassados num momento determinado na área cultural. **Interpreting Basic Building**, 2002, p. 43.

#### 4 MORRO VERMELHO: DE ARRAIAL A DISTRITO

O arraial de Morro Vermelho parece ter se iniciado nos primórdios da ocupação da região de Caeté, cuja origem remete ao século XVII, e deve seu surgimento ao extinto arraial de Vira Copos. A informação mais antiga encontrada a respeito sobre moradores naquela região consta do *Lançamento de despesas da fazenda e lavra do Morro Vermelho*, datado entre 1768 a 1776.<sup>6</sup>

A ocupação acompanhou as áreas de exploração aurífera – primeiramente no Ribeirão Comprido, que corta o povoado, e no rio Vermelho. Depois, nas encostas dos morros do entorno.<sup>7</sup> A presença da Matriz de N. Sra. de Nazaré<sup>8</sup> e da Capela do Rosário<sup>9</sup>, iniciadas em meados do século XVIII, nos mesmo locais das primitivas ermidas, são reflexos da riqueza do lugar durante o Ciclo do Ouro.



**Figura 3** Destaque de vilas, povoados e rotas próximos de Caeté. A seta amarela mostra uma capela sem identificação, que, possivelmente, seria o primitivo templo de N. Sra. de Nazaré de Morro Vermelho. Disponível em: <<http://www.wdl.org/pt/item/954/>>. Acesso em: mai. 2013.

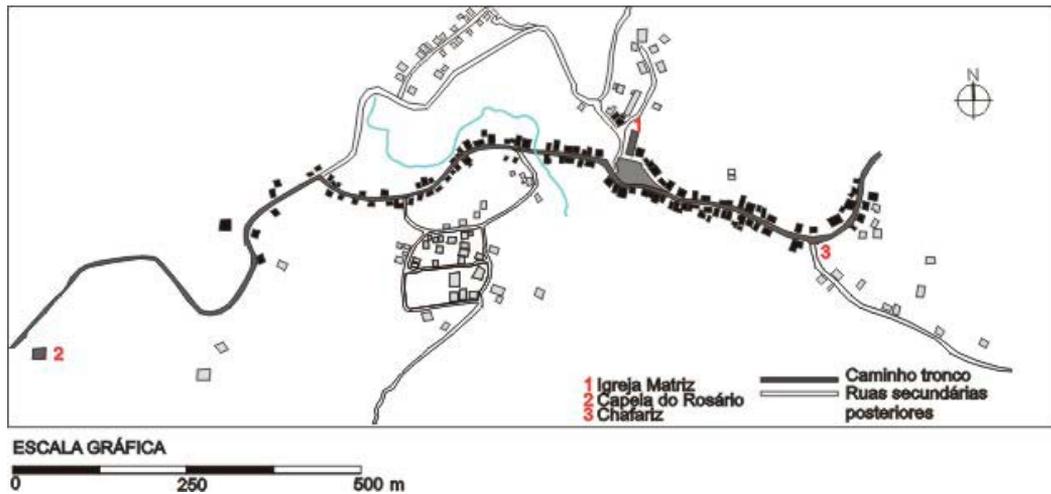
Como em muitos arraiais nascidos nas Minas do Período Colonial, a capela do Rosário (“dos negros”) aparece em contraposição à Matriz (“dos brancos”), conformando uma das partes principais do caminho tronco do Arraial de Morro Vermelho. Esse caminho começa na Capela do Rosário (2), passa pela rua Evangelista Marques, pelo Largo da Matriz (1), segue pela rua Dr. Antônio Mourão Guimarães e termina no único chafariz (3) existente no distrito.

<sup>6</sup> Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cc/brtacervo.php?cid=924>>. Acesso em: jul. 2013.

<sup>7</sup> Informações extraídas do dossiê de tombamento Capela do Rosário, 2004.

<sup>8</sup> Tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 9 de maio de 1950, sob inscrição nº 362 do Livro de Belas Artes, processo 0397-T. Disponível em: <[http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema\\_consulta.asp?Linha=tc\\_belas.gif&Cod=1283](http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1283)>. Acesso em: jul. 2013.

<sup>9</sup> Tombada pelo IPHAN em 9 de maio de 1950, sob a inscrição nº 363 do Livro de Belas Artes, processo 0408-T-49. Disponível em: <[http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema\\_consulta.asp?Linha=tc\\_belas.gif&Cod=1282](http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1282)>. Acesso em: jul. 2013.



**Figura 4** Plano Urbano de Morro Vermelho.

Fonte: Produzido pelas autoras, com base em mapa da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana (PLAMBEL) de Morro Vermelho – 1977 – e em vista aérea extraída do Google Earth em julho de 2013.

A partir da segunda metade do século XVIII, com a escassez do ouro de aluvião, os centros mineradores entraram gradativamente em crise. Algumas das antigas vilas do ouro se reinventaram com a agropecuária e o comércio, mas a maioria perdeu importância e moradores, dentre elas Vila Nova da Rainha (Caeté) e o Arraial de Vira Copos (Morro Vermelho).

Estudos históricos apontam o comércio como contribuidor para amenizar os efeitos da decadência, uma vez que Morro Vermelho está localizado entre importantes vilas coloniais, como Sabará, Raposos, Curral Del Rei, Catas Altas e Santa Bárbara. Além disso, a condição de entreposto comercial favorecia o trânsito das tropas e dos tropeiros, que integravam as regiões da província e da Colônia, dinamizando a economia.

## 5 A CIDADE DE CAETÉ E O DISTRITO DE MORRO VERMELHO

A retomada do crescimento econômico de Caeté ocorreu no final do século XIX, com a industrialização, especialmente dos setores de cerâmicas e carvoaria, destacando-se a Cerâmica Nacional ou Cerâmica João Pinheiro, fundada em 1893, e a “Usina Gorceix”, da Cia. Ferro Brasileiro, instalada em 1931 na serra da Piedade, que mantém áreas de reflorestamento especificamente destinadas a esse fim – uma delas em Morro Vermelho. (PLAMBEL, 1980).

Segundo o termo de referência de Caeté (PLAMBEL, 1980), em torno dos anos 1980 o setor secundário apresenta, junto a Refratários João Pinheiro e à Cia Ferro Brasileiro, estabelecimentos de menor porte, que se juntaram a eles formando o

quadro industrial do município e proporcionando certa estabilidade econômica ao distrito. São eles: a Argamasit (aditivos para argamassa empregados na construção civil), a Isomec (máquinas distribuidoras de adubos orgânicos) e a Rochalar Ltda. (painéis, caldeirões, pratos de alumínio). A economia conta, também, com o cultivo de eucalipto, com a apicultura, a produção de quitandas e o artesanato em bordados.

Em 1837, Morro Vermelho contava com 805 habitantes – e não parece ter crescido muito até 1842, quando o distrito foi criado. De acordo com termo de referência de Caeté (PLAMBEL, 1980), a população de Morro Vermelho apresenta decréscimo de 1.184 (1970) para 1.105 mil habitantes (1980), justamente na época em que Caeté apresenta acréscimo de população, em torno de 1,2%, por conta da presença dos novos estabelecimentos econômicos.

Os distritos mais próximos a Caeté vivem, então, a perda de seus habitantes, devido a essa proximidade. Tal fato continuou ocorrendo até os dias presentes, como apresenta o censo de 2010, quando Morro Vermelho apresentou 938 habitantes. (IBGE, 2010). Apenas os distritos mais distantes, como Antônio dos Santos e Roças Novas, apresentaram acréscimo populacional.

Hoje, Morro Vermelho requer atenção especial, por ser considerado, potencialmente, o núcleo urbano mais diretamente impactado pelas atividades de mineração da VALE, o que potencializa a retomada do crescimento populacional no distrito, pela previsão futura de empregos a serem gerados na região.<sup>10</sup>

As futuras instalações industriais do Projeto Mina Apolo situam-se a cerca de 10 km do distrito. Estão previstos investimentos para a implantação e expansão de minas e usinas de beneficiamento de minério de ferro no Estado. Os recursos somam o segundo maior investimento da VALE em Minas Gerais desde a implantação da mina de Brucutu, em outubro de 2006.

Os projetos abrangem sete municípios: Itabira, Itabirito, Barão de Cocais, Caeté, Raposos, Rio Acima e Santa Bárbara. Os recursos estão distribuídos em três empreendimentos: a Mina Apolo e as usinas Conceição-Itabiritos e Vargem Grande-Itabiritos. Após implantação, os projetos envolverão investimentos de R\$ 9,4 bilhões, gerando cerca de 9.930 empregos diretos e indiretos na construção. Na operação, serão gerados aproximadamente outros 2,2 mil empregos, aumentando a produção de minério de ferro da VALE, em Minas Gerais, em R\$ 46 milhões de toneladas por ano.<sup>11</sup>

Segundo dados obtidos no Plano de Regularização Fundiária Sustentável de Caeté, o Distrito de Morro Vermelho não possui nenhum parcelamento aprovado,

<sup>10</sup> Informações extraídas do Relatório Preliminar feito pela empresa Phorum em setembro de 2011. PRODUTO 10 - ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA O PLANO DIRETOR DE MORRO VERMELHO.

<sup>11</sup> Informações disponíveis em: <[http://saladeimprensa.vale.com/pt/versao\\_imprensa/prt\\_detail.asp?tipo=2&id=19583](http://saladeimprensa.vale.com/pt/versao_imprensa/prt_detail.asp?tipo=2&id=19583)>. Acesso em: set. 2013.

nem registrado em cartório. A ocupação é predominantemente anterior à Lei nº 6.766/79.

## 6 A FORMA URBANA DO DISTRITO DE MORRO VERMELHO EM 2013

O distrito localiza-se na zona rural, porém possui parcelamento e ocupação do solo com características urbanas.<sup>12</sup> O urbano e o rural se aproximam e se mesclam. Essa formação favoreceu a organização espacial linear ao longo de um caminho mais antigo, configurado por propriedades onde a testada adquiriu maior importância na divisão e apropriação da terra, com extensos terrenos vazios aos fundos – elementos espaciais marcantes e identificadores da paisagem atual.

A disposição das edificações no caminho tronco deve-se à limitação imposta pela encosta íngreme e pela presença do ribeirão Comprido (figura 6), fator que explica, também, o porquê de os lotes apresentarem testada maior que sua profundidade. Não há leitura clara de quarteirão.

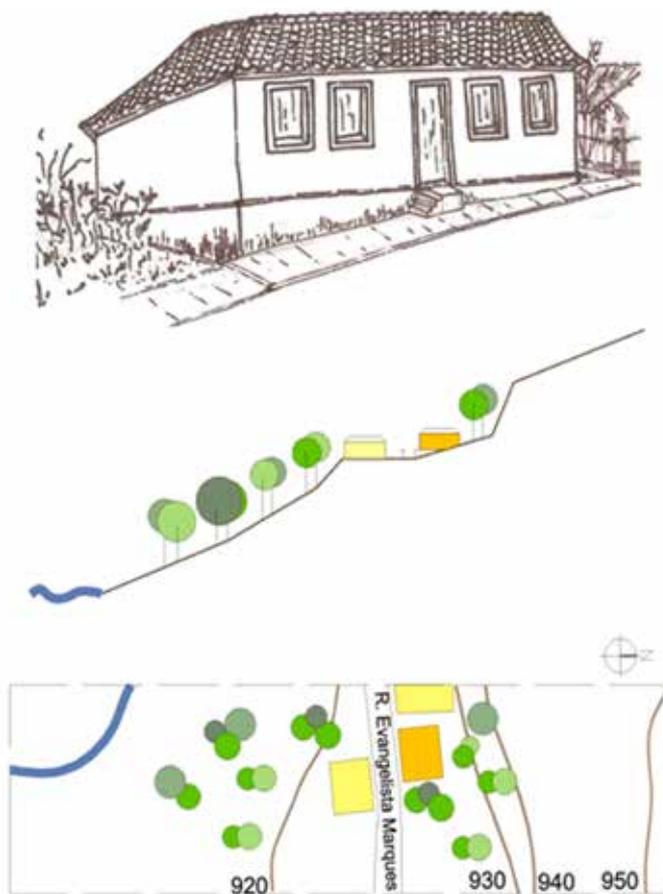


**Figura 5** Vista geral do Distrito de Morro Vermelho.  
Foto: Diana Mundim - 2013.

O “tipo básico” mais recorrente é o que apresenta largura da fachada em torno de 10 a 12 metros, com partido horizontal e diminuto pé-direito. Encontra-se sempre alinhado em relação à rua, sem recuos frontal e lateral, elevado sobre embasamento de altura variável.

O tipo mais antigo possui estrutura em gaiola de madeira, com vedação em adobe. A fachada característica é alongada com sucessão de esquadrias, cujas marcações fazem parte da própria estrutura construtiva, com os cheios equivalendo à metade dos vazios ou a uma vez o vazio (figura 7).

<sup>12</sup> Extraído do “Plano de Regularização Fundiária Sustentável de Caeté” elaborado em 2009 pela Fundação Israel Pinheiro e apresentado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru) de Minas Gerais.



**Figura 6** Exemplo de “tipo base” – fachada situa-se no intervalo de 10 a 12 m, implantação e corte esquemáticos.  
Fonte: Croquis de Luciane Faquineli, mai. 2013, esquema corte e implantação. Produzida pelas autoras - ago. 2013 - com base em mapa do PLAMBEL - 1977.



**Figura 7** Variações do “tipo”, cuja fachada situa-se no intervalo de 10 a 12 m: versões tradicionais e diacrônicas.  
Fonte: Produzida pelas autoras - maio/2013.

Uma contraposição entre fotos antigas e as realizadas no levantamento de campo realizado em abril de 2013, durante a disciplina de Morfologia Urbana do MACPS (oferecida por Staël de Alvarenga Pereira Costa e Manoela Netto no 1º semestre de 2013, no Mestrado de Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (MACPS) da EAUFMG), confirma a presença dos tipos destacados. Algumas edificações permaneceram ao longo do tempo ou sofreram variações, possibilitando a percepção do “processo tipológico” (figuras 8 e 9).



**Figura 8** Aspectos do Largo da Matriz - 1984 (residências unifamiliares ao lado da Casa Paroquial).  
Fonte: Elizabeth Sales. Plano Diretor do Município de Caeté - 1984.



**Figura 9** Casa Paroquial - mai. 2013.  
Foto: Bernardo Andrade - mai. 2013.

Nas figuras 10 a 12 é possível avaliar a evolução dos tipos pelas variações em relação à fachada (altimetria e inserção de alpendre) e ao uso. A comparação apresentada pelas fotos mostra a permanência ou evolução de alguns tipos. Observa-se que, apesar de Morro Vermelho não ter apresentado evolução urbana significativa

– e que parece estar “parada no tempo” –, a paisagem adaptou-se para atender as demandas de uso do grupo social. Há, portanto, alterações no tipo básico, muitas vezes com adoção e inserção de novos materiais, visando ao baixo custo. Algumas dessas alterações são feitas de forma imediatista, sem considerar a unidade do conjunto.



**Figura 10** Aspectos do Largo da Matriz - 1984. Tipo 1: fachada de 6 a 8 metros (à esquerda). Tipo 2: fachada de 10 a 12 metros (à direita).

Fonte: Elizabeth Sales. Plano Diretor do Município de Caeté. 1984.



**Figura 11** Variações do tipo 1, uso misto e acréscimo de outro andar (à esquerda), e variação do tipo 2, com inserção de varanda (à direita).

Foto: Diana Mundim - maio/2013.

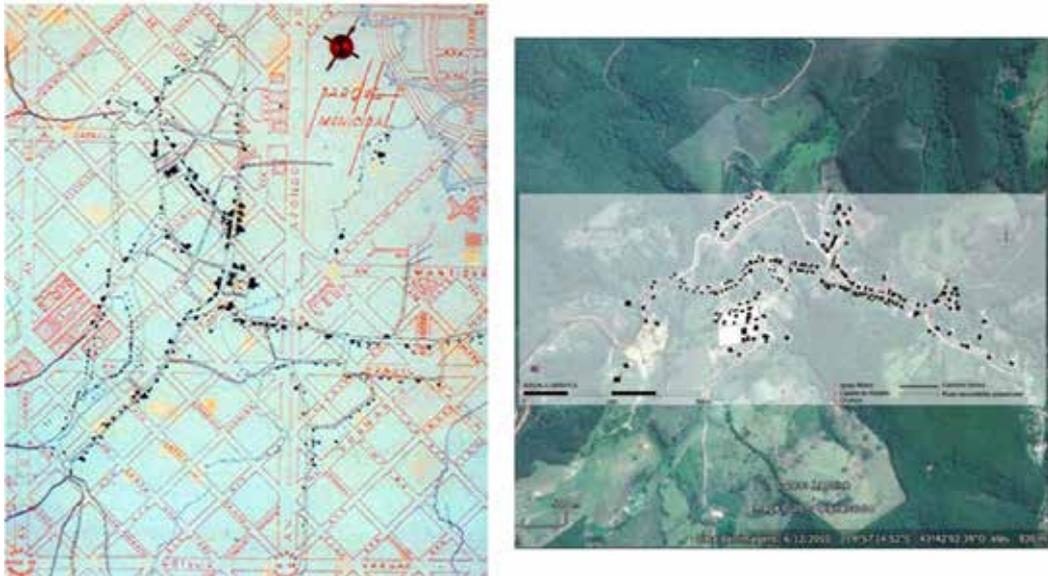


**Figura 12** Morro Vermelho. Início da rua Dr. Antônio Mourão Guimarães: antes e depois.

Fonte: Plano Diretor do Município de Caeté - 1984. Diana Mundim - maio/2013.

## 7 MORRO VERMELHO E O ARRAIAL CURRAL DEL REI

Nas figuras seguintes, podemos comparar a planta do distrito de Morro Vermelho (figura 15) e a ocupação urbana, em 2013, com a antiga planta (figura 14) da nova capital, Belo Horizonte, em 1897, cuja malha ortogonal se sobrepõe ao antigo arraial Curral Del Rei. Após análise da morfologia urbana de Morro Vermelho e de Belo Horizonte – quando Arraial Curral Del Rei –, percebe-se que o distrito apresenta conformação semelhante à dos arraiais do período colonial. Assim, pode-se dizer que Morro Vermelho permaneceu estagnado no tempo, como memória da gênese de uma formação que se desenvolveu e não se encontra mais, representando um exemplo vivo desses núcleos urbanos.



**Figura 13** À esquerda, planta do arraial de Belo Horizonte sobreposta à malha ortogonal do novo plano - 1897. À direita, planta do distrito de Morro Vermelho sobreposta à foto aérea (Google Earth).

Fontes: À esquerda, **Panorama de Belo Horizonte**: atlas histórico. Sistema Estadual de Planejamento. Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais. Coleção Centenário. Belo Horizonte - 1997. À direita, produzida pelas autoras com base em foto aérea – Google Earth – julho/2013.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os métodos apresentados pelas Escolas de Morfologia Urbana Inglesa e Italiana são de fundamental importância para o estudo da cidade enquanto *habitat* humano. Esses instrumentos possibilitam a análise das formas urbanas desde o seu início, como também das transformações subsequentes, apresentando tendências e apontando caminhos de interesse na preservação da memória e da paisagem.

Através do estudo da morfologia de Morro Vermelho, constatou-se a presença de características urbanas semelhantes aos povoados (protonúcleos) que não

apresentam tecido urbano consolidado. As edificações concentram-se em torno do caminho tronco, origem de uma rota principal, formado no início da ocupação da região.

Essa constatação tem como valor o fato de Morro Vermelho ser um exemplo vivo da formação dos núcleos urbanos coloniais cujo distrito é ainda capaz de ser identificado como protonúcleo em 2013.

Além disso, foi possível observar a dessemelhança desse “agregado” em contraposição à metrópole desenvolvida na qual se insere. Morro Vermelho apresenta caráter único na RMBH, justamente por ter permanecido como que “congelado” no tempo, apresentando características originais das primeiras formações portuguesas em Minas Gerais.

Como o distrito é considerado o núcleo urbano mais potencialmente impactado pelas atividades previstas pela VALE na região, destaca-se a importância de um aprofundamento na compreensão dessa expressiva paisagem. O Projeto Mina Apollo, cujas futuras instalações industriais (com início previsto para 2014) situam-se a apenas 10 km do distrito de Morro Vermelho, representa parte dos R\$ 9,4 bilhões referentes a investimentos, com previsão de gerar cerca de 9.930 empregos diretos e indiretos em sua construção – e outros 2,2 mil empregos, aproximadamente, na operação, potencializando a retomada do crescimento populacional e econômico no distrito.

A preservação de Morro Vermelho requer maior cuidado, para que também não venha a desaparecer, engolido pela modernização. Este trabalho pode ser disponibilizado para este fim, podendo o Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenado pela profa. Dra. Stäel de Alvarenga Pereira Costa, reverter para a sociedade os frutos de sua pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELO HORIZONTE. Sistema Estadual de Planejamento, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. **Panorama de Belo Horizonte**: atlas histórico, 1997, Coleção Centenário. 104 p.

BRASIL. Lei nº 6.766/79, de 19 dez. 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília, Distrito Federal: **Diário Oficial da União**, 20 dez. 1979, p. 19457.

CANNIGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. **Architectural composition and building typology**: interpreting basic building. Firenze: Alinea editrice srl., 2001. 252 p.

CONZEN, M.R.G. **Alnwick, Northumberland**: a study in town-plan analysis. Institute of British Geographers Publication 27. London: George Philip. 122 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo populacional 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=311000>>. Acesso em: 9 jul. 2013.

LEVY, Albert. The typo-morphological approach of G. Cannigia and his school of thoughts. **Journal of the International Seminar on Urban Form**. Birmingham, v. 1, 1999a.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAPESP: CNPq: Laboratório da Paisagem, 1999.

MOULDON, Anne Marie Vernez. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. **Journal Seminar of the International on Urban Form**. Birmingham, Inglaterra, v. 1. 1997.

PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga. **Transformações, conflitos, perdas e permanências na paisagem sul metropolitana de Belo Horizonte**. 2004. 317 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SUSTENTÁVEL DOS MUNICÍPIOS DE CAETÉ, NOVA UNIÃO, RAPOSOS, RIO ACIMA E TAQUARAÇU DE MINAS. **Produto 1 – Plano de Ação**. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana. Ministério das Cidades. Belo Horizonte: 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉ. **Memorial sobre o patrimônio histórico e cultural de Morro Vermelho**. 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉ. **Fichas de Inventários de Estruturas Arquitetônica e Urbanísticas do Município de Caeté**. Encadernado. Período 16 abr. 2003 a 15 abr. 2004 - ICMS Cultural – IEPHA. EX. 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉ. **Dossiê de Tombamento da Capela do Rosário**. Digitalizado. 2004.

TEIXEIRA, Maria Cristina Villefort et al. Os elementos tipomorfológicos das bordas metropolitanas de Belo Horizonte. **Relatório final** do projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2012.

## AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem o apoio recebido da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – **FAPEMIG**, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico – **CNPQ** e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – **CAPES** para o desenvolvimento desta pesquisa e apresentação deste artigo.





Distrito de Boa Vista – Loteamento Miguel Badra.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Suzano (PMS) – 2008.

# MEIO AMBIENTE



# UNIDADES DE PAISAGEM: A CRIAÇÃO DE UM MÉTODO PARA A ANÁLISE DO TERRITÓRIO DE SUZANO

LANDSCAPE UNITS: THE CREATION OF A METHOD TO ANALYZE SUZANO TERRITORY

Michele de Sá Vieira\*

Silvio Soares Macedo\*\*

## RESUMO

Este artigo trata da criação, bem como da aplicação de um método de avaliação para o desenvolvimento de reflexões vinculadas às questões urbanísticas, paisagísticas e ambientais do território de Suzano. Para tanto, o município foi dividido em 10 unidades de paisagem, utilizando-se da concentração significativa de determinadas características do território ao longo da extensão territorial, tais como o relevo e a densidade dos loteamentos ocupados, além da similaridade e uniformidade com relação ao uso e ocupação do solo (mata, vegetação de várzea, chácara, área urbanizada, indústria) como critérios para a subdivisão das unidades. Estas foram analisadas pelo viés de suas características, conflitos, previsão com relação aos cenários futuros possíveis, além do levantamento das principais ações públicas executadas entre os anos de 2005 e 2011. Para tanto, compreende-se por conflito uma situação indesejável, ocasionada pelas formas de ocupação e apropriação dos recursos socioeconômicos e ambientais de um território, resultando em problemas sociais e/ou ambientais nesse espaço. Como cenário entende-se a possibilidade de futuras ações – positivas ou negativas – com relação a um determinado aspecto acontecerem ou não, podendo ser este representado pela construção de um parque, ampliação das matas nativas existentes, limpeza dos corpos d'água, ou através da consolidação das ocupações irregulares, do depósito de resíduos em lugares inadequados.

Palavras-chave: Unidades de Paisagem. Conflitos. Potencialidades. Características ambientais. Políticas públicas.

## ABSTRACT

*This article deals with the creation as well as the application of a method of evaluation for development discussions linked to urban, landscape and environmental questions regarding Suzano territory. Therefore, the municipality was divided into 10 units of land, using the significant concentration of certain features of the land throughout the territorial extension, such as relieve and the density of occupied allotments, besides the similarity and uniformity regarding the use and occupation of soil (wood, flood plain vegetation,*

---

\* Graduou-se pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Chefe da Divisão de Projetos Especiais na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano da Prefeitura de São José dos Campos. Ex-secretária Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Suzano. Professora da Universidade de Mogi das Cruzes e da Universidade Paulista. savieiramichele@gmail.com.br

\*\* Arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Professor titular de Paisagismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – Departamento de Projetos ssmduck@usp.br



Seu território é um mosaico em transformação, composto por várzeas, áreas urbanizadas, agricultura, águas, fragmentos de mata nativa e florestas de eucalipto.



**Figura 2** Distrito de Boa Vista – Loteamento Miguel Badra.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Suzano (PMS) – 2008.



**Figura 3** Distrito de Boa Vista e Central – Área de Proteção Ambiental (APA) do rio Tietê.  
Fonte: PMS – 2008.



**Figura 4** Distrito Central – Loteamento Vila Amorim.  
Fonte: PMS – 2008.

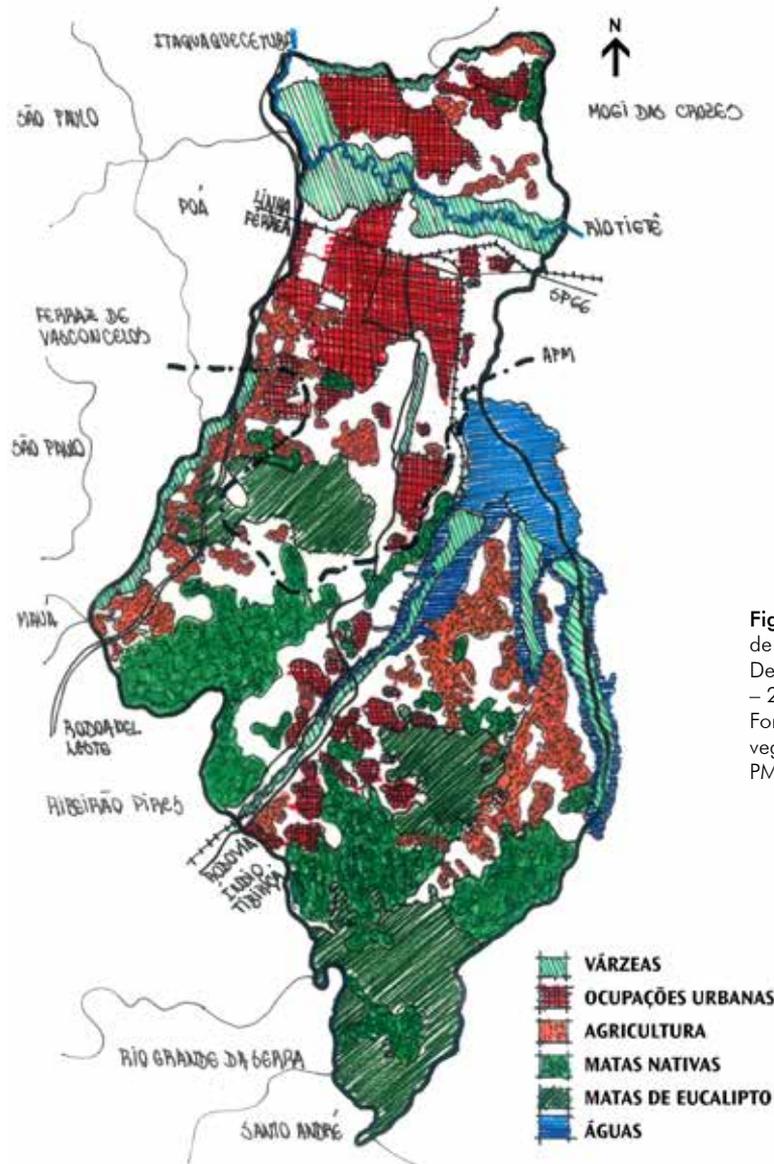


**Figura 5** Distrito de Palmeiras – Matas Nativas.  
Fonte: PMS – 2008.

Observa-se que Suzano possui urbanização compacta tanto ao norte do território como ao centro, apresentando-se ao sul de forma fragmentada. Verifica-se, ainda, que

tais ocupações também se colocam de maneira conflituosa ao sul, em função da sua forte inserção em áreas densamente ocupadas por águas e matas, que, na verdade, deveriam ser preservadas.

O município, de 206,60 km<sup>2</sup>, contava com população de 262.480 habitantes, o que resultava em densidade demográfica de 1.275,43 hab./km<sup>2</sup>, sendo dividido em três distritos distintos: Boa Vista e Central – onde se concentram as maiores densidades populacionais da região – e Palmeiras, que se caracteriza por ocupações mais esparsas e encravadas na vegetação<sup>1</sup>.



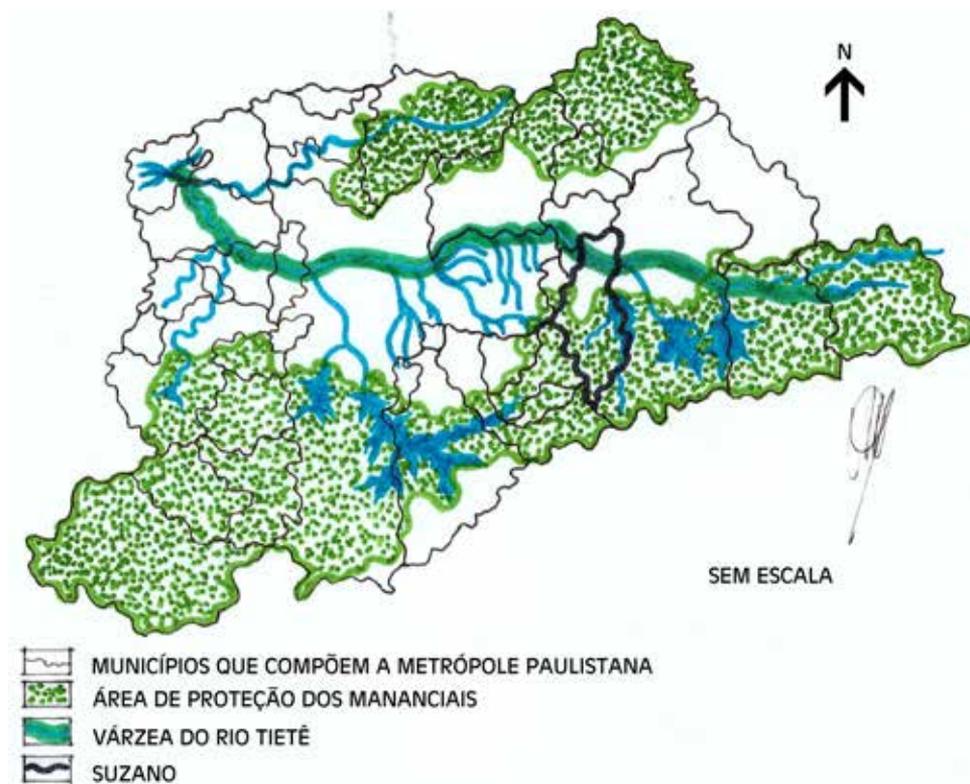
**Figura 6** Mapa do Mosaico de Suzano.  
Desenho: Michele de Sá Vieira – 2011.  
Fonte: Mapa (T-3, cobertura vegetal e uso do solo) da PMS – 2008.

<sup>1</sup> Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=355250>>. Acesso em: 6 jun. 2011.



**Figura 7** Mapa com a divisão dos distritos de Suzano.  
Desenho: Michele de Sá Vieira – 2011.  
Fonte: Mapa (T-1, áreas verdes, distritos e recursos hídricos) da PMS – 2008.

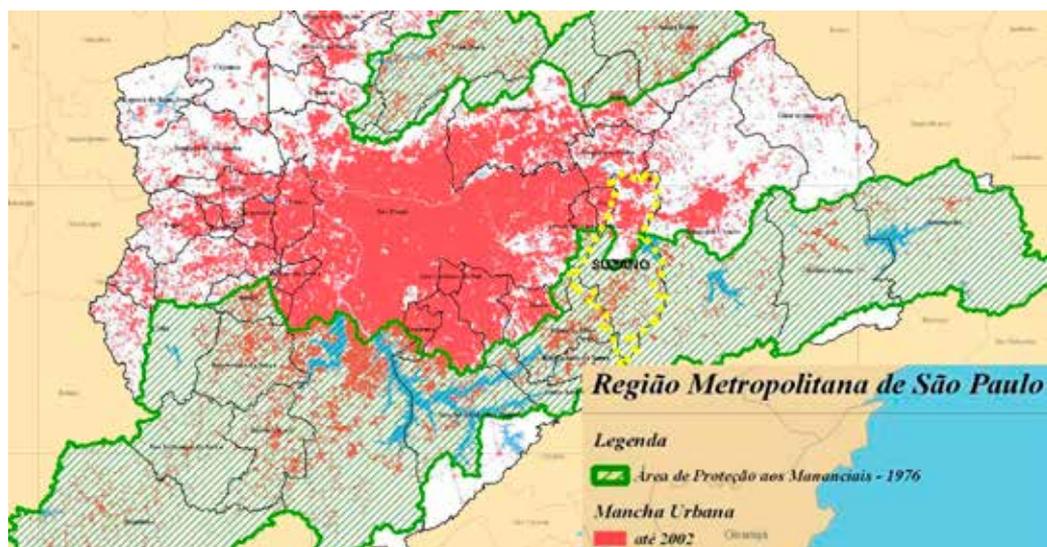
No que se refere à contextualização regional, o território municipal de Suzano, situado dentro da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras, está em área de domínio de mata atlântica, contendo uma porção de várzea do rio Tietê bastante intacta no lado norte e possuindo 73% de seu espaço inserido em Área de Proteção dos Mananciais (APM) da metrópole paulistana.



**Figura 8** Mapa com a delimitação da APM e a localização da várzea do rio Tietê.

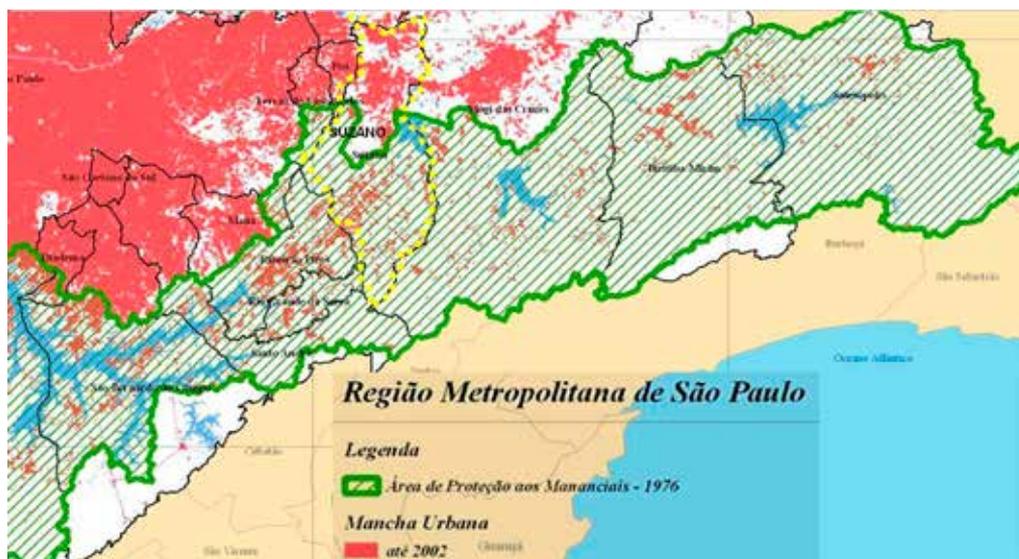
Desenho: Michele de Sá Vieira – 2012.

Fonte: Mapas do Plano de Bacia do Alto Tietê e Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA (EMPLASA) – 2002.



**Figura 9** RMSP – Setor Leste: APM e mancha urbana até 2002. Em Suzano, as ocupações que se deram nesta área, protegida por legislação estadual, causaram a destruição de diversos sistemas hídricos e fragmentos florestais.

Fonte: EMLASA – 2002. Sem escala.



**Figura 10** RMSP – Setor Leste. Observa-se que as ocupações urbanas na RMSP estão concentradas ao norte. No entanto, apesar de protegida por lei, a APM localizada ao sul encontra-se bastante ocupada, processada e remodelada pela população.  
 Fonte: EMPLASA – 2002. Sem escala.

Paisagisticamente, caracteriza-se por possuir intensa vegetação natural por todo o território, com grandes fragmentos florestais naturais ainda bem conservados, meandros e vegetação preservados – especificamente ao longo da várzea do Tietê –, muitas áreas de agricultura, além da represa de Taiacupeba, responsável pelo abastecimento de água do município.

O território se insere na Bacia do Alto Tietê e está subdividido em cinco sub-bacias. As Bacias Tietê Cabeceiras, Billings-Tamanduateí, Juqueri-Cantareira, Cotia-Guarapiranga e Pinheiros-Pirapora o compõem.

A Bacia Hidrográfica do Alto Tietê está sob a gestão do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT), instalado em 1994, mas com funcionamento efetivo a partir de 1997. Esta unidade de gerenciamento, dos 39 territórios que compõem a RMSP<sup>2</sup>, é composta por 34 municípios da bacia.

A Sub-Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras está sob a gestão do Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras (SCBH-ATC), “[...] um órgão colegiado, descentralizado, de caráter consultivo e deliberativo, vinculado ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT), criado pela Lei nº 7663, de 30 de dezembro de 1991, com vistas a compatibilizar e integrar as ações em sua área de atuação, que abrange os municípios de Salesópolis, Biritiba Mirim, Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Arujá, Guarulhos e São Paulo”<sup>3</sup>.

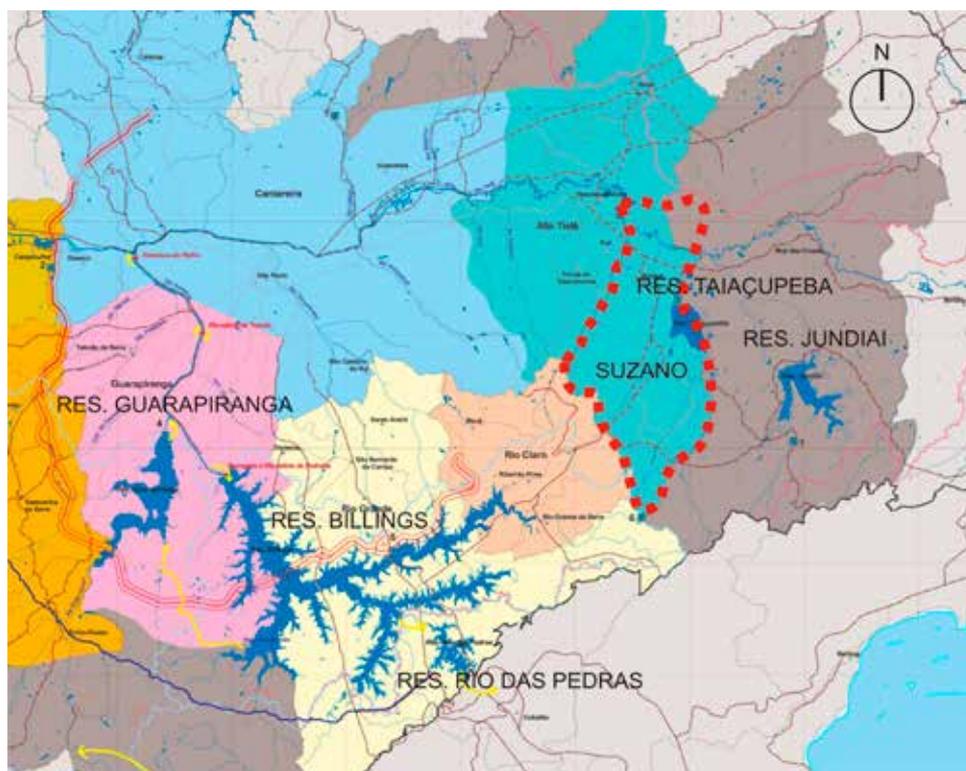
<sup>2</sup> O CBH-AT é composto de plenário, diretoria com presidente, vice-presidente e secretaria-executiva, além de estruturar-se em cinco subcomitês e câmaras técnicas.

<sup>3</sup> Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras (SBH – ATC). Disponível em: <<http://www.tietecabeceiras.com.br/institucional/sobre-o-sub-comite>>. Acesso em: 16 de jan. 2012.



A região do Alto Tietê Cabeceiras possui importantes reservatórios de água, colaborando com o abastecimento da RMSP em função da alta produção com relação ao recurso hídrico. O Sistema do Alto Tietê Cabeceiras (SPAT) é composto pelas represas Ponte Nova, Jundiá, Taiacupeba, Biritiba-Mirim e Paraitinga, localizadas próximas às cabeceiras do rio Tietê, na região dos municípios de Salesópolis, Biritiba-Mirim, Mogi das Cruzes e Suzano.

Os cinco reservatórios são interconectados por túneis, canais e sistemas de bombeamento. Na imagem abaixo, destacam-se os reservatórios de Taiacupeba e Jundiá, situados respectivamente em Suzano e Mogi das Cruzes.



**Figura 13** SPAT, ou simplesmente Sistema Alto Tietê, é um dos sistemas administrados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) destinado à captação, ao armazenamento e tratamento de água para a Grande São Paulo.

Fonte: Secretaria do Estado do Meio Ambiente (SMA) – 2000. Alterada pela PMS em 2008.

Outras características importantes perpassam pelo território. Além de abrigar parte do SPAT, Suzano contém parte da APA da várzea do rio Tietê, parte da várzea do rio Guaió, atividades voltadas à agricultura e à indústria, além de diversos espaços livres públicos qualificados como praças, dentre outros<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Os dados referentes à indústria e à várzea do rio Guaió encontram-se desenvolvidos, respectivamente, nas unidades de paisagens 05 e 06.

## APA DA VÁRZEA DO RIO TIETÊ

Ao longo dos anos, esta área tem sofrido variadas pressões antrópicas, como o descarte de resíduos, o assoreamento do leito do rio e a especulação imobiliária. Apesar das situações adversas, a várzea do rio Tietê possui fragmentos de Mata Ciliar e planícies de alagamentos originais preservados ao longo de um percurso com 13.500 m de extensão, com zonas de vida silvestre e meandros intactos, diferentemente de muitos municípios que compõem a várzea do Tietê.



**Figuras 14 e 15** Suzano: Distrito de Boa Vista. Várzea do Tietê com fragmentos e meandros bastante preservados. Fonte: Wanderley Costa. PMS – 2009.

No território de Suzano, a APA encontra-se localizada em dois distritos: Boa Vista e Central.

Ao norte, dentro do distrito de Boa Vista, a APA:

- é limitada pelo loteamento do Serviço Social do Comércio (SESC), onde se encontra o parque Mirante do Tietê;
- contém parte das Glebas 4, 5 e 7, que compõem o loteamento Cidade Miguel Badra;
- é vizinha dos loteamentos Cidade Miguel Badra (Gleba 3), Jardim Revista, Jardim Alterópolis, Jardim Gardênia Azul, Jardim Margareth, Jardim Carla e Meu Sossego.

Já ao sul, dentro do distrito Central, a APA:

- encontra-se limitada pelo loteamento Vila Maria de Maggi;
- contém parte dos loteamentos Parque Maria Helena e Vila Maluf;
- está lindeira aos loteamentos Vila Amorim, Jardim Belém, Jardim Miriam, Jardim Bela Vista e Jardim Leymar.

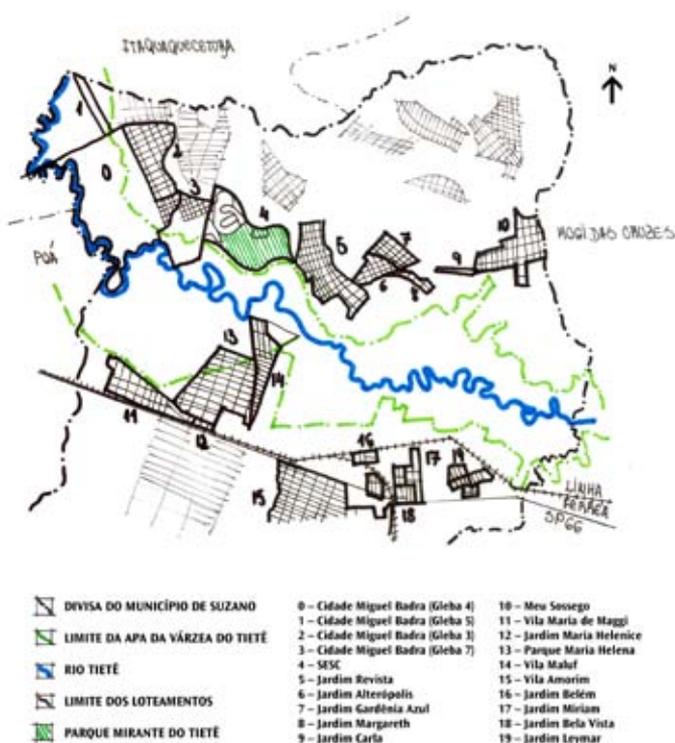
Por reconhecer a potencialidade vinculada à várzea do Tietê, a principal ação pública de caráter nitidamente metropolitano, prevista para os próximos anos, trata da

implantação do projeto Parque Várzeas do Tietê – para que este espaço se volte para a população, passando a fazer parte do seu cotidiano no que se refere às atividades vinculadas à educação ambiental, ao esporte e ao lazer.

Como o projeto do Parque Ecológico do Tietê foi feito em 1976, com implantação parcial datada de 1980, o que se verifica é que esta ação pública estadual, que inicialmente transformou a várzea em APA no ano de 2010, a transforma em Parque Várzeas do Tietê<sup>5</sup>.

A retomada do projeto pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), apresentou-se, em 2009, como uma oportuna medida no que se refere ao resgate ambiental deste espaço, podendo ser entendida claramente como uma iniciativa interligada às eleições presidenciais de 2010, uma vez que o ex-governador do Estado foi candidato à Presidência da República.

De qualquer forma, a proposta é uma oportunidade de garantir a preservação de amplas porções da várzea do Tietê como atenuante às enchentes que periodicamente castigam a metrópole, causando perdas de toda ordem.



**Figura 16** Mapa demonstrando a localização da APA da várzea do rio Tietê, bem como dos loteamentos próximos aos seus limites.

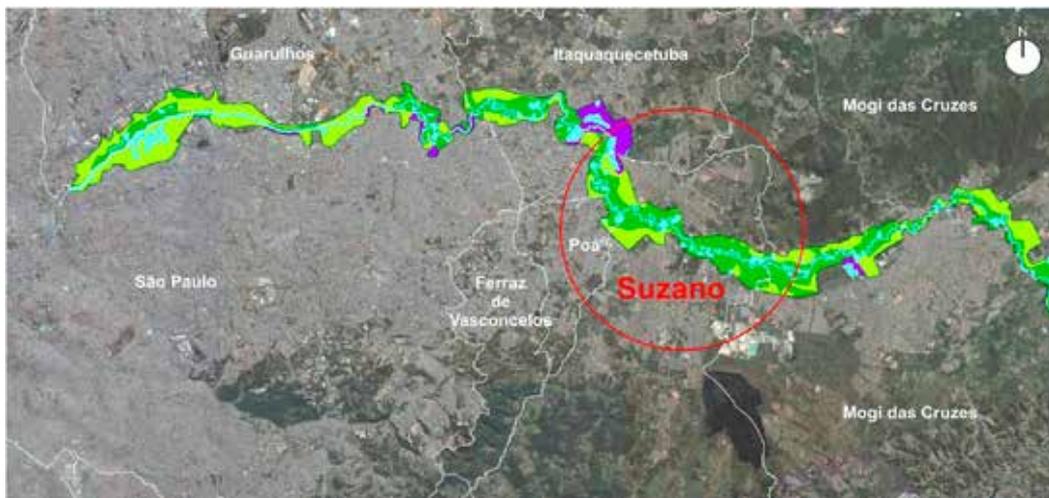
Desenho: Michele de Sá Vieira – 2012.

Fonte: Mapa T-5 do plano diretor de macrodrenagem da PMS – 2008.

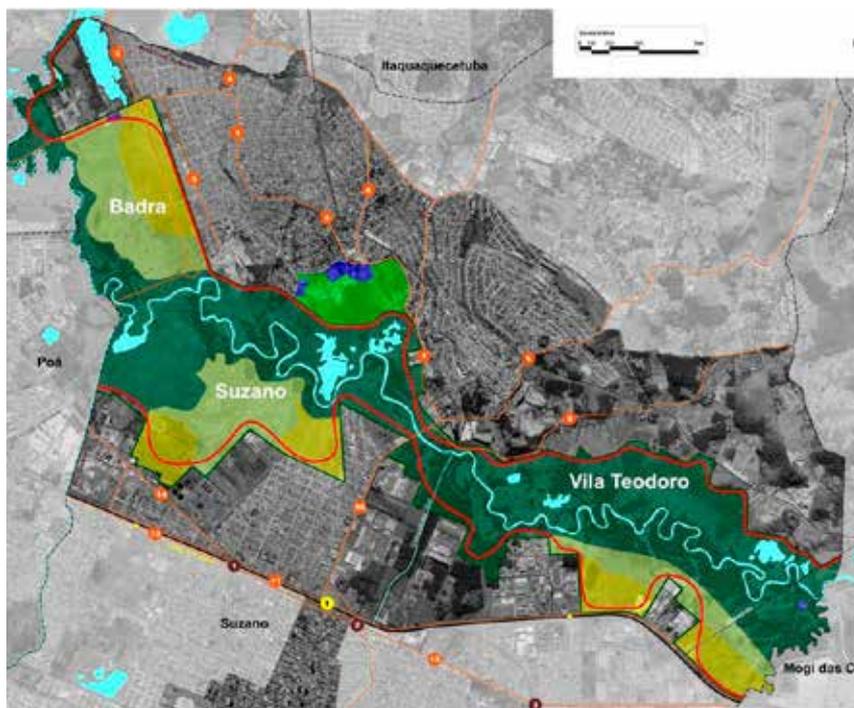
<sup>5</sup> Em 1982 foi inaugurado, pelo Governo do Estado de São Paulo, o Parque Ecológico do Tietê, mas não implantado em sua totalidade. Somente dois trechos foram implantados: o de São Paulo (Barragem da Penha) até o município de Guarulhos e de Tamboré em Barueri.



**Figura 17** Proposta de localização para o futuro parque Várzeas do Tietê – Trecho Salesópolis a São Paulo. O Parque Várzeas do Tietê, idealizado pelo arquiteto Ruy Ohtake em 1976, contempla todo o Alto Tietê Cabeceiras. Trata-se de equipamento de porte regional, envolvendo 10 municípios, com o objetivo de preservar as várzeas do rio Tietê.  
Fonte: Escritório Ruy Ohtake – 2008.



**Figura 18** Proposta para o Parque Várzeas do Tietê – Trecho Suzano. Propõe uma intervenção urbano-ambiental que contempla desde o município de Salesópolis até a Barragem da Penha, com extensão de 50 km e condições para abranger mais de 1.500 hectares de área pública, surgindo como elemento organizador da paisagem e do crescimento urbano.  
Fonte: Escritório Ruy Ohtake – 2008.



**Figura 19** Para Suzano está prevista a construção de três núcleos de lazer, com programas específicos, localizados junto aos loteamentos Miguel Badra, Parque Maria Helena e outro local a ser definido.  
Fonte: Escritório Ruy Ohtake – 2008.



**Figura 20** Proposta para o Parque Várzeas do Tietê em Suzano.  
O espaço, após a implantação do projeto, terá características de um parque urbano onde a população poderá usufruir da faixa aberta que integra os equipamentos de uso social com a vegetação e a água. O parque será contemplado não somente com equipamentos de lazer, mas também com projetos de revegetação arbórea, capazes de restabelecer o ecossistema, hoje parcialmente degradado por ações antrópicas.  
Fonte: Escritório Ruy Ohtake – 2008. Sem escala.

Entende-se que, em função de o município apresentar carências no que se refere às áreas de esporte, lazer e recreação, a várzea poderá ser incorporada ao sistema de espaços livres públicos do território, propiciando nova configuração para a paisagem no que se refere às atividades sociais, através da implementação de equipamentos de lazer, cultura, recreação e contemplação, mas também em função de esta ação ter a capacidade de possibilitar futuras conexões ecológicas e ambientais com outros elementos do município, como o parque Mirante do Tietê, que está ao seu lado.

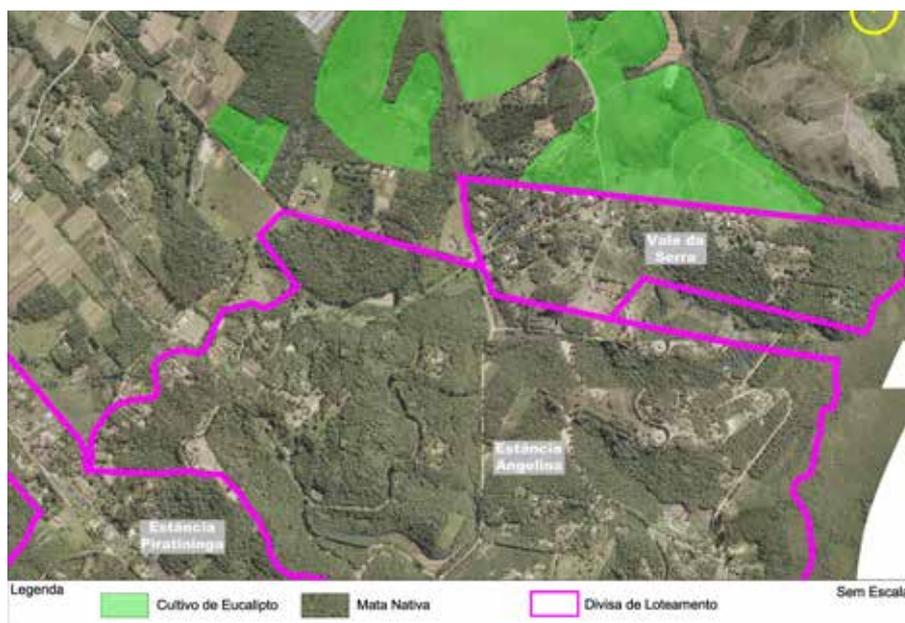
No entanto, apesar de apresentar todo este potencial metropolitano, é importante analisar que o projeto, por ser de alçada estadual, vai depender de políticas futuras, (2012 em diante) a serem trabalhadas de forma compartilhada entre o governo municipal e o estadual no que se refere à sua implementação e manutenção.

## AGRICULTURA

Atividade que ocupa extensos territórios do município, dado ao fato de existirem condições ideais para o seu desenvolvimento, como a alta disponibilidade de água, necessária ao cultivo das hortaliças, bem como solo fértil.



**Figura 21** Suzano: Distrito de Palmeiras. Presença da vegetação nativa junto à agricultura nas margens da rodovia Índio Tibiricá. Percebe-se que nesta região do território parte da vegetação nativa foi suprimida para que se pudesse implementar a agricultura.  
Imagem elaborada por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.  
Fonte: PMS – 2008.



**Figura 22** Loteamentos Vale da Serra, Estância Angelina e Estância Piratininga. Apresentam sistema viário sinuoso com ocupações encravadas no meio da vegetação de mata nativa. A agricultura também se faz presente no Distrito de Palmeiras, que, juntamente com os eucaliptos e as ocupações, acaba por contribuir com a diminuição dos fragmentos de mata nativa.

Imagem elaborada por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.

Fonte: PMS – 2008.

## ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Quanto aos espaços livres públicos urbanos, existem no território com diferentes dimensões, qualificações estéticas funcionais, localizações e características, podendo ser configurados por calçadas, vias, praças, parques.

○ que se compreende é que em Suzano os espaços livres públicos:

[...] podem servir tanto para as organizações de usos e fluxos como podem ser simples ajardinamentos. Há aqueles que melhoram a condição de vida da comunidade; aqueles que mudam a maneira como os lugares são usados e percebidos; e que podem, por isso, levar a outras transformações<sup>6</sup>.

Para tanto, seguem exemplos de ações produzidas para:

- a) organização de usos e fluxos e mudança da maneira como os lugares são percebidos;

<sup>6</sup> SAKATA, Francine Gramacho M. **Paisagismo urbano**: requalificação e criação de imagens. São Paulo: Edusp, 2011, p. 48.



**Figura 23** Suzano. Rotatória junto à avenida Governador Mário Covas Junior (Marginal do Una). Tinha como função somente organizar o trânsito.  
Fonte: PMS – 2008.



**Figura 24** Suzano. Esta rotatória é um exemplo de como um espaço livre em Suzano pode mudar a maneira como um local pode ser percebido. Anteriormente, a rotatória junto à avenida Governador Mário Covas Junior (Marginal do Una) tinha como função somente organizar o trânsito. A partir de novas ações que se deram sobre ela, este espaço passou a guardar uma escultura elaborada pela artista plástica Tomie Ohtake, em comemoração ao centenário da imigração japonesa no Brasil, assumindo um novo significado urbano e transformando-se em marco referencial da cidade.  
Fonte: Arquivo Meng Tsai – 2008.

b) organizar a totalidade do espaço urbano e mudar seu uso;



Figura 25 A



Figura 25 B



Figura 25 C



Figura 25 D



Figura 25 E

**Figuras 25 A, B, C, D e E.**  
Suzano. Praça Cidade das Flores: exemplo de significados estruturais, considerando-se que o espaço preexistente era utilizado como estacionamento. Neste momento o local atende a atividades voltadas ao lazer e à recreação.  
Fonte: Wanderley Costa. PMS – 2008.



**Figura 26** Suzano. A praça Cidade das Flores estimula atividades vinculadas ao convívio público e possui a capacidade de estabelecer troca de experiências, vivências, sonhos e ansiedades da sociedade, através de atividades de todos os tipos, como a “Roda de Todos os Santos”.  
Fonte: Wanderley Costa. PMS – 2011.

## A APLICAÇÃO DO MÉTODO E A GESTÃO PÚBLICA

Por vezes, no cotidiano da administração pública municipal, atores sociais (como os chefes do executivo e legislativo, secretários, vereadores, associações de bairros, cidadãos, instituições de classes, autarquias, organizações não governamentais, dentre outros), solicitam o desenvolvimento de planos e projetos com o intuito de obter recursos para atender a determinadas solicitações.

Algumas vezes, estas visam beneficiar grande parte da população, com políticas públicas que realmente contemplam o território, trazendo qualidade de vida para os municípios. Por outro lado, há aquelas que buscam atender interesses específicos, com fins eleitoreiros, através de políticas pontuais que privilegiam uma parcela restrita.

Dessa forma, a criação de um método de análise a partir das unidades de paisagem contribui para reflexões: parcial do território, através do estudo de cada unidade; geral, ao consideramos a síntese de todas as unidades de paisagem; comparativa, em função de similaridades e diferenças.

A partir dessa análise, é possível embasar a tomada de decisões com relação aos investimentos a serem destinados ao município pelo poder público, sob um viés ou vários, dado ao fato de o estudo apontar onde se encontram:

- os conflitos e fragilidades, a exemplo dos temas ambientais a serem resolvidos, administrados e superados;
- as potencialidades que podem ser valorizadas e ressaltadas, tais como as paisagens naturais;
- os investimentos já realizados e quais áreas e locais ainda precisam receber maiores investimentos;
- as unidades de paisagem que necessitam receber maior investimento, bem como as que foram amplamente atendidas pelo poder público;
- a quantificação das obras e áreas que tiveram os maiores investimentos, tais como transporte, educação, saúde, planejamento urbano, meio ambiente, desenvolvimento econômico;
- os dados significativos do território a serem considerados, dialogados e expostos estrategicamente junto com a sociedade, dando as informações necessárias para que possa cobrar os devidos investimentos.

Com isto, resguarda-se o controle dos cenários futuros no que se refere à solução de problemas, minimização de conflitos, ampliação e valorização de determinadas características, como as naturais, além da organização das ações das políticas que resultariam na contribuição do aumento da qualidade de vida, que se expressa através da distribuição equilibrada da renda, acesso à habitação adequada, à mobilidade, educação, cultura e conservação da natureza.

Visando conhecer Suzano, o critério de análise utilizou-se da subdivisão do município em 10 unidades de paisagens que possuem formas orgânicas, bem como tamanhos

distintos, delimitadas em função da concentração significativa de determinadas características ao longo da extensão territorial, tais como: relevo, densidade dos loteamentos ocupados, concentração das indústrias, localização das plantações de hortigranjeiros e das chácaras e também dos fragmentos de mata nativa, capoeiras, campos, eucalipto, presença de vegetação de várzea, existência da APA da várzea do rio Tietê, grandes áreas de interesse ecológico, ambiental e paisagístico, existência das ocupações urbanas com bom padrão de urbanização (ou não) – como sistema viário, iluminação, saneamento, espaços livres.

Foram utilizados: Mapa do Uso e Ocupação do Solo da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA (EMPLASA), imagem aerofotogramétrica da Prefeitura Municipal de Suzano (PMS), bem como do Google Maps, além de fotos aéreas de determinados espaços do município, que permitem ao leitor apropriar-se de locais específicos das unidades de paisagem.

Dessa forma, o artigo, que inicialmente aponta a subdivisão das unidades de paisagem nos mapas do Google Maps e uso e ocupação do solo para todo o território, em um segundo momento apresenta as 10 unidades de paisagem em escala maior, permitindo o aprofundamento em relação a características, conflitos e cenários futuros possíveis.

## UNIDADES DE PAISAGEM



**Figura 27** Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2011.  
Fonte: Google. Acesso em: dez. 2011.

## UNIDADES DE PAISAGEM: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

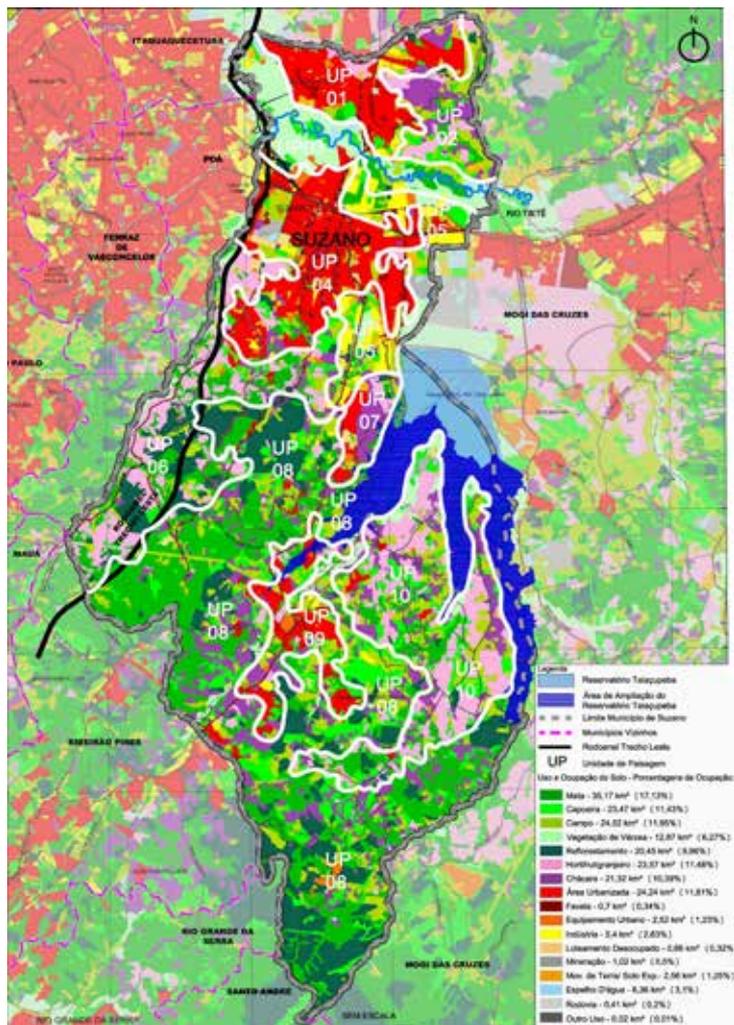


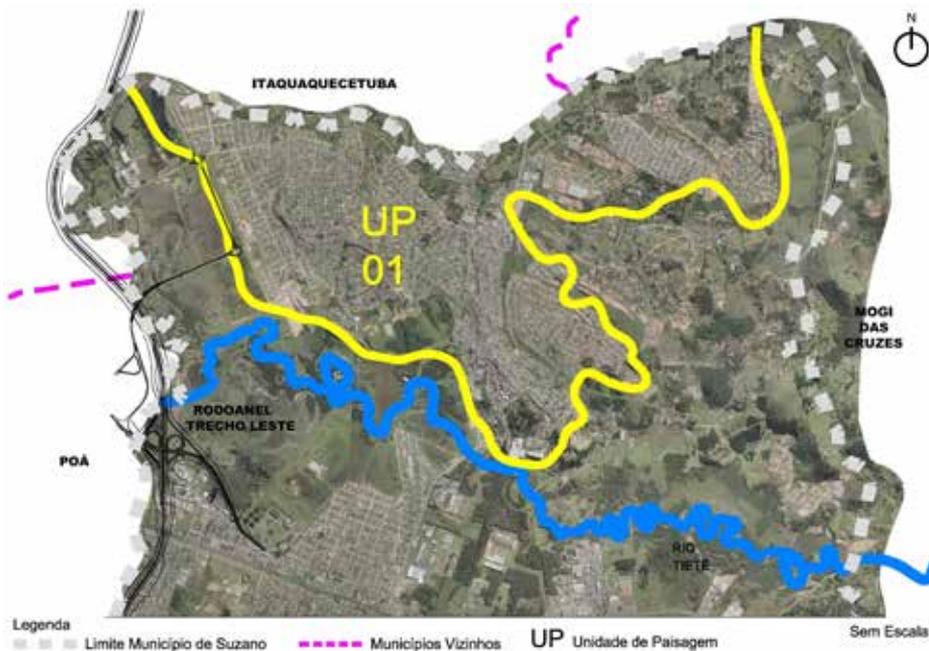
Figura 28 Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2011. Fonte: Mapa do Uso e Ocupação do Solo da EMLPLASA – 2006.

## 2 UNIDADES DE PAISAGENS

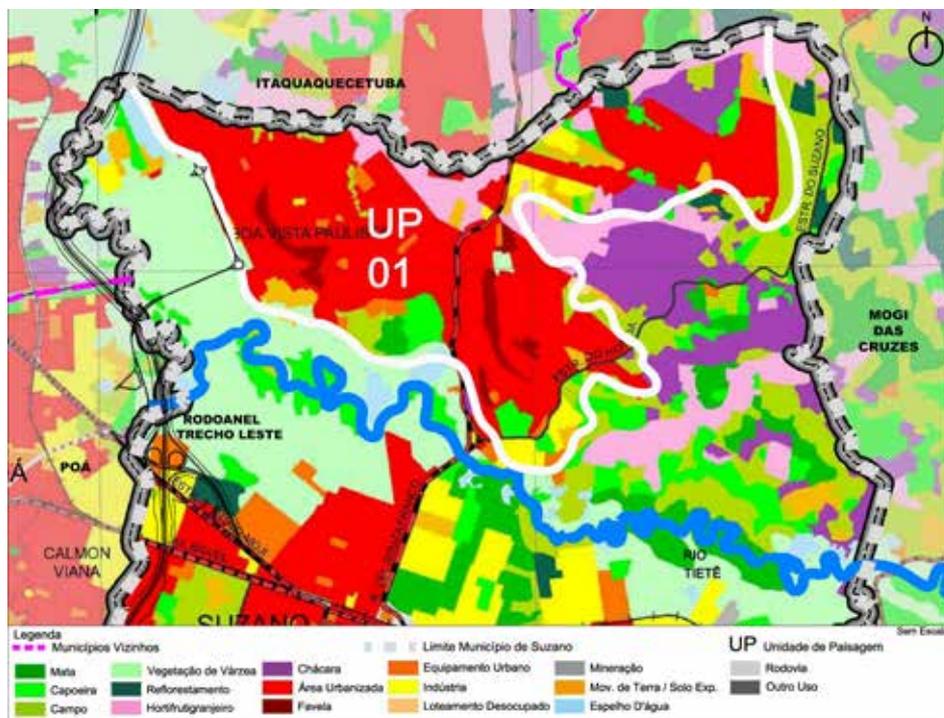
### UNIDADE DE PAISAGEM 01

#### CARACTERÍSTICAS

Possui urbanização consolidada e alta multiplicidade de usos. Implantada em parte sobre relevo plano, mas também inclinado, tem como característica principal, no que se refere ao uso e ocupação do solo, a existência de muitos loteamentos altamente ocupados – sendo que parte deles está dentro da várzea do Tietê – além de baixa concentração de indústrias, plantações de hortifrutigranjeiros, chácaras, fragmento de mata nativa, capoeiras e campos. Com relação aos espaços livres, possui parque e praças não urbanizados.



**Figura 29** Suzano. Unidade de Paisagem 01.  
 Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.  
 Fonte: Mapa aerofotogramétrico da PMS – 2008.



**Figura 30** Suzano. Unidade de Paisagem 01.  
 Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.  
 Fonte: Mapa do Uso e Ocupação do Solo da EMLASA – 2006.



**Figura 31** Suzano. Unidade de Paisagem 01. Loteamento Cidade Miguel Badra (Glebas 2, 3, 5 e 6). Implantado próximo à rodovia Ayrton Senna, sobre relevo praticamente plano, está altamente adensado por ocupações de baixa qualidade que se inserem ao lado e também dentro da APA da várzea do Tietê. A cidade, apesar de estar em um território com grande potencial para o lazer, pelos recursos que este possui em termos ambientais e paisagísticos – no caso, pelos estoques significativos de matas e pelas águas, represa, rios e riachos ainda limpos – não tem aproveitado tal potencial para a melhoria ou incremento de seu sistema de espaços livres e de sua paisagem urbana em geral, sendo estes praticamente ignorados. Imagem elaborada por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012. Fonte: PMS – 2008.

## CONFLITOS

A urbanização local, expressa por intenso adensamento populacional, com paisagens altamente antropizadas e ocupações irregulares em arruamentos geralmente não malfeitos, com excessiva ocupação dos lotes, ausência de calçamento e escassez de espaços livres públicos tratados e privados que, em parte, estão em áreas de várzea expressas por baixíssima qualidade estética e urbanística, causa um conflito latente e promove fortes e agressivas transformações no suporte físico e erradicação total ou parcial de vegetação.

Existem ainda conflitos relacionados à ausência da convivência da sociedade com um dos espaços livres mais significativos do território, a várzea do Tietê, às constantes movimentações de terra, permitindo a exposição do solo, além das queimadas que acontecem no parque Mirante do Tietê, provocadas muitas vezes pela própria população que vive em seu entorno.

## CENÁRIOS FUTUROS POSSÍVEIS

No que se refere aos cenários futuros possíveis positivos, a proximidade das ocupações junto à várzea do Tietê pode possibilitar ampla convivência da população com esta área

a partir da implementação do parque Várzeas do Tietê, sem dúvida, uma das grandes oportunidades existentes no território com relação aos espaços livres.

Apesar dos inúmeros conflitos existentes, esta unidade de paisagem possui qualidades para se desenvolver de forma a ter seus espaços transformados positivamente no que se refere aos aspectos urbanísticos e ambientais.

Uma das oportunidades está vinculada aos canteiros centrais de algumas ruas, como a Edmilson Rodrigues Marcelino, que, em função das suas amplas extensões, podem ser transformados em ciclovias, além de abrigar espaços de lazer, bem-estar e arborização urbana.

Outras áreas existem com potencial para o uso público, como o rico sistema hídrico capaz de abrigar parques lineares, a exemplo do córrego Jaguari e as áreas de praças, que, se forem tratadas, poderão atender as demandas da população e compor o sistema de espaços livres públicos.

O parque Mirante do Tietê, mais um grande potencial existente nesta unidade de paisagem, apesar de não possuir característica alguma voltada às atividades de parque, pode tornar-se uma excelente opção, pois contém amplas áreas, que podem ser destinadas à instalação de equipamentos, vegetação nativa e proximidade com a várzea do Tietê.

No entanto, ainda que este parque se apresente como um grande cenário futuro positivo, seu solo está bastante degradado, já que abriga intensa quantidade de resíduos da construção civil. A tendência é que este volume se amplie, dado ao fato de o local possuir extensas áreas com capacidade para receber um número maior de materiais desta natureza.

A consolidação das ocupações irregulares é outro fato presente nesta unidade, pois, em função de sua extensão e conformação, acabam por se tornar espaços suscetíveis à invasão para a construção de locais precários de moradia pela população de baixa renda, impossibilitada de alugar ou adquirir propriedades regulares, ocupando as áreas de maneira inadequada.

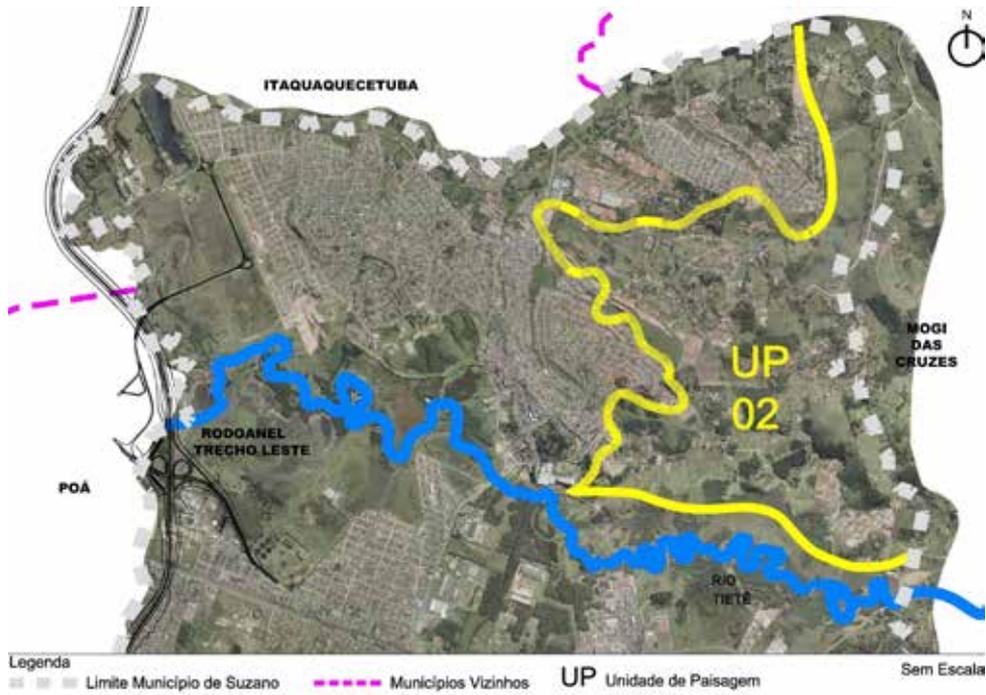
## **UNIDADE DE PAISAGEM 02**

### ***CARACTERÍSTICAS***

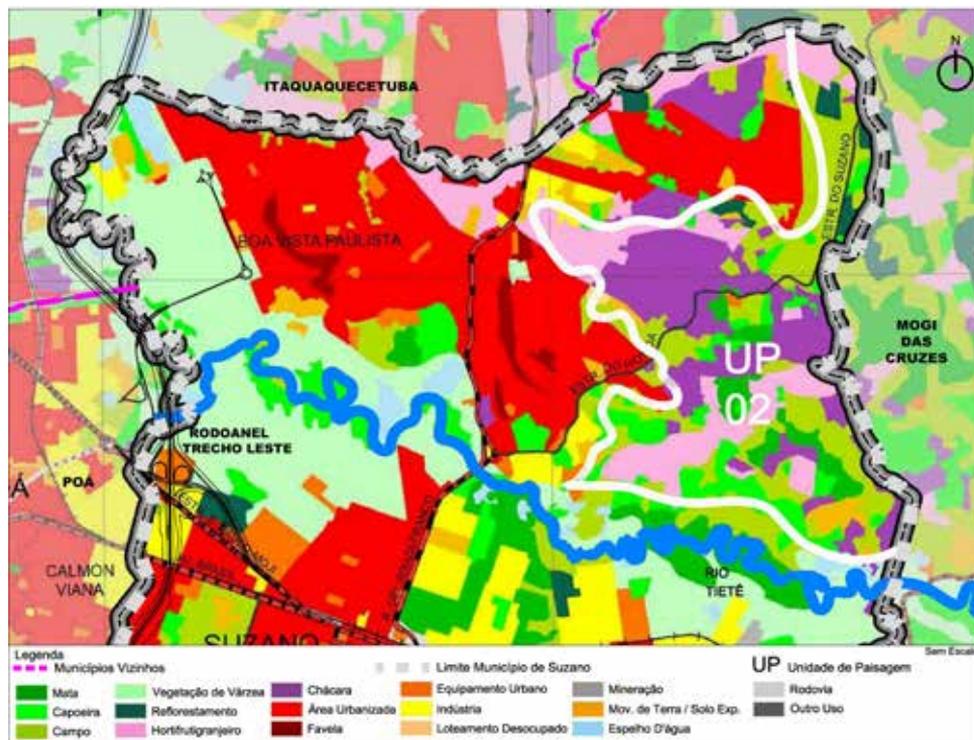
Possui urbanização incipiente, amplas e extensas propriedades de chácaras e hortifrutigranjeiros cercadas por áreas de campos, matas, capoeiras e reflorestamentos, sobre relevo em geral acidentado e que ainda apresenta alguns trechos planos. Com relação aos espaços livres públicos, possui praças não urbanizadas; faz fronteira com a APA da várzea do rio Tietê; contém parte da serra do Itapety e não possui parques.

### **CONFLITOS**

Assim como na Unidade de Paisagem 01, esta também possui movimentação de terra com solo exposto e exploração do sistema hídrico em função das atividades vinculadas à agricultura, e baixa qualidade em relação aos aspectos urbanísticos.



**Figura 32** Suzano. Unidade de Paisagem 02.  
 Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.  
 Fonte: Mapa aerofotogramétrico – PMS – 2008.



**Figura 33** Suzano. Unidade de Paisagem 02.  
 Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.  
 Fonte: Mapa do Uso e Ocupação do Solo – EMPLASA – 2006.



**Figura 34** Suzano. Unidade de Paisagem 02. Nesta unidade de paisagem, que contém os loteamentos Recreio Sertãozinho, Jardim Varan e Jardim Gardênia Azul, observa-se o uso bastante diversificado do solo, através de ocupações unifamiliares precárias, unidades habitacionais, além de fragmentos de mata nativa preservados.  
Fonte: Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.  
Fonte: Mapa do Uso e Ocupação do Solo – EMPLASA – 2006.

## CONFLITOS

Assim como na Unidade de Paisagem 01, esta também possui movimentação de terra com solo exposto e exploração do sistema hídrico em função das atividades vinculadas à agricultura, e baixa qualidade em relação aos aspectos urbanísticos.

## CENÁRIOS FUTUROS POSSÍVEIS

Como cenário futuro positivo, há a possibilidade de esta unidade estabelecer duas conexões com vegetação nativa através de corredores ecológicos: uma com a serra do Itapety, localizada no município de Mogi das Cruzes, e a outra com a várzea do rio Tietê.

A conexão com a serra do Itapety pode ser facilitada em função de dois aspectos:

- pelo fato de a serra estar bastante próxima do município de Suzano;
- em função de este território possuir, na Unidade de Paisagem 02, muitas áreas de campo e capoeira que podem ser reflorestadas, constituindo-se, portanto, em corredores ecológicos com capacidade de promover conexões com a serra.

Já com a várzea do Tietê a possibilidade se dá em razão:

- da proximidade com a própria várzea;

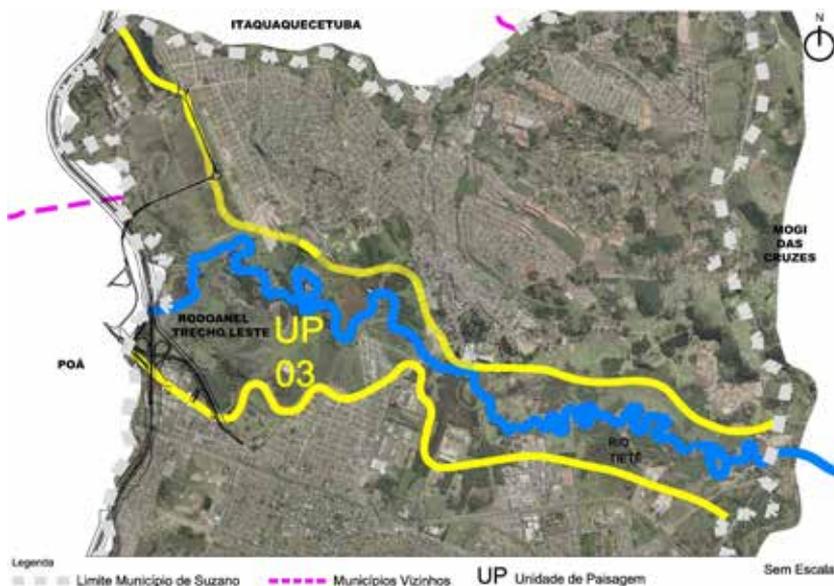
- dos inúmeros fragmentos existentes tanto na várzea, quanto na Unidade de Paisagem 02.

Como cenário futuro negativo, a consolidação das ocupações irregulares é uma questão presente nesta unidade, assim como na unidade anterior, em função do preço da terra ser conveniente à população que apresenta baixa renda.

## UNIDADE DE PAISAGEM 03

### CARACTERÍSTICAS

É constituída em 2012 pela APA da várzea do rio Tietê. Instalada em relevo plano, possui urbanização incipiente, alto potencial estético e, embora esteja parcialmente antropizada, em função da concentração de indústrias e demais ocupações, trata-se de uma área com expressivo interesse ecológico, ambiental e paisagístico, possuindo meandros e fragmentos de mata ao longo do rio bem preservados, além de extensas áreas cobertas por campo e capoeira.



**Figura 35** Suzano. Unidade de Paisagem 03.

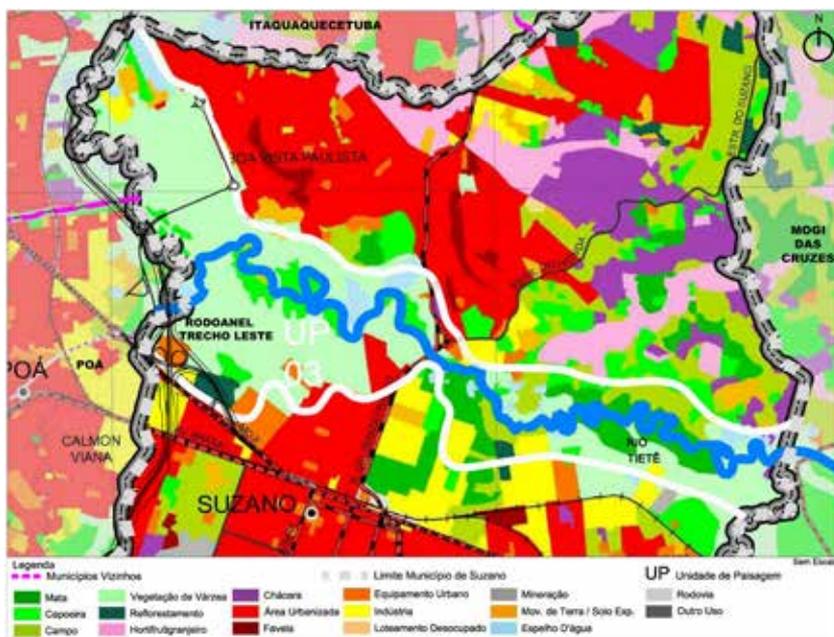
Fonte: Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.

Fonte: Mapa aerofotogramétrico da PMS – 2008.

## CONFLITOS

Ainda que esta unidade de paisagem possua intenso potencial paisagístico, ambiental e ecológico, nela estão assentados equipamentos industriais e o Centro de Detenção Provisória (CDP), além de outras atividades já licenciadas com previsão de exploração, vinculadas à extração mineral com concessão de lavra, argila e cascalho.

Dentre todas as ações conflitantes existentes nesta unidade, a mais significativa refere-se ao fato de alguns loteamentos, como a Vila Maluf, se situarem sobre a área da várzea, sofrendo várias inundações.



**Figura 36** Suzano. Unidade de Paisagem 03.

Fonte: Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.

Fonte: Mapa do Uso e Ocupação do Solo – EMLASA – 2006.



**Figura 37** Suzano. Unidade de Paisagem 03. A beleza cênica da APA da várzea do Tietê é evidente. No entanto, ações antrópicas como a instalação do Centro de Detenção Provisória (CDP) comprometem a estética da paisagem, bem como a integridade física do ambiente.

Imagem organizada por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.

Fonte: PMS – 2008.

## CENÁRIOS FUTUROS POSSÍVEIS

A implantação do parque Várzeas do Tietê, com alto potencial cênico, prevista pelo governo do Estado é, sem dúvida, o grande cenário futuro positivo a ser efetivado. Caso realmente aconteça, esta iniciativa, além de definir o uso adequado do espaço, vai oferecer possibilidades de convivência da população com a paisagem desta unidade.

Como cenário negativo observa-se que, caso o parque Várzeas não seja implantado, a tendência é que ocorra a extinção dos fragmentos de mata nativa em função das constantes ações antrópicas. Além disso, a ampliação total ou parcial de empreendimentos vinculados à indústria, a serem construídos, contribuirão significativamente para a ampliação da impermeabilização do solo.

Com relação às águas, a não execução de medidas voltadas ao tratamento de esgotos por parte da Sabesp tende a permitir a ampliação da poluição sanitária.

Para além das questões conflitantes já instaladas, existe a previsão da implantação da alça do Rodoanel Leste, que será construída sobre a várzea do Tietê.

## UNIDADE DE PAISAGEM 04

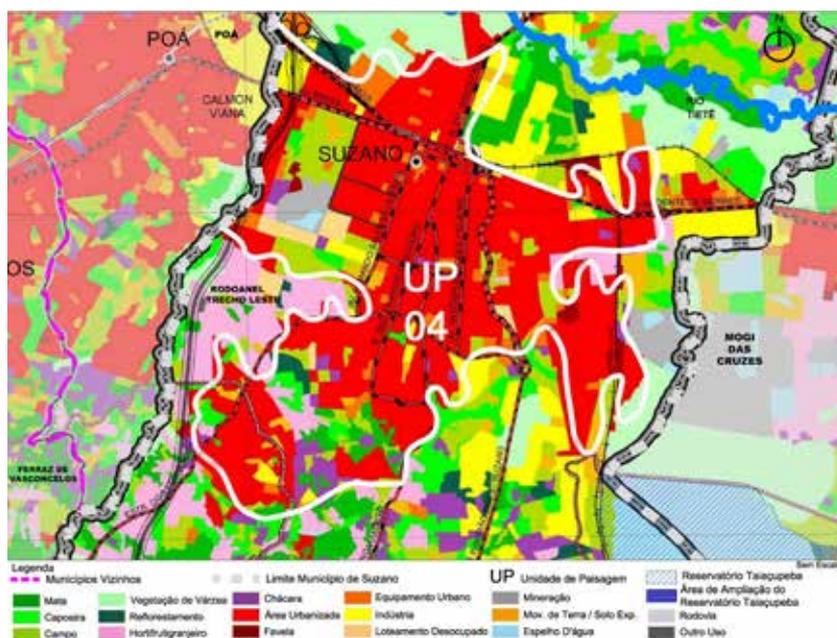
### CARACTERÍSTICAS

Possui ocupações urbanas consolidadas, situadas sobre relevo principalmente plano, servidas de infraestrutura relacionada ao saneamento básico, iluminação, pavimentação, transporte, espaços livres com usos definidos, além de equipamentos urbanos voltados à educação e saúde.

De maneira menos preponderante, no que se refere ao uso e a ocupação do solo, esta unidade de paisagem possui loteamentos desocupados, espaços destinados à indústria, áreas de campos, capoeiras, matas, chácaras e cultivo de hortifrutigranjeiros.



**Figura 38** Suzano. Unidade de Paisagem 04.  
Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.  
Fonte: Mapa aerofotogramétrico da PMS – 2008.



**Figura 39** Suzano. Unidade de Paisagem 04.  
 Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.  
 Fonte: Mapa do Uso e Ocupação do Solo EMPLASA – 2006.

## CONFLITOS

A exploração imobiliária latente sem dúvida contribuiu imensamente para os conflitos cada vez mais enfáticos ao longo dos anos nesta unidade de paisagem. Quando associamos as altas taxas de ocupação provenientes desta exploração – que geram impermeabilização do solo – ao sistema de drenagem público deficiente, temos como resultado as constantes enchentes no período de chuvas em determinados espaços desta região.

Além disso, outras questões são apontadas como conflitos:

- as calçadas inadequadas: por possuírem dimensões insuficientes, revestimentos danificados, ausência de pisos táteis que facilitem a mobilidade dos deficientes visuais, inexistência de rampas para as pessoas de mobilidade reduzida e arborização com raízes agressivas, que dificultam e até mesmo impedem o trânsito dos pedestres;
- a poluição visual das fachadas do comércio, que se encontram deterioradas devido à falta de manutenção por parte dos comerciantes, prejudicam a estética do centro comercial da cidade.

## CENÁRIOS FUTUROS POSSÍVEIS

Como potencialidade positiva, apesar de diversas calçadas possuírem dimensões reduzidas, ainda assim existem muitas possibilidades para que a arborização urbana

seja implementada na Unidade de Paisagem 04, favorecendo esteticamente os espaços e contribuindo para a regulação climática.

A Parada Tiradentes, obra implantada como projeto piloto em 2005, é um exemplo que promoveu diversas alterações que beneficiaram o espaço onde a intervenção aconteceu – no que se refere aos aspectos urbanísticos, paisagísticos e ambientais –, devido à inserção de pisos permeáveis, implementação de pisos táteis, rampas de acessibilidade, canteiro ajardinado junto às guias, inserção de espécies arbóreas e ornamentais, além de ponto de ônibus capaz de atender as demandas da população.



**Figuras 40A e 40B** Suzano. A Parada Tiradentes trouxe várias melhorias para o local. Nela o ponto de ônibus foi ampliado, o que permitiu um número maior de pessoas abrigadas. Além disso, pisos táteis foram inseridos para auxiliar os deficientes visuais.

Fonte: Prefeitura Municipal de Suzano – 2006.



**Figuras 41A e 41B** Suzano. Outros aspectos ainda foram trabalhados na Parada Tiradentes, como a inserção de canteiros, valorizando o paisagismo no local e, conseqüentemente, o embelezamento da paisagem, além de um pequeno espaço voltado ao estar, para que a população pudesse permanecer no ambiente.

Fonte: Prefeitura Municipal de Suzano – 2006.

Para que cenários futuros com qualidade urbanística e paisagística aconteçam, projetos voltados à implementação de infraestrutura verde devem estar entre os objetivos da gestão pública.

A implementação de fragmentos florestais lineares também é outra ação possível para a região, considerando-se que há áreas remanescentes nesta unidade, capazes de receber diversas espécies de arborização. Um exemplo deste tipo de local está ao longo do córrego Chico da Vargem (rio Una), que possui espaços a serem utilizados

tanto junto ao curso d'água quanto nos seus arredores, que podem ser incorporados a um grande desenho, com usos diversos, voltados ao lazer e à recreação.

A requalificação de algumas praças existentes através da inserção de novas espécies, novo mobiliário urbano e estímulo ao uso com atividades culturais, de lazer e recreação, também é uma ação possível para a potencialização dos espaços livres públicos na unidade.

Os principais eixos, como as ruas Francisco General Glicério e Benjamin Constant, oferecem oportunidades para serem fechados e transformados em calçadas capazes de conter arborização urbana, mobiliário urbano e iluminação, ou seja, ações que levem os cidadãos aos espaços externos, abertos, incentivando as atividades vinculadas ao comércio e ao lazer.



**Figura 42** Suzano. Unidade de Paisagem 04. As ruas Francisco General Glicério e Benjamin Constant possuem comércio diversificado por conterem ao longo de seu percurso inúmeros bancos, farmácias, lanchonetes, restaurantes, além de lojas de eletrodomésticos, roupas, calçados, móveis, perfumaria, materiais de construção. Em função disso, e por serem eixos que promovem importantes interligações na região central, acabam atraindo inúmeros pedestres cotidianamente.

Imagem elaborada por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.

Fonte: Prefeitura Municipal de Suzano – 2008.

Próximas ao parque Max Feffer, encontram-se as instalações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e da Universidade Piaget (UniPiaget), que vão potencializar a região como um importante polo educacional. Ambos possuem amplos espaços livres que terão quadras de esporte entre outros equipamentos. No caso da UniPiaget será incorporada, especialmente, uma lagoa – antes utilizada como cava de mineração –, além de pista de corrida, ciclovia, quiosques e intenso plantio de espécies arbóreas, incrementando o sistema de espaços livres do território.



**Figura 43** Suzano. Unidade de Paisagem 04.

A consolidação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFESP) e da Universidade Piaget (UniPiaget), já edificados e com perspectivas de ampliação, somada à potencialização do parque Max Feffer, que vem recebendo inúmeras obras – como o pavilhão de cultura afro, a concha acústica, o pavilhão de esportes, a reforma da piscina, as obras em andamento da arena multiuso e da praça de apoio ao turista – sem dúvida trazem inúmeros benefícios para esta área, que já se encontra consolidada por ocupações urbanas servidas com boa infraestrutura de transporte, saneamento, iluminação, pavimentação.

Imagem elaborada por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.

Fonte: PMS – 2008.

Como cenário futuro negativo observa-se que as inúmeras retiradas da vegetação arbórea da região central, somadas à ausência de reposição com novos indivíduos, tende a comprometer este setor no que se refere à temperatura e à estética local.

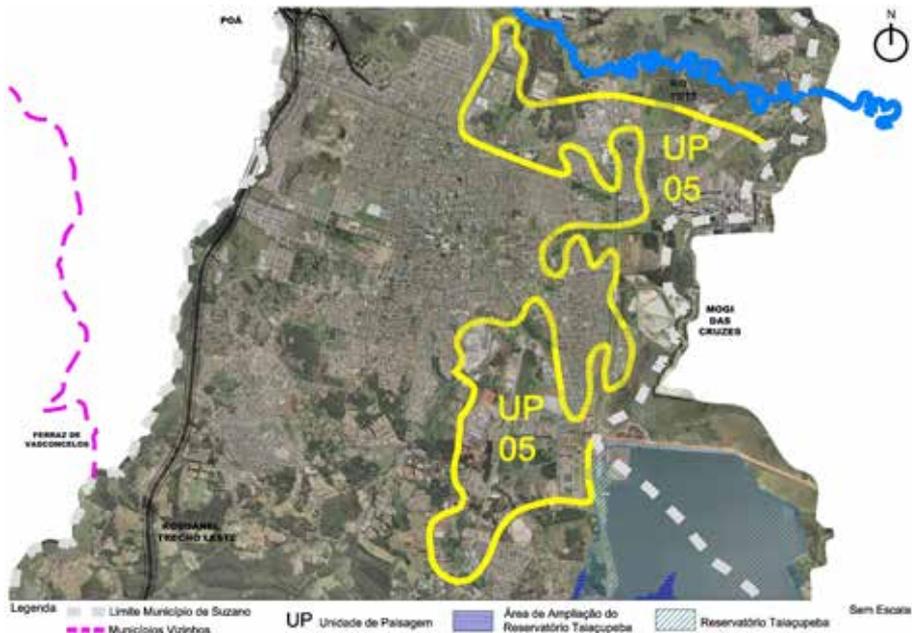
A dificuldade quanto à acessibilidade é outro fato negativo, dada à existência de calçadas estreitas, o que se soma à falta de iniciativas privadas em relação à manutenção e, por exemplo, à recuperação dos seus revestimentos.

## UNIDADE DE PAISAGEM 05

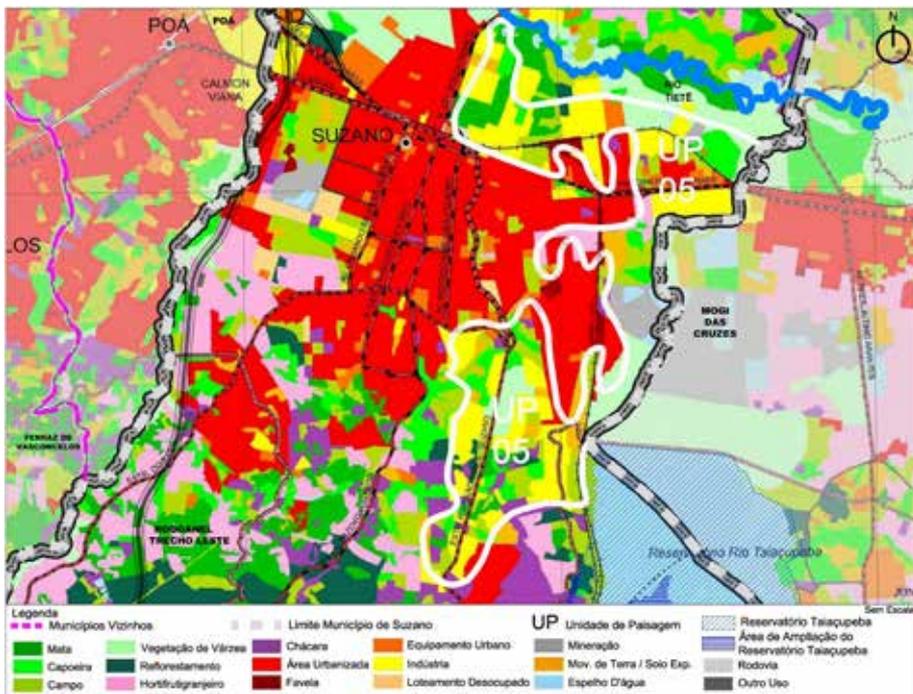
### *CARACTERÍSTICAS*

Possui urbanização consolidada, ocupada por grande área industrial assentada sobre relevo praticamente plano, abrigando importantes empresas de grande porte: Clariant S/A, Produquímica Indústria e Comércio Ltda., Agfa Graphics Brasil, Komatsu do Brasil, além da Suzano Papel e Celulose, maior empresa do município.

A vegetação é abundante nesta unidade, a qual contém áreas de várzea próximas à represa de Taiapuêba, bem como campos, capoeiras e mata nativa entremeados, próximos às ocupações industriais.



**Figura 44** Suzano. Unidade de Paisagem 05.  
 Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.  
 Fonte: Mapa aerofotogramétrico da PMS – 2008.



**Figura 45** Suzano. Unidade de Paisagem 05.  
 Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.  
 Fonte: Mapa do Uso e Ocupação do Solo – EMLASA – 2006.



**Figura 46** Suzano. Unidade de Paisagem 05. Com extenso parque industrial, a Unidade Suzano situa-se próxima ao rio Tietê, ao longo da rua Doutor Prudente de Moraes (SP 66), na divisa com o município de Mogi das Cruzes.

Imagem elaborada por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.

Fonte: PMS – 2008.

## CONFLITOS

A instalação intensa das indústrias junto à várzea do rio Tietê é, sem dúvida, o grande conflito existente nesta unidade de paisagem, pois parte das edificações estão dentro da própria APA, enquanto outras se encontram próximas.

Os diversos pontos de movimentação de terra, com solo exposto, além da extensa cava de mineração, a qual inclusive se transpõe para o município de Mogi das Cruzes – gerando alta exploração com relação aos recursos minerais –, são outros pontos conflitantes.

## CENÁRIOS FUTUROS POSSÍVEIS

A existência de capoeiras, campos e vegetação de várzea próximos à represa de Tietê, além do valor cênico do local, contribuem de maneira significativa para que este espaço possa ter seu uso destinado ao turismo, recebendo estruturas vinculadas a atividades de recreação e lazer, como os parques lineares, nos locais próximos às ocupações, e corredores ecológicos nas áreas onde as ocupações não acontecem, mas que, no entanto, oferecem a possibilidade de serem potencializadas pela vegetação. Devido ao fato de este local possuir uma beleza luxuriante, apresenta-se como um dos altos potenciais paisagísticos ambientais do território.

Como cenário futuro negativo, entende-se que, embora a várzea do Tietê seja uma das grandes potencialidades do município, o fato de abrigar indústrias, bem como a

ampliação e inserção de novos empreendimentos, com esta consolidação, a impermeabilização junto ao rio irá aumentar, podendo provocar desastres ambientais que, hoje (2012), já acontecem, como as inundações.

A expansão e a consolidação das ocupações residenciais neste local também são graves problemas, pois provocam a ampliação da impermeabilização do solo, que contribui diretamente com o aumento das inundações, considerando-se que estes assentamentos estão situados na várzea do rio Tietê.

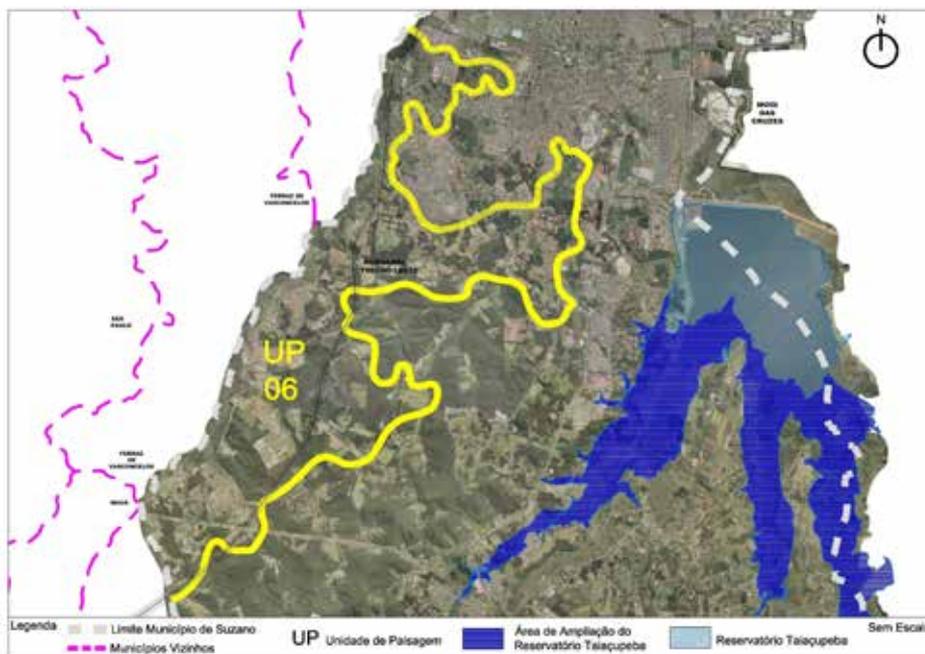
## UNIDADE DE PAISAGEM 06

### CARACTERÍSTICAS

Esta unidade de paisagem, que conterà parte do Rodoanel Leste, está instalada sobre relevo praticamente plano, caracterizando-se principalmente pelo intenso cultivo de hortifrutigranjeiros, disseminados por toda a bacia do rio Guaió, além do cultivo voltado ao reflorestamento de eucaliptos localizados ao sul desta UP. Com relação à urbanização, pode ser considerada incipiente, a exemplo das praças já instaladas.

É também um espaço de grande interesse ambiental e ecológico, em função de possuir diversos fragmentos de mata nativa, distribuídos sobre relevo um pouco mais acidentado em direção ao centro do território, e áreas de campo e capoeira, além de uma pequena quantidade de vegetação de várzea junto ao rio Guaió.

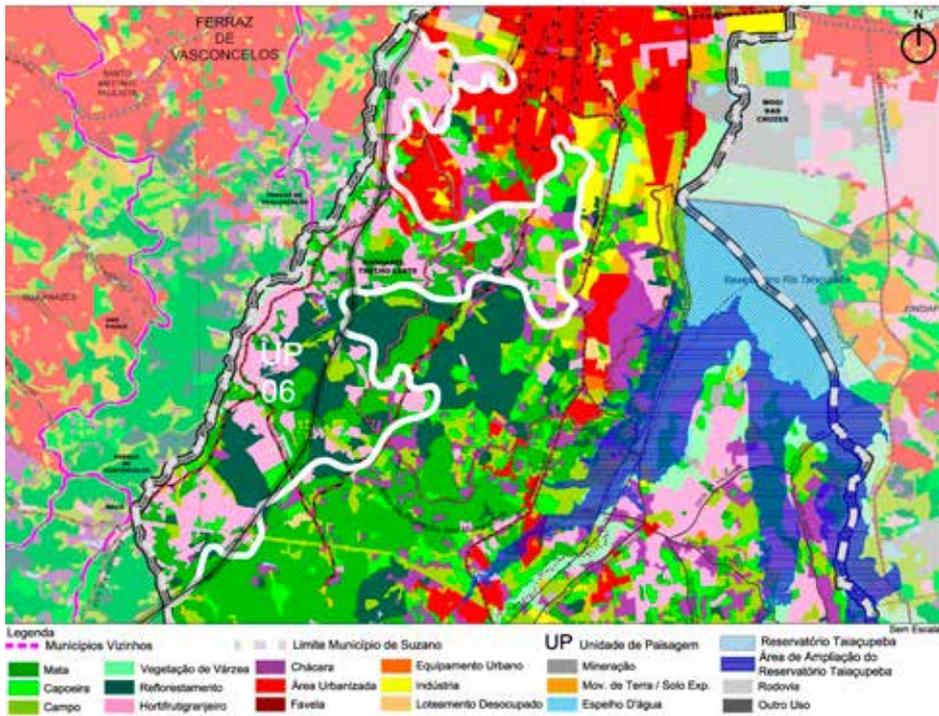
A existência de chácaras ocorre de maneira menos expressiva quando comparamos com outras partes do território, como a Unidade de Paisagem 08.



**Figura 47** Suzano. Unidade de Paisagem 06.

Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.

Fonte: Mapa aerofotogramétrico da PMS – 2008.



**Figura 48** Suzano. Unidade de Paisagem 06.  
Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.  
Fonte: Mapa do Uso e Ocupação do Solo – EMLASA – 2006.



**Figura 49** Suzano. Unidade de Paisagem 06. Ao longo da estrada do Viaduto, esta unidade de paisagem contém uma das maiores áreas vinculadas ao cultivo da agricultura. Sem dúvida, a atividade é proveniente do rico sistema hídrico da bacia do Guaió.  
Fonte: Arquivo Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.



**Figura 50** Suzano. Unidade de Paisagem 06. Embora o predomínio, no que se refere ao uso e ocupação do solo desta região, seja voltado para a agricultura e recobrimento de vegetação, aí se situam unidades habitacionais – por exemplo, na estrada Santa Mônica.

Fonte: Google Maps – 2012.



**Figura 51** Suzano. Unidade de Paisagem 06. Ainda que parte da vegetação ao longo do rio Guaió esteja preservada, com fragmentos de mata ciliar, observa-se que em alguns locais o solo está completamente exposto, como aparece no trecho ao longo da estrada Santa Mônica.

Fonte: Google Maps – 2012.

## CONFLITOS

Existem situações que hoje (2012) contribuem intensamente para a degradação deste ambiente, como as movimentações de terra que levam à exposição do solo, os desmatamentos pontuais, a caça ilegal de animais silvestres, além das grandes áreas de reflorestamento de eucalipto, que se impõem entre os fragmentos de mata nativa, promovendo rupturas na continuidade dos fluxos de energia destas manchas.

## CENÁRIOS FUTUROS POSSÍVEIS

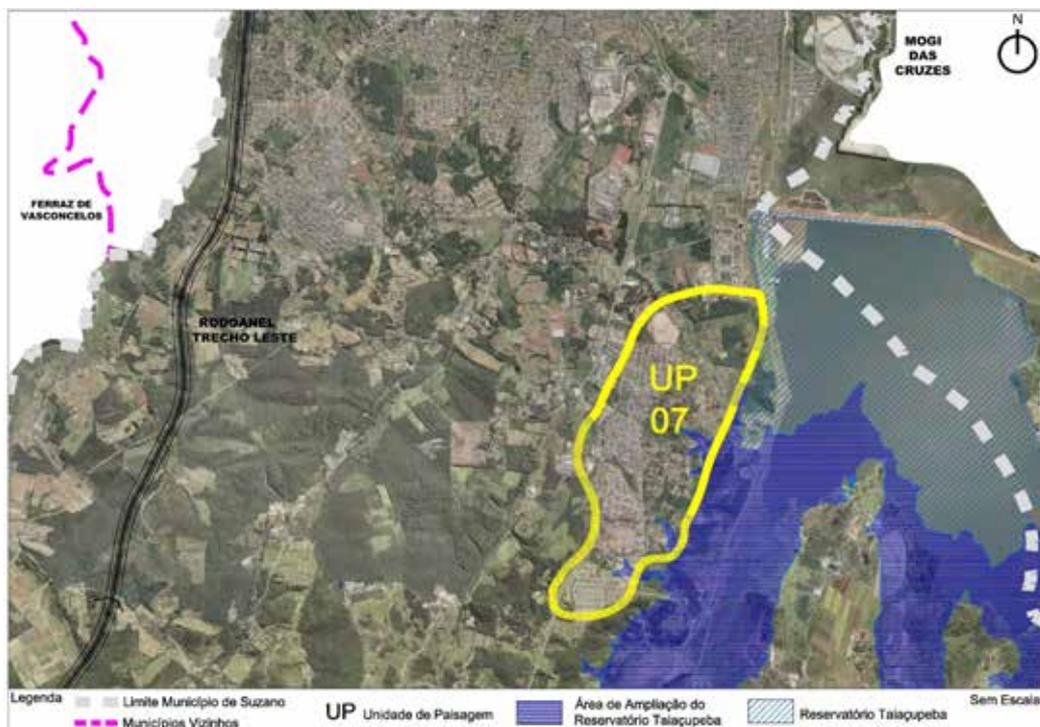
A criação de corredores ecológicos através do aproveitamento dos inúmeros fragmentos de mata, capoeiras e campos existentes e a utilização do sistema hídrico expressivo na bacia do rio Guaió são potencialidades positivas.

Gerado pelo governo do Estado, o Rodoanel Leste propiciará ruptura e extinção de diversos corpos d'água, fragmentos de vegetação, áreas voltadas à agricultura, bem como intensas movimentações de terra e retirada de famílias, além de não permitir a criação de corredores ecológicos que possibilitem a conexão de florestas de mata nativa existentes no município de Suzano.

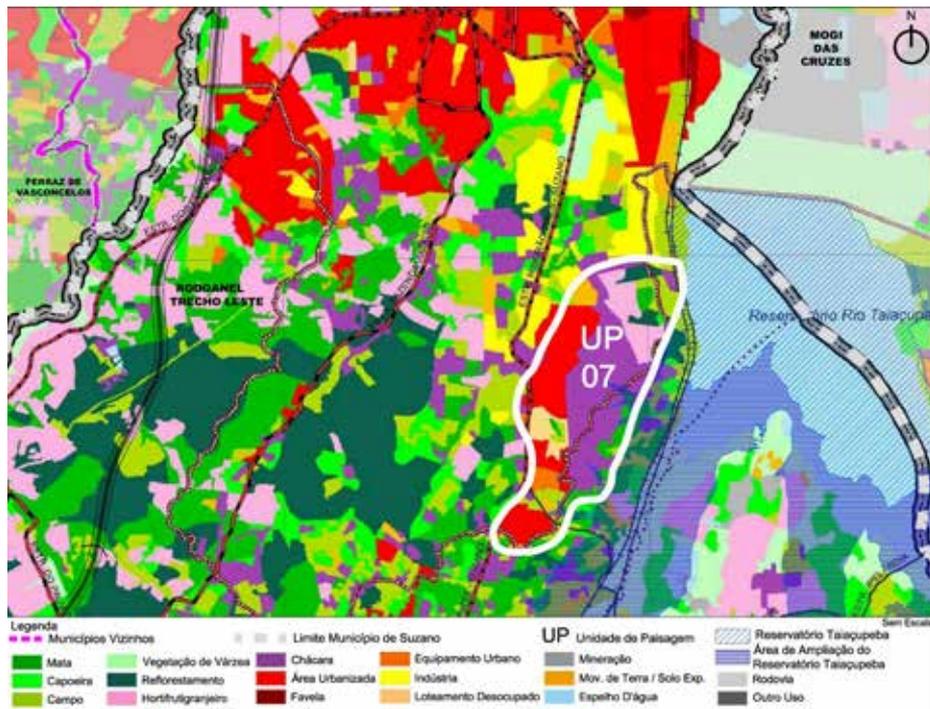
### UNIDADE DE PAISAGEM 07

#### CARACTERÍSTICAS

Esta unidade contempla urbanização em fase de consolidação, possuindo relevo plano em alguns locais e um pouco mais acidentado em outros. Contém o maior conjunto de chácaras do município próximo à represa de Taiacupeba, circundado por ocupações urbanas, cultivo de hortifrutigranjeiros, baixa concentração de vegetação de mata nativa, capoeiras, campos, e reflorestamento.



**Figura 52** Suzano. Unidade de Paisagem 07.  
Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.  
Fonte: Mapa aerofotogramétrico da PMS – 2008.



**Figura 53** Suzano. Unidade de Paisagem 07. Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012. Fonte: Mapa do Uso e Ocupação do Solo – EMLPLASA – 2006.



**Figura 54** Suzano. Unidade de Paisagem 07. Os loteamentos Parque Vienense, Vila Helena, Jardim do Bosque, Parque Umuarama, Jardim Pompeia e Residencial Nova América estão próximos à represa de Taiaçupeba, podendo desfrutar de certa forma de futuras instalações turísticas que venham a ocorrer. Imagem elaborada por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012. Fonte: PMS – 2008.

## CONFLITOS

A ampliação da represa propiciará a eliminação de espaços destinados ao cultivo de hortifrutigranjeiros, além de diversos recursos florestais, tais como matas, campos e capoeiras, diminuindo os recursos ambientais existentes no território.

Outro conflito trata da movimentação de terra com solo exposto, que também acontece nesta unidade devido, especialmente, às novas ocupações.

## CENÁRIOS FUTUROS POSSÍVEIS

Como cenário futuro positivo esta unidade contém uma das maiores oportunidades que o município oferece, pelo fato de poder abrigar estruturas turísticas e por estar próxima à represa de Taiacupeba, tendo a possibilidade, portanto, de explorar o seu valor cênico.

Como cenário negativo, a expansão constante das manchas de ocupação podem sobrepor-se em relação à implementação de estruturas turísticas.

## UNIDADE DE PAISAGEM 08

### *CARACTERÍSTICAS*

Contém a maior área em extensão do território no que se refere aos interesses ecológicos, ambientais e paisagísticos, dado ao fato de possuir grandes fragmentos de matas nativas consolidados sobre relevo bastante colinoso e especial. Além disso, contempla importantes áreas de reflorestamento, capoeiras e campos.

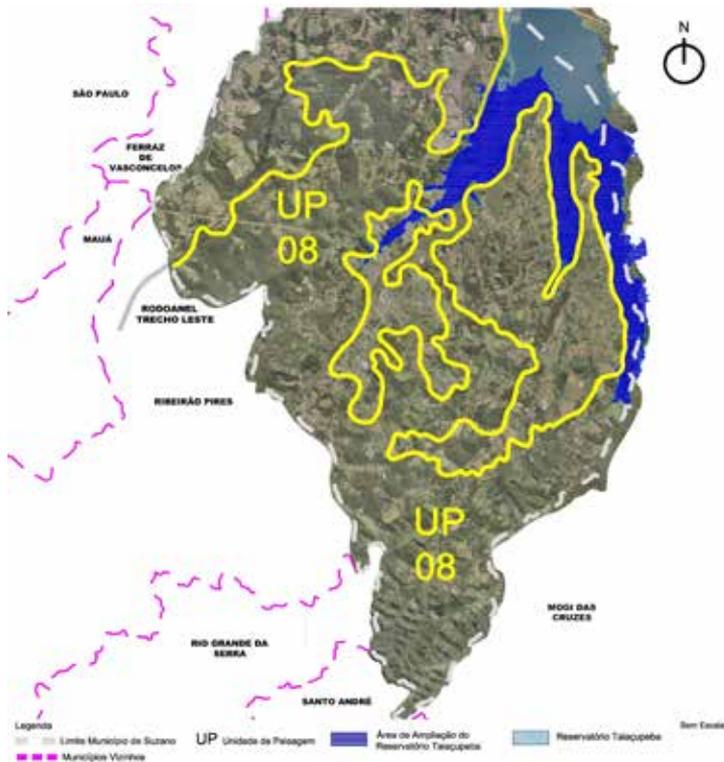
As chácaras recreativas ocupam parte significativa deste espaço. Em contrapartida às áreas ocupadas pela indústria e pelo cultivo de hortifrutigranjeiros são praticamente inexpressivas em termos quantitativos. Com relação à urbanização, esta apresenta-se incipiente.

## CONFLITOS

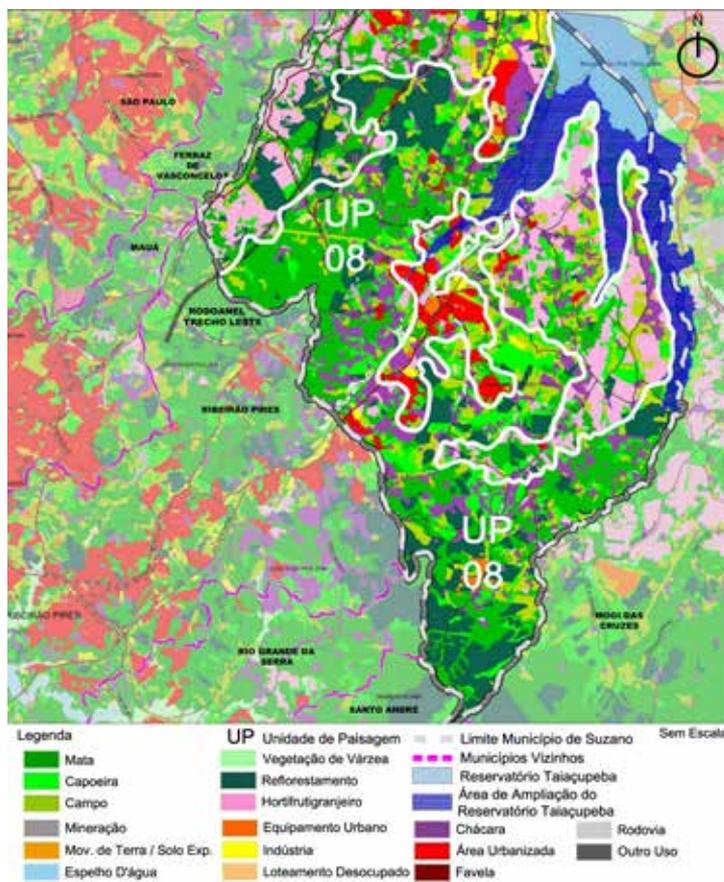
As ocupações urbanas, as indústrias, a exploração mineral, a movimentação de terra com solo exposto, a disposição irregular de resíduos por municípios vizinhos, os desmatamentos pontuais, os reflorestamentos, que se impõem entre os fragmentos de matas nativas, bem como a caça ilegal de animais silvestres, contribuem significativamente para a degradação desta unidade de paisagem.

## CENÁRIOS FUTUROS POSSÍVEIS

Por esta unidade de paisagem ser a que contém a maior quantidade de fragmentos florestais naturais, conseqüentemente, também possui as mais amplas possibilidades com relação ao estabelecimento de corredores ecológicos, para que estes possam ligar as manchas existentes.



**Figura 55** Suzano. Unidade de Paisagem 08. Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012. Fonte: Mapa aerofotogramétrico da PMS – 2008



**Figura 56** Suzano. Unidade de Paisagem 08. Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012. Fonte: Mapa do Uso e Ocupação do Solo EMPLASA – 2006.



**Figura 57** Suzano. Unidade de Paisagem 08. Se, por um lado, esta unidade apresenta características intensamente naturais, como a grande quantidade de fragmentos florestais e recursos hídricos, por outro, vê-se que a exploração mineral existente em alguns pontos, dentro dos fragmentos de mata, acaba por gerar a degradação das florestas, dado ao fato de esta ser exercida, em diversos momentos, de forma predatória e irregular.  
Fonte: PMS – 2008.

Outros aspectos que podem ser observados para que estas conectividades aconteçam são os inúmeros espaços ocupados por capoeira e campos que podem ser utilizados para a passagem dos corredores.

A existência do rico sistema hídrico é outra característica que contribui para que as manchas possam ser interligadas por fragmentos florestais lineares, uma vez que a água é um importante recurso capaz de colaborar com esta ação.

Atividades vinculadas ao alto valor cênico, como as turísticas-ecológicas, bem como as de extrações vegetal e mineral regulares, também podem ser desenvolvidas nesta região.

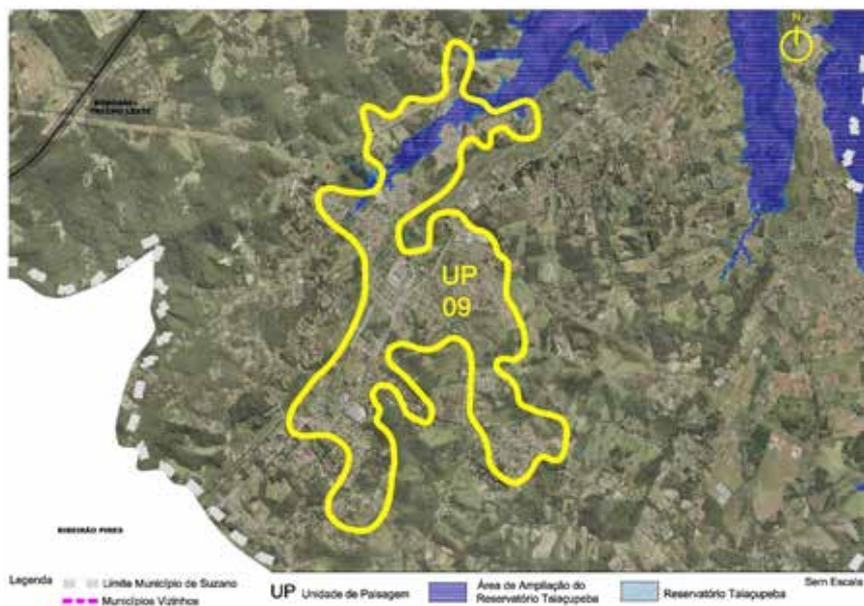
Como cenário negativo há, constantemente, a eliminação total ou parcial de significativos corpos d'água e fragmentos florestais em função da expansão das ocupações urbanas, além das pressões advindas de fatores vinculados à agricultura e à exploração mineral.

Além disso, o interesse imobiliário tende a incentivar atividades vinculadas à exploração dos recursos naturais, como as paisagens que aí estão, tornando-se também um forte atrativo para que a região seja ocupada de maneira irregular por chácaras de recreio, dentre outras.

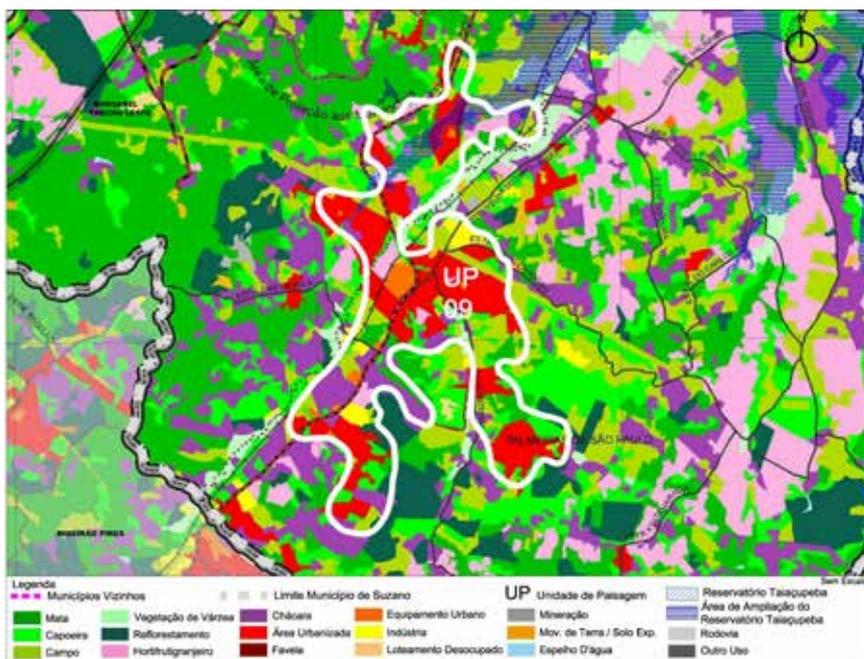
## UNIDADE DE PAISAGEM 09

### CARACTERÍSTICAS

Embora esta região seja de grande interesse ecológico, ambiental e paisagístico, o que predomina são as ocupações urbanas em fase de consolidação, dispostas em sete blocos, todas situadas em relevo acidentado. O uso e a ocupação do solo deste espaço também são caracterizados pela presença de praças pouco urbanizadas, indústrias, chácaras, cultivo de hortifrutigranjeiro, fragmentos de mata nativa, campos e capoeiras.



**Figura 58**  
Suzano. Unidade de Paisagem 09. Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012. Fonte: Mapa aerofotogramétrico da PMS – 2008.



**Figura 59**  
Suzano. Unidade de Paisagem 09. Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012. Fonte: Mapa do Uso e Ocupação do Solo – EMPLASA – 2006.



**Figura 60** Suzano. Unidade de Paisagem 09. Ainda que, dentre as Unidades de Paisagem existentes junto à Área de Proteção dos Mananciais (APM), esta seja a que contém a vegetação nativa mais degradada, em decorrência das ocupações urbanas por loteamentos (Jardim Amazonas, Vila Real Santista, Parque Palmeiras, Recanto Feliz, Condomínio das Palmas), também possui valor cênico, sendo o seu entorno imediato cercado por fragmentos florestais.

Imagem elaborada por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.

Fonte: PMS – 2008.

## CONFLITOS

As ocupações urbanas existentes nesta unidade são os elementos principais geradores de conflitos na Área de Proteção dos Mananciais (APM), em função da degradação ambiental promovida por elas. Além disso, também se constituem como uma barreira para que ocorra uma possível conexão entre os fragmentos de mata nativa existentes na Unidade de Paisagem 08.

No que se refere à vegetação, os desmatamentos pontuais, assim como a caça de animais silvestres e a presença de indústrias neste espaço que possui tantos fragmentos, ampliam a degradação da região.

## CENÁRIOS FUTUROS POSSÍVEIS

Por outro lado, a existência de fragmentos de mata nativa, capoeira e campo, permitem o desenvolvimento de interligações com as demais manchas de mata nativa existentes no entorno.

Os fragmentos de mata, capoeira e campo, bem como a presença das ocupações, indicam a possibilidade de implantação de parques lineares junto à ampliação da represa de Taiacupeba, possibilitando que a população local tenha áreas de recreação aquática.

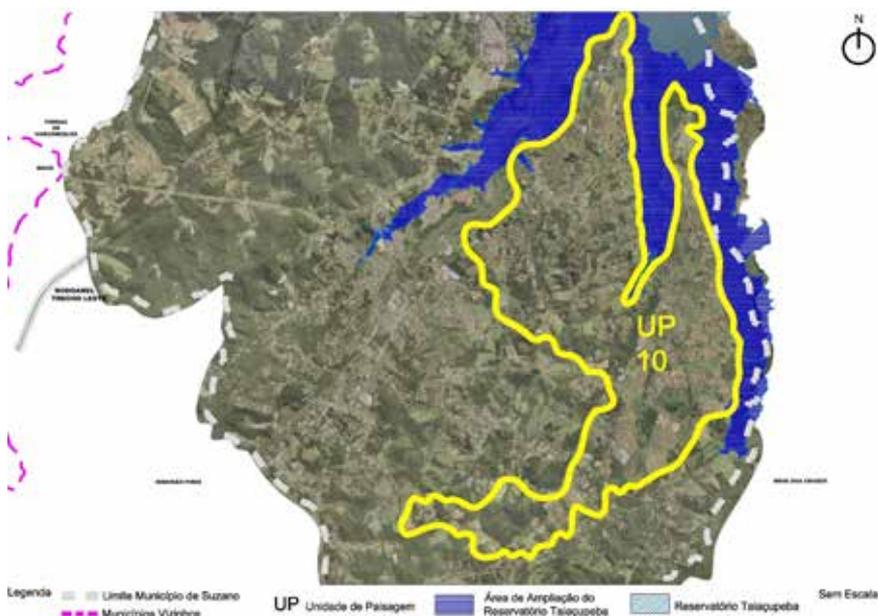
Apesar da enorme potencialidade paisagística existente na região sul do território, o que se verifica é que os fortes núcleos de ocupações urbanas presentes, a exemplo dos que existem na Unidade de Paisagem 09, tendem a expandir e consolidar, tendo, como consequência, a extinção e contaminação de significativos fragmentos florestais e corpos d'água.

## UNIDADE DE PAISAGEM 10

### *CARACTERÍSTICAS*

Com assentada urbanização incipiente instalada sobre relevo parcialmente plano e colinoso, esta Unidade possui como principal característica o forte caráter paisagístico, por ser lindeira à represa de Taiacupeba. Na área existem extensas regiões de chácaras vinculadas ao cultivo de hortifrutigranjeiros.

No que se refere à vegetação, suas diversas áreas de campo, capoeiras, fragmentos de mata nativa e vegetação de várzea dão a esta unidade grande caráter ecológico e ambiental.



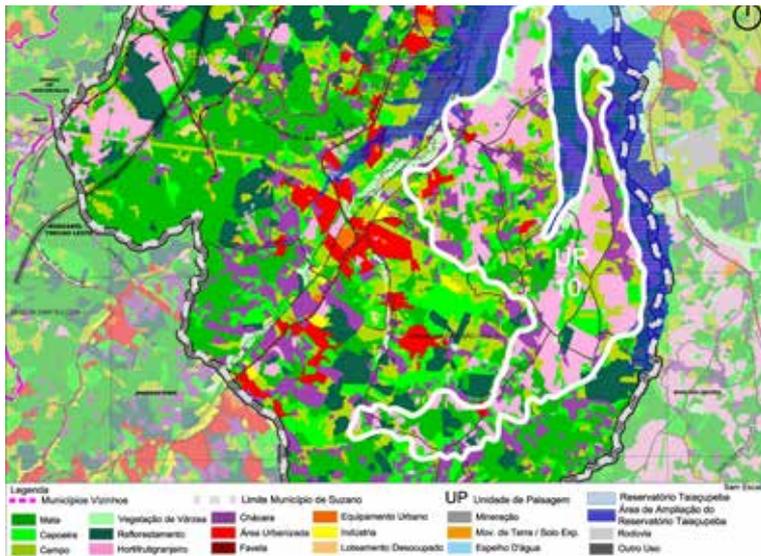
**Figura 61** Suzano. Unidade de Paisagem 10.  
Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.  
Fonte: Mapa aerofotogramétrico da PMS – 2008.

## CONFLITOS

Com relação aos conflitos, eles ocorrem em função da presença das ocupações urbanas desprovidas de infraestrutura vinculada ao saneamento, bem como da forma intensa que a agricultura usufrui dos recursos hídricos.

No que se refere à vegetação, registram-se alguns fatos que contribuem para a sua extinção nesta unidade de paisagem como:

- a expansão da represa de Taiacupeba, que propiciará a supressão de diversos tipos de vegetação;
- a intensa presença da agricultura, que funciona como uma barreira entre os fragmentos de mata existentes, deixando-os isolados;
- os desmatamentos pontuais, assim como a caça ilegal de animais silvestres, que também contribuem para a extinção dos fragmentos nesta região.



**Figura 62** Suzano. Unidade de Paisagem 10.  
Mapa criado por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.  
Fonte: Mapa do Uso e Ocupação do Solo – EMPLASA – 2006.



**Figura 63** Suzano. Unidade de Paisagem 10. Em decorrência da proximidade da urbanização, com relação à represa de Taiacupeba, parques lineares podem ser implantados, considerando-se que a população que vive em loteamentos como o Jardim Esperança e o Jardim Mimosa, por estarem próximos, poderão fazer uso dos equipamentos.  
Imagem elaborada por Michele de Sá Vieira e Sanderlei Fernandes Vilanova – 2012.  
Fonte: PMS – 2008.



**Figura 64** Suzano. Unidade de Paisagem 10. Em locais onde a população não se faz presente, uma das opções para promover a recuperação das áreas degradadas é através da implementação de corredores ecológicos ao longo da represa de Taiacupeba.

Fonte: PMS – 2008.

## CENÁRIOS FUTUROS POSSÍVEIS

As atividades futuras nesta Unidade estão vinculadas ao turismo e, portanto, à valorização da paisagem, uma vez que possui alto valor cênico por estar próxima à represa de Taiacupeba. Os espaços junto a ela permitem a incorporação de atividades voltadas ao lazer e à recreação, como a pesca.

Outro aspecto a ser desenvolvido relaciona-se a valores voltados à recuperação ecossistêmica, pois como esta unidade contém vegetação de várzea, fragmentos de mata nativa, áreas de campo e capoeiras, corredores podem ser propostos a fim de promover conexões que restabeleçam os ecossistemas antes existentes.

Por outro lado, existe a tendência à extinção e contaminação de significativos corpos d'água e fragmentos florestais em função da expansão e consolidação das ocupações urbanas irregulares pontuais – que tendem a se ampliar –, da intensa atividade vinculada à agricultura, bem como pela existência de inúmeras chácaras.

## SÍNTESE DAS UNIDADES DE PAISAGENS

Após a análise das dez unidades de paisagem, segue quadro e texto-síntese que apontam o resumo das características físicas, dos conflitos, dos cenários futuros possíveis, a relação de alguns dos inúmeros projetos, planos e ações públicas executados entre os anos de 2005 e 2011, bem como a análise comparativa entre as unidades de paisagem.

## TABELA SÍNTESE

Unidades de Paisagem	Características físicas	Conflitos	Cenários futuros possíveis	Cenários futuros possíveis	Principais projetos, planos e ações públicas já executados
UP 01	<ul style="list-style-type: none"> <li>• relevo plano e inclinado;</li> <li>• urbanização consolidada;</li> <li>• loteamentos altamente ocupados;</li> <li>• baixa concentração de indústrias;</li> <li>• baixa quantidade de plantações de hortifrutigranjeiros;</li> <li>• pequena presença de chácaras;</li> <li>• poucos fragmentos de mata nativa;</li> <li>• baixa existência de capoeiras e campos;</li> <li>• parque e praças não urbanizados;</li> <li>• ocupações próximas à várzea do Tietê.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• intenso adensamento populacional;</li> <li>• ocupações com baixa qualidade estética;</li> <li>• poluição sanitária;</li> <li>• ocupações irregulares em área de várzea;</li> <li>• escassez de espaços livres tratados;</li> <li>• ausência de convivência da população com a várzea do Tietê;</li> <li>• movimentação de terra com solo exposto;</li> <li>• queimadas no parque Mirante do Tietê.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• convivência da população com o futuro parque Várzeas do Tietê;</li> <li>• canteiros centrais capazes de abrigar arborização urbana e ciclovias;</li> <li>• sistema hídrico capaz de abrigar parques lineares;</li> <li>• praças que podem ser tratadas visando a atender demandas da população;</li> <li>• Parque Mirante do Tietê contém grande potencial para transformar-se em local de lazer, recreação e recuperação ambiental;</li> <li>• universalização dos serviços de água e esgoto pela Sabesp até 2018.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• o acúmulo de resíduos da construção civil tende a ampliar-se no parque Mirante do Tietê;</li> <li>• expansão e consolidação das ocupações residenciais irregulares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• obras de infraestrutura urbana: pavimentação, redes de abastecimento de água e coleta de esgoto, além de atendimento de iluminação pública;</li> <li>• implantação do Parque Linear Ecológico Jaguari;</li> <li>• implantação do Corredor Ecológico Recreativo no loteamento Jardim Revista;</li> <li>• construção de equipamentos públicos, tais como: creches, escolas, centro cultural, unidades básicas de saúde (UBSs);</li> <li>• projetos de urbanização de áreas degradadas nos loteamentos Cidade Miguel Badra, Jaguari e Planalto;</li> <li>• projetos de ciclovias para as avenidas Miguel Badra e Edmilson Rodrigues Marcelino;</li> <li>• desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Ambiental.</li> </ul>

UP 02	<ul style="list-style-type: none"> <li>• relevo em geral acidentado e, em alguns locais, plano;</li> <li>• reflorestamentos, campos, capoeiras e matas;</li> <li>• plantações de hortifrutigranjeiros;</li> <li>• áreas de chá-cara;</li> <li>• urbanização incipiente;</li> <li>• praças não urbanizadas;</li> <li>• ausência de parques;</li> <li>• faz fronteira com a APA da várzea do rio Tietê;</li> <li>• contém parte da serra do Itapety.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• movimentação de terra com solo exposto;</li> <li>• exploração do sistema hídrico em função da agricultura;</li> <li>• baixa qualidade com relação aos aspectos urbanísticos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• estabelecer conexões através de corredores ecológicos com os fragmentos de mata nativa da serra do Itapety;</li> <li>• estabelecer conexões através de corredores ecológicos com os fragmentos de mata nativa existentes na várzea do rio Tietê;</li> <li>• universalização dos serviços de água e esgoto pela Sabesp até 2018.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• expansão e consolidação das ocupações residenciais irregulares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• obra de infraestrutura urbana: pavimentação;</li> <li>• construção de equipamentos públicos, tais como: creches, escolas e UBSs;</li> <li>• desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Ambiental.</li> </ul>
<b>Unidades de Paisagem</b>	<b>Características</b>	<b>Conflitos</b>	<b>Cenários futuros possíveis</b>	<b>Cenários futuros possíveis</b>	<b>Principais projetos, planos e ações públicas já executados</b>
UP 03	<ul style="list-style-type: none"> <li>• relevo plano;</li> <li>• constitui-se na APA da várzea do rio Tietê;</li> <li>• área de interesse ecológico, ambiental e paisagístico;</li> <li>• meandros e fragmentos de mata nativa bem preservados ao longo do rio Tietê;</li> <li>• grande concentração de indústrias implantadas na APA da várzea do rio Tietê;</li> <li>• extensas áreas cobertas por campos e capoeiras;</li> <li>• urbanização incipiente;</li> <li>• conterá parte do Rodoanel Leste.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• indústrias concentradas na APA da várzea do rio Tietê;</li> <li>• CDP situado na APA da várzea do rio Tietê;</li> <li>• exploração mineral com concessão de lavra de argila e lavra de cascalho;</li> <li>• implantação de empreendimentos vinculados à indústria, na APA da várzea do rio Tietê já licenciados;</li> <li>• loteamentos consolidados na APA da várzea do rio Tietê, com graves problemas de drenagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• implantação do parque Várzeas do Tietê;</li> <li>• conexão dos fragmentos de matas existentes;</li> <li>• ampliação das potencialidades paisagísticas;</li> <li>• convivência da população com a temática ambiental;</li> <li>• contemplação do alto valor cênico;</li> <li>• universalização dos serviços de água e esgoto pela Sabesp até 2018.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• extinção dos fragmentos de matas existentes, devido a ações antrópicas;</li> <li>• ampliação da poluição sanitária no rio Tietê;</li> <li>• ampliação da impermeabilização do solo a partir da instalação de empreendimentos vinculados à indústria na várzea do rio Tietê;</li> <li>• a alça do Rodoanel Leste será implantada na APA da várzea do rio Tietê.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• projeto já elaborado do parque Várzeas do Tietê pelo governo do Estado de São Paulo;</li> <li>• desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Ambiental.</li> </ul>

<p><b>UP 04</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• relevo principalmente plano;</li> <li>• urbanização consolidada, com bom padrão de urbanização (sistema viário, iluminação, saneamento, espaços livres);</li> <li>• praças e parques com usos definidos;</li> <li>• equipamentos urbanos, voltados à saúde, educação, cultura;</li> <li>• áreas destinadas à indústria;</li> <li>• áreas de reflorestamento, campos, chácaras e cultivo de hortifrutigranjeiros;</li> <li>• conterà parte do Rodoanel Leste.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• exploração imobiliária latente;</li> <li>• impermeabilização do solo;</li> <li>• sistema público de drenagem deficiente;</li> <li>• corpos d'água canalizados;</li> <li>• constantes enchentes no período de chuvas;</li> <li>• calçadas e arborização urbana inadequadas;</li> <li>• poluição visual nas fachadas dos comércios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• implementação de arborização urbana adequada;</li> <li>• implantação de espécies arbóreas ao longo dos córregos canalizados ou não;</li> <li>• requalificação de praças existentes;</li> <li>• criação de calçadas;</li> <li>• implementação de infraestruturas verdes;</li> <li>• requalificação das calçadas;</li> <li>• ampliação do campus da UniPiaget e do IFSP;</li> <li>• universalização dos serviços de água e esgoto pela Sabesp até 2018.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• diminuição das espécies arbóreas nas áreas urbanizadas;</li> <li>• dificuldade de acessibilidade junto às calçadas;</li> <li>• ausência de manutenção das calçadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• planos de requalificação: Quadrilátero Central, Orla Ferroviária e Expansão do Centro;</li> <li>• construção de equipamentos públicos, tais como: Terminal Vereador Diniz dos Santos Faria, creches, centro de cultura, UBSs, dentre outros;</li> <li>• construção da praça Cidade das Flores;</li> <li>• reordenamento do trânsito;</li> <li>• plano de limpeza urbana e visual;</li> <li>• projeto cicloviário para a avenida João Batista Fitipaldi;</li> <li>• construção do campus da UniPiaget;</li> <li>• construção do campus do IFSP;</li> <li>• construção de vários equipamentos no parque Max Feffer;</li> <li>• desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Ambiental.</li> </ul>
---------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Unidades de Paisagem	Características	Conflitos	Cenários futuros possíveis	Cenários futuros possíveis	Principais projetos, planos e ações públicas já executados
UP 05	<ul style="list-style-type: none"> <li>• urbanização consolidada;</li> <li>• relevo praticamente plano;</li> <li>• diversas indústrias instaladas;</li> <li>• áreas de reflorestamento, matas, capoeiras e campos;</li> <li>• áreas de chácaras;</li> <li>• cultivo de hortifrutigranjeiros;</li> <li>• considerável presença de vegetação de várzea junto à represa de Taiacupeba.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• indústria junto à área de várzea do rio Tietê;</li> <li>• grande área de exploração mineral;</li> <li>• movimentação de terra com solo exposto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• criação de infraestrutura voltada ao turismo;</li> <li>• criação de parques lineares;</li> <li>• criação de corredores ecológicos;</li> <li>• potencialização do alto valor cênico;</li> <li>• universalização dos serviços de água e esgoto pela Sabesp até 2018.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ampliação da impermeabilização do solo próximo à várzea do rio Tietê;</li> <li>• expansão e consolidação das ocupações residenciais irregulares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• construção de equipamentos públicos, tais como: creches, escolas, centro cultural, UBSs dentre outros;</li> <li>• desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Ambiental.</li> </ul>
UP 06	<ul style="list-style-type: none"> <li>• relevo plano nas áreas ocupadas e colinoso nos espaços onde a maior parte da vegetação de mata nativa se encontra;</li> <li>• intenso cultivo de hortifrutigranjeiros;</li> <li>• considerável reflorestamento;</li> <li>• área de interesse ecológico, ambiental e paisagístico;</li> <li>• diversos fragmentos de mata nativa;</li> <li>• áreas de campo e capoeiras;</li> <li>• pequena quantidade de vegetação de várzea junto à bacia do rio Guaió;</li> <li>• poucas áreas de chácaras;</li> <li>• urbanização incipiente;</li> <li>• praças não urbanizadas;</li> <li>• conterá a maior parte do Rodoanel Leste.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• movimentação de terra com solo exposto;</li> <li>• desmatamentos pontuais, caça ilegal de animais silvestres;</li> <li>• grandes áreas de reflorestamento impostas entre os fragmentos de matas nativas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• criação de corredores ecológicos;</li> <li>• potencial para extração vegetal regular;</li> <li>• universalização dos serviços de água e esgoto pela Sabesp até 2018.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• passagem do Rodoanel Leste;</li> <li>• expansão e consolidação das ocupações residenciais irregulares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Ambiental.</li> </ul>

Unidades de Paisagem	Características	Conflitos	Cenários futuros possíveis	Cenários futuros possíveis	Principais projetos, planos e ações públicas já executados
UP 07	<ul style="list-style-type: none"> <li>• relevo plano e inclinado;</li> <li>• grande presença de chácaras;</li> <li>• baixa concentração de reflorestamento, capoeiras e campos;</li> <li>• cultivo de hortifrutigranjeiros;</li> <li>• proximidade com a represa de Taiaçupeba;</li> <li>• urbanização em fase de consolidação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ampliação da represa de Taiaçupeba, que propiciará a retirada de: espaços destinados ao cultivo de hortifrutigranjeiros, além de matas, campos e capoeiras;</li> <li>• movimentação de terra com solo exposto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• instalação de estruturas turísticas;</li> <li>• contemplação do alto valor cênico;</li> <li>• universalização dos serviços de água e esgoto pela Sabesp até 2018.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ocupação urbana, chácaras e cultivo de hortifrutigranjeiros geram empecilhos com relação à implantação das estruturas turísticas compatíveis com este espaço.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• construção de equipamentos públicos, tais como: creches, escolas e UBSs;</li> <li>• execução de infraestrutura urbana: pavimentação e iluminação pública;</li> <li>• desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Ambiental.</li> </ul>
UP 08	<ul style="list-style-type: none"> <li>• relevo colinoso;</li> <li>• área de grande interesse ecológico, ambiental e paisagístico;</li> <li>• intenso reflorestamento;</li> <li>• chácaras recreativas;</li> <li>• grandes fragmentos de matas nativas;</li> <li>• diversas áreas de capoeiras e campos;</li> <li>• cultivo de hortifrutigranjeiros;</li> <li>• urbanização incipiente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ocupações urbanas;</li> <li>• indústrias;</li> <li>• exploração mineral;</li> <li>• movimentação de terra com solo exposto;</li> <li>• disposição irregular de resíduos por municípios vizinhos;</li> <li>• desmatamentos pontuais;</li> <li>• maiores áreas voltadas ao reflorestamento de eucalipto;</li> <li>• caça ilegal de animais silvestres.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• maiores possibilidades com relação à criação de corredores ecológicos;</li> <li>• potencialização do valor cênico;</li> <li>• instalação de estruturas turístico-ecológicas, junto à represa de Taiaçupeba;</li> <li>• extração vegetal regular;</li> <li>• potencial para extração mineral regular;</li> <li>• universalização dos serviços de água e esgoto pela Sabesp até 2018.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• extinção de significativos corpos d'água e fragmentos florestais;</li> <li>• pressões advindas da agricultura;</li> <li>• pressões advindas da exploração mineral;</li> <li>• interesse imobiliário latente;</li> <li>• expansão e consolidação das ocupações residenciais irregulares, caracterizadas como chácaras de recreio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• construção de equipamentos públicos: tais como, creches, escolas e UBSs;</li> <li>• desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Ambiental.</li> </ul>

Unidades de Paisagem	Características	Conflitos	Cenários futuros possíveis	Cenários futuros possíveis	Principais projetos, planos e ações públicas já executados
UP 09	<ul style="list-style-type: none"> <li>relevo acidentado;</li> <li>área de interesses ecológico, ambiental e paisagístico;</li> <li>presença de indústrias, chácaras, cultivo de hortifrutigranjeiros, fragmentos de mata nativa, campos e capoeiras;</li> <li>urbanização em fase de consolidação.</li> <li>praças pouco urbanizadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>presença de ocupações urbanas;</li> <li>desmatamentos pontuais;</li> <li>caça de animais silvestres;</li> <li>indústrias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>desenvolvimento de interligações com os demais fragmentos de mata existentes no entorno;</li> <li>criação de parques lineares junto à represa de Taiapuêba;</li> <li>universalização dos serviços de água e esgoto pela Sabesp até 2018.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>expansão e consolidação das ocupações residenciais irregulares;</li> <li>extinção de significativos corpos d'água e fragmentos florestais;</li> <li>contaminação dos corpos d'água.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>construção de equipamentos públicos, tais como: creches, escolas UBS;</li> <li>desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Ambiental.</li> </ul>
UP 10	<ul style="list-style-type: none"> <li>relevo parcialmente plano e colinoso;</li> <li>área de interesses paisagístico, ambiental e ecológico;</li> <li>área lindeira à represa de Taiapuêba;</li> <li>contém inúmeras áreas voltadas às chácaras;</li> <li>apresenta a maior quantidade com relação ao cultivo de hortifrutigranjeiros;</li> <li>diversas áreas de campo, capoeira, fragmentos de mata nativa e vegetação de várzea;</li> <li>possui cultivo de eucalipto;</li> <li>urbanização incipiente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ocupações urbanas desprovidas de saneamento;</li> <li>agricultura utilizando intensamente os recursos hídricos;</li> <li>expansão da represa de Taiapuêba irá gerar a supressão de diversos tipos de vegetação;</li> <li>fragmentos de mata desconectados em função das atividades vinculadas à agricultura;</li> <li>desmatamentos pontuais;</li> <li>caça ilegal de animais silvestres.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>atividades vinculadas ao turismo</li> <li>incremento de atividades voltadas à pesca;</li> <li>valorização da paisagem dado ao alto valor cênico;</li> <li>implementação de corredores ecológicos;</li> <li>universalização dos serviços de água e esgoto pela Sabesp até 2018.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>extinção de significativos corpos d'água e fragmentos florestais;</li> <li>contaminação dos corpos d'água;</li> <li>expansão e consolidação das ocupações residenciais irregulares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Ambiental.</li> </ul>

Detalhamento das Unidades de Paisagem.

Criação de Michele de Sá Vieira e Elvis José Vieira.

Fonte: Mapa de Uso e Ocupação do Solo – EMLASA – 2006. Imagens do Google. Acesso em: dez. 2011.

Estas unidades apresentam similaridades e contrastes que se definem pelas suas características, detalhadas anteriormente, e que serão expostas de forma agrupada em torno de alguns temas, como relevo, densidade das ocupações, níveis de urbanização, cultivo de hortifrutigranjeiros e de eucalipto, recursos naturais, parques e praças, equipamentos edificadas e indústria, objetivando, desta forma, gerar uma síntese das unidades de paisagens.

Unidades estas que se distribuem por relevos planos e inclinados, sendo que a inclinação apresenta-se sutil em determinados momentos e mais agressiva em outros, como nas UP's 01, 06, 07 e 10; plano nas UP's 03, 04 e 05; colinoso nas UP's 08 e 09.

Com isto, observam-se duas unidades de paisagem densamente ocupadas, no caso, as UP's 01 e 04, seguidas das UP's 07 e 09, com diferentes níveis de urbanização. Enquanto as UP's 01 e 04 apresentam urbanização consolidada, as demais estão em fase de urbanização.

Por outro lado, as UP's 03 e 08 possuem urbanização incipiente, pelo fato de estarem completamente, ou em grande parte, protegidas pelas legislações estaduais. As UP's 02, 06 e 10 também possuem urbanização incipiente. Neste caso, em função de serem ocupadas em sua maioria por chácaras e plantações de hortifrutigranjeiros.

As áreas de cultivo hortifrutigranjeiras ocupam grandes extensões junto ao território, principalmente nas UP's 06 e 10, aparecendo também nas UP's 02 e 07. Para além dos hortifrutigranjeiros, o cultivo de eucalipto é bastante presente, em função da Suzano Papel e Celulose situar-se no território, sendo que a maior parte do cultivo concentra-se na UP 08, de forma intermediária na UP 06 e em pequenas porções nas UP's 01, 02, 04, 05, 07 e 10.

Quanto às áreas de interesse ambiental, ecológico e paisagístico, que abrigam grandes extensões de matas nativas, campos e capoeiras, estão presentes na UP 03, definida pela APA da várzea do rio Tietê, nas UP's 06, 08 e 10, localizadas de forma parcial e em sua totalidade na APM, e também na UP 02, dado ao fato de possuir parte da serra do Itapety. A UP 09, embora esteja dentro da APM, não possui grandes extensões de mata, em função da alta ocupação estimulada pelo Porto Seco.

No que se refere às demais UP's, embora os recursos ambientais estejam presentes, constituem apenas pequena parcela da quantidade total existente. Ressalta-se ainda que algumas delas, como as UP's 01, 02, 04 e 05, fazem fronteira com a APA, guardando importantes remanescentes de vegetação, como é o caso da UP 01, que contém o parque Mirante do Tietê.

Outros importantes recursos ambientais, como a represa de Taiapuê e a várzea do Guaió, estão em diversas UP's. A represa, conformada por ampla várzea, possui em seu entorno as UP's 04, 05, 07, 08 e 10, sendo que a UP 10 contém a maior fronteira. Por outro lado, a várzea encontra-se totalmente dentro da UP 06.

As praças e os parques estão distribuídos por algumas UP's no território, no entanto, somente a UP 04 contém este tipo de equipamento urbanizado com boa qualidade, ou seja, servida de iluminação, pavimentação, áreas verdes tratadas, atividades de lazer

e mobiliário urbano. As demais, a exemplo das UP's 01, 02, 06 e 09, encontram-se pouco ou não urbanizadas.

As grandes intervenções voltadas à infraestrutura regional acontecerão principalmente na UP 06, que conterà a maior parte do Rodoanel Leste, dentro de Suzano, gerando grandes modificações na várzea, embora passe também pelas UP's 03 e 04.

Com relação à concentração de indústrias, esta acontece principalmente na UP 05, embora se localize também nas UP's 01, 03, 04, 08 e 09. Os equipamentos públicos, assim como a indústria, têm sua principal concentração em uma UP, no caso, na UP 04, embora também esteja presente em outras, como na 01, 05, 07, 09 e 10.

### 3 CONSIDERAÇÕES

Ao analisarmos as identidades naturais e as criadas em cada unidade de paisagem, percebemos que, embora o território possua lugares magníficos sob o aspecto paisagístico, como a região de Palmeiras, a represa de Taiacupeba e a APA do Tietê, estas não foram exploradas de forma a valorizar os espaços criados do território, não incentivando, conseqüentemente, a convivência da população com os recursos naturais.

Embora se entenda que toda e qualquer urbanização traga mudanças ao ambiente original, pode-se afirmar que os padrões convencionais de tecido urbano estabelecidos em Suzano foram altamente incompatíveis com o ambiente e a paisagem natural do município, mediante a destruição quase total ou parcial que provocaram, exigindo assim a reconstrução completa ou parcial do local<sup>7</sup>.

Com isso, a maior parte da população que vive nas áreas urbanizadas de Suzano, como os distritos de Boa Vista e Central, perde o benefício de conviver com a existência da vegetação nativa nas suas áreas de moradia, sendo que esta convivência passa a ser usufruída por apenas uma pequena parcela da sociedade, que vive em Palmeiras.

Ao analisarmos as formas de ocupação dos três distritos, observamos que os assentamentos promovem, constantemente, altos graus de processamento no território, pois para a construção dos arruamentos, dos equipamentos coletivos de efeito cênico, como as praças, das indústrias, do comércio, da habitação e agricultura, faz-se necessário promover drásticas transformações no ambiente<sup>8</sup>. De maneira geral, os loteamentos nos três distritos submeteram a paisagem a um modelo rígido de desenho, o que causou sempre perdas reais dos valores paisagísticos e ambientais do território.

Isto acontece por diversas razões, dentre elas em função do modelo de urbanização ser incompatível com alguns aspectos vinculados ao ambiente, como o relevo, ou seja, a malha urbana acaba sendo implantada de modo tradicional, sendo reticulada ou

---

<sup>7</sup> MACEDO, S. S. **Paisagem, urbanização e litoral**: do Éden à cidade. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. p. 56.

<sup>8</sup> AFONSO, C. M. **A paisagem da Baixada Santista**: urbanização, transformação e conservação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2006, p. 56.

curvilínea<sup>9</sup>. Esta incompatibilidade, por sua vez, remete a conflitos que se expressam através de problemas vinculados à drenagem urbana, como as enchentes, dado ao incorreto encaminhamento das águas da chuva, à impermeabilização do solo gerada pela pavimentação das áreas ocupadas próximas aos corpos d'água, além da retirada da vegetação, causando grandes alterações no suporte físico<sup>10</sup>.

Para além das questões vinculadas ao urbanismo, verificam-se, também, conflitos ligados à vegetação, já que, em muitos momentos, o fragmento nativo é ignorado. Ou seja, a mata atlântica é considerada, por vezes, um elemento esteticamente agressivo e incompatível com o padrão de beleza socialmente estabelecido, onde somente algumas espécies são consideradas como "belas". Assim, ela é desprezada na composição dos loteamentos, como se a agressividade das espécies nativas também não pudessem compor a beleza cênica dos espaços. Nota-se, dessa forma, que a vegetação usada no cotidiano é adquirida e criada em viveiros, de acordo com os padrões estéticos dos gestores públicos, arquitetos, paisagistas e da sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Cintia Maria. **A paisagem da baixada santista: urbanização, transformação e conservação**. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2006. 306 p.
- BONILHA, Iraúna. **O desenho da paisagem à beira-rio e as metamorfoses da várzea do Tietê na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BRASIL. Lei Federal n. 6.938/81, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismo de formulação e aplicação, e dá outras providências, Brasília, 1981. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 set. 1981.
- BRASIL. Resolução Federal CONAMA n. 1, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre procedimentos relativos ao Estudo de Impacto Ambiental, Brasília, 1986. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 17 fev. 86.
- BRASIL. Lei Federal n. 9.985/2000 de 18 julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, Brasília, 2000. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 1, Brasília, DF, 19 jul. 2000.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edgard Blucher, 1999. 236 p.
- COMITÊ da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Plano da Bacia do Alto Tietê. **Relatório Final**. Setembro 2002.
- GOOGLE MAPS. Disponível em: <[http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&source=hp&q=google+maps&gbv=2&oq=google+maps&aq=f&aqi=g10&aql=&gs\\_sm=12&gs\\_upl=1375141401016812111110121014221215612-2.2.21610](http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&source=hp&q=google+maps&gbv=2&oq=google+maps&aq=f&aqi=g10&aql=&gs_sm=12&gs_upl=1375141401016812111110121014221215612-2.2.21610)>. Acessos em: 2011 e 2012.
- HOUGH, Michel. **Naturaleza y ciudad: planificación urbana y procesos ecológicos**. Barcelona: Gustavo Gili, 1998. 336 p.
- Infraestrutura verde. Disponível em: <<http://www.urbansystems.com.br/noticias/ler/imoveis-cdhu-promove-oficina-sobre-infra-estrutura-verde>>. Acesso em: 6 fev. 2012.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Petrópolis: Vozes, 2001. 343 p.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003. 160 p.

---

<sup>9</sup> Ibid., p. 56.

<sup>10</sup> Ibid., p. 57.

MACEDO, Silvio Soares. **Paisagem, urbanização e litoral**: do Éden à cidade. 1993. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAUUSP, 1999. (Coleção Quapá.)

\_\_\_\_\_; QUEIROGA, Eugenio Fernandes. Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil. São Paulo: FAUUSP, 2011. (**Relatório de Pesquisa-Quapá**).

MARTINS, Maria Lúcia Refinetti. **Moradia e mananciais, tensão e diálogo na metrópole**. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2006. 206 p.

MC'HARG, Ian L. **Projectar con la naturaleza**. Barcelona: Gustavo Gili, 2000. 195 p.

MOLLINGA, Peter P. Water, politics and development: framing a political sociology of water resources management. In: **Water Alternatives**. v. 1, n.1, 2008. p. 7-23.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas**: seleção e manejo. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001. 344 p.

PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. **Paisagem e ambiente**: um processo de aproximação no setor oeste da macrometrópole de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

\_\_\_\_\_. **Paisagens temáticas**: ambiente virtual. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. Pode-se planejar a paisagem? In: **Paisagem e ambiente**: ensaios. v. 13. São Paulo: FAUUSP, 2000.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. **Saneamento, saúde e ambiente**: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO. Disponível em: <<http://www.suzano.sp.gov.br/CN04/secretarias.asp>>. Acesso em: 22 de fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Plano Municipal de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. v. 1. Junho, 2008.

\_\_\_\_\_. Revisão do Plano Diretor de Suzano 2006-2016. Etapa 4 – Construção do conhecimento sobre a realidade local. v. 1, jan. 2007.

\_\_\_\_\_. Plano Diretor de Macrodrenagem, 2008.

PROJETO ORLA: Fundamentos para gestão integrada. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002.

\_\_\_\_\_. Manual de gestão. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002.

REBOUÇAS, Aldo da C.; BRAGA, Beneidt; TUNDISI, José Galizia. **Águas doces do Brasil**: capital ecológico, uso e conservação. São Paulo: Escrituras, 1999.

RODRIGUES, Ricardo Ribeiro; LEITÃO FILHO, Hermógenes de Freitas; LIMA, Maria Isabel R. G.; KON, Sérgio. **Matas ciliares**: conservação e recuperação. 2 ed. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2001. 320 p.

SAKATA, Francine Gramacho. **Paisagismo urbano**: requalificação e criação de imagens. São Paulo: Edusp, 2011. 270 p.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento ambiental**: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. 184 p.

SÃO PAULO (Estado). Lei Estadual n. 898/75, de 18 de dezembro de 1975. Disciplina o uso de solo para a proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo e dá providências correlatas. São Paulo, 1975. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, ano LXXXV, n. 245, Seção 1, p. 1, São Paulo, 19 dez. 1975.

\_\_\_\_\_. Lei Estadual n. 1.172/76, de 17 de novembro de 1976. Delimita as áreas de proteção relativas aos mananciais, cursos e reservatórios de água, a que se refere o artigo 2º da Lei Estadual n. 898, 18 de dezembro de 1975, estabelece normas de restrição do uso do solo em tais áreas e dá providências correlatas. São Paulo, 1976. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, ano LXXXVI, n. 218, Seção 1, p. 2, São Paulo, 18 nov. 1976.

\_\_\_\_\_. Lei Estadual n. 5.598/87, de 6 de fevereiro de 1987. Declara Área de Proteção Ambiental regiões urbanas e/ou rurais dos municípios de Salesópolis, Biritiba Mirim, Moji das Cruzes, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba, Guarulhos, São Paulo, Osasco, Barueri, Carapicuíba e Santana do Parnaíba. São Paulo, 1987. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, v. 97, n. 26, Seção 1, p. 2, São Paulo, 7 fev. 1987.

\_\_\_\_\_. Lei Estadual n. 7663/91, de 30 de dezembro de 1991. Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. São Paulo, 1991. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, v. 101, n. 247, Seção 1, p. 2, São Paulo, 31 dez. 1991.

\_\_\_\_\_. Lei Estadual n. 9.866/97, de 28 de novembro de 1997. Dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo e dá outras providências. São Paulo, 1997. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, v. 107, n. 230, Seção 1, p. 1, São Paulo, 29 nov. 1997.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual n. 43.022/98, de 7 de abril de 1998. Regulamenta dispositivos relativos ao Plano Emergencial de Recuperação dos Mananciais da Região Metropolitana da Grande São Paulo, de que trata a Lei n. 9.866, de 28 de novembro de 1997, que dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e a recuperação dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. São Paulo, 1998. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, v. 108, n. 67, Seção 1, p. 1. São Paulo, 8 abr. 1998.

\_\_\_\_\_. Lei Estadual n.12.183/05, de 29 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, os procedimentos para fixação dos seus limites, condicionantes e valores e dá outras providências. São Paulo, 2005. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, v. 115, n. 245, Seção 1, p. 4. São Paulo, 30 dez. 2005.

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (SMA). Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/>>. Acesso em: 22 de fev. 2012.

SUZANO. Lei Complementar Municipal n. 025/96, de 1º de março de 1996. Dispõe sobre a divisão do território do município em zonas de uso; regula o parcelamento e a ocupação do solo; dispõe sobre os imóveis e as edificações em geral, e dá outras providências. Suzano, 1996.

TÂNGARI, Vera Regina; ANDRADE, Valci Rubens Oliveira de; SCHLEE, Mônica Bahia. (Orgs.). **Sistema de espaços livres, o cotidiano, apropriações e ausências**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/PROARQ FAUFRJ, 2009. 496 p.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005. 226 p.

VIEIRA, Michele de Sá. **Entre as serras: sistema de espaços livres públicos: uma reflexão para Suzano**. 283 f. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

## REFERÊNCIAS DE MAPAS

SÃO PAULO (Estado). Áreas de Interesse Ambiental Especial (Secretaria do Estado do Meio Ambiente). São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. Sistema Produtor Alto Tietê (Secretaria do Estado do Meio Ambiente). São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. Área de Proteção dos Mananciais (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA – EMPLASA). São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. Plano de Bacia do Alto Tietê (Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê). São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. Uso e Ocupação do Solo (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA – EMPLASA). São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. Planta Base – Denominação de Loteamentos (Prefeitura Municipal de Suzano). Suzano, 2006.

\_\_\_\_\_. Aerofotogramétrico (Prefeitura Municipal de Suzano). Suzano, 2008.

\_\_\_\_\_. T: 1 / Áreas Verdes, Distritos e Recursos Hídricos (Prefeitura Municipal de Suzano). Suzano, 2008.

\_\_\_\_\_. T: 2 / Transportes e Linhas de Ônibus (Prefeitura Municipal de Suzano). Suzano, 2008.

\_\_\_\_\_. T: 3 / Base de imagens aéreas para a delimitação das bacias de estudo – Plano Diretor de Macrodrenagem (Prefeitura Municipal de Suzano). Suzano, 2008.

\_\_\_\_\_. T: 3 / Cobertura Vegetal e Uso do Solo (Prefeitura Municipal de Suzano). Suzano, 2008.

\_\_\_\_\_. T: 4 / Restrições Ambientais e Atividades Econômicas (Prefeitura Municipal de Suzano). Suzano, 2008.

\_\_\_\_\_. T: 5 / Plano Diretor de Macrodrenagem (Prefeitura Municipal de Suzano). Suzano, 2008.

\_\_\_\_\_. T: 6 / Turismo (Prefeitura Municipal de Suzano). Suzano, 2008.

\_\_\_\_\_. T: 13 / Locação de várzeas levantadas via sensoriamento remoto – Plano Diretor de Macrodrenagem (Prefeitura Municipal de Suzano). Suzano, 2008.

## ENTIDADES CONSULTADAS

Agência Ambiental de Mogi das Cruzes

Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT)

Prefeitura Municipal de Suzano (PMS)

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)

Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)

Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras (SCBH-ATC)

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO PAISAGEM E AMBIENTE: ENSAIOS

**Paisagem e ambiente: ensaios.** Periódico acadêmico dedicado à divulgação de pesquisas, projetos e estudos sobre o paisagismo, nos seus diversos campos de atuação: do projeto de paisagismo aos planos de áreas livres, dos estudos históricos às experiências de ensino, das pesquisas acadêmicas – dos mais diversos portes – aos resultados de eventos científicos, trabalhos teóricos e resenhas de livros. Possui, como focos especiais, os espaços livres urbanos, a questão ambiental, o ensino e o projeto de paisagismo, o desenho da paisagem e o da forma urbana, os fundamentos teóricos e a pesquisa em paisagismo.

Publicação semestral da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), vinculada aos laboratórios Quadro do Paisagismo no Brasil (Quapá), Paisagem, Arte e Cultura (LABPARC), ao Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) do Departamento de Projeto e à Área de Concentração Paisagem e Ambiente do Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP.

***Paisagem e ambiente: ensaios.** Academic journal dedicated to the dissemination of researches, design and studies on landscape architecture in its several fields of activities, from garden design to plans of open spaces, from studies about history of landscape design to experiences of teaching, from academic researches of several bearings to results of scientific events, from theoretical works to book reviews. It has special focus on the urban open spaces, the environmental issue, the teaching and the landscape design, and the urban form, the theoretical foundations and research on landscape design.*

*Biannual publication of FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – and is linked to the Laboratory Quapá -Quadro do Paisagismo no Brasil –, to the Laboratory LAPPARC - Paisagem, Arte e Cultura –, to GDPA - Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente – of Department of Projeto and to the graduate course in Architecture and Urbanism of FAUUSP, concentration area of Landscape and Environment.*

## CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO DE TEXTOS

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- 1 Contribuição original, inédita, que não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.
- 2 Arquivo em formato Microsoft Word (.DOC).
- 3 Endereços eletrônicos para as referências informados quando possível.
- 4 Texto com espaçamento 1,5 entre linhas; fonte Times New Roman, tamanho 12;

- 5 Figuras e tabelas inseridas no corpo do texto (e não no final do documento na forma de anexos).
- 6 Texto seguindo padrões de estilo e requisitos bibliográficos pedidos pela revista.
- 7 Metadados preenchidos corretamente nos dois idiomas exigidos.
- 8 Documentos que possuem *Digital Object Identifier* (DOI)<sup>1</sup> devidamente relacionados com o DOI nas referências bibliográficas.

## PROCEDIMENTOS PARA SUBMISSÃO

- 1 Entrar no site da revista: <http://www.revistas.usp.br/paam>
- 2 Clicar em “Acesso”. Se for o primeiro, preencher os dados pessoais em “Cadastro”. Se já cadastrado, preencher *login* e senha.
- 3 Seguir as instruções do sistema para realizar a submissão. O cadastro no sistema, por meio de *login* e senha, é obrigatório para a submissão dos trabalhos e para acompanhar o processo editorial em curso.

## CONFIGURAÇÕES DO TEXTO

- 1 Página A4.
- 2 Margens superior e inferior: 3 cm. Margens laterais: 2 cm.
- 3 Uso de “aspas duplas” somente para citação no corpo do texto.
- 4 Uso de *itálico* para termos estrangeiros. Uso de **negrito** para títulos de livros e periódicos (subtítulos, se houver, sem **negrito**).
- 5 Endereços de sites informados por meio de *hiperlink*.
- 6 Imagens, gráficos e tabelas no corpo do texto (e não em anexos no final do mesmo).
- 7 Legendas e créditos abaixo das imagens.
- 8 Títulos de mapas e tabelas acima dos mesmos.

## ASPECTOS FORMAIS DO TEXTO

Deve ser enviado no formato doc. Utilizar fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5 entre linhas. Resumo/*Abstract* com espaçamento 1,0 entre linhas. Deve conter de 21.600 a 43.200 caracteres, incluindo Resumo, *Abstract* e Introdução.

- 1 Título do trabalho em português e inglês com espaçamento 1,0 entre linhas, letras maiúsculas/negrito (inglês/*itálico*) – assim como o subtítulo, se houver.
- 2 Nome completo do autor.
- 3 A apresentação do autor deve ser colocada no rodapé da página de abertura do texto, indicada por asterisco (colocado anteriormente ao lado do nome do

---

<sup>1</sup> O Código identificador digital do documento é a garantia de permanência deste na internet. Mais informações em: <<http://www.doi.org/>>.

- autor). Deve conter um breve currículo, constando o nome da universidade/curso em que se graduou e demais titulações, endereços postal e eletrônico.
- 4 Resumos em português e inglês, contendo 100 a 250 palavras e apresentando: proposta geral da pesquisa, quadro teórico, objetivos e metodologias. Somados, Resumo e *Abstract* não devem ultrapassar 2.500 caracteres.
  - 5 Palavras-chave em português e inglês: devem constar de 3 a 6 palavras-chave, inseridas abaixo de seus respectivos resumos e separadas por pontos. Devem ser incluídos um ou dois termos de indexação do Vocabulário Controlado USP. Disponível em: <<http://143.107.154.62/Vocab/Sibix652.dll/Assuntos>>.
  - 6 Em caso de agradecimentos, devem constar na última página do artigo, após as referências bibliográficas.

## IMAGENS

- 1 A revista considera que, em um artigo ligado a área de Paisagismo, é desejável a existência de ilustrações que esclareçam o leitor sobre os espaços e lugares em pauta. O material, em formato JPG, deverá estar acompanhado de legendas de identificação com resolução de 300 dpi e tamanho de 725X500 pixels.
- 2 Ao salvar a imagem, o autor deve certificar-se da boa qualidade da mesma em função do seu tamanho, e, no caso de mapas, enviar legendas em arquivo separado – para que, em eventuais reduções dos mesmos, possam ser incluídos em tamanho maior, facilitando a leitura. Ainda no caso de mapas, lembrar que, em papel, nem sempre serão publicados em cores – sendo imprescindível que possam ser lidos em branco e preto.
- 3 Será permitida a inclusão de ilustrações que poderão ser impressas em cores dependendo da disponibilidade de recursos para a impressão. As ilustrações (fotos, desenhos, esquemas, croquis) poderão ocupar um número equivalente de páginas daquelas ocupadas pelo texto. Todas precisam, necessariamente, estar referidas no texto, devendo ser numeradas pela ordem de citação no mesmo.
- 4 Caso as imagens não estejam em condições mínimas de editoração, deverão ser substituídas imediatamente ou não serão publicadas, sendo que sua ausência poderá inviabilizar a publicação do artigo. Na medida do possível, na edição *online*, todas as imagens serão publicadas em cores.
- 5 Não é permitido o uso de reprodução de imagens publicadas em livros, revistas ou periódicos sem a expressa autorização do(s) autor(es) das mesmas.

## NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 Serão aceitas desde que imprescindíveis e breves e devem ser colocadas, necessariamente, no rodapé (e não ao final do texto).

- 2 Devem ser numeradas com algarismos arábicos, fonte Times New Roman, tamanho 10, digitadas com espaçamento 1,0 entre linhas.
- 3 As referências bibliográficas devem ser colocadas no final do artigo e em ordem alfabética – relacionada com o sobrenome do autor. Títulos das obras em negrito (subtítulos sem negrito). Caso o documento citado possua DOI, seu registro é obrigatório no final dos dados da referência.
- 4 Ambas devem estar de acordo com as normas NBR 6023 e NBR 10520 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em vigor no ato da entrega do trabalho.

## OBRA NO TODO

SOBRENOME DO AUTOR, Nome por extenso. **Título da obra:** subtítulo (se houver). Número da edição (sendo 1 ed., não necessário). Cidade da publicação: Nome da editora, data da publicação. Número total de páginas utilizando a abreviaturas p. Se utilizada apenas parte da obra, colocar páginas de início e fim da mesma.

ABREU, Caio Fernando. **A vida gritando nos cantos:** crônicas inéditas em livro (1986/1996). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. 245 p.

Quando houver editor, organizador, coordenador, compilador, indicar após os nomes dos mesmos: (Ed.), (Org.), (Coord.), (Comp.).

ROSS, Alex. **Escuta só:** do clássico ao pop. Tradução de Pedro Maia Soares. Revisão técnica: João Marcos Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 442 p.

TABACOW, José. (Org.). **Roberto Burle Marx: arte e paisagem** - conferências escolhidas. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

## CAPÍTULO

SOBRENOME DO AUTOR, Nome por extenso. Título do capítulo: subtítulo (se houver) seguido da expressão "In:" Referência completa da obra (título da mesma em negrito), páginas de início e fim.

RIBEIRO, Renato Janine. A glória. In: CARDOSO, Sérgio et al. **Os sentidos da paixão.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 107-116.

Observação: a expressão "et al." deve ser utilizada quando a obra ou o capítulo apresentarem mais de três autores. Nesse caso, coloca-se apenas o nome do primeiro exibido na obra.

## DISSERTAÇÃO, TESE E DEMAIS TRABALHOS ACADÊMICOS

SOBRENOME DO AUTOR, Nome por extenso. **Título do trabalho:** subtítulo (se houver). Ano do depósito. Número de folhas. Categoria (grau) - Instituição, Cidade, Ano da defesa.

SAKATA, Francine Gramacho. **O projeto paisagístico como instrumento de requalificação urbana**. 2004. 282 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MACEDO, Silvio Soares. **São Paulo, paisagem e habitação verticalizada: os espaços livres como elementos de desenho urbano**. 1988. 207 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

## PERIÓDICO NO TODO

**TÍTULO**. Local de publicação: Editora, Periodicidade, Ano do primeiro fascículo.

**PAISAGEM E AMBIENTE**: ENSAIOS. São Paulo: FAUUSP, Semestral, 1986-

## ARTIGO PUBLICADO EM PERIÓDICO

SOBRENOME DO AUTOR, Nome por extenso. Título do artigo: subtítulo do artigo (se houver). **Título do periódico**. Cidade da publicação: Nome da editora, volume, número, mês, ano, páginas de início e fim.

PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. Pode-se planejar a paisagem? **Paisagem e ambiente**: ensaios. São Paulo: FAUUSP, n. 13, 2000, p. 159-179.

## ARTIGO E/OU MATÉRIA PUBLICADA EM REVISTA

SOBRENOME DO AUTOR, Nome por extenso. Título do artigo. **Título da publicação**, cidade da publicação, numeração (volume e/ou ano, fascículo ou número, páginas de início e fim).

SEKEFF, Gisela. O emprego dos sonhos. **Domingo**, Rio de Janeiro, ano 26, n. 1.344, fev/2002, p. 30-36.

## ARTIGO E/OU MATÉRIA PUBLICADA EM JORNAL

SOBRENOME, Nome do autor por extenso (se houver autor). Título do artigo. **Título do jornal**, local de publicação, data, seção, caderno ou parte e paginação.

PAIVA, Anabela. Trincheira musical: músico dá lições de cidadania em forma de samba para crianças e adolescentes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2002, Educação, p. 2.

## EVENTO COMO UM TODO

NOME DO EVENTO, numeração (se houver), ano e local (cidade) de realização. Título do documento (**atas, anais, resultados**), dados de local da publicação: Editora, data.

REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUÍMICA, 20, 1997, Poços de Caldas. **Livro de resumos**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 1997.

## TEXTO APRESENTADO EM EVENTO

SOBRENOME do autor, Nome por extenso. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO, numeração do evento (se houver), ano e local de realização, título do documento (**anais, atas, tópico temático**), local, editora, data de publicação, páginas inicial e final.

SOUZA, Luiz Roberto; BORGES, Antônio; REZENDE, José Otávio. Influência da correção e do preparo do solo sobre algumas propriedades químicas do solo cultivado com bananeiras. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE FERTILIDADE DO SOLO E NUTRIÇÃO DE PLANTAS, 21, 1994, Petrolina. **Anais...** Petrolina: EMBRAPA, CPATSA, 1994, p. 3-4.

## OBRA ACESSADA EM MEIO ELETRÔNICO

Seguir o formato de referência da obra, acrescentando, no final, informação relativa à descrição física do meio eletrônico.

KOOGAN, André Breikmam; HOUAISS, Antonio (Ed.). **Enciclopédia e dicionário digital 98**. Direção geral de André Koogan Breikmam. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROMs.

## OBRA CONSULTADA ONLINE

Não é recomendável utilizar material eletrônico de curta duração nas redes. Referenciar a obra de acordo com exemplos já citados, acrescentando as informações: Disponível em: < link >. Acesso em: dia, mês, ano. Se houver, registrar o DOI.

ALVES, Castro. Navio negreiro. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegreiro.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2002.

## LEGISLAÇÃO

JURISDIÇÃO. Título, numeração, data. Descrição. Título e dados da publicação.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Dispõe sobre a desativação de unidades administrativas de órgãos da administração direta e das autarquias do Estado e dá providências correlatas. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514.

## NORMAS PARA CITAÇÕES

- 1 Quando um trecho da obra é citado literalmente, deve aparecer entre aspas, constando o sobrenome do autor e, entre parênteses, após o mesmo, a data da publicação utilizada e página onde o trecho se encontra. Toda citação literal com mais de três linhas deve ser destacada com recuo de 4 centímetros da margem esquerda, não devendo estar entre aspas.

Segundo George (1985, p. 44), “[...] Oswald manipula a linguagem do amor [...]”. Oliveira e Leonardos (1943, p. 146) dizem que a “[...] relação da série São Roque com os granitos porfíroides pequenos é muito clara”.

- 2 Quando o sobrenome do autor estiver entre parênteses, deve ser grafado em letras maiúsculas.

“Apesar das aparências, a desconstrução do logocentrismo não é uma psicanálise da filosofia [...]” (DERRIDA, 1967, p. 293).

“Não se mova, faça de conta que está morta.” (CLARAC; BONNIN, 1985, p. 72).

- 3 Se um trecho do artigo for baseado na obra do autor consultado, mas não literalmente retirado da mesma, devem constar o sobrenome do autor e a data da obra consultada.

A ironia seria assim uma forma implícita de heterogeneidade, conforme a classificação proposta por Authier-Reiriz (1982).

Merriam e Caffarella (1991) observam que a localização de recursos tem um papel crucial no processo de aprendizagem autodirigida.

Para efeito de estudo, as unidades podem ser subdivididas em subunidades, de modo a permitir um detalhamento em outra escala. (MACEDO, 1997).

Diversos autores salientam a importância do “acontecimento desencadeador” no início de um processo de aprendizagem. (CROSS, 1984; KONX, 1986; MEZIROU, 1991).

- 4 Existindo dois e/ou três autores, colocar sobrenomes em ordem alfabética.
- 5 Se um autor for citado por outro, utilizar a expressão “apud” (citado por), informar a data da publicação de ambos e página.

No modelo serial de Gough (1972 apud NARDI, 1993, p. 30), o ato de ler envolve um processo serial que começa com uma fixação ocular sobre o texto, prosseguindo da esquerda para a direita de forma linear.

Ressaltando as diversidades culturais das paisagens que se apropriam de sua obra, Oiticica desdenha as ideias nacionalistas e reacionárias incutidas “[...] de maior floresta do mundo, o maior rio do mundo, o maior não-sei-o-quê do mundo [...]” (OITICICA, 1977 apud AMARAL, 2006, p. 124).

## OBSERVAÇÕES FINAIS

O Conselho Editorial da revista **Paisagem e ambiente**: ensaios é responsável por decidir quais artigos, ensaios, conferências, debates, resenhas, relatos de experiências e notas técnicas serão publicados, levando em conta a pertinência do tema em relação à linha editorial da revista e a consistência teórica do trabalho<sup>2</sup>. Seguem as principais normas a serem utilizadas na elaboração do mesmo<sup>3</sup>:

As condições dos originais são analisadas criteriosamente. Os trabalhos em desacordo com as normas aqui descritas serão devolvidos para que se providencie sua regularização.

Os textos assinados são de inteira responsabilidade dos autores e não haverá alteração de conteúdo sem prévia autorização. Os autores receberão três exemplares da edição da revista na qual constar o seu artigo publicado.

---

<sup>2</sup> Após a avaliação do conselho editorial, os artigos aceitos passam por revisão de texto realizada por profissional da revista, que entra em contato com os autores sempre que necessário. A revista **Paisagem e ambiente**: ensaios adota a grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

<sup>3</sup> Segundo a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Coletânea de normas técnicas**: elaboração de artigos em publicações periódicas. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

## **Laboratório de Programação Gráfica**

Prof. Coordenador: Minoru Naruto

### **Supervisão Geral**

José Tadeu de Azevedo Maia

### **Supervisão de Projeto Gráfico**

André Luis Ferreira

### **Supervisão de Produção Gráfica**

Narciso Antonio dos Santos Oliveira

### **Diagramação**

Sóstenes Pereira da Costa

### **Montagem, Fitolito e Cópia de Chapa**

Francisco Paulo da Silva

### **Cópia de Chapa**

Carlos Cesar Santos

Roseli Aparecida Alves Duarte

Francisco Paulo da Silva

### **Impressão Offset**

Arnaldo Machado de Lima Jr.

### **Impressão Digital (Canon IR ADV C5030/C5051)**

Vicente Lemes Cardoso

### **Acabamento**

Carlos Cesar Santos

Ercio Antonio Soares

José Tadeu Ferreira

Mario Duarte da Silva

Roseli Aparecida Alves Duarte

Valdinei Antonio Conceição

### **Secretária**

Eliane de Fátima Fermoselle Previde

*Composição, fítolitos, impressão offset e digital*

Laboratório de Programação Gráfica da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

*Pré-matriz (capa)*

Dolev 200 sobre filme IBF-Graphix – HN-FDL

*Tipologia*

Futura Lt BT, no corpo 10 para o texto, Optima Demi Bold, no corpo 14 para os títulos,

Optima Demi Bold, corpo 10 para os subtítulos, Futura Lt BT, no corpo 8 para as legendas (itálico) e notas (normal), Futura Lt BT, no corpo 8 para as bibliografias.

*Papel*

Alta Alvura 90g/m<sup>2</sup>

Papel Cartão Supremo 250g/m<sup>2</sup>

*Tiragem*

500 exemplares



ISSN 0104-6098



9 770104 609003

00032



PAISAGEM AMBIENTE **32**